**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

AMILCAR CABRAL: A PALAVRA FALADA E A PALAVRA VIVIDA

Paulo Fernando Campbell Franco

**Dissertação apresentada ao Programa
de pós-Graduação em História Social
do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, para a obtenção do título de
Mestre.**

Orientadora: Profa. Dra. Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez

**São Paulo
2009**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

AMILCAR CABRAL: A PALAVRA FALADA E A PALAVRA VIVIDA

Paulo Fernando Campbell Franco

**São Paulo
2009**

Agradecimentos

À Cátedra Jaime Cortesão que, com o apoio do Instituto Camões, possibilitou a conquista, em concurso, de uma bolsa de pesquisa em Portugal, viabilizando o acesso aos arquivos e centros de documentação, o que contribuiu de forma decisiva para a realização desta pesquisa. À professora Dra. Vera Ferlini, principal responsável desse processo, um agradecimento especial. À professora Dra. Maria Cristina Cortez Wissenbach, pelo incentivo às minhas atividades ligadas ao estudo de temas da África.

Aos professores doutores Carlos Moreira Henriques Serrano e Lincoln Ferreira Secco, pela leitura atenta e pelas sugestões feitas no exame de qualificação do mestrado.

Ao Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e à Biblioteca do Centro Português de Santos.

Em Portugal, ao professor Dr. Adelino Torres, pelas indicações preciosas para as pesquisas nos arquivos, além da generosidade e do acolhimento fraterno no Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

À Professora Dra. Maria Fernanda Rollo, pelo apoio de primeira hora, quando orientou a pesquisa no acervo do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Ao professor Dr. Eduardo de Souza Ferreira, da Universidade Lusófona, pelas indicações preciosas para as pesquisas nos Arquivos da Torre do Tombo.

Aos funcionários dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, do Centro de Investigação e Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), da Fundação Mário Soares e do Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, guias incansáveis e determinados a ajudar. Todos eles fazem parte deste trabalho.

Ao amigo Celso Cavalcante, irmão de todas as horas, pela acolhida generosa em Lisboa.

À professora e amiga Maria Aparecida Esteves Martins, que generosamente realizou a revisão do texto final.

À professora Dra. Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez, que suscitou debates e inspirou esta pesquisa com os seus conhecimentos sobre a África e os africanos, orientações e escrituras. Mas não só. Sua experiência profissional e, sobretudo, sua seriedade intelectual

foram fundamentais no meu aprendizado, determinantes no desenvolvimento da minha pesquisa, o que muito enriquece a minha formação profissional e pessoal. Os dividendos são preciosos: amizade, admiração e gratidão.

Não esqueço também os mestres e amigos de todas as fases de minha vida, por terem me despertado o gosto de aprender e de compartilhar a vida, de modo especial, o Professor Dr. Waldemar Valle Martins.

Sou grato e fiel por tudo aquilo que fizeram por mim, meus avós, meus pais Francisco e Ruth e irmãos: Fátima, Beto, Liane, Márcia e Mara. E, certamente, os meus sobrinhos e a Lara, sobrinha-neta, a quem dedico este trabalho.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano

Resumo

Este estudo busca analisar o pensamento e a prática social e política de Amílcar Cabral, de 1945 a 1973. Propõe identificar as textualidades da escrita e da história, destacando as modificações do pensamento do líder voltadas para a mobilização e a organização das populações de Cabo Verde e da Guiné.

Palavras-chave: Amílcar Cabral, Guiné e Cabo Verde, relações entre colonizador e colonizado, cultura, movimento de libertação.

Abstract

This study will try to analyze the thought and social and political practice of Amílcar Cabral, from 1945 to 1973. It is aimed at identifying the textualities of the writing and history, highlighting the leader's changes in thought as regards the mobilization and organization of the Cape Verde and Guinea's populations.

Key words: Amílcar Cabral, Guinea, Cape Verde, relations between the colonizer and the colonized, liberation movement.

Sumário

Introdução	8
Capítulo 1: A Guiné no Quadro do Império Português	15
1.1. Censos.....	15
1.2. Da geografia e dos povos da Guiné	23
1.3. Resistência e “Pacificação”	40
1.4. A dominação legal	51
Capítulo 2: A Gênese, o Desenvolvimento e a Consolidação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).....	67
2.1. À Guisa de introdução	67
2.2. As elites africanas no pós Segunda Guerra Mundial	68
2.3. Políticas portuguesas para a manutenção do império.....	74
2.4. Africanos em Portugal	85
2.4.1. A Casa dos Estudantes do Império Português	86
2.4.2. O processo de luta das elites políticas africanas em Portugal	96
2.5. Os nacionalismos na Guiné: caminhos para a emancipação	100
Capítulo 3: Amílcar Cabral e a Questão Colonial	113
3.1. Os saberes coloniais e a vida cotidiana	114
3.2. Cultura e culturas.....	118
3.3. Unidade.....	138
3.3.1. As unidades entre Cabo Verde e Guiné e na Guiné	139
3.3.2. Outra acepção de unidade: a unidade dos movimentos pela independência	148
Considerações Finais	160
Fontes e Bibliografia	163
Anexos	178

Introdução

A pesquisa sob o título *Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida* tem como proposta analisar o pensamento e a prática social e política de Amílcar Cabral, de 1945 a 1973. Propõe identificar as textualidades da escrita e da história, destacando as modificações do pensamento de Cabral voltadas para a mobilização e a organização das populações de Cabo Verde e da Guiné Portuguesa.

A baliza cronológica de 1945 e 1973 justifica-se por ser o ano de 1945 um marco reconhecido de inflexão no pensamento e na política das elites africanas que passam a questionar a hegemonia do ocidente no mundo. Por sua vez, o ano de 1973 por ter sido o ano da morte de Amílcar Cabral.

Esta pesquisa foi impulsionada pelo interesse na trajetória do engenheiro agrônomo Amílcar Cabral que, comprometido com os aspectos sociais da Guiné Portuguesa e Cabo Verde, foi uma liderança que tinha um pensamento engajado, voltado diretamente para a vida cotidiana, expressando um nacionalismo que contém uma estratégia de luta pela independência, ancorada na questão da cultura.

Cabral analisou o sistema colonial da Guiné Portuguesa, tentando identificar as diferenças entre os diversos grupos étnicos¹, bem como a dinâmica que se estabeleceu entre eles e deles com a administração colonial. Assim, o estudo da trajetória de Amílcar trouxe elementos para se tentar compreender um feixe de questões que nos permite entender melhor o colonialismo e os movimentos de independência.

Na África, sobretudo nos países colonizados por Portugal, Amílcar Cabral foi um líder incontestado dos movimentos de libertação nacional. Ele é um dos líderes debatedores das ideias que se formaram a respeito do pan-africanismo, dos nacionalismos e das formas de consecução da independência. Ele é voz ativa na Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN) e na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), que tiveram o objetivo de coordenar as lutas de libertação das colônias portuguesas. O discurso e a presença de Amílcar foram muito importantes. Ele

¹ Os grupos étnicos não são vistos como sobrevivências ou retenções culturais, são, neste estudo, entendidos como formas de vida social capazes de se renovarem e se transformarem ao longo de processos históricos sociais específicos. Trata-se de grupos de indivíduos que pertencem a uma mesma cultura e se reconhecem como tais.

assegurou a ligação entre as lideranças políticas da África e foi muito atuante no âmbito internacional (sobretudo na ONU, nas Conferências Afro-Asiáticas, de Belgrado e na Tricontinental de Havana). Amílcar foi um articulador no âmbito das relações intercontinental e intracontinental.

No que diz respeito à construção do pensamento de Cabral, ela se deu ao longo de uma trajetória marcada por um aparente paradoxo: a sua formação escolar, mais do que ocidental, foi portuguesa. Ele foi formado pelo saber colonial, ou seja, toda a escolaridade de Cabral seguiu os pressupostos de uma educação colonial, com um plano curricular que reforçava os valores e costumes próprios do “modo de ser português”. Esses elementos evidenciam a importância de identificar as circunstâncias históricas em que o discurso de Cabral se formou, considerando as suas ambivalências, continuidades e descontinuidades.

Cabral, nascido em Bafatá (Guiné Portuguesa), em 24 de setembro de 1924, transferiu-se, aos oito anos de idade com a família, para a ilha de Santiago (Cabo Verde), onde completou a escolaridade primária. No ano letivo de 1937/1938, foi matriculado no Liceu Gil Eanes, em São Vicente, onde esteve sempre entre os melhores alunos. Em 1944 concluiu o Liceu com média de 17 valores, o máximo era 18. Aos vinte anos de idade, era um jovem preparado para voos mais altos e marcado por experiências difíceis: os sacrifícios materiais na infância e adolescência e a imensa seca que ceifou a vida de 24 463 pessoas em Cabo Verde, entre 1941 e 1943.²

Em 1945, Cabral partiu para Lisboa, para cursar Engenharia Agrônoma no Instituto Superior de Agronomia (ISA). Isso só foi possível graças à aquisição de duas bolsas: uma do Liceu de Cabo Verde, obtida por mérito e outra, atribuída, por meio de concurso, pela Missão dos Estudantes do Ultramar. Vale frisar que o conjunto de disciplinas do Curso de Engenheiro Agrônomo, que estava em vigor em 1945, quando ele ingressou no ISA, estava compromissado com “a tese de que a educação colonial na Metrópole constituía a principal base de formação e consolidação da consciência imperial”³.

Assim, no âmbito desta pesquisa, busquei identificar os paradoxos do pensamento de Amílcar Cabral contextualizado historicamente. Ele ressignificou as ideias próprias dos saberes coloniais, entrelaçando-as com um passado africano anterior e elaborou uma resposta

² CARREIRA, Antônio. *Cabo Verde (aspectos sociais. Secas e fomes no século XX)*. Lisboa/Cabo Verde: Ulmeiro, 1984, p. 124.

³ PAULO, João Carlos. Da “Educação Colonial Portuguesa” ao Ensino no Ultramar. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirt (dir.) *História da Expansão Portuguesa. Último Império e Recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Círculo de Leitores, v. V, 1999, p.309.

muito significativa à ideologia imperial, ancorada no Código do Indigenato e na assimilação, impulsionada por um nacionalismo que tem como elemento central a cultura.

Vale registrar que a política cultural de assimilação tinha como objetivo converter gradualmente o africano em europeu, o que significava que a organização social, o direito consuetudinário e as culturas locais deveriam ser transformadas. Por sua vez, o Código do Indigenato tinha por eixo central institucionalizar formas compulsórias de trabalho, como os trabalhos forçados e obrigatórios. Tudo isso revela práticas políticas que criaram e mantiveram relações sociais fundadas na assimetria, na hierarquia e na extrema desigualdade entre portugueses e africanos.

O desenvolvimento desta dissertação é pautado basicamente por duas perspectivas complementares. A primeira delas identifica a formação e o desenvolvimento do pensamento social de Amílcar Cabral, no âmbito de contextos históricos próprios da “situação colonial” que articulava Portugal e as colônias do Ultramar. Observei a sua vida no interior de uma rede complexa que envolve vínculos de amizade, pertencimento a grupos políticos e as lideranças com que dialogou. Quero dizer que, se está presente o aspecto biográfico, a natureza dessa biografia está tecida no âmbito da história. Vale lembrar que havia em torno de Amílcar uma sociedade que o regulava e que interferia no curso da história

Arelada à primeira, a segunda perspectiva é a compreensão da gênese de alguns temas centrais do pensamento de Cabral à luz do seu percurso intelectual. Sob essa perspectiva, aproximei-me ora da análise cronológica da sua trajetória, ora privilegiei uma análise temática das escrituras produzidas por Amílcar Cabral.

Para tanto, o fio condutor da narrativa é o complexo qualificado da situação colonial, ou seja, a totalidade das relações de dominação e de submissão existentes entre a sociedade colonial e a sociedade colonizada.

Recorri a períodos anteriores a 1945, a fim de buscar os elementos que me pareceram essenciais para compreender continuidades e mudanças. Por isso busquei as últimas décadas do século XIX para caracterizar a Guiné no quadro do Império Português, acompanhar as várias legislações para o Ultramar com o objetivo de entender alguns aspectos da administração portuguesa na Guiné, uma vez que a legislação é a forma como os grupos dominantes representam e controlam a ordem social. Reconhecê-la é fundamental para a compreensão da dominação colonial. Ademais, o Código do Indigenato, aí contido o projeto de assimilação, foi o principal alvo de críticas por parte dos movimentos de independência.

Assim, os três capítulos da pesquisa foram estruturados da seguinte forma: o primeiro pautou-se por situar a Guiné no Quadro do Império Português. A partir do censo da população

“não civilizada” de 1950 e o Recenseamento Agrícola de 1953, efetuado sob a direção do engenheiro agrônomo Amílcar Cabral, deu-se o primeiro passo para compreender a distribuição das populações na Guiné e as características essenciais da agricultura, em particular, no que se refere à produção agrícola para a exportação. Vale registrar que, se o Censo de 1950 foi um instrumento para a dominação colonial e as suas justificativas, o Recenseamento Agrícola de 1953 foi um instrumento crucial como ponto de partida para a elaboração de críticas ao sistema colonial.

Mais especificamente ganharam destaque no capítulo I os movimentos de resistência em defesa da soberania. Ao somar o *dominium* ao *imperium*, a burocracia colonial sufocou com violência os movimentos de resistência contra as crescentes e abusivas cobranças de impostos.

Uma outra forma de contestação na Guiné, própria de elites políticas, foi tratada no segundo capítulo “A Gênese, o Desenvolvimento e a Consolidação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)”. Nele, procurei destacar os principais temas debatidos no V Congresso Pan-Africano que sustentaram a condenação do colonialismo, do imperialismo e do capitalismo. Também salientei a proclamação e a articulação dos direitos individuais e das nações próprios do pós Segunda Guerra Mundial. Esse conjunto de temas fez parte da ambivalência histórica da formação e desenvolvimento do PAIGC.

Dessa forma, ganhou destaque no capítulo II o papel transformador que um conjunto de ideias como o pan-africanismo, a democracia e o antifascismo, o socialismo, a unidade africana e a independência, bem como a explícita condenação do colonialismo, do capitalismo e do imperialismo, tiveram na mobilização e na organização dos estudantes e intelectuais africanos, sobretudo na Casa dos Estudantes do Império. Amílcar Cabral, ao chegar a Lisboa em 1945 levava consigo as experiências vividas nos mundos do trabalho de Cabo Verde e da Guiné, e, articulando-as aos temas discutidos na Casa dos Estudantes do Império (CEI), identificou questões comuns da dominação colonial em toda África.

Ao regressar em 1952 para a Guiné, como engenheiro agrônomo da Repartição Provincial dos Serviços Agrícolas e Florestais, na Estação Agrícola do Pessubé, Amílcar foi encarregado de planejar e dirigir o Recenseamento Agrícola de 1953. O técnico, nos moldes do que aprendera no Instituto Superior de Agronomia (ISA) como trabalho científico, coletou dados quantitativos para o recenseamento e efetuou uma cuidadosa coleta de dados qualitativos sobre a composição da população “indígena” e de suas características culturais. Isto lhe permitiu pensar, com mais eficácia, uma estratégia política para mobilizar a população e dar combate ao sistema colonial.

Por sua vez, no terceiro capítulo “Amílcar Cabral e a Questão Colonial”, “a palavra falada e a palavra vivida” articulam-se fortemente, tendo como eixos a cultura e a unidade em suas várias acepções. A ideologia contestatória pôs em cheque a ideologia imperial e a sua ideia homogenizadora que exaltava uma harmonia fundada em fortes desigualdades subsumidas pela “nobre missão civilizadora”.

Assim, ganhou destaque neste capítulo a ideia de cultura e de unidade no pensamento de Cabral. A cultura, em suas diversas acepções, acompanhou a palavra pensada e a palavra vivida do líder africano. Cabral, nos seus estudos agrícolas, descreveu várias facetas do mundo rural. Foram escritos na década de 1950, anos em que participou ativamente dos debates das elites políticas africanas em torno de questões que levavam à condenação do colonialismo como o grande entrave para o livre desenvolvimento do africano e para a (re)conquista da sua dignidade.

Na década de 1960, Cabral pensou sobre uma questão essencial: as relações de dependência e reciprocidade entre a luta de libertação nacional e a cultura. A reflexão de Amílcar Cabral foi orientada por três elementos — a personalidade cultural do povo, a cultura como elemento de resistência ao colonialismo e o discernimento dos elementos “positivos” das culturas africanas. Para Cabral e o Partido da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) era necessária a liquidação progressiva de elementos considerados negativos da mentalidade “tribal”, como: a recusa das regras, tabus religiosos contrários ao desenvolvimento da luta (gerontocracia, nepotismo, inferioridade social da mulher, ritos e práticas incompatíveis com o caráter racional e nacional da luta).

Nos termos de Amílcar Cabral não era possível, para a sociedade colonial, harmonizar o domínio econômico e político do povo com a sua personalidade cultural. Diante disso, o domínio colonial pretendeu modificar tal personalidade por meio da teoria da assimilação, ou seja, a negação das culturas das comunidades em questão. Portanto, Cabral liderou um movimento de libertação, que se autoatribuiu o papel de representante e defensor da cultura do povo, baseando a sua ação política na firmação da personalidade cultural do povo dominado e no resgate do direito das comunidades étnicas da Guiné terem a sua própria história. Para Cabral, a cultura constituía o motor da luta, pois “o seu caráter irreduzível e a sua virtude vital permitiram contrariar as políticas de assimilação concebidas pelo colonizador”.⁴

⁴ BAH, Thierno. História e Consciência histórica na obra de Amílcar Cabral, Kwame N’Krumah e Franz Fanon. In: II Simpósio Internacional Amílcar Cabral, 2005, Praia. *Cabral no Cruzamento de épocas*. Praia: Alfa Comunicações, 2005, p. 108.

Por outro lado, para que a cultura pudesse desempenhar o papel importante que lhe era atribuído, Cabral unificou diferenças para construir uma nova sociedade de âmbito nacional. Em síntese: Cabral pensou a criação de uma nova cultura que integraria os valores tradicionais às conquistas do mundo contemporâneo, como ato de negação da cultura do opressor. Aqui está subentendida a criação do “homem novo” “sem complexos e sem subestimar a importância dos contributos positivos da cultura do opressor e de outras culturas”.⁵ Esse homem novo seria capaz de retomar os caminhos ascendentes da sua própria cultura e negar tanto as influências nocivas como qualquer espécie de subordinação a culturas estrangeiras.

Construída historicamente, a noção de unidade no pensamento de Amílcar Cabral apresenta três acepções: unidade na Guiné; unidade da Guiné e Cabo Verde; unidade dos movimentos pela independência para a conquista de apoios de movimentos, partidos e organizações intercontinental e intracontinental, com destaque para o Movimento Anti-Colonialista (MAC), a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAN) e a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP).

Graças a uma bolsa de pesquisa em Portugal, conquistada em concurso efetuado pela Cátedra Jaime Cortesão, com o apoio do Instituto Camões, essa dissertação é tributária de fontes documentais pesquisadas nos arquivos do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), do Centro de Investigação e Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC), da Fundação Mário Soares e do Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Por fim, uns poucos esclarecimentos acerca do título desta dissertação. Foi encontrado em um pequeno parágrafo de *Os signos em rotação*, de Otávio Paz. Acredito que adjetivou apropriadamente a caminhada de Amílcar Cabral.

⁵ ANDRADE, Mário (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral: unidade e luta*. Lisboa: Seara Nova, v. I, 1976, p. 225.

Cabo Verde e Guiné Portuguesa, a partir da independência, Guiné-Bissau.

[Baseado em ALBUQUERQUE; SANTOS, 1991]

1. A Guiné no Quadro do Império Português

1.1. Censos

Os censos coloniais realizados em 1928, 1929, 1936, 1940, 1949 e 1950 tiveram como unidade estatística a “palhota” que vigorou em quase toda a Guiné⁶ Portuguesa, exceto o arquipélago de Bijagós, onde o imposto de *capitação* já era cobrado.⁷ Ambos os impostos, de *palhota* e o de *capitação* incidiam, respectivamente, sobre habitações e sobre os indivíduos considerados “indígenas”. Em 1952, o governo colonial português transformou o “imposto de palhota” — criado pelo decreto de 21 de novembro de 1903 —, numa “taxa pessoal” ou “taxa de capitação”. No conjunto, todos esses recenseamentos tiveram como preocupação principal o levantamento de dados para fins fiscais, no caso, a coleta dos impostos.

Quando a cobrança de impostos se tornou efetiva, os habitantes das tabancas (concentração de famílias de várias palhotas) e das moranças (unidade social básica, onde moram os indivíduos duma mesma família), para diminuir a sua contribuição, inventaram estratégias de dissimulação que implicavam: a redução do número de palhotas; a diminuição do número de camas em cada uma delas; e a redução sobre a idade dos jovens, o número de mulheres e os falecimentos.⁸

Assim, os recenseamentos eram feitos com estatísticas imprecisas. Além disso, os agentes recenseadores, na ausência de um órgão fiscalizador e controlador das operações,

⁶ A origem do termo Guiné é incerta. Manuel Dias Belchior, pesquisador da Junta de Investigação do Ultramar, levantou algumas hipóteses para essa denominação. Ao utilizar as *Crônicas dos Feitos da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara (1410-1474), mostrou que os portugueses utilizavam o termo Guiné para designar a terra dos negros, em oposição àquela que lhe ficava ao norte: a terra dos mouros. Dessa maneira *guineu* seria sinônimo de negro. Zurara afirmou categoricamente: *E esta gente desta terra verde é toda negra, e porém é chamada terra dos Negros ou terra da Guiné por cujo azo os homens e mulheres dela são chamados Guineus que quer dizer como negros*. Tudo indica, segundo Belchior, que a visão política de Portugal, com a preocupação de arranjar uma designação nova para o conjunto destas novas terras, logrou impor à Europa o nome *Guiné* como significando a costa ocidental do continente negro, em substituição ao termo antigo, *Etiópia*, aceito por toda a Europa como designativo do conjunto dos territórios habitados por negros. A dificuldade, no entanto, está em definir a origem etimológica da palavra Guiné, uma vez que não era conhecida na parte do litoral da África que passou a designar. Tentando elucidar esse ponto, Belchior, apoiando-se nos escritos do cronista João de Barros, formulou a hipótese de que “Guiné” poderia ser uma corruptela de *Guinauha*, que por sua vez só poderia derivar de Jenné, ou Djenné ou de Ghana. Cf. BELCHIOR, Manuel Dias. Sobre a Origem do Termo Guiné. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Bolama: Imprensa Nacional da Guiné, v. XVII, n. 65, jan. 1962, p. 41-56.

⁷ BARBOSA, Honório. Os indígenas da Guiné perante a lei portuguesa. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Lisboa, v. 2, n. VI, abr. 1947, p. 355.

⁸ RIBEIRO, Carlos Rui. Os censos e as sociedades camponesas na Guiné Bissau. In: *Soranda- Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, n. 1, jan. 1986, p. 112.

interpretavam os dados e aplicavam os textos reguladores da cobrança do imposto de palhota de forma arbitrária e, em decorrência, eram constantes os exageros na tributação, levando a uma análise inadequada no que diz respeito às oscilações e os desvios.⁹ No que se refere a imprecisão dos resultados, Carreira destacou, entre outros fatores, a falta de habilitação dos agentes, a utilização de métodos de pesquisas inadequados e a ausência de instrumentos apropriados de notação e fixação dos números.¹⁰

É consensual que a feitura do Censo da população “não-civilizada” de 1950, apesar das falhas apontadas e da coleta de dados nominal, foi menos imprecisa do que as anteriores:

Quadro 1.1- População total, segundo os diversos censos efetuados

Anos em que se realizaram as operações	Natureza dos censos	Diferenças	População recenseada
1	2	3	4
1928	Nominal		327.157
1929	Nominal	+57.237	384.394
1936	Numérico	+41.615	426.009
1940	Nominal	- 80.742	345.267
1949	Numérico	+64.456	409.723
1950	Nominal	+99.247	508.970*

Fonte: CARREIRA, António. Apreciação dos primeiros números discriminados do Censo da população não-civilizada de 1950 da Guiné Portuguesa. In: *Boletim Cultural da Guiné*, Lisboa, v. VI, n. 21, jan. 1951, p. 135. (com adaptações)

* Total da população de residência habitual (ou seja, toda aquela que reside no território: a presente e a ausente, em 1950)

A leitura dos dados sugere que o que deixou de ser registrado no censo de 1940 foi compensado nos seguintes, isto é, nos de 1949 e 1950. Em tais condições, “há de pôr de parte a tentativa de determinar a taxa de crescimento médio anual da população ou do seu decréscimo”¹¹. Assim, os números apresentados, em particular, os anteriores a 1949, têm de ser considerados com muitas reservas ou até mesmo como simples estimativas.

De todo modo, a imprecisão foi menor — comparados aos censos anteriores a 1950 —, devido aos suportes de amplos recursos materiais do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa,

⁹ CARREIRA, António. Guiné Portuguesa – Censo da população não-civilizada de 1950. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Lisboa, v. VII, n. 28, out. 1952, p. 727.

¹⁰ *Idem*. População autóctone segundo os recenseamentos para fins fiscais. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bolama, v. XV, n. 57, jan. 1960, p. 60.

¹¹ *Idem*. Apreciação dos primeiros números discriminados do Censo da população não-civilizada de 1950 da Guiné Portuguesa. In: *Boletim Cultural da Guiné*, Lisboa, v. VI, n. 21, jan. 1951, p. 135.

criado em 1945, responsável pela publicação do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*.¹² Estes recursos incluíam fotografias aéreas do espaço territorial, o que facilitou a localização das populações e o trabalho das equipes de recenseamento. Também foram importantes os apoios da Junta das Missões Geográficas e de Investigação Colonial (criada em 1936), que a partir de 1945 abrangia as Missões Antropológica e Etnológica e o Centro de Estudos de Cartografia e Geografia Colonial.¹³ Essas instituições promoveram estudos de campo etnográficos que passaram a revelar o funcionamento de estruturas próprias das comunidades étnicas da Guiné. Vale destacar os trabalhos elaborados por Avelino Teixeira da Mota, Antônio Carreira, Fernando Rogado Quintino, Manuel Belchior, José Mendes Moreira, entre tantos outros, que constituem — até os dias atuais — a base do “conhecimento científico” sobre a Guiné e suas comunidades étnicas.

Na análise dos primeiros números do censo da população “não-civilizada” de 1950 da Guiné Portuguesa, Antônio Carreira apresentou um esboço do território, mostrando a divisão para fins de arrolamento da população: onze áreas que por sua vez estavam subdivididas em 44 setores principais e 51 subsetores dirigidos pelos agentes do recenseamento. Entretanto, é necessário ter em conta que os cortes territoriais desnudam a constituição de um novo sistema sócio-espacial derivado do imaginário colonial português, próprio da década de 1950. Assim, as delimitações das populações e dos espaços e as classificações revelam que foram meios eficazes para tornar compreensível o desconhecido de modo a criar um controle efetivo sobre as comunidades étnicas. Em síntese, o censo foi um instrumento privilegiado na elaboração de um “saber colonial”.

¹² Juntamente com o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa foi instituído o Museu da Guiné Portuguesa.

¹³ No contexto das comemorações dos quinhentos anos da presença portuguesa na Guiné, foi reformulada, em 1945, a Junta das Missões Geográficas e de Investigação Colonial (criada em 1936), em cujo quadro foram criadas as Missões Antropológica e Etnológica (1945) e o Centro de Estudos de Cartografia e Geografia Colonial (1946). Mas o que sobressai de tudo isso são os estudos de campo que passaram a revelar o funcionamento das estruturas tradicionais da Guiné. Vale destacar os trabalhos sobre a etnografia elaborados por Avelino Teixeira da Mota, Antônio Carreira, Fernando Rogado Quintino, Manuel Belchior, José Mendes Moreira, entre tantos outros, que constituem a base do conhecimento científico sobre a Guiné e são referências para os estudos sobre as suas comunidades étnicas.

Mapa 1.1. Esboço do território da Guiné - divisões para fins de recenseamento

Fonte: CARREIRA, António. Apreciação dos primeiros números discriminados do Censo da população não-civilizada de 1950 da Guiné Portuguesa. In: *Boletim Cultural da Guiné*. Lisboa, v. V, n. 28, out. 1952, p. 132.

É importante ressaltar que o censo e o mapa são constitutivos da gramática em que se baseiam as ideologias e as políticas coloniais, moldando a maneira de imaginar a soberania do Estado, a natureza dos seres humanos que administrava, a geografia dos seus territórios e a legitimidade da sua ancestralidade.¹⁴

Com essa perspectiva, Anderson observou que os censos produziam “identidades” imaginadas pela mente classificadora do Estado Colonial, chamou a atenção para a intransigência desse Estado com relação às identificações múltiplas, criando subcategorias, em cada grupo “racial”, e caracterizou a “ficção do censo”, ou seja, a de integrar toda a população e a de pretender que toda gente tivesse apenas um lugar bem definido. Diante disso, os objetivos da administração colonial de fazer contagem de populações eram bem

¹⁴ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005, p. 221-222.

determinados: conservar registros da parcela da população obrigada ao pagamento de impostos e ao recrutamento militar obrigatório.¹⁵

O censo de 1950 sobre a Guiné abrange a “população não-civilizada”, conferindo-lhe um caráter fortemente homogêneo de subalternidade em relação a uma “população civilizada”.¹⁶ Produziu identidades imaginadas, atribuindo para os trinta “grupos étnicos” e para os “não identificados”, as “outras tribos”, a obrigatoriedade de pagamento de impostos e o recrutamento militar, também obrigatório. Por sua vez, as entradas classificatórias denominadas “outras tribos” não discriminavam alguns clãs ou corporações profissionais para os quais não foi possível determinar a “tribo” a que pertenciam. Encobriam todas as anomalias da realidade, uma vez que “o particular era sempre encarado como o representante provisório de uma série, e era a essa luz que se deveria lidar com ele”¹⁷.

Ainda que, na discriminação da população “não-civilizada”, os etnônimos apresentem uma pequena variação, há uma convergência nas escrituras de mapas e censos, ou seja,

como os censos, os mapas de estilo europeu tinham por base uma classificação totalizante (...).[Os geógrafos] avançavam para a colocação do espaço sob a mesma vigilância que os autores dos censos procuravam impor às pessoas. (...) Seria pouco razoável não considerar a intersecção crucial entre o mapa e o censo. (...) por uma espécie de triangulação demográfica, o censo preenchia politicamente a topografia formal do mapa.¹⁸

¹⁵ *Ibidem*, p. 222-226.

¹⁶ O censo demográfico da Guiné Portuguesa de 1950 indicou uma população total (civilizados” e “não-civilizados”) de 510 777 habitantes.

¹⁷ *Ibidem*, p. 242.

¹⁸ *Ibidem*, p. 232-233

Quadro 1.2 - “População presente por ‘tribos’”

Grupos étnicos	Totais		
	Varão + Fêmea	Varão	Fêmea
Total Geral	502.457*	248.276	254.181
Baga	97	54	43
Baiote	4.373	2.072	2.301
Balanta	146.305	72.572	73.733
Balanta-Mané	7.941	3.954	3.987
Bambará	170	97	73
Banhum	267	113	154
Beafada	11.581	5.808	5.773
Bijagó	10.332	5.072	5.260
Brame ou Mancanha	16.300	8.004	8.296
Cassanga	420	208	212
Cunante ou Mansoanca	6.050	2.795	3.255
Felupe	8.167	3.731	4.436
Fula do Boé ou Boenca	492	256	236
Fula do Futa ou Fula-fula	20.652	11.280	9.444
Fula do toro ou Toranca	825	480	345
Fula-forro	26.102	13.796	12.306
Fula-preto	60.331	31.185	29.141
Jacanã	885	456	429
Jalofo	213	132	81
Landumá	116	75	41
Mandinga	63.750	31.856	31.894
Manjaco	71.712	31.762	39.950
Nalú	3.009	1.524	1.485
Pajadinca	1.101	570	531
Papel	36.341	17.663	18.678
Sarancolé	2.049	1.060	989
Sosso	1.685	1.046	639
Suruá	157	87	70
Tandá	185	92	93
Téméné	8	6	2
Outras tribos	841	542	299

Fonte: CARREIRA, Antônio. Apreciação dos primeiros números discriminados do censo da população não-civilizada de 1950 da Guiné Portuguesa. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, v. VI, n. 21, jan. 1951, p. 143.

* Total da população presente de residência habitual

Por sua vez, no que se refere ao censo de 1950, o instrumento de notação usado continha um questionário com 23 quesitos, considerados “informações essenciais” para se conhecer o “valor do potencial demográfico do território”¹⁹. Para o recenseamento relacionado à cobrança de impostos, os atributos de maior importância, ou seja, as “categorias

¹⁹ CARREIRA, Antônio. Apreciação dos primeiros números discriminados..., *op. cit.*, p. 127.

identitárias politicamente fortes”,²⁰ diziam respeito às informações colhidas junto ao chefe de família, tais como residência habitual, idade aparente, sexo, estado civil, “raça” e “tribo”.

Vale considerar algumas distorções, voluntárias ou não, que revelam a “ficção do censo,” na feliz expressão de Benedict Anderson. No quesito “grau de instrução”, consideraram-se analfabetos todos aqueles que desconheciam o português. Ora, já havia na Guiné um grande número de islamizados que dominavam a escrita em árabe pertencentes, em particular, aos fulas, mandingas, beafadas e nalus. Entretanto, ser “civilizado”, para a administração colonial era saber ler e escrever em português.

Também é importante ressaltar que, na ausência de um registro civil que fixasse a data de nascimento, os erros na fixação das idades eram recorrentes. Em muitos casos essa informação era dada pelo chefe da tabanca, pelo chefe de família, por algum parente próximo ou pelo próprio recenseador. As distorções ficam evidentes, em particular, na concentração excessiva de homens na faixa dos 16 aos 60 anos, sobre a qual incidia a cobrança dos impostos.

Além disso, os censos reiteravam preconceitos, identificando os africanos como pertencentes a uma tribo ou a um grupo étnico, eram designações classificatórias utilizadas para estabelecer, arbitrariamente, divisões territoriais entre as populações, com as construção de fronteiras que não considerava os territórios linhageiros, dividindo povos unidos por séculos de história, adjetivando-os como polígamos, selvagens, analfabetos, promíscuos. Enfim, “primitivos, próximos da animalidade, incapazes de por si só produzirem qualquer coisa de válido no processo civilizacional”²¹.

Se o Censo de 1950 foi um instrumento para a dominação colonial e as suas justificativas, o Recenseamento Agrícola da Guiné elaborado pelo engenheiro agrônomo Amílcar Cabral, em 1953, teve como ponto de partida uma contestação do sistema colonial. Por isso, definiu a utilidade do recenseamento, afirmando como instrumento para

servir a agricultura do povo ou dos povos a que diz respeito. Um censo, seja da população, da agricultura ou da indústria, se não visa as melhorias das condições de vida do povo ou dos povos a que se refere, não é só um trabalho inútil: é um empreendimento nocivo.²²

²⁰ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas...*, op. cit., p. 222.

²¹ ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil/Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 225.

²² CABRAL, Amílcar; CABRAL, Maria Helena. Breves notas acerca da razão de ser, objetivos e processo de execução do recenseamento agrícola da Guiné. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988, p. 227.

Nessa perspectiva, com base no Censo de 1950, destacou dezoito comunidades étnicas pela importância da agricultura para a economia das regiões em que habitavam. Para a construção do Recenseamento de 1953, Cabral também manteve, para cada um dos dezoito “povos” considerados, os números relativos à população, aos concelhos, às circunscrições, aos postos administrativos. Além disso, identificou a percentagem da área cultivada de cada um dos “povos” e a percentagem da área cultivada em que eles desenvolviam atividades agrícolas.²³

Quadro 1.3 – Povos considerados, populações, número de concelhos, postos administrativos e áreas ocupadas pelas culturas

Povos	População	Conselhos e circunscrições	Postos	% da área cultivada real
Balanta	146 305	9	26	30,07
Fula	108 402	8	22	28,61
Manjaco	71 712	7	18	12,62
Mandinga	63 750	8	21	15,69
Papel	36 341	3	8	2,89
Mancanha	16 300	6	12	3,36
Beafada	11 581	3	9	1,62
Bijagó	10 332	3	4	0,44
Felupe	8 167	1	1	1,53
Balanta-mané	7 941	1	2	0,76
Mansoanca	6 050	1	1	0,86
Baiote	4 373	1	2	0,46
Nalú	3 009	1	2	0,44
Saracolé	2 049	2	3	0,13
Sosso	1 685	1	1	0,18
Pajadinca	1 005	1	1	0,20
Cassanga	420	1	1	0,11
Banhum	267	1	1	0,03

Fonte: CABRAL, Amílcar. Acerca da contribuição dos “povos” guineenses para a produção agrícola na Guiné. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Bissau, v. 9, n. 36, 1954, p. 774 (com adaptações).

Como coordenador do Recenseamento Agrícola de 1953, Cabral observou e anotou as especificidades de cada comunidade, em particular, no que se refere à produção agrícola de cada uma e à exportação dos produtos. Como resultado, reclassificou os “povos” em ordem decrescente e observou que os balanta, fula, mandinga e manjaco eram responsáveis por 86.99% da área total cultivada. Já os “povos de contribuição secundária” foram os mancanha,

²³ CABRAL, Amílcar. Acerca da contribuição dos “povos” guineenses..., *op. cit.*, p. 774-777.

papel, beafada e felupe, que davam um contributo de 9,40%; e os restantes, “povos de contribuição subsidiária”, participavam com 3,61%.²⁴

Dessa forma, quando se fala em contribuição para a produção agrícola, devem-se observar as comunidades de contribuição principal, com 86.99% da área cultivada. Nela eram colhidos os produtos da palmeira, do caucho silvestre e o amendoim (para a exportação e para o consumo interno). Quanto ao arroz, era destinado à alimentação das populações por quase toda a Guiné, exceto no sul — regiões de Catió, Bedanda, Banta e Enxudé —, onde o arroz era praticamente a única cultura; e ao objetivo da alimentação sobrepunha-se outro: o da venda para as empresas concessionárias. Já o milho era consumido exclusivamente na alimentação. Por sua vez, aproximadamente 70% da produção da mancarra era destinada à exportação.

Os resultados do recenseamento agrícola representam um primeiro passo para compreender as características essenciais da agricultura na Guiné. Mas não só. Para Amílcar Cabral, que “percorreu a Guiné de lés a lés, estudando, medindo e inquirindo”²⁵, o recenseamento agrário só teria sentido se os seus resultados práticos servissem ao desenvolvimento da agricultura e das comunidades étnicas. Assim, observou, com olhar de agrônomo, a lida diária dos agricultores e permaneceu atento aos problemas das populações.

Por outro lado, ao retomar os dados quantitativos e qualitativos de que dispunha, observou, com olhar político: a geografia dos “povos” da Guiné Portuguesa; a violência da dominação; os movimentos de resistência contra alguns aspectos do colonialismo; e, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a mobilização e a organização voltadas para a luta pela independência.

1.2. Da geografia e dos povos da Guiné

O pequeno território da Guiné (33.637 Km²), limitado pelo Senegal e pela República da Guiné, diminui ainda mais em cada macaréu, maré alta que alcança até nove metros e se estende quilômetros terra adentro.²⁶ Desse modo, a linha limite das marés permite dividir a

²⁴ *Ibidem*, p. 776.

²⁵ CABRAL, Amílcar. “Recenseamento Agrícola da Guiné – Estimativa em 1953”. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988, p. 294.

²⁶ Periodicamente, uma parte significativa do país é submersa pela maré, ao ponto de a superfície total do território variar de fonte estatística para fonte estatística, dependendo da inclusão ou exclusão das áreas inundadas: 33 637 km² (Cabral, 1953), 28 000 km² (Teixeira Mota, 1954) e 36 125 km² (Anuário Estatístico do Ultramar, 1956). Cf. TEIXEIRA A. J da Silva. *Os solos da Guiné Portuguesa. Carta geral, características*,

sua superfície em duas zonas principais: litoral e interior. A zona do litoral, sujeita à influência das marés, está constituída pelas seguintes rias: Sucujaque, Cacheu, Cajeguisse, Mansoa, Bissau, Grande de Buba, Tombali, Canjola, Cumbijã e Cacine. Por sua vez, na zona do interior, encontram-se as bacias hidrográficas dos rios Farim, Geba e Corubal.

Em relação ao relevo, segundo o esboço de classificação geomorfológica de T. da Mota, distinguem-se: planícies do litoral, planalto de Bafatá, colinas do Boé, planalto do Gabu, zona de transição do Oio e zona de transição do Forreá.

Mapa 1.2. Guiné Portuguesa — Esboço de uma divisão segundo formas de relevo

Fonte: TEIXEIRA A. J da Silva. *Os solos da Guiné Portuguesa. Carta geral, características, formação e utilização*. Lisboa, 1962.

O relevo é monótono, com altitudes médias que variam entre 40 e 80 metros. As maiores altitudes, que não ultrapassam os 300m, encontram-se na região do Boé, onde estão presentes as colinas que fazem parte dos contrafortes do Futa Djalon Ocidental.

Esse cenário, com clima tipicamente tropical, abrigava uma população de cerca de 502. 457 habitantes, segundo o censo de 1950, e com uma especificidade: poucas regiões da África apresentam, num território tão diminuto, uma diversidade cultural tão rica. Tal

formação e utilização. Lisboa, 1962; MENDY, Peter Karibe. *Colonialismo português em África: a tradição da resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*. Bissau : Inep, 1994, p. 75.

diversidade é uma característica da Guiné, estando presentes cerca de trinta diferentes comunidades étnicas,

cujas origens são ainda hoje um problema no campo historiográfico-etnológico. Diversidade flagrante, sobre uma mesma base de cultura e de civilização africanas: cor da pele à forma de habitação e povoamento; do idioma à religião; da indumentária ao regime alimentar; do instrumento agrícola às leis do casamento, da divisão do trabalho à repartição da riqueza. Dominando essa variedade, onde são freqüentes as interinfluências, o império de uma situação político social idêntica e uma base de vida idêntica – a agricultura.²⁷

De fato, a Guiné sempre viveu do trabalho de homens e mulheres que, com base na tradição e no conhecimento alicerçado na experiência e na observação do meio, utilizavam instrumentos rudimentares para cultivar a terra.

Quanto às referidas populações, consideram-se as comunidades estabelecidas no litoral e aquelas que habitam o interior (veja mapa 1.3)

O litoral, região de florestas, de rias extensas onde prevalecem o tarrafe (mangue), os palmares, as lalas e bolanhas, além das áreas pantanosas, constitui o território dos balantas (estes de maior peso numérico), manjacos, mancanhas, papéis, beafadas, felupes, baiotes, banhuns, nalus, sossos e os bijagós. Os habitantes das terras alagadas, desfrutam das condições ideais para a cultura do arroz, a extração do azeite e do vinho de palma²⁸, a extração do sal, o aproveitamento da pesca e a coleta de mariscos. Quanto à organização social e política, os referidos grupos diferenciam-se por serem comunidades étnicas politicamente descentralizadas, à semelhança dos balantas, felupes e dos boiotes. Nelas a família era a unidade econômica e política. O poder político encontrava-se distribuído pela comunidade, e a família, unidade básica da organização, desempenhava funções executivas deliberativas e consultivas.

²⁷ CABRAL, Amílcar. A Agricultura na Guiné. Algumas notas sobre as características e problemas fundamentais. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT/Bissau: INEP, 1988, p. 526.

²⁸ O vinho de palma é obtido “da seiva da palmeira, extraída a partir de uma incisão feita no alto, junto às folhas. O líquido é recolhido numa cabaça e retirado horas depois; ingerido fresco tem gosto adocicado. É consumido em grande quantidade durante as festas, práticas sacralizadas, ronias, rituais, choros, etc”. Cf. SILVA, Dilma de Melo. *Por entre as Dórcades Encantadas: os bijagós da Guiné Bissau*. São Paulo: Terceira Margem, 2000, p.163.

Mapa 1.3. Localização Espacial das Principais Etnias da Guiné Bissau

Fonte: NÓBREGA, Álvaro. *A luta pelo poder na Guiné Bissau*. Lisboa:ISCSP, 2003, p. 56.

Apenas os assuntos que implicavam relações entre as famílias eram tratados por um “concelho de povoação” composto por “chefes de moranças”. Em poucas palavras, são comunidades cujas estruturas sociais eram horizontalizadas, tendo a família como unidade política e econômica.²⁹

Ainda é preciso acrescentar que os trabalhos agrícolas dos povos do litoral, não islamizados, eram efetuados tanto pelos homens como pelas mulheres, sendo que a elas cabia a execução de tarefas mais ligeiras. Às mulheres, com o auxílio das adolescentes, cabia a organização dos viveiros de arroz e a transplantação para as bolanhas (áreas preparadas para o cultivo do arroz de alagado); a sementeira das terras preparadas pelos homens; o preparo e o cultivo de pequenas hortas; o transporte para a casa e depois para os centros de venda do arroz e da mancarra (amendoim), colhidos pelos homens; a confecção de objetos de barro; a apanha do inhame, palmito e frutos espontâneos; a pesca e a coleta de mariscos; a socagem e a limpeza do arroz e do milho; e a criação de aves.

²⁹ LOPES, Carlos. *A transição histórica na Guiné-Bissau*. Bissau: INEP, 1987, p. 22 - 24.

Já aos homens competia o desbaste do mato para a preparação dos campos de cultura (mancarra, milho, sorgo, feijão, mandioca, inhame e fundo); o preparo e manutenção de todo o sistema de irrigação nas bolanhas; a dessalga e a preparação para o plantio do arroz de pântano; a extração do vinho de palma (seiva da palmeira) e o corte do chabéu (nome dado ao cacho onde se encontram os cocos da palmeira e de onde se extrai o óleo de palma); a caça e a pesca. O apascentamento do gado cabia aos rapazes entre os 6 e os 15 anos de idade, bem como a contagem e recolha a casa ao entardecer.³⁰

Vale observar que entre os balantas a criação do gado bovino era, em geral, para fins religiosos e, quase sempre, foi a falta de animais para os sacrifícios que acabou por lançar os adolescentes ao roubo do gado das tabancas vizinhas, dos mandingas. Essa prática gerava grandes conflitos, ao ponto de A. Carreira observar que “o roubo do gado, a bolanha e o fanado [designação crioula das cerimônias de iniciação dos jovens] constituem uma trindade religiosa para todo balanta” e concluir: “a incompatibilidade entre Mandinga e Balanta é impossível de atenuar enquanto estes não puserem de parte o costume de roubar o gado dos vizinhos”.³¹

Ainda em relação aos balantas, cumpre chamar a atenção para a importância que o seu apoio irá conferir ao PAIGC. Ao se estabelecer fortemente no seio dessa comunidade étnica, o Partido contou com um apoio estratégico, pois o território balanta cortava a Guiné Portuguesa de norte a sul, alcançando as fronteiras com o Senegal e com a República da Guiné. No período da luta armada (1963-1974), os balantas destacaram-se por serem destemidos e pelo conhecimento do território, assegurando a entrada contínua de homens para as frentes de combate (veja mapa 1.4).

Resta destacar que no litoral estavam presentes também as comunidades fortemente hierarquizadas, com destaque para os manjacos, mancanhas e papeis. São povos

organizados territorialmente sob a forma de Regulados que podem ser definidos como uma unidade política independente, ocupando um espaço territorial delimitado pela tradição e pela história. Nestes o poder dos chefes de família submete-se ao dos chefes de povoações e estes, por sua vez, ao régulo (...) coadjuvado na sua acção por um conselho de “homens grandes” (anciãos).³²

³⁰ CABRAL, Amílcar. A Agricultura na Guiné..., op. cit, p.523-536; CARREIRA, António. Organização social e económica dos povos da Guiné. In: *Boletim Cultural da Guiné*, Lisboa, v. XVI, n. 64, out. 1961.

³¹ CARREIRA, António. População autóctone segundo os recenseamentos para fins fiscais. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Lisboa, v. 15, nº. 58, Jan. 1960, p. 320.

³² NÓBREGA, Álvaro. *A luta pelo poder na Guiné Bissau*. Lisboa: ISCSP, 2003, p. 58.

a manutenção econômica e do prestígio político dos régulos e chefes dependem do valor e quantidade de bens atribuídos aos cargos. É com o produto de sua exploração que eles provêem ao seu sustento e da numerosa família de acólitos.

Os imóveis especiais das reinanças dividem-se em três grupos:

1º — o dos reservados à exploração direta do chefe político, cuja produção se enceleira para seu consumo próprio;

2º — o dos destinados à exploração indireta por meio de arrendamento, cujos sistemas se indicarão ao tratar da exploração;

3º — o dos exclusivamente destinados a obter meios ou valores a aplicar ao sustento dos velhos, desamparados ou órfãos sem família conhecida.

Dos bens dessa categoria especial, fazem parte os irãs e os tambores próprios para os ritos funerários.³⁴

Tudo indica que, além da profissão artesanal, das classes de idade, da linhagem e do clã, os bens de reinança eram fundamentais para a diferenciação social, em particular, para o que diz respeito à exploração direta ou indireta de propriedades inerentes ao cargo, originando um grupo influente e de *status* diferenciado — o dos régulos e chefes de tabanca —, que tem a sua manutenção assegurada pelos rendimentos provenientes do arrendamento dos imóveis, tributação paga pelas populações, aluguel dos tambores e a presidência dos Irãs.³⁵

Além disso, um outro ponto significativo merece atenção. Diz respeito à estrutura religiosa baseada fundamentalmente no culto aos antepassados. No culto aos parentes mortos, “o negro da Guiné submete-se inteiramente à vontade dos espíritos ancestrais. Consultando-os a cada passo, nada fazendo sem a sua concordância, o seu prévio e valioso beneplácito”³⁶. É dessa concordância que depende o sucesso de todas as iniciativas, ou seja, a veneração dos espíritos dos antepassados está fundada na certeza de que, sem a proteção de Irãs, não se consegue ser bem sucedido. Portanto, havia uma relação estreita da população com os seus Irãs familiares ou coletivos. Neste sentido, é importante salientar que

³⁴ CARREIRA, António. Organização social e econômica dos povos da Guiné. In: *Boletim Cultural da Guiné*, Lisboa, v. XVI, n. 64, out. 1961, p. 713.

³⁵ A palavra irã não indica somente uma força ou um ser espiritual. Pode ser também um espírito ancestral ou qualquer outro ser sobrenatural. Além disso, ela indica o local das cerimônias a dedicar a estes espíritos. Em relação aos seres espirituais, o Irã significa tanto a serpente, a divindade da terra, como os espíritos ancestrais. O Irã cego, por exemplo, é representado por imensa jibóia cujos olhos estão fechados depois de engolir um animal e que vive na maioria das vezes nos buracos de lodo, causados pelos redemoinhos dos lagos até ao nível mais alto da bolanha ou península. Cf. JONG, Joop T. V. M. de. O Irã, o fulano e a doença. In: *Soranda – Revista de Estudos Guineenses*, Bissau: INEP, n. 5, jan. 1988, p. 5.

³⁶ QUINTINO, Fernando Rogado. No segredo das crenças. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, v. IV, n. 15, jul. 1949, p. 454.

os Irãs familiares encarnam e simbolizam os espíritos dos antepassados remotos, dos quais têm apenas reminiscências muito vagas (...). Os Irãs coletivos representam os espíritos dos antepassados, dos quais pensam, tenha provindo o grupo. Destes há uma noção um tanto mítica quanto lendária.

[...] Os familiares situam-se (...) num dado local da morança; os coletivos, no mato, encobertos por tufo de vegetação, cujo corte ou desbaste é rigorosamente vedado. É mato amargoso, mato tabu: *Plu-piêma!*³⁷

Também é necessário registrar que há uma procura individual por proteção, pois, sem ela, como poderia o indivíduo “ultrapassar o círculo restrito da vigilância do Irã”?³⁸ Como poderia proteger-se longe da morança? Diante dessa preocupação, encontrou-se um meio prático: a transferência do poder do Irã para amuletos que ele traria sempre consigo, protegendo-o nas suas andanças.³⁹

Durante a luta de independência, essas práticas tradicionais — a crença de que os mezinhas (amuletos) livravam dos perigos da guerra; o medo dos fenômenos da natureza; o temor em penetrar no mato tabu, morada do Irã coletivo; a busca de proteção contra os feitiços; e a convicção de que certas coisas só aconteceriam na vida do indivíduo se ele satisfizesse as vontades do Irã — afetavam a capacidade e a moral de combate das tropas. Por isso, foram combatidas pelo Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Amílcar Cabral, num discurso dirigido aos combatentes, explicando como a cultura deveria estar ao serviço da resistência, esclareceu que “a nossa cultura deve desenvolver-se numa base da ciência, deve ser científica, quer dizer, não acreditar em coisas imaginárias”⁴⁰.

Há ainda que considerar as comunidades étnicas estabelecidas no interior da Guiné. A região interiorana, situada no limite das marés e onde predominam as savanas, é a área onde se concentravam os fulas e os mandingas, comunidades étnicas islamizadas, como resultado da difusão do Islão na Senegâmbia e na franja sahel-sudanesa, desde o século VII. Esses povos “pertenciam a uma sociedade altamente estratificada de nobres e aristocratas, artífices, gente comum e escravos, donos de gado e profissionais como ferreiros, ourives, tecelões, tintureiros, músicos e guardadores da tradição oral”⁴¹, ou seja, possuíam uma organização política centralizada — com o governo nas mãos dos régulos e chefes de povoação, assistidos

³⁷ CARREIRA, António. Manjacos-brames e balantas. In: *Boletim Cultural da Guiné*, Lisboa, v. XXII, n. 85-86, Jan./abr. 1967, p. 51-52.

³⁸ QUINTINO, Fernando Rogado, *op.cit.*, p. 455.

³⁹ *Ibidem*, p. 455.

⁴⁰ CABRAL, Amílcar. *Análise de alguns tipos de Resistência*. Bolama: Edição do PAIGC, 1979, p. 85.

⁴¹ MENDY, Peter Karibe. *Colonialismo português em África...*, *op. cit.*, p. 89.

de conselheiros — e, com intensas divisões ocupacionais, caracterizavam-se por uma rígida hierarquia social⁴² (veja mapas 1.5 e 1.6).

Mapa 1.5. Localização Espacial da Etnia Fula

Fonte: NÓBREGA, Álvaro. *A luta pelo poder na Guiné Bissau*. Lisboa: ISCSP, 2003, p. 104

No que diz respeito à distribuição do trabalho agrícola e à pecuária, percebe-se que, entre os mandingas e fulas, a cultura do arroz (trabalho de lavoura, plantação e colheita) era executada pelas mulheres. Também eram responsáveis, contando com o auxílio dos adolescentes de ambos os sexos, pela sementeiras e mondas (limpeza e corte das ervas daninhas) das terras altas e dos campos de cultura; preparo das hortas próximas às palhotas; ordenhamento das vacas e preparo da manteiga e do leite coalhado; criação de aves e animais

⁴² É importante esclarecer que o sistema de regulados foi introduzido pelos portugueses. O régulo era nomeado pela administração colonial e “sem vencimentos e absorvidos pelos problemas da administração que lhes eram atribuídos, não podiam curar da sua própria fazenda: para se manterem bem com os seus, exigiam dinheiro e mantimentos aos habitantes do seu território, além disso, rodeavam-se de uma grande corte de auxiliares formados pelos seus rapazes, que parasitavam à sua volta e à sua sombra cometendo prepotências e praticando extorsões”. Cf. BARBOSA, Octávio Gomes. *Contribuição para o estudo dos beafadas*. Lisboa: ISCSPU, 1972. *Apud*, NÓBREGA, Álvaro. *op. cit.*, p. 107.

todos os chefes que são muitos, além dos chefes de posto”⁴⁴. Diante disso, percebeu que, se os trabalhadores compreendessem esta forma de exploração, decidiriam aderir à luta.

No censo de 1950, os fulas apareciam como o segundo grupo populacional mais numeroso da Guiné, seguidos pelos manjacos, e os mandingas constituíam o quarto grupo mais importante. A população fula subdividia-se em três subgrupos principais: futa fula, fula forro e fula preto. Essas “designações (...) derivam de topônimos muito ou pouco conhecidos e outros de denominações resultantes de posições sociais ocupadas — de relevo ou de baixa condição social”.⁴⁵ Dessa forma, a designação futa indicava os fulas originários do maciço montanhoso do Futa Djallon e o termo forro designava os fulas que ficaram livres da sujeição a que estiveram submetidos por mandingas e beafadas.

As comunidades islamizadas não descartaram as crenças da religião tradicional. De fato, tomavam a vontade de Alá como sendo a lei, e orientavam-se pelas normas estabelecidas nos usos e costumes ancestrais. A esse respeito é oportuno lembrar que “as normas são todas costumeiras e o costume vai buscar a sua essência para as crenças”.⁴⁶ Aqui são esclarecedoras, mais uma vez, as observações de A. Carreira. Segundo a exposição do autor,

existe um traço comum aos dois grupos — islamizados e animistas —: a ideia de religião está sempre relacionada com o acto de apropriação [de terras] e com o início das culturas e das colheitas. Até nisto se nota nos islamizados o verdadeiro sincretismo religioso. Os Fulas e os Mandingas abastardam-se do ponto de vista das crenças quando executam cerimônias do tipo animista (com ritual mágico) para a posse ou cultivo das terras: sortilégios e imolação de animais.⁴⁷

Por meio das práticas rituais, as comunidades islamizadas também obtinham o consentimento para a apropriação da terra, a proteção para as suas culturas agrícolas e a criação do gado. A. Carreira, ao enfatizar a importância da criação do gado bovino, chegou mesmo a citar uma “bovonia” dos fulas e, em menor grau, dos mandingas, esclarecendo que, “para o fula e o mandinga, o bovino representa, por um lado um capital, símbolo de riqueza, e, por outro, o elemento principal do dote, nos contratos de casamento”⁴⁸.

⁴⁴ ANDRADE, Mário de (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral: unidade e luta*. v. I. Lisboa: Seara Nova, 1976, p. 125.

⁴⁵ CARREIRA, António. População autóctone segundo os recenseamentos..., *op.cit.*, p. 261.

⁴⁶ QUINTINO, Fernando Rogado. No segredo das crenças..., *op. cit.*, p. 481.

⁴⁷ CARREIRA, António. Organização social e económica..., *op. cit.*, p.696.

⁴⁸ *Idem*. População autóctone segundo os recenseamentos..., *op. cit.*, p. 275.

Não faz parte da proposta deste trabalho uma exploração detalhada de todas essas comunidades étnicas — cada uma envolvida com as suas especificidades que por si sós mereceriam estudos particulares. No entanto, resgatar observações sobre as dinâmicas internas de alguns grupos ajuda a compreender o complexo mosaico de diversidades étnicas da Guiné, os conflitos de grande ou pequena dimensão entre os diversos grupos, bem como os mecanismos de desarticulação política e social das comunidades implantados pela colonização efetiva dos portugueses.

De toda forma, sem ultrapassar o âmbito deste estudo, cumpre lembrar que historicamente os conflitos entre as comunidades étnicas foram decorrentes da disputa pelo controle do território e da terra, em decorrência, sobretudo, das sucessivas fases da expansão fula; de práticas culturais enraizadas, como roubo de gado que incompatibilizava os balantas com os fulas e mandingas; de uma ofensa grave feita por uma etnia a outra, consequência do desrespeito pelas tradições ou pelas rivalidades plantadas ao longo dos tempos.⁴⁹ Dessa forma, o processo histórico tem particular interesse, pois provocou uma série de mudanças sociais e geopolíticas e criou entre as diversas comunidades rivalidades duradouras. Além disso, fornece elementos para compreender o que possibilitou a implantação definitiva do colonialismo.

Vale lembrar que os portugueses se utilizaram, basicamente, de dois mecanismos para a ocupação efetiva da Guiné: os tratados com as chefias tradicionais e a manipulação de conflitos, utilizando um grupo contra o outro.

Até o primeiro quartel do século XX, a administração colonial portuguesa não tinha estabelecido o controle político efetivo na região, até porque a política ultramarina portuguesa manteve um domínio indireto, o suficiente para articular as duas costas do Atlântico, a africana e a americana.

O *imperium* predominava sobre o *dominium*, atendendo à prevalência dos interesses econômicos. Não raro foram estes que condicionaram as alianças entre os comerciantes portugueses e as grandes famílias afro-portuguesas o que lhes conferia influência e prestígio. Essas alianças foram favoráveis para que grupos mercantis e cristianizados se formassem ao redor de entrepostos e “praças fortes” portugueses, consolidando o comércio triangular entre Europa, África e América, em torno, sobretudo, do tráfico de escravos.

Em particular, o fortalecimento de famílias afro-portuguesas imprimiu uma dinâmica própria ao comércio na Costa da Guiné. Registre-se, como exemplos, as figuras de Honório

⁴⁹ NÓBREGA, Álvaro, *op. cit.*, p. 144.

Barreto e Caetano José Nozolini, resgatadas pelas pesquisas de Carlos Lopes e Maria Manuela Lucas.

Carlos Lopes, ao estudar a resistência africana ao controle português na Costa da Guiné, constatou que a presença portuguesa foi bastante reduzida e o controle administrativo, rudimentar. Salientou que a liderança e mediação eficaz de afro-portugueses, como o de Honório Barreto (1812- 1859), foi fundamental para os portugueses. Barreto — filho de João Pereira Barreto, oriundo de Santiago de Cabo Verde, e de Rosa de Carvalho Alvarenga, descendente de uma abastada família de comerciantes africanos e representantes da autoridade portuguesa em Zeguinchor — foi nomeado governador interino da Guiné em 1837. Naquela altura, comprou “terrenos que depois doou à coroa portuguesa e que constituíam as únicas propriedades portuguesas do século XIX, para além dos perímetros dos entrepostos e Praças Fortes”⁵⁰. Isso reforça que a presença portuguesa e sua influência na Guiné era muito limitada.

Por sua vez, Maria Manuela Lucas pesquisou a trajetória de Caetano José Nozolini (1801-1850), oriundo de Cabo Verde, casado com Nhanha Aurélia Correia, importante senhora da nobreza bijagó, detentora de uma plantação de mancarra (amendoim) em Bolama. À Aurélia Correia

(...) muito respeitada por pertencer à nobreza deveria, por certo, Nozolini o grande prestígio de que gozava entre os Bijagós e o ambiente de sossego em que decorria o importante comércio que estes faziam com as casas Nozolini de Bissau e de Bolama, despertando este último as ambições dos Ingleses, logo a partir dos finais da década de trinta [1830]. Do mesmo modo, a simpatia e a preferência que os Bijagós viriam, entretanto, a manifestar relativamente aos portugueses, poderão ser melhor entendidas se for tido em conta o peso da união já que Nhanha Aurélia se valia da posição ocupada na *Grandeza* para influir nas decisões do Conselho dos Anciãos, órgão que decidia sobre os mais importantes problemas da sociedade.⁵¹

⁵⁰ LOPES, Carlos. Resistências africanas ao controle do território: alguns casos da Costa da Guiné no século XIX. In: *Actas da 1ª Reunião Internacional de História de África: Relação Europa-África no 3º quartel do século XIX*. Lisboa: IICT-CEHCA, 1989, p. 504.

⁵¹ LUCAS, Maria Manuela. Relações contratuais entre africanos e portugueses na Senegâmbia, em meados do século XIX – o território como objeto de relação. In: *1ª Reunião Internacional de História da África. Relação Europa-África no 3º quartel do século XIX*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1989, p. 452.

Mais uma vez, a presença dos portugueses junto às populações africanas foi assegurada por meio de alianças, tendo como mediador um afro-português, cujo papel foi fundamental para reforçar a fraca presença na Guiné, como atesta a carta do vigário da Guiné, Marcelino Marques de Barros, enviada ao Ministro da Marinha do Ultramar, em 1880:

os portugueses por direito de conquista foram ou deveriam ser os únicos senhores de todo o imenso território que se estende desde o Senegal ao Gâmbia, e que por ser mui fértil e coberto de catorze milhões de habitantes poderia mais tarde constituir uma potência se soubéssemos sempre edificar impérios, Infelizmente por cessões, por troca ou por abandono, os franceses por um lado, os ingleses por outro começaram desde cedo e por tal forma a dividir entre si a Senegâmbia , que foi forçoso trocar-lhe o nome por outro menos pretensioso, o de – Guiné Portuguesa – Os dois concorrentes à grande herança que nos legaram os nossos antepassados , não contentes com limitar-nos à quinta parte quase da antiga Senegâmbia, pretendem ainda cancelar-nos os rios de Nuno e de Casamansa e as ilhas de Pissiz e de Canhabak.⁵²

Por sua vez, para reforçar a sua soberania evitando perder territórios, em 1879, o governo português de Cabo Verde decidiu que a Guiné ficaria ligada diretamente à Metrópole e Bolama passaria a ser o centro da administração. A ilha de Bolama, dada a sua proximidade com o continente, era um ponto estratégico para o comércio na Guiné e, em decorrência, já havia despertado o interesse dos ingleses que, em 1860, tentaram anexá-la à colônia de Serra Leoa. Em 1870, por meio da arbitragem do presidente dos Estados Unidos, Ulysses Grant, foram reconhecidos os direitos de Portugal.⁵³

Em Bolama, nessa época, a presença portuguesa era muito reduzida. As línguas ali mais difundidas eram o crioulo de Cabo Verde e o francês; o português era pouco falado, o que deu ensejo à formação de uma língua crioula própria. Isso não causa surpresa uma vez que, com cerca de 1000 habitantes, estavam ali presentes aproximadamente cinquenta homens brancos, sendo a maior parte mercadores europeus que se inseriam nas articulações do comércio atlântico. Os poucos portugueses metropolitanos eram funcionários e degredados.⁵⁴

⁵² *Ibidem*, p.455.

⁵³ MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal desde os tempos mais antigos até a presidência do senhor General Eanes*. 3. ed. Lisboa: Palas, 1986, p. 202.

⁵⁴ PÉLISSIER, René. *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia (1841-1936)*. Lisboa: Estampa, v.1, 1989, p. 191; HAVIK, Philip J. Comerciantes e concubinas: sócios estratégicos no comércio atlântico na costa da Guiné. In: *A dimensão atlântica da África*. São Paulo: CEA/USP; SDG-Marinha, CAPES, 1999, p.161-179.

Por toda a Guiné, até os finais do século XIX, grupos luso-africanos e africanos, incluindo homens e mulheres, controlavam o comércio com os europeus e exerciam um papel de liderança nas regiões onde estavam estabelecidos. Os grupos sociais ditos civilizados formavam uma rede complexa entre comerciantes das pequenas comunidades “crioulófonos”, descendentes dos *gans* locais, como eram designados os grandes clãs crioulos das praças e com laços de parentesco em Cabo Verde; deportados políticos, inclusive indivíduos provenientes de outras províncias ultramarinas portuguesas; cabo-verdianos, portugueses perante a lei, com grande participação na vida política da Província; kristons ou grumetes, indivíduos das comunidades que estavam diretamente ligadas às atividades comerciais, atuavam como intermediários entre as casas comerciais européias e americanas e as sociedades africanas residentes. Os grumetes também eram contratados por comerciantes e casas de comércio como intérpretes, pilotos e caixeiros, que em número crescente comerciavam por conta própria. Além disso, cultivavam os laços de parentesco com a comunidade étnica em cujo chão nasceram. Por fim, os *ponteiros*, aqueles que detinham concessões de terrenos para cultivo e comércio, as chamadas *pontas*, os trabalhadores dos portos e os funcionários públicos.⁵⁵

É preciso observar que, a partir de meados do século XIX, com o fim do comércio de escravos, a segunda fase da revolução industrial e a procura de fontes de matérias primas, além de mercados para os produtos industrializados, deu-se a passagem do comércio ilícito (o dos escravos) para o comércio lícito (o dos produtos agrícolas e outros). Verificou-se a intensificação, ao longo da Costa da Guiné, da exportação de matérias-primas e produtos agrários para atender à crescente demanda dos países mais industrializados da Europa e dos Estados Unidos.⁵⁶

No caso da Guiné, os produtos mais solicitados para a exportação eram o amendoim, o coconote⁵⁷ e a borracha. Foi significativa a atuação e o interesse de comerciantes franceses, alemães e belgas, na passagem do século XIX para o XX, na região. Os franceses, em

⁵⁵ Pontas são feitorias agro-comerciais ou propriedades agrícolas em regime de concessão por aforamento ou arrendamento. A designação deriva das primeiras ocupações terem sido efetuadas nas faixas de terra salientes das margens dos rios ou rias, verdadeiras pontas ou línguas de terra. Daí os seus concessionários ou ocupantes serem conhecidos por ponteiros. Cf. PEREIRA, João Dantas. *Pontas e Ponteiros na Guiné-Bissau*. São Paulo, 1999, p.10. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

⁵⁶ M'BOKOLO, Elíakia. *África Negra. História e Civilizações – Do século XIX aos nossos dias*. Tomo II. Lisboa: Edições Colibri, 2007, p. 125-127.

⁵⁷ “Coconote é o nome dado ao caroço que sobra após a extração do óleo de palma (dendê); dele também se extrai um outro tipo de óleo.” Cf. SILVA, Dilma de Melo. *Por entre as Dórcades Encantadas: os bijagós da Guiné Bissau*. São Paulo: Terceira Margem, 2000, p.160.

particular, dominaram o comércio da Guiné até o início do século XX, quando perderam a posição para os alemães. Vale registrar que

durante o período de 1901-1903, em média, os alemães controlavam a exportação de 85,5% da borracha, bem como 60,6 % do coconote, 18% do amendoim, 96,5% da cera e 16,3% dos coiros; por outro lado, a França só controlava, em média, 1,1% da borracha exportada, 9,7% do amendoim, 2,7% da cera e menos de 1% do coconote e coiros. Portugal e Bélgica eram responsáveis respectivamente por 8,2% e 5,0% da borracha exportada, 35,2% e 3,9% do coconote, 30,5 e 41,8% do amendoim. Todavia os portugueses dominavam o comércio de coiros com 83,7% do valor total das exportações.⁵⁸

Esses dados são importantes não apenas por revelar a capacidade produtiva da Guiné e o controle da exportação por países europeus, mas, sobretudo, pela constatação de que as relações comerciais revelavam profundos interesses políticos e econômicos na região. Essa concorrência reforçava a fragilidade do domínio português já evidenciada pelo estado de abandono das fortificações e postos de comércio, além da ameaça constante das comunidades étnicas ao redor desses pontos.

Carlos Cardoso, quando estudou o envolvimento de Portugal nos conflitos do Forriá, entre fulas e beafadas e entre os próprios fulas, no final do século XIX, sintetizou a luta pelo controle desse território.⁵⁹

Por volta de 1880, a administração colonial portuguesa não tinha estabelecido o controle político na região. A partir daí, com a pressão de outras potências européias e as resoluções da Conferência de Berlim (1884-85), Portugal deu início a uma política de ocupação militar. Entretanto, para estabelecer o controle político no território da Guiné, era necessário ter o controle do setor comercial que estava nas mãos dos franceses, ingleses e holandeses. Além disso, os portugueses sabiam que só teriam o domínio do território se controlassem o sistema de feitorias existentes ao longo do rio Grande de Buba, principal

⁵⁸ MENDY, P. Karibe. A economia colonial da Guiné-Bissau: nacionalização e exploração, 1915-1959. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, n. 9, jan. 1990, p. 30-31.

⁵⁹ O espaço geográfico conhecido com o nome de Forriá corresponde ao antigo território de Bolola, entre o rio Corubal, ao norte, e o rio Cacine, ao sul. Bolola era uma região habitada por beafadas, mandingas, nalús e landumas. Em 1874, os fulas djabê (pretos) recusaram-se a pagar tributos aos beafadas e proclamaram o território “terra liberta” (Forriá). Cf. JAO, Mamadu. Relações entre fulas e mandingas nos espaços Gabú e Forriá. In: *Soronda- Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, n. 3, jan. 2002, p. 9.

artéria comercial e ponto de chegada das caravanas do Futa-Djalon.⁶⁰ Para tanto, foi necessário o seu envolvimento nos conflitos do Forriá, entre os fulas e entre os fulas e beafadas.

Os portugueses, sabendo dividir para reinar, decidiram interferir nos conflitos entre os fulas pretos e fulas forros, na esperança de pôr um fim na guerra e conquistar aliados. Assim, de 1878 até 1881, colocaram-se ao lado dos fulas pretos contra os fulas forros. Em 1882, interessados em lançar um ataque contra os fulas futas, os portugueses fizeram um tratado com os fulas pretos para cessarem as investidas contra os fulas forros e tornaram-se aliados desses últimos. Os termos do contrato não foram cumpridos e, até 1883, os portugueses e os fulas forros prosseguiram os ataques contra os fulas pretos. A política portuguesa mudava a cada momento e, dessa maneira, contribuíram para prolongar as guerras. Nesse sentido, Cardoso considerou que o envolvimento dos portugueses

intensificou ainda mais o problema entre Fulas. (...) Prolongaram a guerra ao fornecer aos seus aliados armas de fogo e munição. Isso obrigou as forças não alinhadas a procurar armas de fogo e outros apoios da parte dos Franceses. Por outro lado não puderam trazer nenhuma solução construtiva aos conflitos porque não compreenderam a situação e a sua complexidade. Antes pelo contrário, contribuíram para complicá-la ainda mais. Os Fulas tornaram-se o seu principal aliado. Nobres Fulas foram enviados para áreas não fulas para servir de régulos. (...) E, ao proceder deste modo, a Administração Colonial aumentou as hostilidades entre grupos étnicos, pois muitos deles não tinham conhecido (...) uma orgânica política semelhante às dos Fulas.⁶¹

Retenham-se dessas considerações dois pontos. Em primeiro lugar, o envolvimento de Portugal nos conflitos internos das comunidades étnicas da Guiné enfraqueceu a capacidade dessas comunidades de organizar uma frente unida contra a dominação colonial. Em segundo lugar, o ódio aos fulas, pelo fato de terem servido nas guerras que os portugueses travavam em várias partes da colônia, foi um dos fatores que contribuíram para a adesão de povos, como os mandingas e beafadas ao lado do PAIGC.

⁶⁰ CARDOSO, Carlos. *Conflitos interétnicos: dissolução e reconstrução de unidades políticas nos rios da Guiné de Cabo Verde (1840-1899)*. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, n.7, Jan. 1989, p. 58.

⁶¹ *Ibidem*, p. 31-62.

Sobre o domínio dos portugueses na Guiné, é preciso relembrar que esta colônia ocupava um lugar pouco importante no quadro da administração.⁶² É bem verdade que o ambiente era considerado pouco propício à permanência do europeu e temiam-se as doenças tropicais como o paludismo, a febre amarela e a doença do sono. Mas não só. As razões que ajudam a entender o fato de a ação administrativa ter sido pouco eficiente devem ser buscadas também na forte resistência dos povos da Guiné até a década de 1930.

Esse conjunto de aspectos mostra que a participação dos portugueses nos conflitos internos da Guiné, na segunda metade do século XIX, prolongando e intensificando as rivalidades existentes, só aumentou a instabilidade na colônia. A situação foi agravada ainda mais, quando Portugal decidiu estabelecer o seu controle político efetivo e, diante das resistências das comunidades étnicas à conquista, iniciou as guerras de “pacificação”.

1.3. Resistência e “Pacificação”

As lutas em defesa da soberania, da liberdade, da cultura e das identidades foram respostas dos “pretos” da Guiné às investidas militares portuguesas, visando à dominação colonial. A elas se seguiram movimentos de resistência a aspectos específicos do colonialismo. As diversas formas de resistência, como deixam claras as obras de Peter Karibe Mendy e René Pellissier, acentuaram-se nos últimos decênios do século XIX e no primeiro quartel do século XX, quando as sistemáticas campanhas de “pacificação” ou “domesticação” objetivaram a submissão dos povos à burocracia colonial portuguesa.

No que diz respeito às resistências, elas apresentaram uma grande diversidade em função de vários fatores, entre os quais

o tipo de organização política nas vésperas da colonização e o grau de integração na economia de mercado de que a colonização representou uma fase de aceleração brutal, mas não um momento de ruptura; a duração, a forma e a intensidade dos contatos exteriores, tanto com os europeus e com os árabes,

⁶² “Angola e Moçambique foram, desde a independência do Brasil, as duas grandes colônias portuguesas de África, às quais a metrópole votava a maior atenção ao passo que a Guiné ocupava, desde o início, um lugar pouco importante. Era a única que dependia exclusivamente dos capitais da metrópole e tinha uma condição subalterna resultante da sua união com Cabo Verde. Pesava sobre ela a má reputação da insalubridade e do paludismo, por isso mesmo tinha sido apenas, até aí, um mercado bem abastecido de escravos. As condições climáticas eram consideradas pouco propícias à fixação dos europeus. Quanto às gentes, era costume afirmar-se serem as mais desvairadas e rebeldes e possuírem costumes bizarros. Por isso, era essencialmente a ralé do Reino que ali se fixava vivendo em palhotas miseráveis, fazendo comércio e pagando impostos aos chefes indígenas”. Cf. LUCAS, Maria Manuela. Relações contratuais entre africanos e portugueses..., *op cit.*, p. 454.

como os grupos de intermediários e de conquistadores associados a uns e a outros; a forma (conquista militar, aberturas diplomáticas, investidas de colonos) e o grau de violência da intrusão estrangeira; a fase da dominação colonial; a organização social e cultural anterior à colonização e as mudanças e reajustamentos de todo o tipo suscitados por esta ou em reação a esta... como observa justamente Basil Davidson: “o quadro é confuso e complexo”.⁶³

Para se compreender a complexidade das resistências à conquista efetiva da Guiné, vale lembrar, que até 18 de março de 1879, o território da Guiné era designado como Bissau e Cacheu e, segundo as constituições portuguesas do século XIX, dependia administrativamente de Cabo Verde.⁶⁴ Para o historiador francês René Pélissier

até 1879, esta Guiné coto nunca será mais que a dependência esquecida de um arquipélago miserável, por outras palavras, a ‘colônia’ de uma colônia, com tudo o que isso comporta de negativo no plano da gestão administrativa, das prioridades nos investimentos, do próprio povoamento, pois que na administração e no Exército o pessoal provém maioritariamente — e raramente de sua própria vontade — não diretamente da metrópole, mas do arquipélago que desempenha um papel tanto de tutor como de guarda-fogo.⁶⁵

Mas o assalto ao presídio de Bolor pelos felupes de Jafunco, em setembro de 1878, massacrando mais de 50 soldados, tornou evidente a fraqueza militar portuguesa e colocou as autoridades de Lisboa mais atentas às questões da Guiné. Interpretado como um ataque à soberania portuguesa, as autoridades decidiram, em 1879, “dar autonomia administrativa” à possessão da Guiné e dotá-la com meios adequados para completar a ocupação militar.⁶⁶

É oportuno registrar também que essa autonomia administrativa da Guiné

⁶³ M'BOKOLO, Elíakia. *África Negra. História e Civilizações...*, op.cit., p. 331-332.

⁶⁴ A 18 de março de 1879, o distrito da Guiné separava-se definitivamente do Governo Geral de Cabo Verde. “O rei D. Luís, rubricando a carta de leis que Fontes Pereira de Melo submetera à sua real sanção, dava ao mais antigo território português no ultramar a autonomia administrativa (...). Terminava assim uma dependência secular de que apenas o arquipélago se beneficiava. A análise dos documentos anteriores a essa data mostra o estado em que o governador nomeado para dirigir os destinos da nova Província recebia esse território onde era ainda bem precária a soberania nacional. Os seus limites eram bastante vagos, pois só nos pontos ocupados militarmente e nos reconhecidos por algumas tribos se fazia sentir a ação administrativa”. Cf. DUARTE, Fausto. A libertação da Guiné Portuguesa pela Carta de Lei de 1879. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, v. VII, n.28, out. 1952, p. 789.

⁶⁵ PÉLISSIER, René. *História da Guiné: portugueses e africanos...*, op. cit., v. I, p. 41.

⁶⁶ BARRETO, João. *História da Guiné (1418-1918)*. Lisboa: Edição do autor, 1938, p.248. Apud MENDY, Peter Karibe, op. cit, p.145.

foi, na verdade, um lance audacioso, dado a vacuidade de qualquer reivindicação portuguesa de soberania sobre a região até aquela data. Vindo como veio, na véspera da ‘escalada’ febril na aquisição de colônias em África, foi também uma jogada de antecipação a qualquer reivindicação por parte de outros poderes coloniais.⁶⁷

De fato, os franceses eram uma preocupação constante para as autoridades portuguesas que se incomodavam com a sua hegemonia comercial na região e desconfiavam das suas ambições políticas.

Entretanto, o período posterior a 1879, ainda que lentamente, foi marcado por mudanças. Separada de Cabo Verde, a Guiné foi dotada de governo próprio, com a capital em Bolama. O primeiro governador da Guiné, nessa nova fase, Agostinho Coelho (1879-1881) encontrou um território marcado por intensa agitação interna e com seis frágeis concentrações comerciais: Ziguinchor, Cacheu, Farim, Bissau, Geba e Bolama, ou seja, estava tudo por fazer, desde a reorganização da defesa e a consolidação das feitorias até a construção da capital. Assim sendo, as últimas décadas do século XIX assistiram a mudanças na Guiné, seguidas de várias tentativas de imposição da soberania portuguesa.⁶⁸

Nesse sentido, o tratado de delimitação acordado entre Portugal e a França, em 1886, foi um marco desse período. O referido tratado praticamente fixou os limites territoriais da Guiné que, a partir daí, passou a ser denominada Guiné Portuguesa — um território embutido nos domínios franceses.

Constata-se que, no contexto da partilha da África, a afirmação do domínio colonial português estava longe de ser efetivado. Prova disso são as sucessivas guerras travadas nesse período: contra os fulas-forros em 1882; contra os beafadas em 1881/1882 e 1886; contra os fulas-pretos em 1886; e contra os balantas em 1891. Além disso, em fevereiro de 1891, mal os portugueses se recuperavam do *Ultimatum* inglês, aconteceu aquele que é considerado o maior desastre militar português na Guiné: a segunda guerra de Bissau⁶⁹ contra os papéis e os grumetes⁷⁰.

⁶⁷ MENDY, Peter Karibe, *op. cit.*, p. 154.

⁶⁸ PÉLISSIER, René. *História da Guiné: portugueses e africanos...*, *op. cit.*, v. I, p.180-184.

⁶⁹ Na Primeira Guerra de Bissau contra os papéis, de 7 a 10 de maio de 1884, os portugueses pretenderam colocar um ponto final na pirataria costeira praticada pelos papéis de Biombo (oeste da ilha de Bissau). O ataque português destruiu parcialmente a aldeia e marcou o primeiro assalto direto da administração colonial contra uma aldeia dos papéis. Cf. PÉLISSIER, René. *História da Guiné: portugueses e africanos...*, *op. cit.*, v. 1, p.218-219.

⁷⁰ Os grumetes eram os africanos cristianizados e integrados à cultura portuguesa. Viviam ou gravitavam em torno das feitorias portuguesas, atuando como operários, marinheiros e pequenos comerciantes. Não necessariamente eram leais aos portugueses e, em caso de conflitos, ora surgiam ao lado deles, ora combatendo-os.

Esse conflito, de 27 de fevereiro a 19 de abril de 1891, ficou marcado pela liderança do chefe papel Cuméré que, determinado a expulsar os portugueses de Bissau, impôs ao exército colonial várias derrotas. Entretanto, o massacre de 19 de abril foi desastroso. Cento e quarenta e quatro soldados foram emboscados pelos papéis de Intim, deixando pelos menos quarenta e um mortos do lado do colonizador.⁷¹

Os portugueses, pelas enormes dificuldades para desenvolver o comércio em regiões que não dominavam e devido, em particular, à derrota perante os papéis, tomaram um conjunto de medidas administrativas. Em 1892, a Guiné transformou-se num distrito militar autônomo, tendo como principais comandos militares Bissau, Cacheu, Geba e Buba. Essa militarização oficial concentrava todos os poderes em mãos do governador, além de visar à redução de despesas e do número de funcionários. Entretanto, essas medidas não restabeleceram a segurança fora das praças e presídios e tão menos o equilíbrio financeiro.⁷² Mais tarde, em abril de 1895, a Guiné deixou de ser um distrito militar autônomo e voltou à categoria de província. Isso nada alterou a administração, pois o poder militar continuou no comando do governo.

Para o caso da Guiné, são identificadas duas conjunturas próprias do processo de ocupação efetiva. A primeira delas iniciou-se em 1892, com a Guiné transformada em distrito militar autônomo, estendendo-se até 1912, quando, nos primeiros anos da República, o capitão Teixeira Pinto passou a conduzir as campanhas, visando impor a soberania portuguesa em toda a colônia. Foram anos marcados por revoltas e massacres intermitentes; acordos de paz que nem sempre foram cumpridos entre os portugueses e os chefes de comunidades étnicas; e intervenções militares que ficaram marcadas pelas práticas das campanhas punitivas e as tentativas de estabelecer a imposição fiscal por meio dos impostos de capitação e palhota, não garantindo o domínio do território.

Nessa primeira conjuntura, a política colonial foi definida por campanhas militares mal sucedidas, evidenciando a impotência dos portugueses diante da resistência organizada dos diversos povos da Guiné. Podem-se destacar alguns desses movimentos.

Entre dezembro de 1893 e maio de 1894, deu-se a Terceira Guerra de Bissau contra os papéis, grumetes e balantas que, no início de dezembro, haviam se unido e assaltaram a praça. Os portugueses, com o prestígio há muito ameaçado — desde 1891 Bissau foi constantemente bloqueada pelos papéis —, conseguiram rechaçar o ataque e organizar uma expedição

⁷¹ PÉLISSIER, René. *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia (1841-1936)*. Lisboa: Estampa, v.II, 1987, p.273

⁷² PÉLISSIER, René. *História da Guiné: portugueses e africanos...*, op. cit., v. II, p. 25 - 26.

punitiva. A eficácia dessa campanha restringiu-se a mostrar que os portugueses eram capazes de aplicar uma punição exemplar, pois, apesar de centenas de mortos do lado dos revoltosos, ainda assim, os papéis continuaram a desfrutar do seu espaço e da sua liberdade. O final do conflito foi selado com a assinatura de um “auto de submissão” que nunca foi cumprido por representantes de portugueses, dos papéis e grumetes. Os termos do tratado eram arrojados:

a entrega de todos os desertores da guarnição de São José, bem como de todas as armas e munições; que os ‘gentios’ assegurassem que todos os caminhos para o interior da Ilha se mantivessem abertos e seguros; que os chefes das mencionadas regiões aceitassem fornecer mão-de-obra necessária à povoação de Bissau; o pagamento de um imposto de cabeça de 0\$160 réis anualmente como ‘tributação de submissão; que nenhum indivíduo das mencionadas regiões, ‘eleito pelo seu povo, poderá ser considerado régulo senão depois de confirmado pelo governo’.⁷³

Entre as condições impostas, estava a obrigatoriedade do pagamento do imposto de capitação. Diante da recusa dos papéis de cumprir essa ou quaisquer outras determinações, em 1895, os portugueses transferiram a cobrança do imposto de capitação para a região de Buba e Farim. Pela primeira vez, o imposto foi cobrado no território e teria sido a causa principal da guerra luso-mandinga do Oio, em 1897.⁷⁴

Da mesma forma, o avanço administrativo e a imposição de imposto por cabeça acenderam novas rebeliões. Expedições contra os manjacos e os soninquês ou saracolês também movimentaram o ano de 1897. Uma nova derrota portuguesa ocorreu entre fevereiro e março daquele ano, na guerra luso-mandinga e, como consequência da vitória, “os mandingas transformaram a luxuriante região florestal do Oio numa área proibida para os portugueses”⁷⁵. Desencorajadas, as forças militares de ocupação evitaram novas incursões.

Em 1900, os balantas e os papéis, mesmo não submetidos, fizeram uma paz temporária ao redor de Bissau.

Entre março e maio de 1902, ocorreu a segunda guerra luso-mandinga e, apesar da vitória dos portugueses e a assinatura do tratado de paz, os mandingas não cumpriram o acordo e voltaram a desafiar as autoridades coloniais.

⁷³. MENDY, Peter Karibe, *op. cit.*, p. 192.

⁷⁴ *Ibidem*, *op. cit.*, p. 193.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 195.

Assim, no início do século XX, a determinação de cobrar os impostos levaria os portugueses a novos conflitos. Em 1903, houve a substituição do imposto de capitação pelo imposto da palhota, fazendo renascer as revoltas dos manjacos, papéis e balantas; em março de 1904, uma nova expedição foi organizada contra os papéis do norte, pois eles se recusavam a pagar os impostos e não aceitavam a presença de grumetes, agentes das casas comerciais em seu território. No entanto, perante a superioridade bélica dos portugueses, acabaram submetidos e, entre 1907 e 1908, o governador Oliveira Mazanty pôs em prática o projeto fiscal de estender a cobrança de impostos para toda a Guiné. Organizou, então, oito expedições fiscais, entre elas: contra os bijagós da ilha Formosa (março de 1907); contra os biafadas (novembro de 1907); contra os felupes (março de 1908); contra os balantas e papéis (a Quarta Guerra de Bissau, de 4 a 15 de maio de 1908).

Os balantas não aceitaram a sua derrota em dezembro de 1908 e, em decorrência, a sua sujeição ao imposto. Por isso, em fevereiro de 1909, voltaram a ameaçar a navegação no rio Geba. Idílio Nazareth, chefe do estado-maior da colônia, contou com o apoio de mercenários muçulmanos - na sua maioria desertores do exército colonial francês, tendo à frente o senegalês Abdul Injai - que, após sucessivos massacres, derrotou os balantas da região de Nafo, em março de 1909.

Os conflitos que explodiram no período de 1892 a 1910 revelam que a resistência dos povos da Guiné foi importante, organizada e teve consequências significativas para a defesa da sua soberania, mesmo que temporária.

Mapa 1.7 – Guiné: povos e campanhas militares (1820-1910)

Fonte: MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves. *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003, p. 454.

Diante disso, e não poderia ser diferente, os resultados esperados pelos portugueses nessas campanhas foram insignificantes: no arquipélago dos Bijagós somente a ilha Formosa ficou submetida e, apesar da determinação em atingir a condição de “ocupação efetiva”, em 1910, quando o regime republicano foi estabelecido em Portugal, apenas os fulas haviam reconhecido a soberania portuguesa.

Nesse ponto, é necessário destacar que ecos de liberdade, com a instauração da República em Portugal, em 5 de outubro de 1910, chegaram à Guiné. Nas palavras de Mário de Andrade, “com a proclamação da República em Portugal, abriram-se no conjunto do ‘Império’, novas perspectivas à expansão das “associações de classe”, pelo menos no seu princípio legal”⁷⁶.

Na Guiné Portuguesa, uma das primeiras manifestações, baseadas em convicções republicanas, foi a constituição de uma associação escolar e educativa em Bissau: a Liga Guineense. Iniciativa de uma pequena elite (filhos de comerciantes portugueses, antigos deportados, elementos originários de São Tomé e de Cabo Verde), com apoio dos grumetes,

⁷⁶ ANDRADE, Mário Pinto. *Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura dos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*. Lisboa: Dom Quixote, 1997, p. 86.

tinha como principais objetivos propagar a instrução e promover o desenvolvimento moral e intelectual dos sócios, além de proteger os interesses de seus membros, essencialmente os operários, marinheiros e pequenos comerciantes. Importante registrar que a Liga não se constituiu como uma organização anticolonial; mesmo quando se transformou num grupo de pressão, fazendo reivindicações e incitando revoltas, sequer reclamou “autonomia”.

Dito isso, é importante considerar que uma nova conjuntura se descortinou com o advento da República em Portugal e o projeto de “pacificação”, fundado no exercício da violência física, alcançou o seu objetivo ao realizar a ocupação efetiva da Guiné.

Essa segunda conjuntura, de 1912 a 1936, inaugurou uma nova fase militar: as campanhas de João Teixeira Pinto (1913-1915) e as campanhas no Arquipélago dos Bijagós (1917-1936). É ao término dessas campanhas militares que se pode considerar concluída a ocupação efetiva.

João Teixeira Pinto chegou à Guiné, com uma clara promessa para Portugal: vingar as derrotas e massacres anteriores, tornar obrigatório o pagamento dos impostos e impor definitivamente a soberania portuguesa em toda a colônia. Em outras palavras, buscava-se dar uma resposta aos movimentos de resistência recorrentes dos balantas, oincas (outra designação dos soninquês), manjacos e papéis, ao mesmo tempo em que se estabeleciam novas diretrizes para a dominação colonial. Era necessário, portanto, estabelecer os fatores responsáveis pelas vitórias de comunidades étnicas. Após uma análise cuidadosa, Teixeira Pinto concluiu que “a utilização de auxiliares grumetes, o conhecimento insuficiente do terreno e a ignorância acerca dos hábitos dos gentios, em particular no que se referia a seus métodos de combate”⁷⁷, constituíam os elementos responsáveis pelas sucessivas perdas sofridas pelas expedições militares portuguesas.

Quanto aos grumetes, Teixeira Pinto, após ler os relatórios dos seus antecessores, concluiu que eles eram “maus auxiliares para se manterem no sertão, pois que artesãos ou empregados têm de voltar rapidamente para retomar o emprego na cidade”⁷⁸. A recusa em admitir os grumetes de Bissau como colaboradores e a insatisfação destes, com os prejuízos comerciais acarretados pelas campanhas, tiveram como consequência o envolvimento da Liga Guineense nos confrontos, com forte oposição aos portugueses.

Assim, determinado a reverter a situação, buscou auxiliares diferentes dos grumetes. Realizou, disfarçado de inspetor comercial francês, o reconhecimento da região do Oio, considerada como a mais hostil aos portugueses e espionou os povos mais desafiadores: oincas,

⁷⁷ MENDY, Peter Karibe, *op. cit.*, p.221.

⁷⁸ PÉLISSIER, René. *História da Guiné...*, *op.cit.*, v.II, p.146.

balantas e mandingas.⁷⁹ Tratou, ainda, de reorganizar a força militar antes de colocar em ação o seu plano de dominação. É interessante chamar a atenção para essas estratégias, a fim de ressaltar a indignação e a resistência dos povos da Guiné, diante da extrema violência que integrava a ideologia da “pacificação”, nessa altura, revigorada nas campanhas conduzidas por Teixeira Pinto.

Importante ressaltar que, mesmo diante da evidente superioridade bélica dos portugueses, os movimentos de resistência mantiveram-se determinados a defender a soberania das suas comunidades. Um bom exemplo desse fato é o caso dos papéis e dos grumetes revoltados. Os papéis da ilha de Bissau, tradicionalmente recalcitrantes, continuavam, em 1913, a dominar o interior da ilha e a recusar o pagamento do imposto, bem como a entrega das armas. Aliados aos grumetes, desafiadoramente, enfrentavam os portugueses.

Para colocar um ponto final na invencibilidade dos papéis, foi decretado, em 13 de maio de 1913, o estado de sítio na ilha de Bissau, deixando bem clara a magnitude dessa resistência e o quanto ela era eficaz. Sobre a importância da ocupação militar da ilha, é significativo o argumento de Teixeira Pinto: “é necessário fazer, custe o que custar, pois é deprimente para nós que no primeiro posto da província aonde vão vapores estrangeiros nós só dominemos dentro dos muros da praça.”⁸⁰

Mesmo assim, apesar dessa determinação, Teixeira Pinto, que não economizou munição e efetivos para esse ataque, viu-se constantemente desafiado. Não fosse a eficácia do poder de fogo dos portugueses e a ação dos mercenários de Abdul Injai, a conquista não se efetivaria.

Entre as campanhas de Teixeira Pinto, ocorreram os seguintes enfrentamentos decisivos: as campanhas de subjugação do Oio (1913); a campanha contra os manjacos (1914); a pacificação do território dos macanhas/brames (1914); a operação contra os balantas (1914) e a campanha contra o papéis (1915).⁸¹ Ao término desses confrontos, os vencidos entregavam todas as armas, os seus chefes eram presos, era exigida a submissão total à soberania portuguesa e o imposto de palhota passava a ser cobrado.

⁷⁹ Teixeira Pinto contou com o apoio de Charles Magne, gerente da casa francesa *Soller*, e se fez passar por um inspetor comercial francês interessado em abrir uma sucursal no Oio. Com isso, atravessou tabancas no triângulo Farim-Bissorã-Carenque Cunda. Até 1913, essa era uma região desconhecida para o exército e controlada principalmente por balantas e oincas, para quem a *Soller* era obrigada a pagar impostos. Cf. PÉLISSIER, René. *História da Guiné...*, op.cit., v.II, p.144.

⁸⁰ VASCONCELLOS Loff de. *A defesa das vítimas da Guerra de Bissau*. Lisboa: Imprensa Libânio e Silva, 1916, p.29. *Apud* MENDY, Peter Karibe, op. cit., p.241.

⁸¹ REIS, Célia. Guiné. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova História da expansão portuguesa*. Lisboa: Estampa, 2001, v. XI, p. 162-163.

As campanhas de subjugação do Oio ocorreram de março a junho de 1913. A primeira, entre 30 de março e 14 de abril, foi contra os balantas de Mansoa que receberam o apoio dos soninquês. O exército português, contando com uma rede de espiões e equipado com canhões, metralhadoras e armas modernas (Snyder e Kropatchek), além de uma lancha canhoneira, impôs pesadas baixas aos balantas e soninquês. Em 14 de abril, emissários grumetes, em nome dos balantas, indagaram sobre as condições da rendição. A resposta foi imediata: “entregar todas as armas de fogo e pagar um ou três anos de impostos, consoante tenham ou não participado nos assaltos”⁸². Os balantas, por sua vez, abandonaram as tabancas à margem direita do rio Mansoa e refugiaram-se no interior do Oio.

Entre 30 de abril e 10 de maio, outro ataque do exército português derrotou os balantas de Bindôro, à margem esquerda do rio Mansoa. Dessa forma, a conquista do Oio, após a destemida resistência de soninquês e balantas, foi concluída em 6 de junho com a queda da cidade de Mansodé, centro do poder dos soninquês.

A campanha contra os manjacos, no período de 2 de janeiro a 10 de abril de 1914, foi planejada a partir de 12 de dezembro de 1913, quando os manjacos atacaram no porto de Churoenque o administrador de Cacheu, José Nunes, e um grupo de auxiliares que cobravam o imposto de palhota. Mais uma vez, Teixeira Pinto, tendo a seu favor a artilharia pesada e o reforço dos mercenários sob o comando de Abdul Injai, levou os manjacos à submissão e ao pagamento do imposto.

Quanto à “pacificação” do território dos macanhas/brames entre 3 a 8 de fevereiro de 1914, é importante ressaltar que os macanhas, pressionados pela administração colonial para entregar suas armas e pólvora, responderam que nada deviam ao governo. Em contrapartida, Teixeira Pinto ordenou a prisão dos régulos macanhas e, em decorrência, as tabancas entregaram as armas e passaram a pagar o imposto.

Por fim, a operação contra os balantas, entre 13 de maio e 4 de julho de 1914, e a campanha contra os papéis, de 29 de maio a 17 de agosto de 1915. Os balantas, tendo na memória os massacres anteriores, atacaram, em 5 de fevereiro de 1914, um pelotão de cavalaria portuguesa próximo a Mansoa, o que fez acelerar as operações do exército colonial, desenvolvidas em duas fases. A primeira ficou caracterizada pelas derrotas dos balantas em Encheia (20 de maio) e Braia (7 de junho). Mesmo assim, não aceitaram a proposta de rendição feita por Teixeira Pinto e permaneceram determinados a resistir. Na segunda fase, os balantas foram derrotados em Nacra (30 de junho), onde o exército português instalou um

⁸² PÉLISSIER, René. *História da Guiné...*, op.cit., v.II, p.148.

novo posto. Aparentemente submissos, os balantas atacaram a 3 de julho dezoito cavaleiros sob o comando de Adul Injai. No dia seguinte, mais de quarenta balantas pagaram com a vida a “traição”. Com a “pacificação dos balantas”, aproximadamente setenta mil palhotas ficavam sujeitas às cobranças fiscais.⁸³

A campanha contra os papéis e os grumetes de Bissau apresentou especificidades. A Liga Guineense, numa tentativa de evitar a guerra, enviou uma delegação a Lisboa para, junto ao Ministro das Colônias, Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro, denunciar as campanhas de Teixeira Pinto e a violência dos mercenários de Abdul Injai.⁸⁴ Isso não impediu que Teixeira Pinto levasse a cabo a “pacificação” dos papéis. Em 29 de maio iniciaram-se os conflitos em Bissau e, após uma resistência arrojada, os papéis foram derrotados com a tomada de Biombo (20 de julho).

O período que se seguiu às campanhas de Teixeira Pinto, uma vez que o território continental já não inquietava tanto as autoridades coloniais, ficou marcado pela resistência à “pacificação” do arquipélago dos Bijagós. Os motivos dos conflitos entre os colonizadores e os bijagós eram recorrentes e relacionados à recusa destes de entregar as suas armas e pagar o imposto de palhota quer pela obrigatoriedade, quer pela forma arbitrária de cobrança. Esses foram fatores suficientes para que várias expedições militares fossem organizadas com o objetivo de garantir a obediência dos bijagós ao governo, com destaque para as campanhas de “pacificação” de 1917, 1925 e 1935-1936, tendo como centro da resistência a ilha de Canhabaque.

Uma vez mais, a superioridade bélica portuguesa colocou um fim nas revoltas e, em 1936, os impostos foram cobrados. Sobre a relação entre cobrança de imposto e soberania, é oportuna a observação de Célia Reis. Observa a pesquisadora que

a imposição da soberania portuguesa dependia, sobretudo, do imposto. Ao contrário do ocorrido noutras paragens, onde ao poder de uma nação se associavam ações civilizacionais, como ensino, medicina ou religião, na Guiné era a cobrança do imposto que fazia reconhecer a obediência a Portugal.⁸⁵

Também René Pelissier, ao analisar os conflitos ocorridos na Guiné, considerou a cobrança de impostos como causa essencial das principais ações militares, no período de 1841 a 1936 e constatou que a “fiscalidade” vinha em primeiro lugar. Essa sistematização permitiu

⁸³ PÉLISSIER, René. *História da Guiné...*, op.cit., v.II, p. 164-168.

⁸⁴ MENDY, Peter Karibe, op. cit., p. 241.

⁸⁵ REIS, Célia, op. cit., p. 168.

observar que para o período de 1892 a 1936, num total de 89 intervenções, a cobrança de impostos e a pressão administrativa causaram o maior número de conflitos, com cinquenta e três casos (59,6%). As demais causas estavam assim distribuídas: defesa dos vassallos contra a repressão (treze ocorrências ou 14,6%); pirataria ou pilhagem (oito casos ou 9%); a oposição à expansão dos fulas (seis ocorrências ou 6,6%); hostilidade comercial (cinco casos ou 5,6%); insatisfação dos grumetes (três ocorrências ou 3,5%); combate ao trabalho forçado (um caso ou 1,1%).⁸⁶ É importante considerar que esses conflitos mostraram a oposição direta à usurpação e aos abusos da administração colonial.

Em síntese, na Guiné, observou-se “um quase contínuo estado de guerra até os anos 20, apenas interrompido esporadicamente: 1893, 1896, 1898-99, 1905-06, 1910-11, 1916. Na terceira década do século XX, porém, somente as revoltas dos Balantas e Bijagós contrariavam a paz”⁸⁷. Ao que tudo indica:

[...] por todo o lado, e independentemente das circunstâncias locais e das conjunturas particulares, a dominação teve por corolário a resistência.

Sem pôr em causa este facto evidente, que durante muito tempo andou oculto, os estudos do pormenor relativamente aos quais estamos ainda longe de saturação têm vindo a revelar invariavelmente a sua complexidade. Na sua forma, na sua duração, no seu conteúdo sociológico e ideológico, na base geográfica em que assentavam, na sua recorrência eventual, as resistências assumiram uma diversidade extrema.⁸⁸

Assim, M'Bokolo contribui para a análise das conquistas europeias e resistências africanas, revelando que “a amplitude e o vigor da resistência medem-se pelo arsenal mobilizado: operações militares, internamentos, multas de guerra, agrupamento de aldeias”⁸⁹.

1. 4. A dominação legal

No final da década de 1920, quando cessaram os principais movimentos de resistência em defesa da soberania das comunidades étnicas da Guiné e, em decorrência, as ações de “pacificação”, de maior amplitude do governo português, o processo de ocupação efetiva

⁸⁶ PÉLISSIER, René. *História da Guiné: portugueses e africanos...*, op. cit., v. II, p. 270-274 passim.

⁸⁷ REIS, Célia, op. cit., p. 167.

⁸⁸ M'BOKOLO, Elfikia. *África Negra. História e Civilizações...*, op. cit., p. 331.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 336.

chegou à sua fase final. Iniciou-se, então, uma nova etapa administrativa, marcada, em particular, pela passagem dos comandos militares para os administradores das circunscrições civis.

É importante salientar que as conjunturas internacional e interna de Portugal tiveram papel decisivo nessa nova realidade colonial. No âmbito internacional, com o término da Primeira Guerra Mundial e a criação da Sociedade das Nações pela Conferência de Paz, de 1919, ganhou corpo a ideia de que “a ação colonial deveria ser obrigatoriamente exercida com o duplo propósito de beneficiar os povos ‘indígenas’ e de desenvolver os territórios em prol da comunidade internacional no seu todo”⁹⁰.

Embora esses princípios fossem aplicados às zonas sujeitas ao sistema de mandatos, eram invocados também em relação a todos os territórios dependentes, constituindo, assim, uma primeira contestação, ainda que fraca e tímida, do imperialismo colonial português.⁹¹

Em Portugal, temia-se que eles fossem invocados para colocar em causa a integridade do Império. Coloca-se, dessa forma, um desafio para o governo português, pois era uma ideia

perigosa para um Estado como Portugal, muito vulnerável – um perigo pressentido já na altura da Conferência de Paz por Afonso Costa, que contra ele recomendava uma política de desenvolvimento acelerado das colônias de África, às quais deveria conceder-se maior autonomia.⁹²

Vale lembrar que, durante a Conferência de Paz (18 a 20 de janeiro de 1919), o império português viu-se ameaçado com a pretensão da Bélgica sobre Cabinda, e a União Sul-Africana sobre o sul de Moçambique e o porto de Lourenço Marques. Diante disso, era necessário adaptar-se a essa nova concepção, desenvolver os territórios, “civilizar” e consolidar a ocupação efetiva.

⁹⁰ ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil/Novas Áfricas...*, op. cit., p. 184-85.

⁹¹ “A Primeira Guerra Mundial, com a derrota da Alemanha e da Turquia, trouxe uma nova subdivisão das possessões coloniais entre as potências vencedoras. As colônias das potências vencidas seriam governadas sob controle internacional. O artigo 22 do Pacto da Sociedade das Nações declarava que esses territórios haviam de ser considerados como “mandatos”, controlados por uma comissão permanente *ad hoc*. Distinguiram-se três tipos de mandatos, segundo a maior ou menor autonomia concedida: mandatos A (Síria, Líbano, Transjordânia, Palestina) que seriam preparadas para a independência a curto prazo; mandatos B (Camarões, Togo, Tanganica, Ruanda e Urundi), que haviam de ser administradas à guisa de colônias e repartidas entre a Inglaterra, França e Bélgica e União Sul-Africana, mas não haviam de ser incorporados a outras possessões coloniais; mandatos C (ilhas do Pacífico e Sudoeste Africano) a respeito das quais não se impunha qualquer limite às potências madatárias”. Cf. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5ª ed. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 183.

⁹² ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil/Novas Áfricas – Portugal e o Império...*, op. cit., p. 185.

Assim, iniciou-se a revisão constitucional de 1920 que consagrou a descentralização, o que para os casos de Angola e Moçambique significou o estabelecimento do regime de altos-comissários da República, usufruindo de grande autonomia administrativa e financeira.

No entanto, ao contrário do previsto pela política iniciada com a revisão constitucional, a aposta no desenvolvimento acelerado, com recursos e capitais estrangeiros, não foi implementada. Isso se deveu aos efeitos conjugados de vários fatores: a crise econômica internacional de 1920-1922 e sua influência em Portugal, aumento das despesas com obras públicas, crescimento do funcionalismo e a crise de exportações coloniais, que conduziram a uma desvalorização monetária, uma crise financeira e a inflação. Em decorrência, falharam os projetos de modernização e, ao mesmo tempo “renasceram os temores sobre a integridade do império, acrescidos, em 1924-1925, por novas ameaças, criadas pela ideia de outra repartição dos territórios coloniais lançada por alguns setores da Alemanha e da Itália”⁹³. Esses acontecimentos foram decisivos para a queda da Primeira República, em 1926.

Esse conjunto de aspectos envolveu questões simultâneas com ligações diretas com o ultramar. No caso específico da Guiné, a ação do governador Jorge Frederico Vélez Caroço (1921-1926) foi bastante ambiciosa ao incentivar as construções de pontes e estradas na quase totalidade das catorze circunscrições civis. Mas é preciso registrar que, “em janeiro de 1922, proíbe as importações de álcool superior a 50º privando-se, assim, de 20% das receitas fiscais anteriores, mas duplica o imposto de palhota e os outros impostos e direitos alfandegários”⁹⁴. Deve-se observar que esse aumento do imposto e direitos alfandegários também esteve relacionado com a forte desvalorização do escudo, decorrente da crise internacional de 1920-1922 e que persistiu até 1925, com enorme influência na vida portuguesa.

Historicamente, é sabido que esses dois mecanismos — direitos alfandegários e a cobrança de impostos — foram primordiais para a administração com o objetivo de fazer com que a colônia se autossustentasse. Não surpreende, portanto, que o governo português tenha aumentado ambos, procurando compensar os períodos em que, ainda assim, a arrecadação alfandegária sofreu forte queda.

Sobre os tributos é importante esclarecer que as comunidades étnicas estavam sujeitas ao imposto de palhota que vigorou de 1903 até 1966 e era pago em dinheiro ou em produtos de exportação; ao imposto braçal de exploração de produtos naturais (1927- 1963) e também

⁹³ ALEXANDRE, Valentim. O Império Africano (Séculos XIX-XX): linhas gerais. In: ALEXANDRE, Valentim (coord.). *O Império Africano: séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 23.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 204.

ao imposto de extração do vinho de palma (1931-1957). Já a população urbana — comerciantes, artesãos, profissionais, donas de casa, pedreiros, carpinteiros, barbeiros, vendedores ambulantes e outros — foi atingida, em particular, pelo imposto de capitação (1936-1960) e pelo imposto domiciliário entre os anos de 1955-1975.⁹⁵

O imposto de capitação que incidia sobre a população urbana assumiu a forma de outorgamento de licenças, estendo-se, com o decorrer do tempo, a toda atividade humana: “demolir um muro = \$17,5; construir um muro = \$35,5; ter gado no quintal = \$35,5; ter um cão particular = \$26; ter cão de guarda = \$10; ter máquina de costura na casa = \$36; circulação de bicicleta = \$80; fazer pequenas reparações = \$9; carrinha de mão = \$31, etc.”⁹⁶

Diante dessa pressão fiscal, as resistências, quer na forma de confrontos violentos sucedidos até 1936, ou sob a forma de resistência passiva não deram trégua à administração portuguesa:

essa resistência tomou a forma de uma simples recusa (recusa de pagar o imposto, recusa de trabalhar como carregador ou de produzir as culturas obrigatórias), que se exprimia sob diversos aspectos, desde a recusa firme (o camponês que se nega a pagar o imposto) até a indiferença (a aldeia que finge ignorar a presença do branco), passando pela má fé (apresentação ao recrutamento dos doentes e enfermos), a dissimulação (erros voluntários, durante os recenseamentos fiscais, sobre a idade real dos jovens, o número de mulheres, os falecimentos, os locais de habitação e, no caso do *hut tax*, sobre o número de habitações), as tergiversações (debates intermináveis e promessas ligeiras quando da visita dos administradores), pouca diligência (culturas obrigatórias mal cuidadas), etc. [...] À medida que se implantava, a colonização conseguiu firmar a sua autoridade no conjunto do continente e contornar a resistência passiva. Para escapar a esse controlo as pessoas tiveram de fugir, individualmente ou em grupo (havia aldeias que se deslocavam), temporariamente (no dia da passagem do administrador) ou definitivamente (houve aldeias que desapareceram completamente do mapa).⁹⁷

Dessa forma, para o caso específico da Guiné, a estratégia de fugir e esconder, a retirada em massa e o incêndio das palhotas, a fim de fugir do recenseamento para as

⁹⁵ SPINOSA, Mário. Ponteiros na Guiné-Bissau: o processo de concessões de terras, 1879-1991. In: *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, Bissau: INEP, n.º 18, jul 1994, p. 18.

⁹⁶ ARQUIVOS HISTÓRICOS DO INEP, Bissau. Fundos da Administração Civil de Bolama e Cacheu, Cap. 6, Secção Fazenda. *Apud* SPINOSA, Mário. Ponteiros na Guiné-Bissau: o processo de..., *op cit.*, p. 18.

⁹⁷ M'BOKOLO, Elfikia. *África Negra. História...*, *op. cit.*, p. 457.

estimativas de impostos, eram as formas predominantes de protesto e resistência passiva das comunidades étnicas. Vale registrar que os impostos, quando não pagos, eram reversíveis às formas compulsórias de trabalho. Apenas a título de exemplo, é oportuno registrar o alcance da retirada em massa: a fuga de balantas, em 1924, do posto de Nhacra e de cinco outras aldeias que se recusavam a obedecer às requisições de trabalhadores feitas pelo chefe do posto, a quem eles queriam expulsar porque os fazia suportar maneiras violentas de tratamento, o que deixava a administração portuguesa desconcertada.⁹⁸

Também é importante chamar a atenção para a estratégia de incêndio das palhotas, bem como para os seus desdobramentos, com alterações, até mesmo, no modo de viver de um território linhageiro. Era uma das formas de diminuir o número de habitações e reduzir o que deveria ser pago como impostos. Assim, foi em diversos sentidos que a cobrança de impostos violou o dinamismo histórico dessas comunidades que viam os seus valores e práticas culturais serem desrespeitados.

Diante disso, para fazer valer a autoridade portuguesa e reprimir as resistências, os administradores e chefes dos postos tinham à sua disposição os cipaiois, uma força paramilitar de que as administrações dispunham para fazer a sua ligação com as diversas comunidades. Atuavam fiscalizando e vigiando as populações, até mesmo no que dizia respeito à produção agrícola. As sementeiras de arroz e de mancarra na região de Farim, por exemplo, eram constantemente fiscalizadas pelos cipaiois, uma vez que “não basta dar ordens aos chefes das povoações para que incitem a sua gente a trabalhar; é preciso manter também uma ativa vigilância e fiscalização por intermédio dos cipaiois, permanente e constante, para que tal trabalho seja profícuo”⁹⁹. Em síntese, os cipaiois auxiliavam a administração colonial nos serviços públicos e na transmissão de ordens e correspondência. Mas não só. Eram também “os agentes diretos da violência contra o africano, os que executam a repressão praticada em silêncio pelas autoridades administrativas”.¹⁰⁰

Para entender alguns aspectos da administração portuguesa na Guiné, é importante recorrer à legislação, uma vez que ela é a forma como os grupos dominantes representam a ordem social. Com essa perspectiva, compreende-se que o Código do Indigenato e a política cultural de assimilação, pilares fundamentais do poder colonial português, são necessários

⁹⁸ PÉLISSIER, René. *História da Guiné: portugueses e africanos...*, op.cit., v. II, p. 205.

⁹⁹ Arquivos Históricos INEP, Fundo de Farim, D1.1/D32-333: Circular do administrador de Farim, 2 de junho de 1944. *Apud* HAVIK, Philip J. Mundasson i Kambasa: espaço social e movimentos políticos na Guiné Bissau (1910-1994). In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Lisboa: IICT, n. 18-22, 1995-1999, p. 128.

¹⁰⁰ ANDRADE, Mário Pinto de (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral: unidade e luta*. Lisboa: Seara Nova, 1976, v.1, p. 91.

para o reconhecimento da situação colonial¹⁰¹. Também é importante saber que identificar a natureza do sistema colonial é condição necessária para se apreender a contestação de aspectos da dominação portuguesa e, mais tarde, dos movimentos de independência.

Nesse sentido, vale retomar o período compreendido entre o ano de 1917, quando foi promulgada a lei responsável pela divisão da população da Guiné Portuguesa em “indígenas” e “não-indígenas”, até 1933, quando o Estatuto dos Indígenas foi incorporado à Carta Orgânica do Império Colonial Português, no contexto do Estado Novo.¹⁰² É possível considerar o ano de 1927 como o marco desse período — quando o *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, aprovado por decreto nº. 12.533, de 23 de outubro de 1926, foi estendido à Guiné. É oportuno sublinhar que esse Estatuto apresenta fortes linhas de continuidade em relação ao Código de Trabalho de 1899 e ao Regulamento do Trabalho dos Indígenas de 1911. Cabe, então, perguntar: quais seriam os pressupostos que caracterizaram essa continuidade?

No geral, referiam-se a todo o “indígena” das colônias portuguesas, conforme o princípio praticamente consensual entre as elites de que o trabalho considerado “obrigação moral e legal” era um mecanismo civilizacional, pois por meio dele o “indígena” deveria prover o seu sustento e, ao mesmo tempo, melhorar a sua condição social. Vale destacar que o trabalho imposto se caracterizava pela violência que muitas vezes obrigava os homens a deixar a sua terra e o seu grupo social para os transformar em força de trabalho, em particular, nas culturas de exportação. Em 1914, o Regulamento do Trabalho dos Indígenas foi revogado.

No mesmo ano, outra legislação, o *Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas*, passou a vigorar. Novamente o trabalho compulsório foi sancionado pelas autoridades de Lisboa e a repressão dos que fossem considerados “vadios” foi reconhecida como legal. Dessa forma, foram reforçadas as ideias sustentadas por Antônio

¹⁰¹ Para Georges Balandier, o contato entre culturas ocorre no interior de uma realidade mais global que ele chamou de “situação colonial”. Ao apreender a situação colonial no seu conjunto e enquanto sistema, o autor considera a sua totalidade, colocando em causa os grupos que compõem a sociedade global (a colônia) assim como as representações coletivas próprias de cada um deles. Nessa perspectiva, para pensar o contato entre culturas, é preciso levar em conta a reciprocidade de perspectivas entre grupos, o modo como uns e outros tiram partido (ou não) da situação, e ainda que novos modos de agrupamento desse novo arranjo fez emergir. Cf. BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. In: *Cadernos de Campo: revista dos alunos da pós-graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo, n.3, 1993.

¹⁰² Estado Novo foi a designação para o regime autoritário em Portugal, instaurado em 1926, por meio de um golpe de Estado, e institucionalizado pela Constituição de 1933. Em 1974, com movimento das Forças Armadas de 25 de abril, o regime autoritário alcançou o seu termo.

Enes e os outros integrantes da chamada geração de 1895 de que o trabalho obrigatório era indispensável à própria “moralização” dos africanos.¹⁰³

Esse Regulamento e as leis complementares, elaboradas entre 1914 e 1917, estabeleciam regras básicas para o tratamento das populações indígenas, conforme o “estádio de civilização” em que se encontravam. Em 1917, foi promulgada a lei responsável pela divisão da população da Guiné Portuguesa: os não civilizados eram aqueles indivíduos nascidos e vivendo em aglomerados sociais indígenas, chamados tabancas, que tivessem hábitos e costumes indígenas e que não pudessem ler e escrever o português; os civilizados eram aqueles considerados cidadãos portugueses, desde que comprovassem dedicação pelos interesses da Nação Portuguesa; alfabetização e fluência em português; ocupação remunerada; bom comportamento atestado pela autoridade administrativa da sua área de residência.¹⁰⁴

Em 1925, o aparato administrativo-jurídico do ultramar ganhou tribunais para os “indígenas”, localizados na sede de cada circunscrição, sujeitos aos códigos criminais da metrópole. Eram presididos pelos próprios administradores de circunscrição, auxiliados por “assessores indígenas”, nomeados pelo administradores e cuja presença nas sessões do tribunal era uma exigência legal. Esses “assessores indígenas” tinham a função de informar os usos e costumes locais. Tudo isso significava uma interferência direta no exercício da justiça pelos próprios indígenas e, por imposição, uma ruptura com o direito costumeiro, desconsiderando as chefias tradicionais.

Nesse mesmo ano, a pressão internacional, para que a missão colonizadora fosse exercida levando em consideração o respeito pelos princípios da Sociedade das Nações, tornou-se mais efetiva na sequência da divulgação do relatório de Edward Ross, professor de sociologia da Universidade de Wisconsin (EUA). No relatório, apresentado, em 1925, à Comissão Temporária sobre a Escravidão da Sociedade das Nações, foram denunciadas as práticas próximas da escravatura impostas aos territórios africanos sob dominação portuguesa.

Em fins de 1926, o *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas*, mais conhecido como *Estatuto do Indigenato*, reforçou a distinção entre “civilizados” e “indígenas”, sendo os segundos regidos pelos usos e costumes tradicionais e não pelo direito geral, sob a tutela do

¹⁰³ Da Geração de 1895, faziam parte, além de Antônio Enes, alguns oficiais portugueses que marcaram presença nos últimos tempos da monarquia — Alfredo Augusto Freire de Andrade, Henrique Mitchell de Paiva Couceiro, Ayres de Ornelas e Vasconcelos, Eduardo Augusto Ferreira da Costa e Joaquim Mouzinho de Albuquerque. Vale lembrar que Antônio Enes (1848-1901) foi ministro da Marinha e Ultramar de 1890 a 1891 e Comissário-Régio em Moçambique entre 1891 e 1892. Sua obra *Moçambique*, um relatório apresentado ao governo português, em 1893, é referência para estudos sobre a ideologia colonial portuguesa e sobre a questão do trabalho nas colônias. Essa obra foi seminal para discutir questões relativas aos problemas ultramarinos, sobretudo para a elaboração do Regulamento do Trabalho Indígena.

¹⁰⁴ ANDRADE, Mário Pinto. *Origens do nacionalismo africano...*, op. cit., p. 26.

Estado.¹⁰⁵ Esse Estatuto, ao definir que os direitos dos indígenas ficavam restritos às suas próprias instituições, reiterou a desigualdade e legalizou a obra civilizacional. O trabalho tinha valor educativo e “moral”. Estabeleceram-se, assim, as regras de o indígena poder tornar-se assimilado, desde que adquirisse os hábitos, a cultura e a língua portuguesa.¹⁰⁶

Dois anos depois, em resposta às pressões da Sociedade das Nações e da Organização Internacional do Trabalho, foi publicado um novo *Código de Trabalho dos Indígenas das Colônias Portuguesas de África* (1928), mais conhecido como *Código do Indigenato*, que regulamentou o recrutamento e o contrato de trabalho dos indígenas ao abolir o trabalho forçado. Além disso, o Código, complemento do Estatuto do Indigenato, autodefinia-se como uma forma de levar os aparatos administrativo-jurídicos a proteger os indígenas. Desnecessário lembrar que toda regulamentação era manobrada para que as proclamadas mudanças nas relações de trabalho não fossem efetivadas. Revestindo-se de claro paternalismo cristão, a referida coleção de leis foi, antes de tudo, uma resposta política diante das pressões internacionais.¹⁰⁷

Dito isso, pode-se destacar que o Código do Indigenato, no seu capítulo I, artigo 3º, diz não ser imposto nem permitido “que se exija aos indígenas das suas colônias qualquer espécie de trabalho obrigatório ou compelido para fins particulares” sendo que, conforme o seu artigo 296º, só era permitido para fins públicos, nas seguintes condições:

1º- *Quando para a execução de trabalhos públicos, do Governo ou Municípios, não seja possível, em virtude da urgência, ou de outro motivo razoável, obter o número de trabalhadores indígenas voluntários que forem precisos;*

2º- *Quando tenha de acudir-se a casos de força maior ou calamidade pública, tais como incêndios, inundações, estragos produzidos por temporais ou cataclismos, invasões de gafanhotos ou outros animais nocivos e epidemias;*

3º- *Quando se trate de serviço de:*

- a) *Limpeza e saneamento das povoações ou bairros indígenas e sua periferia, e dos currais de gado ou logradouros anexos às mesmas povoações ou bairros;*

¹⁰⁵ ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil/Novas Áfricas – Portugal e o Império...*, op. cit., p. 188.

¹⁰⁶ Cabe registrar que a condição de *indígena* não foi aplicada aos povos de Cabo Verde, Índia ou Macau, pois seus habitantes tinham o estatuto de “cidadãos”. Cf. MARQUES, A. H. Oliveira (coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Africano (1890-1930)*, vol. XI. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p.25.

¹⁰⁷ Deve-se ter claras as implicações decorrentes das ambigüidades do Código do Indigenato e, ao mesmo tempo, não se pode desprezar o seu alcance, uma vez que, na sua essência, ele foi mantido até 1961. Foi com base nesse código que o Estado Novo fundamentou toda a sua política de trabalho que, no essencial, seguia as propostas de António Enes e do Regulamento do Trabalho do Indígena de 1899.

- b) *Limpeza e conservação de fontes , poços, cacimbas e outros reservatórios de água destinados a uso das populações indígenas ou dos seus gados;*
- c) *Limpeza de caminhos entre povoações indígenas desde que tais caminhos não sejam principalmente utilizados para o trânsito de veículos, de motor ou de tração animal, ao serviço dos colonos ou do Governo;*
- d) *Perseguição e extermínio de animais nocivos à saúde e vida dos indígenas ou dos seus gados, ou às suas culturas e preserva de colheitas;*
- e) *Cultura de certas áreas de terreno de reserva indígena em locais próximos das suas povoações, cujo produto reverta exclusivamente em favor daqueles que as cultivarem, ou, segundo os seus usos e costumes, em benefício de determinada comunidade indígena;*

Além disso, também foi no Código de Trabalho dos Indígenas de 1928 que se deu a instituição da caderneta indígena, obrigatória em todas as colônias, como instrumento para o controle do pagamento do imposto de palhota. Caso o indígena não estivesse em dia com o pagamento, era considerado vadio e punido com o trabalho correcional¹⁰⁸. Por sua vez, o artigo 97º do Código determinava que os contratos só fossem feitos mediante a apresentação das cadernetas que não deveriam ter nenhuma anotação negativa da conduta do “indígena”. Tratava-se de uma caderneta pessoal de identidade e registro de trabalho em que deveria constar, entre outros: o nome do patrão, o local do serviço indígena, data, tempo e salário do respectivo contrato, notação da data em que deixou o serviço anterior, modo como cumpriu as suas obrigações de trabalhador “indígena”¹⁰⁹. Esse último registro revelava o comportamento do “indígena”.

O Código, nos seus 426 artigos, pormenorizou muitos princípios acerca do trabalho, indo desde o recrutamento até a assistência médica e social. Também estabeleceu uma abertura para o trabalho obrigatório para fins particulares. O artigo 300 determinava que:

Não se considera como imposição de trabalho obrigatório qualquer ato praticado pelas autoridades ou funcionários públicos para obrigar os indígenas a tomar ou retomar o trabalho para que se hajam voluntariamente contratados,

¹⁰⁸ De acordo com o artigo 302º, Capítulo X, Seção II, do Código do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas de África, de 6 de dezembro de 1928, “Trabalho correcional é aquele a que o indígena pode ser condenado pelos tribunais competentes quando cometer qualquer crime, previsto e punido pelas leis gerais, ou qualquer infração às disposições deste Código pela qual lhe caiba a aplicação desta pena”.

¹⁰⁹ CRUZ, Elizabeth Ceita Vera. *O Estatuto do Indigenato – Angola - A legalização da discriminação na colonização portuguesa*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2005, p. 91.

quando, sem causa justa reconhecida pelo curador ou seus agentes, se recusem a tomar esse trabalho ou o abandonarem antes de terminar o contrato.¹¹⁰

É preciso esclarecer as três condições em que os indígenas eram obrigados a trabalhar. O trabalho voluntário era aquele realizado pelo indígena que se oferecesse para trabalhar para os brancos ou que resolvesse assumir o “benefício” de residência fixa com cultura obrigatória no hectare de terreno que a administração determinasse. Já o trabalho compelido não seria considerado uma pena, pois, julgando que o “indígena” não usava da faculdade de escolher o modo de cumprir a obrigação do trabalho, o que a autoridade apenas fazia era indicar-lhe o sítio onde o seu braço trabalhava a terra. O trabalho correcional era aquele imposto ao indígena enquanto sentenciado, por não querer ser voluntário nem compelido.¹¹¹

Vale considerar que na Guiné as formas compulsórias de trabalho eram aplicadas, sobretudo, quando não era pago o “imposto braçal”, de caráter obrigatório. Os administradores, amparados por um aparato legal, contavam com os meios para forçar ou (re)conduzir o indígena aos trabalhos obrigatórios — na construção de estradas, caminhos de ferro e pontes — em particular, na produção para a exportação.

Sabe-se que, em 1920, 95% das exportações da Guiné já estavam ancoradas no ciclo das oleaginosas como a mancarra e a amêndoa de palma. Havia uma grande pressão sobre os agricultores para aumentar a produção de exportação, como sugerem os dados apresentados:

Quadro 1.4 — Quantidades médias exportadas por produto, 1924-39 (em toneladas)

Anos	Mancarra	Coconote	Óleo de palma	Arroz
1924-27	19 412	10 014	212	78
1928-31	23 264	10 782	494	335
1932-35	22 318	12 108	601	3 937
1936-39	27 701	12 419	817	3 636

Fonte: SÁ, Caetano de. A nacionalização do comércio da Guiné. *União Nacional da Guiné*, 1943, p.72. Apud., GALLI, Rosemary. A ausência do capitalismo agrário na Guiné-Bissau durante o Regime do Estado Novo. In: *Soronda*. Bissau: INEP, n°.17, jan. 1994, p. 117.

A importância, em particular, da mancarra, foi confirmada cerca de 30 anos depois no recenseamento agrícola de 1953. Vale reforçar que, segundo os resultados deste, a agricultura

¹¹⁰ PORTUGAL. Decreto n. 16.199, de 6 de dezembro de 1928. Dispõe sobre o Código do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas de África. Apud, THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representação sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp, 2002, p. 333.

¹¹¹ MOUTINHO, Mário. *O Indígena no Pensamento Colonial Português*. Lisboa: Edições Lusófonas, 2000, p. 198-199.

dos povos balanta, fula e mandinga era a que apresentava, para toda a Guiné, o maior número de plantas cultivadas. A cultura da mancarra, que tinha 70% de sua produção exportada, estava concentrada entre os fulas (43,61%), mandingas (22,71%) e balantas (17,92%)¹¹². Os portugueses, por sua vez, buscando recursos para financiar a administração colonial, sempre tiveram um grande interesse no aumento da produção. Ainda que não fosse uma regra, as comunidades produtoras não tinham muita escolha, precisavam dedicar-se às culturas de exportação, pois era o meio de levantar o dinheiro necessário para o pagamento dos impostos. Mesmo assim, foi observado um número significativo de comunidades que resistiu à produção da mancarra, sobretudo, os fulas e os mandingas. Muitos “indígenas” adultos fugiam atravessando as fronteiras em uma região contígua geográfica e culturalmente. Como consequência aumentava o número de crianças e adolescentes nas frentes de trabalho

Por outro lado, não causa estranheza, por exemplo, o fato de os fulas e mandingas se transferirem para os territórios vizinhos para se dedicarem à agricultura. Eram estreitos os laços que uniam a vida econômica e social da Guiné Portuguesa com o Senegal e a Guiné Francesa, reduzindo a quase nada o artifício de fronteira. Em outras palavras, a migração dos agricultores acompanhava a dinâmica das correntes de trocas entre as “fronteiras” e dependia em muitos dos casos da oscilação dos preços dos produtos disponíveis.

A esse respeito é pertinente a avaliação de Armando Castro, ao mostrar que

[...] esta realidade não é visível nas estatísticas oficiais uma vez que a quase totalidade das mercadorias que atravessa a fronteira nos dois sentidos não é controlada pelas autoridades. A verdade é que essas trocas atingem um tal desenvolvimento que chega mesmo a existirem casas comerciais entre as fronteiras dos dois países destinadas a importar e a exportar os produtos em função das diferenças de preço. [...]

Do lado da colônia portuguesa circula às vezes uma quantidade apreciável de dinheiro das regiões vizinhas, o qual, em certas ocasiões, não é muito inferior ao montante da circulação monetária interna.

É evidente que essas correntes de troca não são definidas nem permanentes. [...] A mancarra saía normalmente da colônia portuguesa em quantidades que não devem estar longe de 4000 a 6000 toneladas, uma vez que nos territórios vizinhos os preços são superiores aos preços impostos pelas autoridades

¹¹² CABRAL, Amílcar. Recenseamento Agrícola da Guiné – Estimativa em 1953. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988, p.312.

portuguesas; mas se as cotações baixam do outro lado, a mancarra entra na Guiné.¹¹³

Essas correntes de trocas constituíram um aspecto importante da vida social e econômica da Guiné Portuguesa e grande parte desse comércio clandestino era realizado por comerciantes ambulantes, africanos islamizados conhecidos por *djilas*.

Essas considerações revelam que, se no âmbito interno, o aparato jurídico português objetivava manter a ordem na colônia — garantindo a obediência dos africanos à vontade do Estado e o controle da força de trabalho, além de constituir uma reserva de mão-de-obra para as diversas frentes de trabalho —, ela nem sempre foi eficiente face às persistentes formas de resistência passiva.

Faz-se oportuno destacar a natureza do Estatuto do Indigenato e do Código do Trabalho Indígena e a relação de complementariedade entre ambos. O Estatuto era um instrumento político e ideológico para efetivar o mando da burocracia colonial e que pretendeu organizar os propósitos coloniais, efetivar a colonização e propor o enquadramento jurídico da população indígena. Por outro lado, o Código compreendia os aspectos práticos do fazer colonial na administração e os deveres dos indígenas na sociedade colonizada. Dito isso, pode-se considerar o Código do Trabalho um instrumento que completou o Estatuto do Indigenato, dando-lhe uma natureza material.

Por sua vez, o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de 6 de fevereiro de 1929, Decreto n.º16473, reformulava o Estatuto de 1926, tornando-o compatível com o Código do Indigenato (1928).¹¹⁴ No artigo 2º, definiu a condição dos indígenas:

são considerados indígenas os indivíduos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça; e

¹¹³ CASTRO, Armando. *O Sistema Colonial Português em África (meados do século XX)*. Lisboa: Editorial Caminho, 1978, p.357.

¹¹⁴ As alterações realizadas em 1929 não modificaram a estrutura do Estatuto de 1926. Apenas dotou-o de alguns elementos que a experiência havia mostrado serem necessários para garantir a eficácia administrativa e a facilidade da execução judiciária. No que diz respeito, por exemplo, à repressão criminal, facultou-se que a pena maior dos trabalhos públicos também pudesse ser cumprida em colônia diferente. Estabeleceu também que os Tribunais Privativos Indígenas fossem dotados de uma forma de constituição que melhor pudesse assegurar a reta administração da justiça, ampliando as suas atribuições. A sua presidência na Guiné foi atribuída ao juiz de direito da capital, substituindo assim os antigos governadores. Com esses exemplos, percebe-se que foi preservada a essência do texto inicial. Para que alterações desse tipo pudessem constar do texto do Estatuto, resolveu o governo da República portuguesa promulgar um novo diploma.

não indígenas, os indivíduos de qualquer raça que não estejam nestas condições.¹¹⁵

Diante desse artigo, podem-se destacar duas características presentes no colonialismo português que aparecem aqui articuladas: o “racismo intrínscico” e o etnocentrismo. O “racismo intrínscico” é uma expressão de Kwame Appiah e define o comportamento daquele para quem

nenhuma quantidade de provas de que um membro de outra raça é capaz de realizações morais, intelectuais ou culturais, ou de que tem características que, em membros de sua própria raça, haveriam de torná-lo admirável ou atraente, serve de base para tratar essa pessoa como ele trataria os membros similarmente dotados de sua própria raça.¹¹⁶

Por outro lado, o etnocentrismo “considera os africanos atrasados em decorrência de um conjunto de circunstâncias históricas ocidentais, mas com capacidade de progredir, podendo vir a integrar a nação portuguesa como cidadãos”¹¹⁷.

Tudo isso reforça os símbolos constitutivos do mito da inferioridade do “preto” (primitivo, preguiçoso, indolente) e, em decorrência, protagoniza a nobreza do colonizador português que os conduziria na sua evolução moral, material e intelectual por meio do trabalho e os protegeria segundo a legislação para as Províncias do Ultramar. Com esse propósito, o aproveitamento da mão-de-obra indígena é justificado por meio do argumento de que o trabalho é civilizador.

Não surpreende, portanto, que o Acto Colonial, decreto n.º 18.570, de 8 de julho de 1930 e os diplomas que lhe deram sequência, atualizaram as bases sob as quais já estavam legalizadas as relações de dominação e subordinação estabelecidas entre Portugal e as suas colônias. Melhor explicando: o Acto Colonial iniciou a reestruturação do sistema do poder colonial que foi concluído, em 1933, pelos diplomas a ele atrelados — a *Carta Orgânica do Império Colonial Português*, aprovada por decreto-lei nº 23.228, de 15 de novembro de 1933,

¹¹⁵ Pelo decreto 16.473, de 16 de fevereiro de 1929, foi estatuído o *Estatuto Político e Criminal dos Indígenas*. Na Colônia da Guiné, regulamentando o artigo 2º desse decreto, foi publicado o Diploma Legislativo n. 535, de 8 de novembro de 1930. O Artigo 2º do decreto n.º 16.473 tem disposição análoga à já estabelecida no artigo 2º do Decreto n.º 16.199, de 6 de dezembro de 1928, que decretou o *Código do Trabalho dos Indígenas*. Cf. TAVARES, Álvaro. Do Indigenato à Cidadania. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Lisboa, v. II, n. 8, out. 1947, p. 853.

¹¹⁶ APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 35.

¹¹⁷ SHOAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006; HERNANDEZ, Leila Leite. *África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 2. ed. rev. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 504-505.

desenvolvimento do Acto Colonial e adaptação da Constituição às Colônias, e a *Reforma Administrativa Ultramarina*, decreto-lei nº 23.229, de 15 de dezembro de 1933, “verdadeiro código administrativo para o Ultramar”¹¹⁸. Esse conjunto de dispositivos consagrou juridicamente a separação entre “civilizados” e “indígenas”, instituindo a tutela do Estado no que se refere às populações “indígenas” de São Tomé e Príncipe, Guiné, Angola, Moçambique e Timor.

Em síntese, é necessário identificar o Acto Colonial como um marco da nova fase do império português na África, pois definiu o quadro jurídico-institucional geral de uma nova política para as colônias, estabelecendo uma mudança de rumo na colonização portuguesa do século XX. Dito de outra forma: Portugal pretendia uma política integracionista e centralizadora. O Decreto suprimiu a designação de *Províncias Ultramarinas*, associada a alguma ideia de independência local, cedendo lugar a *Colônias* e, ao mesmo tempo, tirava às *Colônias* a autonomia de gestão, que passava para a Metrópole.¹¹⁹

No âmbito político e ideológico, teve o objetivo de reafirmar a vocação colonial portuguesa. Conforme o artigo 2º, fazia parte “da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam”¹²⁰. Nessa perspectiva, Portugal era uma nação que incorporava a ideia de império; um país com vocação para a missão civilizatória: “integrar os povos primitivos nos parâmetros da civilização ocidental, educá-los pelo trabalho, cristianizar a sua visão do sagrado”¹²¹.

No que se refere ao regime de trabalho, o *Código de Trabalho dos Indígenas das Colônias Portuguesas* (1928) permaneceu como o principal eixo de dominação de Portugal em suas colônias, sendo um mecanismo de controle de mão-de-obra até a sua abolição em 1961. Além disso, foi também o principal sustentáculo da política de assimilação, que tinha como objetivo converter gradualmente o africano em civilizado. Vale reiterar que para o africano ser considerado assimilado tinha de demonstrar afastamento da sua herança cultural, adotando os valores, os costumes, a crença e o estilo de vida próprios da sociedade portuguesa, ou seja, deveria preencher os seguintes requisitos:

¹¹⁸ MARQUES, Oliveira. História de Portugal. Lisboa: Palas Editores, 1981, v. III, p. 523.

¹¹⁹ Na elaboração do Acto Colonial tiveram um papel importante dois elementos ligados aos interesses coloniais, Quirino de Jesus e Armindo Monteiro, futuro ministro das Colônias.

¹²⁰ MIRANDA, Jorge. *As constituições portuguesas de 1822 ao texto actual da constituição*. 5 ed. Lisboa: Livraria Petrony, 2004, p.216.

¹²¹ ROSAS, Fernando. Portugal e o Estado Novo. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova História da expansão portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1992, v. XII, p. 372.

- a) ter mais de 18 anos;
- b) falar corretamente a língua portuguesa;
- c) exercer uma profissão, arte ou ofício de que aufera o rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim;
- d) ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses;
- e) não ter sido notado como refratário ao serviço militar, nem dado como desertor.¹²²

Tendo claros os padrões de exigência para a obtenção da cidadania e as baixíssimas taxas de escolaridade nas colônias, conclui-se que um número muito pequeno de africanos conseguiu atender às exigências do regulamento. Nos termos de Maria da Conceição Neto, “não se pretendia transformar milhões de africanos em ‘cidadãos portugueses’ mas, pelo contrário, manter sociedades separadas nos direitos e deveres”, impedindo, assim, o acesso à cidadania para a maioria da população”¹²³. Em síntese, só os portugueses tinham a cidadania plena; aos assimilados era conferida uma cidadania em termos difusos. Por outro lado, pragmaticamente, o processo de assimilação, ao incorporar um pequeno número de africanos, reforçava a segregação¹²⁴, além de não remover desigualdades como a do mercado de trabalho, em que o “preto” ganhava três ou quatro vezes menos do que o trabalhador europeu, no mesmo posto de trabalho.

Ainda assim a busca por se tornar um assimilado decorre, em especial, da condição jurídica, uma vez que os litígios eram resolvidos em tribunal, ao passo que os indígenas ficavam à mercê do colonizador. Além disso, a assimilação representava a maneira possível de o “indígena” ser tratado com alguma dignidade: ter liberdade de residência e de locomoção e garantir (ao menos no plano jurídico) a escolaridade dos filhos.

Dessa forma, embora a ideologia colonial ressaltasse o assimilacionismo como fundamental para o integracionismo, o certo é que, até setembro de 1961, data da revogação do Estatuto dos Indígenas, apenas cerca de 0,3% da população africana da Guiné tinha a condição de cidadão português. Esse índice foi verificado no Censo da População não

¹²² MOREIA, Adriano. As elites das províncias portuguesas de Indigenato. In: *Garcia de Orta - Revista da Junta das Missões Geográficas de Investigações do Ultramar* Lisboa: Ministério do Ultramar, v. IV, n. 2, 1956, p. 167; ANDRADE, Mário Pinto de (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, op. cit., v.1, p. 80.

¹²³ NETO, Maria da Conceição. O luso, o trópico ... e os outros (Angola, c.1900-1975). In: *Estudos Afro-Asiáticos*, São Paulo, n. 132, mar. 1998, p. 232.

¹²⁴ MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967, p.30.

Civilizada de 1950, quando a pesquisa sobre o “grau de instrução” por concelhos e circunscrições mostrou que somente 1.153 africanos na Guiné sabiam ler e escrever o português. Para uma população de 502.457 indivíduos, a proporção de “analfabetos” era de 997,7 por mil recenseados.¹²⁵

Por sua vez, os assimilados que foram completar a escolaridade formal em Portugal é que constituíram as elites políticas negadoras do colonialismo.

¹²⁵ CARREIRA, Antônio. Guiné Portuguesa – Censo da população..., *op. cit.*, p. 730.

2. A Gênese, o Desenvolvimento e a Consolidação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

2.1. À Guisa de introdução

A partir de 1944, com a fundação da Casa dos Estudantes do Império Português (CEI), constituiu-se uma rede de estudantes das colônias portuguesas em Lisboa e Coimbra. Nesse ambiente circularam Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Marcelino dos Santos e Francisco Tenreiro, entre outros. Ali, até 1965 quando do seu fechamento, discutiu-se parte da produção pan-africana - sobretudo da negritude -, um conjunto de ideias como a democracia e antifascismo, o socialismo, a unidade africana e a independência, com a explícita condenação do colonialismo e do imperialismo.¹²⁶

A vitalidade de autores, como Léopold Senghor e Cheikh Anta Diop, alimentou os debates (criando entre eles uma certa animosidade) acerca da defesa dos valores tradicionais e da dimensão cultural da África e dos africanos. Com Senghor, ganharam centralidade questões como a redescoberta dos valores africanos, a importância da civilização africana, bem como a luta pela “dignidade do povo negro” na África e no mundo.¹²⁷

Por sua vez, o historiador Cheikh A. Diop, na sua obra *Nações Negras e Cultura*, afirmou que o lugar da contribuição negra para a história universal tinha seu ponto culminante na civilização egípcia. Ressaltou que a antiguidade egípcia está para a cultura africana, assim como a antiguidade greco-romana está para a cultura ocidental.¹²⁸ Com isso, pretendeu salientar a existência da civilização africana e, a partir daí, restaurar o orgulho de ser negro. Nessa perspectiva, denunciou as imagens que se destacavam na quase totalidade das pesquisas sobre a África e os africanos e que, em particular, negavam a historicidade e a ausência de cultura. Essas “teorias”, segundo o historiador, ao reforçarem a alienação cultural, constituíram o principal fundamento de ideologias eficientes para justificar a dominação. Diante disso, Cheikh Anta Diop chamou a atenção para o fato de que os africanos só poderiam resgatar a sua historicidade e a importância da civilização em África, depois que

¹²⁶ As considerações acerca da Casa dos Estudantes do Império serão desenvolvidas no capítulo II.

¹²⁷ BENOT, Yves. *Ideologias das Independências Africanas*. Lisboa: Sá da Costa, 1981, p. 289.

¹²⁸ DIOP, Cheikh Anta. Origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, G. (coord.). *História Geral da África: II. A África antiga*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982, p. 68.

tivessem conquistado as suas independências, por meio de uma luta vitoriosa contra o colonialismo e o imperialismo.¹²⁹

Na década de 1950, essas ideias circulavam com grande facilidade por meio de uma eficiente rede de comunicação entre os intelectuais, estudantes, políticos dos territórios sob os colonialismos, estabelecidos, sobretudo nas capitais dos países europeus colonialistas, e em cidades dos Estados Unidos, como Carolina do Norte, Boston e Nova York. São marcos dessa década os Congressos de Escritores e Artistas Negros realizados em Paris (1956) e Roma (1959), que denunciavam a situação degradante do negro no mundo, apontando para a questão racial nos EUA, para o *apartheid* na África do Sul, para as políticas de assimilação nas Áfricas e para as violências próprias dos colonialismos em África.

É importante ressaltar o papel transformador que essas ideias tiveram na mobilização e na organização dos estudantes e intelectuais africanos. Amílcar Cabral, que levou consigo as experiências vividas nos mundos do trabalho de Cabo Verde e da Guiné, articulando-as aos temas discutidos na Casa dos Estudantes do Império (CEI), identificou questões comuns aos territórios sob dominação colonial, discutidos à luz de temas próprios do pós Segunda Guerra Mundial.

Ao regressar, em 1952 para a Guiné como engenheiro agrônomo da Estação Agrícola do Pessubé - da Repartição Provincial dos Serviços Agrícolas e Florestais -, foi encarregado de planejar e dirigir o Recenseamento Agrícola de 1953. O técnico, nos moldes do que aprendera no Instituto Superior de Agronomia (ISA) como trabalho científico, coletou dados quantitativos para o recenseamento e efetuou uma cuidadosa coleta de dados qualitativos sobre a composição da população “indígena” e de suas características culturais. Isto lhe permitiu pensar, com mais eficácia, uma estratégia política para mobilizar a população e dar combate ao sistema colonial.

2.2. As elites africanas no pós Segunda Guerra Mundial

Elikia M'Bokolo sintetizou as razões pelos quais a Segunda Guerra foi determinante na tomada de consciência política em África, com base em contextos decisivos: a participação de africanos nos combates nas mesmas fileiras que os europeus e em oposição aos europeus; o antisemitismo que revelava o aspecto racial da guerra, além de enfraquecer a ideia de superioridade dos brancos, colocando em questão a sua propalada supremacia; a fragilidade

¹²⁹ *Ibidem*, p. 246.

de países europeus, como a França que, diante da invasão dos alemães, mostrou a sua incapacidade de defesa e, uma vez ocupada, dividiu-se entre dois governos, colocando em questão a eficácia de toda e qualquer administração; as derrotas sofridas pela Inglaterra no Oceano Pacífico e no Índico; as vitórias dos japoneses, um povo de “cor”, sobre os brancos, que se dizia serem insuperáveis. Tudo isso se somava ao desejo dos africanos de conquistar a emancipação política do continente.¹³⁰

Ao analisar a viragem africana, ao término da Segunda Guerra Mundial, é necessário ter em conta que o equilíbrio de forças no mundo estava alterado e todas as transformações que se seguiram, tanto políticas como econômicas, devem ser vistas à luz de uma nova realidade: o poder global deslocou-se para os Estados Unidos da América (EUA) e para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Vale ressaltar que as duas potências,

por razões ideológicas, políticas e estratégicas, se opunham firmemente à colonização. Participaram na difusão das ideias anticolonialistas e suscitaram, nos povos colonizados, a esperança de serem encorajados e apoiados na sua marcha para a liberdade.¹³¹

A Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco a 26 de junho de 1945, marcou um ponto em comum na política bipolarizada. Por pressão dos EUA e da URSS, o documento, no Capítulo 1, Artigo 1º, estabeleceu ser do propósito das Nações Unidas “desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal”. Assim, ao mesmo tempo em que o tema da autodeterminação ganhava uma forte ênfase, as elites africanas passavam a se empenhar na escolha de estratégias eficazes, estabelecendo ações comuns, negociando também com elites políticas asiáticas, em torno dos mesmos interesses, para impedir que a obtenção da independência se dispersasse em protestos isolados.

Cabe lembrar que a reabilitação do ideário pan-africano, durante a Segunda Guerra Mundial, fez ressurgir os congressos pan-africanos. No contexto dos anos 1940, foi organizado o V Congresso Pan-Africano de Manchester, realizado de 15 a 21 de outubro de 1945, reunindo basicamente representantes das colônias inglesas. No Congresso, onde o relator principal foi Kwame N’Krumah, discutiu-se particularmente a discriminação racial na

¹³⁰ M’BOKOLO, Elíxia. *África Negra. História e Civilizações – Do século XIX aos nossos dias*. Tomo II. Lisboa: Edições Colibri, 2007, p. 491-492.

¹³¹ *Ibidem*, p. 493.

Grã-Bretanha, a segregação racial na África do Sul e enfatizou-se a independência imediata e incondicional como a maior de todas as reivindicações. Além disso, foram condenados o capitalismo europeu nos territórios africanos e o imperialismo.¹³²

O Congresso adotou um manifesto *Apelo aos Povos Colonizados*, onde se lia:

Estamos firmemente convencidos de que todos os povos têm o direito de se governarem a si próprios. Afirmamos o direito de todos os povos colonizados a decidirem por si próprios do seu próprio destino. Todas as colônias devem ser libertadas do controle imperialista estrangeiro, tanto político como econômico. Os povos das colônias devem ter o direito de eleger os seus próprios governos, governos livres de qualquer limitação imposta por uma potência estrangeira. Afirmamos aos povos colonizados que devem lutar por todos os meios ao seu alcance para atingir estes objetivos.¹³³

Em resumo, a importância do manifesto de Manchester está no fato de ser o primeiro documento a formular a exigência da independência completa e absoluta das colônias em África.

Paradoxalmente, o artigo 73º, da Carta das Nações Unidas, em particular o capítulo XI, sobre a declaração relativa a territórios sem governo, referia-se à questão dos territórios não autônomos, ou seja, no caso da África, os territórios que no pós-Primeira Guerra Mundial passaram do domínio alemão — Camarões, Togo, África Oriental Alemã e Sudoeste Africano — para a tutela das Nações Unidas que os transferiu para os domínios da França, Inglaterra e Bélgica. O referido artigo reiterou a missão civilizadora do ocidente em relação aos territórios citados e estipulou os deveres ou responsabilidades desses países na administração daqueles territórios. Nesse particular, destaca-se a *alínea b*: os membros das Nações Unidas que assumiram a responsabilidade de administrar territórios cujos povos não atingiram a capacidade de se autogovernarem devem

desenvolver sua capacidade de governo próprio, tomar devida nota das aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo de

¹³² Hernandez, Leila Leite. *África na sala de aula....*, op. cit., p. 166.

¹³³ N'KRUMAH, Kwame. *Towards Colonial Freedom*. Londres: Heinemann, 1962. Apud BENOT, Yves. Ideologias das Independências Africanas. Lisboa: Sá da Costa, 1981, p. 146.

suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes e os diferentes graus de seu adiantamento.¹³⁴

É oportuno destacar que, no arranjo político pós Segunda Guerra Mundial, era conveniente à ONU pressionar a Inglaterra, a França, a Bélgica e Portugal a uma certa flexibilização, o que, em contrapartida, permitia as suas permanências em África.

Não obstante esse paradoxo, a Carta da ONU proclamou a autodeterminação, colocando na pauta de discussões internacionais as independências na Ásia e na África. Nessa situação, o pragmatismo da política colonial inglesa e o gradualismo da política colonial francesa – com exceção da Argélia – revelaram-se uma clara política de “transformar para melhor preservar”. Souberam jogar com o fator tempo e escolheram caminhos que preservavam os seus interesses econômicos e políticos no cenário mundial, conscientes de que as suas pretensões estratégicas poderiam ser garantidas por uma outra via que não a manutenção do império. Nesse sentido, os esforços continuaram concentrados na garantia do abastecimento de matérias-primas; no fortalecimento de zonas de influência e no estabelecimento de uma vasta rede de bases militares.

À diferença da Inglaterra, França e Bélgica, Portugal, refratário a qualquer política que pudesse alterar os seus objetivos de dominação, reforçou a justificativa ideológica, ancorada no integracionismo e no processo de assimilação subsumido nos lusotropicalismos.

Por outro lado, a especificidade da política portuguesa era condicionada, em última instância, por sua fragilidade econômica que levava à preservação de suas colônias, tradicionalmente, abastecedoras de matérias-primas baratas e mercado seguro para o escoamento da produção do país. Vale sublinhar que, ao término da Segunda Guerra Mundial, a importância das colônias no comércio externo português atingiu valores significativos: as importações de bens de consumo de Portugal, que representavam apenas 10% até 1940, atingiram 24% em 1945.¹³⁵ As colônias recebiam preferencialmente tecidos, bebidas e produtos manufaturados, em troca de oleaginosas, algodão, açúcar, milho, feijão, farináceos, café e cacau.

Assim, se a nova conjuntura internacional favorecia a economia do Império e parecia criar condições para um desenvolvimento rápido e seguro,

¹³⁴ NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Carta da ONU (1945). Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

¹³⁵ LÉONARD, Yves. O Ultramar Português. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirt (dir.). *História da Expansão Portuguesa. Último Império e Recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1999, p. 33.

manter o império na influência portuguesa e reforçar os laços entre metrópole e as colônias parecia, pois, supor uma sensível evolução das políticas de desenvolvimento conduzidas até então no ultramar. Evolução que o Estado português iria encorajar ao lançar vastos programas de investimentos entre 1946 e 1953, nomeadamente em Moçambique (...) e Angola.¹³⁶

Esse cenário deu alento à determinação do governo de Portugal de não promover mudanças que alterassem os fundamentos da política imperial. Some-se a isso o caráter sagrado da presença portuguesa no ultramar tão caro ao nacionalismo do Estado Novo. Por outro lado, Salazar articulava a essas justificações ideológicas uma outra de ordem estratégica: se o equilíbrio entre as nações no pós-guerra não fosse restabelecido, o mundo caminharia para um novo conflito, desencadeando uma terceira guerra mundial e, nesse caso, Portugal, uma nação pluricontinental, seria de enorme valor para o Ocidente.¹³⁷ Diante de tudo isso, era inconcebível para o regime salazarista acatar os princípios declarados na Carta das Nações Unidas.

Os quinze anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial foram assinalados pela emergência e consolidação de movimentos de independência possíveis pelas contestações internas a cada espaço geopolítico africano e por articulação de interesses e de organização de solidariedade na África e entre África e Ásia. No período de 1945 a 1959, houve uma primeira vaga asiática de independências. O mesmo aconteceu com os países árabes do Oriente Médio e do Norte da África, com exceção da Argélia, que só acedeu à independência em 1962. No tocante à África Ocidental, a Costa do Ouro (Gana) conquistou a independência em 1957 e a Guiné Francesa (Guiné Conacri) em 1958. Por sua vez, marcado pela independência de dezessete espaços geopolíticos sob o imperialismo, o ano de 1960 foi também o de início da denúncia internacional do colonialismo português e marco da importância crescente do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Pode-se considerar a Conferência Governamental Afro-Asiática realizada entre 18 e 24 de abril de 1955, em Bandung, na Indonésia, reunindo representantes de 28 governos da Ásia e da África, como um marco sem precedentes na luta contra a colonização e pela independência, pois, pela primeira vez na história, ocorreu um encontro de chefes de governo

¹³⁶ *Ibidem*, p. 33.

¹³⁷ PINTO, José Felipe. *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidade e Descontinuidades*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005, p. 24.

e representantes de países que tinham como objetivo a independência. As dez resoluções do encontro condenavam o colonialismo sob todas as suas formas e denunciavam a existência de relações assimétricas entre os espaços geopolíticos afro-asiáticos e os blocos de países liderados pelos Estados Unidos e pela URSS.

Logo depois da Conferência, começou-se a articular a criação de uma bloco capaz de ter voz ativa na Assembléia-Geral da ONU. Dessa forma, após sucessivos encontros internacionais, o *Movimento dos Não-alinhados* foi criado oficialmente na Conferência de Belgrado, em 1961. O movimento, com acentuado caráter internacional, reiterava fortemente o não-alinhamento em relação aos dois blocos dominantes. Atuante na ONU, foi um espaço privilegiado de luta política voltado para:

a paz e o desarmamento, visando abrandar as tensões entre as grandes potências; a independência, ressaltando o direito de autodeterminação dos povos; o direito à igualdade racial e econômica, destacando-se a necessidade de reestruturar a economia internacional, especialmente no que se refere ao crescimento, à desigualdade entre as nações pobres e ricas; a igualdade cultural, enfatizando que é essencial reorganizar a ordem informativa mundial com o fim do monopólio ocidental dos sistemas de informação, o universalismo e o multilateralismo, mediante forte apoio ao sistema das Nações Unidas, considerando o foco próprio para a discussão dos assuntos mundiais.¹³⁸

Essa luta “implicou a escolha de estratégias eficazes definidas pelas elites culturais e políticas africanas, em fóruns internacionais, com o objetivo de superar uma série de impasses para que se constituíssem os Estados nacionais”¹³⁹, no âmbito da luta por soberania definida nas resoluções de Bandung e reiterada na de Belgrado. Em essência ambos os conjuntos de resoluções podem ser condensados como a busca de uma “racionalização jurídica do poder, no sentido da transformação da força em poder legítimo, do poder de fato em poder de direito”¹⁴⁰

Nesse mesmo contexto, para pensar as relações entre Portugal e suas colônias, é necessário considerar que as características próprias do imperialismo português envolvem uma experiência construída com base na história de Portugal com suas especificidades em

¹³⁸ HERNANDEZ, Leila Leite. *Os Filhos da Terra do Sol...*, op. cit., p.166.

¹³⁹ *Idem*. A África na sala de aula..., op. cit., p. 166.

¹⁴⁰ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 5ª ed. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 1179.

territórios africanos. Diante disso, importa perceber como o Estado Novo, diante de um conjunto de novas realidades mundiais, avaliou e as confrontou com os seus interesses.

Feitas essas considerações, é importante registrar que a luta pela “libertação” significou um combate sistemático, organizado e amplo, com a mobilização das populações, contra as medidas tomadas por Portugal para conservar a sua “nação ultramarina”. Portugal, pressionado, a partir de 1945, pela situação internacional do pós Segunda Guerra, favorável à autodeterminação dos territórios coloniais, desenvolveu um conjunto de medidas na tentativa de legitimar o colonialismo português. Adotou medidas que buscavam fazer frente às reivindicações, sempre crescentes, nas suas colônias. Com esse objetivo, elaborou uma reforma na política indígena, fez do lusotropicalismo a ideologia de Portugal, como a grande nação pluricontinental, e desenvolveu uma política de fomento econômico-social para o ultramar. Para o caso da Guiné, o primeiro Plano de Fomento contemplou os anos de 1953 a 1958.

2.3. Políticas portuguesas para a manutenção do império.

As raízes da política de fomento remontam a 1947, com a Independência da Índia. Portugal defrontou-se com a pretensão da União Indiana de integrar os territórios de Goa, Damão e Diu. Diante da recusa de Portugal em aceitar a soberania desses territórios, o governo indiano ocupou e anexou os enclaves portugueses de Dadrá e Nagar-Avelly em julho de 1954.¹⁴¹

Diante disso, Portugal viu serem abalados os dois alicerces da mística imperial: o direito histórico de colonizar e a missão histórica de civilizar. Salazar passou a justificar, com maior frequência, a especificidade do colonialismo português africano. Diz ele:

Estamos em África há 400 anos, o que é um pouco mais de ter chegado ontem. Levamos uma doutrina, o que é diferente de ser levados por um interesse. Estamos com uma política que a autoridade vai executando e defendendo, o que é distinto de abandonar aos chamados “ventos da história” os destinos humanos. Podemos admitir que a muitos custe compreender uma atitude tão estranha e diversa da usual.¹⁴²

¹⁴¹ ROLO, Fernanda. O Estado Novo e a política de reconstrução nacional. In: CARNEIRO, Roberto. *Memória de Portugal: o milênio português*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2001, p.511.

¹⁴² GASPAR, José Martinho. *Os discursos e o discurso de Salazar*. Lisboa: Prefácio, 2001, p. 195.

Mas as razões de Salazar eram insuficientes para conter a onda da “descolonização”. Com os objetivos de ressaltar os sentimentos de fraternidade que uniam todos os portugueses e de construir a unidade, o regime decidiu realizar alterações na sua estratégia e, em 1951, procedeu à revisão da Constituição, à revogação do Acto Colonial e sua incorporação à Constituição, mantendo-se o Código do Indigenato, com exceção de Cabo Verde e Macau e, em 1953, do Timor e de São Tomé e Príncipe.

Em 20 de maio de 1954, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 39.666, foi apresentado o *Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*. No seu Capítulo III, artigo 56, estavam definidas as condições para que o “indígena” alcançasse a condição de cidadão: ter mais de 18 anos; falar corretamente a língua portuguesa; exercer profissão, arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim; ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração dos hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses; não ter sido notado como refratário ao serviço militar nem dado como desertor.¹⁴³

Em relação a esse artigo, é importante ter em conta que ele definia as condições para ser considerado assimilado, para a obtenção da cidadania e, com ela, o bilhete de identidade. Dessa forma, persistia a discriminação entre portugueses brancos e negros no foro legislativo. Foi preciso esperar o ano de 1961 para ter lugar a abolição do indigenato, com a legislação do ministro Adriano Moreira.

Na revisão da Constituição Política foi suprimida a designação *Império Colonial Português* que deu lugar a *Ultramar Português*; a palavra *colônia* desapareceu, dando lugar a *província ultramarina*. Essas alterações buscavam fazer frente às pressões externas favoráveis à independência das colônias e afirmar a unidade nacional perante a comunidade internacional. Assim, a Lei n.º 2048, de revisão constitucional, promulgada em 11 de junho de 1951, integrava, com alterações, o Acto Colonial. Portugal era apresentado como uma “nação pluricontinental”, formada por províncias metropolitanas e por províncias ultramarinas, uma nação que não possuía “colônias”.¹⁴⁴

Vale registrar que a alteração constitucional foi seguida pelo reforço de medidas repressivas a fim de controlar e combater todo tipo de ação que ameaçasse a integridade do “espaço” português. A Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) assumiu uma

¹⁴³ ANDRADE, Mário de (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral: unidade e luta*. v. I. Lisboa: Seara Nova, 1976, p. 80.

¹⁴⁴ CASTELO, Cláudia, *op. cit.*, p.58; SANTOS, Mariana Lagarto. A formação da mentalidade colonial. In: *Revista da História das Ideias*. Coimbra: Universidade de Coimbra, v.28, 2007, p. 363.

importância significativa na preservação do regime e instalou-se em todas as províncias ultramarinas. Importante lembrar que em 1950 foi criado o Departamento de Defesa Nacional e instituído o cargo de Ministro da Defesa.

Levando tudo isso em consideração, Valentim Alexandre ressaltou que a

revisão da Constituição substituiu a ideia imperial típica do período entre as duas Guerras Mundiais, expressa no Acto Colonial, por uma concepção assimilacionista, onde as colônias se transformavam em províncias ultramarinas, formando com a metrópole uma nação una. Pela mesma altura, o regime tomou como doutrina oficial o luso-tropicalismo – uma teoria formulada já na década de trinta pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre.¹⁴⁵

A substituição do termo “colônias” por “províncias ultramarinas” atendia à estratégia de adaptar o discurso oficial à nova ordem internacional e preferiu-se “abrir mão das *palavras* para não ser forçado a abrir mãos das *coisas*”¹⁴⁶.

O lusotropicalismo foi elevado à doutrina pelo Estado Novo, em particular, a partir de 1951, ano de uma visita de Freyre a Portugal e às províncias ultramarinas. A viagem oficial de Freyre, de agosto de 1951 a fevereiro de 1952, a convite do ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues, exatamente na sequência da revisão constitucional, simbolizou o início da apropriação da proposta lusotropical pelo regime salazarista. Na obra de Freyre, o livro *O mundo que o português criou* (1940) é um marco em relação à elaboração da proposta. Segundo o autor, a unidade de sentimento e cultura que caracteriza o “mundo português”,

nas suas formas mais evidentes e concretas, é consequência dos processos e das condições de colonização portuguesa que na Ásia como no Brasil, nas ilhas do Atlântico e até certo ponto na África, desenvolveram nos homens as mesmas qualidades essenciais de cordialidade e sympathy, características do povo português – o mais christão dos colonizadores modernos nas suas relações com as gentes consideradas inferiores; o mais transbordante de sympathy naquele sentido fixado por Cooley: a capacidade do homem de projectar-se pela imaginação na posição de outro homem e de experimentar – experiência vicária - sentimentos e estados de espírito alheios.¹⁴⁷

¹⁴⁵ ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil/Novas Áfricas – Portugal e o Império...*, op. cit., p. 194-95.

¹⁴⁶ CASTELO, Cláudia, op. cit., p.55.

¹⁴⁷ FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 42.

Dessa passagem podemos inferir, além da unidade de sentimento e de cultura, outros pressupostos que sustentaram o lusotropicalismo, em particular, a capacidade especial dos portugueses de adaptação aos trópicos, o seu tradicional “não racismo” e a predisposição em constituírem sociedades multirraciais marcadas pela mestiçagem e pela interpenetração de culturas. Foram essas as razões que serviram, melhor do que quaisquer outras, aos interesses do Estado Novo até o 25 de Abril. Essa aproximação explicava-se, em particular, pelo fato de o salazarismo estar, naquela altura, à procura de uma justificativa ideológica para a sua “nova” política ultramarina. Assim, o lusotropicalismo, muito oportunamente, forneceu os elementos para que Portugal reforçasse, na cena internacional, a imagem de uma nação “una e indivisível” distribuída por vários continentes e de uma colonização marcada pela tolerância e pela abertura.

Dessa forma, o lusotropicalismo foi de enorme utilidade para o fortalecimento da ideia de que Portugal constituía uma nação pluricontinental. O Estado português foi hábil em tomar para si os princípios lusotropicalistas e, por meio deles, defender a natureza especial da sua colonização. Ao mesmo tempo, defendeu-se das pressões da comunidade internacional, sobretudo na ONU, espaço onde Portugal buscava justificar um tratamento diferenciado, uma vez que, para o regime salazarista, o ultramar português não configurava uma verdadeira situação colonial.¹⁴⁸

Em dezembro de 1955, Portugal foi aceito como membro das Nações Unidas e foi confrontado imediatamente com o problema das suas províncias ultramarinas. É importante registrar que Portugal só tardiamente fez a sua entrada nas Nações Unidas. Em dezembro de 1955, logo após a admissão, o Secretário-Geral da ONU, o sueco Dag Hammarskjöld, seguindo a disposição geral da Carta da Organização das Nações Unidas, perguntou ao governo de Portugal se administrava territórios que entravam na categoria indicada no artigo 73º da Carta. Tal artigo estabelecia terem os países membros a obrigação de informar regularmente como administravam os territórios não autônomos. Em julho de 1956, o governo português afirmou que não era responsável por quaisquer territórios que se enquadrassem naquele artigo da Carta. Significava que Portugal, pela revisão constitucional de 1951, não tinha colônias a declarar.

As implicações que estavam por detrás da resposta portuguesa eram: o governo português indicava que as províncias portuguesas do Ultramar não tinham vocação para uma independência separada; que se arrogava exclusiva competência para interpretar e aplicar a

¹⁴⁸ CASTELO, Cláudia, *op. cit.*, p. 87-107 *passim*.

sua própria ordem jurídica interna; que não prestaria informação sobre a sua administração ultramarina; que não se submetia ao regime de censura internacional da comunidade das Nações e, por fim, que aplicaria rigorosamente a letra e o espírito do artigo 73º da Carta, rejeitando a prática e a jurisprudência que a Assembléia estabelecera.¹⁴⁹

Em fevereiro de 1957, foi proposta uma moção condenando Portugal por não dar informações acerca da administração dos territórios não autônomos. Colocada em votação, não obteve os dois terços necessários à sua aprovação. Em 1959, devido ao aumento do número de países afro-asiáticos na ONU, Portugal perdeu. A XV Assembléia Geral votou em 15 de dezembro de 1960 a resolução 1542, que declarou:

I.º que a Assembléia considerava os territórios sob administração portuguesa (as províncias do ultramar) como territórios não autônomos; 2.º que as autoridades portuguesas deveriam fornecer informações referentes a estes territórios; 3.º que estas informações deveriam ser dirigidas diretamente ao secretário-geral; 4.º que as autoridades portuguesas estavam convocadas para participar nos trabalhos da comissão de informações relativas aos territórios não autônomos.¹⁵⁰

Essa resolução foi mal acolhida pelo governo português que a considerou uma intervenção nas questões pertencentes à alçada das ordens jurídicas internas, tendo como argumento que a Assembléia Geral,

com base numa definição genérica do que fossem territórios não- autônomos (equiparados a territórios coloniais), aprova a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais e, simultaneamente, especifica um por um os domínios portugueses como integrando aquela definição.¹⁵¹

Tudo isso marcou um longo litígio de Portugal com a ONU e só fez aumentar a campanha internacional contra o colonialismo português, colocando o governo num crescente isolamento.

Com o objetivo de legitimar a tese da “unidade nacional”, em resposta ao movimento anticolonial e garantindo a soberania portuguesa nas suas províncias em África, o Estado

¹⁴⁹ NOGUEIRA, Franco. *As Nações Unidas e Portugal*. Rio de Janeiro: Olímpica Editora, 1961, p. 41.

¹⁵⁰ LÉONARD, Yves, *op. cit.*, p. 44.

¹⁵¹ ROSAS, Fernando. *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 517-518. (História de Portugal, dir. José Mattoso, 7).

Novo elaborou quatro Planos de Fomento, que contemplavam não só a Metrópole, mas também as suas Províncias Ultramarinas.¹⁵²

No caso da Guiné, até meados dos anos 1940, os investimentos da metrópole portuguesa foram incipientes. O término da Segunda Guerra Mundial coincidiu com a nomeação de Sarmento Rodrigues para o governo da Guiné (1945-1950), que se empenhou no desenvolvimento de algumas infraestruturas (campos de aviação, centrais telefônicas, estradas, pontes, escolas, aquedutos, depósito de medicamentos, recuperação de terrenos para cultura de arroz, entre outros). Naquela altura, dois acontecimentos possibilitaram essa onda de investimentos na Guiné: o saldo positivo da balança comercial portuguesa, em particular, devido à exportação de produtos provenientes das colônias para os países beligerantes e a preparação para as comemorações do V Centenário da sua “descoberta”.

Passada essa fase, o orçamento do governo colonial para a Guiné voltou a ser irrisório. Apenas a título de exemplo, é oportuno destacar os dados para o período de 1952 a 1953.

Quadro 2.1 - Orçamento do governo colonial, 1952-1953 (em contos)

Serviço	1952	1953
Civil		
Administração	3 433	3466
Educação	669	740
Saúde	9 416	10314
Missões Católicas	1 494	1692
Finanças	1 413	1 488
Alfândegas	1 173	1 169
Porto (Pidjiguiti)	2 000	2 060
Obras Públicas	3 774	4 427
Correios/Telégrafos)	4 600	4 700
Agricultura	849	852
Veterinária	595	601
Aviação	615	748
Metereologia	452	510
Exército	5 993	6 180
Marinha	1 314	1 377

Fonte: MOTA, A. Teixeira. Guiné Portuguesa. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, p. 195-196.
Apud GALLI, Rosemary. A ausência do capitalismo agrário na Guiné-Bissau durante o Regime do Estado Novo. In: *Soranda- Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, nº 17, jan. 1994, p. 129.

Constata-se o quanto eram baixas as despesas governamentais para todos os serviços relacionados à infraestrutura, em particular, para a agricultura, ainda mais quando se considera que os povos da Guiné eram agricultores.

¹⁵² O I Plano de Fomento (1953-1958) foi sucedido pelos II Plano de Fomento (1959-1964), Plano Intercalar (1965-1967), III Plano de Fomento (1968-1973) e o IV Plano de Fomento que não foi operacionalizado devido ao fim do Estado Novo.

Assim, o I Plano de Fomento do Ultramar, aprovado pela Lei n.º 2058 - que abrangeu os anos de 1953 a 1958 - representou, segundo as palavras do então Ministro do Ultramar Sarmiento Rodrigues, “o primeiro que abrange todo o território nacional, até as mais distantes províncias do Extremo-Oriente”¹⁵³.

Na conferência que proferiu acerca do Plano de Fomento, o ministro esclareceu que a sua novidade residia na elaboração de um programa económico que procurava integrar homogeneamente as Províncias Ultramarinas no sistema unitário nacional. Sem uma área de ação privilegiada, ele apostava em várias frentes. No entanto, no que dizia respeito aos projetos a financiar e para impedir a pulverização ou dispersão do Plano, o Ministro acreditava que, atendendo às características das Províncias, esses projetos deveriam ser agrupados em duas categorias: aproveitamento de recursos e povoamento, comunicação e transportes.¹⁵⁴ Tão importantes quanto esses aspectos eram os trabalhos de recuperação de terrenos para a agricultura, a pavimentação das estradas, a produção e utilização de energia elétrica, bem como os serviços que já estavam em andamento, em particular, os das missões geo-hidrográficas e o de estudo e combate à doença do sono.¹⁵⁵

No que diz respeito ao alcance do Plano de Fomento na Guiné, é oportuno lembrar o discurso de Sarmiento Rodrigues, em dezembro de 1953. Diz ele:

O Plano de Fomento, no qual a Guiné tem parte importante, é um dos primeiros documentos que reflete a intenção de coordenar intimamente todas as economias, procurando concordantemente determinados fins. Os aspectos que apresenta para a Guiné, nem todos são de fácil realização. Se pelo que respeita à ponte-cais de Bissau, aos outros cais, aeroportos, pontes e equipamentos, o caminho está desbravado e as obras seguem normalmente o seu curso e podem até ser antecipadas nos prazos, já o mesmo se não pode dizer quanto ao problema do desassoramento e dragagem dos canais navegáveis, trabalho em que se não podem consumir largas somas sem cautelosos estudos.¹⁵⁶

Ainda segundo Sarmiento, sendo a Guiné uma província inteiramente financiada pelo tesouro da Metrópole, não seria sensato confiar nos saldos futuros para as despesas do

¹⁵³ RODRIGUES, M. M. Sarmiento. O Plano de Fomento do Ultramar – Aproveitamento de Recursos e Povoamento. In: *Boletim Geral do Ultramar*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, n.º. 336-337, 1953, p.55.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 56-59.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p.61.

¹⁵⁶ RODRIGUES, M. M. Sarmiento. Posse do Governador da Província do Ultramar (discurso). In: *Boletim Geral do Ultramar*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, n. 341-342, nov/dez 1953, p.40.

Plano.¹⁵⁷ Além disso, para a defesa e a nacionalização dos territórios ultramarinos, era fundamental o aumento da população portuguesa, sobretudo metropolitana. Nesse sentido, foram feitos esforços para consolidar a presença portuguesa, principalmente em Angola e Moçambique, pois, de acordo com a proposta do Plano de Fomento, “o povoamento conduz ao equacionamento e consequente resolução de todos os problemas regionais. É a vida na sua representação mais alta e na teoria de exigências que são o estímulo impulsionador da civilização”¹⁵⁸. Assim, sendo os investimentos de grande envergadura, limitavam-se a Angola e Moçambique.

De toda forma, entre os anos de 1940 e 1950, já se observava um aumento do número de portugueses na Guiné, como mostra o quadro a seguir:

Quadro 2.2 – Aumento da “População Civilizada na Guiné”

Origem	1940	1950
Metrópole	784	1501
Cabo Verde	928	1703
Guiné	3739	4644

Fonte: MOTA, A. Teixeira. *Guiné Portuguesa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, p.63. *Apud* CARDOSO, Carlos. A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social, 1926-1973. In: *Soronda*. Bissau: INEP, n.14, jul. 1992, p. 51 (com adaptações).

Vale registrar também o aumento da entrada de metropolitanos e “civilizados” na Guiné, entre os anos de 1950 e 1952.

Quadro 2.3 – Movimento de entrada e saída de “civilizados” na Guiné (1950-1952)

		Entradas	Saídas	Saldo	Saldo Total
1950	Metrópole	432	320	+102	+122
	Cabo Verde	131	60	+71	
	Estrangeiro	68	119	-51	
1951	Metrópole	574	377	+197	+219
	Cabo Verde	113	81	+32	
	Estrangeiro	79	89	-10	
1952	Metrópole	656	394	+262	+359
	Cabo Verde	147	54	+93	
	Estrangeiro	69	65	+4	

Fonte: MOTA, A. Teixeira. *Guiné Portuguesa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, p.63. *Apud* CARDOSO, Carlos. A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social, 1926-1973. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, n.14, jul. 1992, p. 52.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 61

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 65

No entanto, a maior parte da população dita “civilizada” encontrava-se no litoral, concentrada em pequenos centros, situados em pontos de especial interesse sob o aspecto comercial e de comunicações.¹⁵⁹

Historicamente, é sabido que o desenvolvimento urbano na Guiné foi marcado por uma separação entre brancos e negros, como decorrência da discriminação racial. Formou-se na periferia dos centros urbanos de população “civilizada”, dotados de infraestrutura adequada (água canalizada, correio e telégrafo, escola, posto sanitário, espaços esportivos, central elétrica), um aglomerado de aldeias sem iluminação, esgoto, água canalizada, onde se recolhia a população negra que trabalhava para os brancos.

A esse respeito, algumas considerações fazem-se necessárias. Do ponto de vista social, a discriminação racial e cultural, já evidente, ganhou legalidade com o Estatuto dos Indígenas. Além de respeitar o horário obrigatório de recolher, os africanos deveriam portar com eles a caderneta de identificação. Essa era uma exigência para os “não civilizados”; no entanto, “um assimilado prevenido traz sempre com ele o bilhete de identidade; quando as autoridades e os colonos o querem admitir, esta constitui a única prova válida de que se trata de um ser humano”¹⁶⁰. Esse é apenas um exemplo da extensão da discriminação, mostrando que os africanos da Guiné, os “indígenas” na sua quase totalidade, estavam privados dos direitos fundamentais do homem.

Quanto ao aumento dos investimentos na Guiné, no período de 1953-1958, a evolução no consumo de energia é um bom indício, de acordo com a indicação disponível:

Os consumos mantiveram-se estacionários até 1953, data que marca o início dos Planos de Fomento, para duplicarem entre 1953 e 1955, atingindo no último ano referido o valor de 700 000 kWh. A partir daquela data (...) entrou em funcionamento descontínuo a central térmica de Bissau, e a taxa de crescimento voltou a aumentar. Mas só em 1958, com o início do funcionamento regular da central de Bissau, é que a expansão dos consumos passou a processar-se livremente, para atingir em 1958-1960 a taxa média de crescimento de 35%.¹⁶¹

Mesmo assim, a capacidade de produzir eletricidade continuava precária e grande parte dela estava nas mãos de particulares. Além disso, em relação à infraestrutura, por

¹⁵⁹ CARDOSO, Carlos. A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné..., *op. cit.*, p. 52.

¹⁶⁰ ANDRADE, Mário Pinto de (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, *op. cit.*, v.1, p. 62.

¹⁶¹ ARAÚJO, J. A. Leite. Panorama energético do Ultramar. In: *Boletim Geral do Ultramar*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, n. 487-488, 1966, p.149.

exemplo, a pavimentação de estradas era limitada, a assistência sanitária, precária e o número de escolas, insuficiente. O transporte de passageiros era praticamente nulo, as vias secundárias apresentavam-se intransitáveis durante a época das chuvas e, mesmo durante a estação seca, a manutenção era insuficiente. As tabancas ficavam isoladas dos circuitos comerciais, o que provocava a emigração e a fuga. Assim sendo, é oportuno lembrar que “não foi o clima físico da Guiné que fez com que ela se mantivesse como uma colônia feitoria; foi uma falta de compromisso e imaginação dos portugueses e seus colaboradores e o fracasso da política pública”¹⁶².

Além disso, as experiências históricas demonstram que a ação administrativa continuava a revelar a verdadeira face do imperialismo colonial. Exemplo disso é um dos casos típicos da exploração colonial na Guiné no ano de 1953. Recorrendo ao trabalho de Armando Castro, *O Sistema Colonial Português em África*, fica claro o caráter dessa exploração. Diz o autor:

as firmas proprietárias das quatro fábricas de descasque do arroz controlam também o mercado interno e a exportação. Sofrem, porém, a concorrência dos produtos nativos na fase do descasque. Estes, com efeito, rescascam o arroz com pilão, manualmente, produzindo assim o que se chama “arroz de pilão”.

Para vencer esta resistência ao monopólio total, os proprietários das fábricas fizeram baixar o preço do arroz de pilão em relação ao arroz descascado nas suas fábricas, insinuando que aquele era inferior e de difícil exportação. Apesar disso, o cultivador guinéu continuou a vender o seu produto, não somente no mercado interno, mas também (clandestinamente) aos territórios sob dominação francesa, sobretudo desde que deixaram de receber o arroz do Vietname por causa da guerra. Os nativos vendiam também o seu arroz a preços razoáveis e guardavam ainda o farelo para a alimentação do gado, o que é muito importante para a sua economia baseada na agro-pecuária.

Assim, em janeiro de 1953, o Governo publicou um decreto proibindo pura e simplesmente qualquer venda de arroz descascado aos nativos e começou a fiscalizar de muito perto os africanos, de modo a evitar a “transgressão à lei”.

No entanto, é impossível evitar completamente a venda clandestina pela fronteira terrestre. Acresce que por vezes se permite aos agricultores nativos vender o seu arroz de pilão, quando se reconhece que isso é indispensável para

¹⁶² GALLI, Rosemary. A ausência do capitalismo agrário na Guiné-Bissau durante o Regime do Estado Novo. In: *Soranda- Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, n 17, jan. 1994, p. 140.

manter a sua precária economia, tanto mais que afirmam não poder pagar o imposto pessoal.

Como se trata de um produto básico da economia nativa, este nos revela claramente a verdadeira face do colonialismo: as autoridades, ao serviço de três ou quatro empresas coloniais, não hesitam em sacrificar os mais elementares interesses de dezenas de milhares de produtores e de centenas de milhares de consumidores, incluindo o núcleo de europeus fixados na colônia.¹⁶³

A transcrição é longa mas indispensável, porque nos coloca perante os abusos cometidos pela administração. Nesse sentido, na Guiné dos anos 1950, percebe-se “a contradição entre o imaginário de um projeto imperial, ambicioso e visionário, e a transfiguração desse projeto num real sem a grandeza da retórica que o sustentava, apesar de cinco séculos de ‘contato’ entre portugueses e africanos”¹⁶⁴.

Cumprе chamar a atenção para o fato de que, nos finais dos anos 1950, existiam aproximadamente 98 centros comerciais nos 11 concelhos e circunscrições em que administrativamente foi dividida a Guiné desde 1942. Os mais importantes centros tinham suas sedes em Bissau, Bafatá e Farim¹⁶⁵ (veja mapa 2.1)

Esses centros eram controlados, essencialmente, por grandes casas comerciais como a *Companhia União Fabril (CUF)*, a *Antônio Silva Gouveia Limitada*, conhecida como *Casa Gouveia*, a *Barbosa e Camandita*, bem como a *Casa Ultramarina*. Graças à neutralidade de Portugal durante a Segunda Guerra Mundial, e apoiando-se numa legislação protecionista, obtiveram enormes lucros controlando o comércio de exportação e importação. Cumprе esclarecer que este comércio direto era assegurado por intermédio de comerciantes libaneses, sírios e afro-portugueses.

Os primeiros formaram uma camada da população economicamente importante e foram de grande utilidade para os portugueses no esforço de atingir o domínio efetivo da economia na província da Guiné.¹⁶⁶ O Banco Nacional Ultramarino, com sede em Bissau, centralizava as transações financeiras.

¹⁶³ CASTRO, Armando. *O sistema colonial português em África (meados do século XX)*. Lisboa: Editorial Caminho, 1978, p. 350-351.

¹⁶⁴ TORRES, Adelino. A economia do Império (século XIX e XX). In: ALEXANDRE, Valentim. *O Império Africano (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 2000, p. 59.

¹⁶⁵ RIBAS, L. Patrício. Alguns aspectos da estrutura econômica da Guiné Portuguesa (2ª parte). In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, v. V, n. 19, jul. 1950, p. 321-322.

¹⁶⁶ CARDOSO, Carlos. A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné..., *op. cit.*, p. 46.

Mapa 2.1 - Guiné: divisões administrativas (1942)

Fonte: MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves. *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003, p. 580.

Assim, do ponto de vista da relação comercial houve um estreitamento importante das relações entre a metrópole e as colônias, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Em decorrência, aumentou o intercâmbio de trabalhadores e estudantes africanos em Portugal.

2.4. Africanos em Portugal

Sabe-se que a década de 1950 foi palco de mudanças políticas fundamentais no mundo afro-asiático, tendo como cenário o profundo antagonismo entre os Estados Unidos e a União Soviética. Todas essas transformações tiveram um impacto importante nas consciências dos jovens estudantes e trabalhadores africanos nas Colônias e em Portugal e permitiram modificar gradativamente as suas atitudes e a maneira de proceder diante do fascismo e do colonialismo do Estado Novo.

Na metrópole, as associações que tiveram uma participação histórica relevante foram a Casa dos Estudantes do Império (CEI), o Centro de Estudos Africanos (CEA) e o Clube Marítimo Africano (CMA).

Com efeito, a CEI foi o lugar de pelo menos duas descobertas fundamentais. A primeira foi a que mais fascinava os estudantes das colônias: o mundo era mais vasto e tinha outras vertentes atraentes, muito mais amplas que a dura realidade e os constrangimentos impostos pelos estreitos horizontes da colônia. A segunda, por sua vez, vem da conscientização de que idênticas carências e restrições afetavam os estudantes das diversas colônias. Essas constatações alimentaram a intenção de mudança, de transformação, num projeto radical de autonomia.¹⁶⁷

O Centro de Estudos Africanos, ativo entre os anos de 1951 e 1954, constituiu essencialmente um espaço de estudos sobre a África, da redescoberta do “eu africano”, de enriquecimento intelectual e intensa politização.

A aprovação dos estatutos do Clube Marítimo Africano em outubro de 1954 permitiu reunir e fazer perceber, aos membros da comunidade africana, a verdadeira realidade política, econômica e social em que estavam inseridos, em particular, a ausência de direitos humanos elementares nas colônias.

2.4.1. A Casa dos Estudantes do Império Português

Em julho de 1944, deu-se a unificação das casas dos estudantes das colônias, residentes em Portugal, numa única Casa dos Estudantes do Império (CEI). Antes disso, em 1943, universitários provenientes de Angola tiveram a iniciativa de criar, em Lisboa, a Casa dos Estudantes de Angola (CEA). O exemplo foi seguido pelos estudantes de Cabo Verde, Macau, Índia e Moçambique, surgindo várias associações. A dispersão dos estudantes em casas, fundadas em função da sua colônia de origem, não agradava ao regime que, naquela altura, buscava consagrar, não apenas do ponto de vista do discurso ideológico, a ideia de unidade do império. Logo, se o império era um todo, não se dividia, portanto não deveriam existir casas separadas. Dessa forma, a centralização visava facilitar a tutela do Estado sobre os estudantes, por meio de seus órgãos centrais, em particular, do Ministério das Colônias e da Mocidade Portuguesa (MP), integrar os estudantes no pensamento da metrópole e facilitar o controle político e social sobre a Casa. Esta “nascia como consagração da política de enaltecimento e de defesa do império colonial, portanto, a coroar uma espécie de consciência

¹⁶⁷ FARIA, Antônio. Mário de Andrade, espelho da revolução africana num espaço português. In: MATA, Inocência (coord.). *Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política*. Lisboa: Colibri, 2000, p. 157.

histórica do regime”¹⁶⁸, ou seja, um instrumento do colonialismo. Por outro lado, estava também presente a outra face da mesma realidade, pois, para os estudantes, a Casa proporcionou a formação de uma consciência histórica e representou um espaço cultural e político de contestação do salazarismo e da difusão do pensamento anticolonial. Esse desvio, ou melhor, o processo que levou a CEI a transformar-se no seu contrário, foi explicitado por Antônio Faria, na sua obra *Linha Estreita da Liberdade*. Diz ele:

(...) pode-se dizer que a Casa dos Estudantes do Império foi, por extensão, ‘uma linha estreita de liberdade’ e usada como tal conscientemente desde os momentos de contestação ao aproveitamento que o governo da época pretendia fazer não só da atividade dos estudantes como do seu futuro (...). Por um lado o governo desmantelava organizações de solidariedade entre os colonos ou subvertia os seus propósitos. (...) Por outro lado criou para os filhos destes a possibilidade de se tornar uma elite protegida pelos próprios objetivos expressos ou subjacentes a essa dinâmica.¹⁶⁹

A CEI foi uma associação que agrupou na metrópole os estudantes das Províncias Ultramarinas Portuguesas — Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Macau, Goa e Timor. O regime tinha como objetivo a contribuição da Casa para o triunfo do “espírito português”, na expressão de Marcelo Caetano.¹⁷⁰ A Casa era uma associação politicamente neutra por força estatutária, mas se opunha ao imperialismo e ao fascismo do Estado Novo, por força da ação política dos seus dirigentes, de forma geral, articulados com o Partido Comunista Português (PCP).¹⁷¹ Assim, a CEI constituiu-se num espaço de liberdade, pois, se por um lado o regime autoritário reprimia as tentativas dos africanos nas colônias de organizar espaços de solidariedade, por outro, criava para os estudantes, na própria metrópole, a possibilidade de se tornar uma elite cultural, acabando por permitir o desenvolvimento de uma política negadora do colonialismo.

Convém recordar que a presença de portugueses nas colônias até a década de 1940 era muito limitada e, como decorrência, o número de estudantes africanos em Portugal era reduzido. Na maior parte, eram filhos de colonos brancos, filhos dos funcionários

¹⁶⁸ FARIA, Antônio. *Linha estreita da liberdade: a Casa dos Estudantes do Império*. Lisboa: Colibri, 1997, p. 24.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 47.

¹⁷⁰ Entre 1940 e 1944, Marcelo Caetano exerceu as funções de Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa.

¹⁷¹ EVERDOSA, Carlos. *Era no tempo das Acácias Floridas. Linda-a-Velha*: Editora ALAC, 1990, p.137-138.

administrativos brancos, alguns mestiços e um pequeno número de negros. Quanto a estes, deve-se observar que

[...] de súbito, tomavam consciência de que não eram iguais – o mesmo povo, a mesma nação, a mesma língua, a mesma cultura. Pelo contrário, eram diferentes, portadores dum estigma que haveria de acompanhá-los, irremediavelmente, pela vida fora – a cor da pele. E essa cor da pele era a marca dum pecado original – assim o decretaram os doutores da santíssima igreja cristã, pecado que nenhum Papa soube explicar onde e por que fora cometido – e que teriam de expiar, implacavelmente, de geração em geração até ao fim do mundo.¹⁷²

Se o drama do negro era a descoberta da cor, havia também o embaraço do estudante africano branco considerado português de segunda, branco de contra-costa que se diferenciava pelos seus hábitos, pronúncia e pelo uso da balalaika.¹⁷³

Ao levar tudo isso em consideração, cabe perguntar como esses estudantes, recém-chegados a Lisboa, Coimbra ou ao Porto, reagiram e se protegeram diante desses comportamentos racistas e discriminatórios. Ou ainda, o que os estimulou a realizar uma reavaliação da “identidade etnocultural, ora pela contestação dos valores produzidos pelo poder colonial, ora pelo trabalho de reflexão teórica e de politização”¹⁷⁴.

A resposta pode ser encontrada no papel que a CEI desempenhou como espaço de integração para os jovens provenientes de várias colônias e como alternativa a esse clima de isolamento. Em busca de educação formal, ou mesmo de formação profissional, esses estudantes perceberam, com maior clareza, as imagens do africano e da África decorrentes da ideologia imperial. Como consequência, os anos que se seguiram à criação da CEI foram de um intenso movimento cultural e de intensa atividade política junto aos meios oposicionistas de Lisboa e Coimbra. Para entender como esse movimento cultural se desenvolveu, é preciso lembrar que aos poucos a CEI começou a dar espaços a ciclo de palestras, recitais, conferências e debates sobre uma grande variedade de temas africanos. O ponto de partida foi a recusa e combate às imagens de África produzidas em Portugal pelo sistema colonial.

¹⁷² MEDEIROS, Tomás. Prolegómenos a uma História (verdadeira) da Casa dos Estudantes do Império. In: BORGES, P.; FREUDENTHAL, A.; MEDEIROS, Tomás; PEDRO, H. (coords.). *Mensagem - cinquentenário da fundação da Casa dos Estudantes do Império (1944-1994)*. Lisboa: Associação da Casa dos Estudantes do Império, 1997, p. 35.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 34.

¹⁷⁴ PAULO, João Carlos. Eu não vejo essa África — A Casa dos Estudantes do Império e as imagens de África e africano. In: BORGES, P.; FREUDENTHAL, A.; MEDEIROS, Tomás; PEDRO, H. (coords.), *op. cit.*, p. 66.

Melhor explicando: predominavam as representações da África e dos africanos em função de imagens e significados que se referiam às ideias de exotismo e superioridade racial. Assim, para a África eram empregadas as tradicionais metáforas de continente selvagem e exótico e, em decorrência, propício à colonização. A representação dos africanos era formulada por meio de conotações carregadas de negatividade: caráter dissimulado, preguiça, antropofagia, promiscuidade e incapacidade de se equiparar ao branco. Deste modo,

a construção de outras imagens e de novos sentidos representativos da sociedade e do homem africanos escora-se na necessidade de questionar e contestar as imagens vigentes na ideologia colonial e no imaginário português relativo à África, como forma de assim proceder à (re)descoberta de certos valores culturais e à afirmação de uma nova identidade.¹⁷⁵

Assim sendo, a refutação das representações impostas pelo colonizador e a valorização cultural foi realizada por meio da atribuição de valor e autenticidade às formas de expressão da cultura africana, o que resultou numa nova representação dos povos africanos e da África. Isso levou os jovens estudantes e intelectuais africanos à assimilação de uma cultura própria, em sintonia com as suas terras.¹⁷⁶ Importante ressaltar que esse despertar “moldou-se, com maior, menor ou nenhuma ingenuidade, à perspectiva cultural do movimento mais englobante: a Negritude”¹⁷⁷, uma das vertentes do pan-africanismo.

Aqui cumpre esclarecer, utilizando-nos da descrição de Frantz Fanon, o modo como a *Negritude* se organizou nos trabalhos de produção literária desses estudantes africanos. Considera o estilo dos intelectuais colonizados que decide expressar essa fase da consciência que se está libertando, como

contrastado, muito cheio de imagens, pois a imagem é a ponte levadiça que permite às energias inconscientes dispersarem-se nos prados vizinhos. Estilo nervoso, animado de ritmos, de parte a parte habitado por uma via eruptiva. E também colorido, bronzeado, ensolarado e violento. Esse estilo, que no seu tempo surpreendeu os ocidentais, não é, como se disse, um caráter racial, mas traduz, antes de tudo, um corpo-a-corpo, revela a necessidade na qual se encontrou esse homem de fazer mal a si mesmo, de sangrar realmente com

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 64

¹⁷⁶ LARANJEIRA, Pires. *A negritude africana de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1995, p. 102.

¹⁷⁷ MONTEIRO, Maria Rosa da Rocha Valente. C.E.I. Celeiro do Sonho – Geração da “Mensagem”. Braga: Universidade do Minho, 2001, p. 17.

sangue vermelho, de se livrar de uma parte do seu ser que já continha germes da podridão. Combate doloroso, rápido, em que, infalivelmente, o músculo devia substituir o conceito. (...) Reencontrar o seu povo é fazer-se preto, fazer-se o mais indígena possível, o mais irreconhecível, é cortar as asas que se havia deixado crescer.¹⁷⁸

A Negritude foi, acima de tudo, um movimento cultural e político de grande alcance com preocupações sociais e com o papel de resgatar a consciência e o orgulho de ser negro, libertando os povos negros da dominação a que estavam sujeitos, por meio da criação de uma consciência cultural própria.

O escritor são-tomense Tomás Medeiros lembra que “a descoberta do mundo negro era uma obsessão, um verdadeiro problema geracional, tendo como farol aqueles que representavam a contestação estruturada que chegava à Europa”.¹⁷⁹ Sobre esse ponto, acrescenta: “lia-se bastante e nesse devorar de livros (...) muitos autores passavam, meteoricamente, sem deixar rastros. Outros ficavam, morando no percurso das suas preocupações”.¹⁸⁰ Para Medeiros, se é possível falar de influências, vale a pena destacar, entre outros, Léopold Senghor, Countee Cullen, Langston Hughes, Jorge Amado, José Lins do Rego, Abdias Nascimento, Leo Frobenius, Cheikh Anta Diop, Aimé Césaire, René Maran, Nicolas Guillén, Jacques Roumain, Toussaint Louverture.¹⁸¹

É certo que, para além das leituras pessoais, a estreita convivência dos estudantes africanos das Universidades de Coimbra e Lisboa possibilitou, por afinidades ideológicas, a formação do espírito de grupo e a transformação da CEI num grande centro de criatividade.

Para compreender melhor a dinâmica da CEI, é possível identificar, para efeito de análise, as várias fases desde a sua criação em 1944 até ao seu encerramento em 1965, lembrando que nesse período a Casa “passou da afirmação poética à atividade política, acompanhada pela reflexão teórico-política”.¹⁸²

Não faz parte da proposta deste trabalho uma análise sistemática de todas essas fases. Importa, sim, de forma bastante geral, a primeira fase, que é fundamental para uma aproximação ao panorama que permitiu a formação de uma nova elite política, que em grande parte estará à frente dos movimentos de libertação nacional. Trata-se do período de

¹⁷⁸ FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 254-255.

¹⁷⁹ MEDEIROS, Tomás, *op. cit.*, p. 36.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 35-6.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 40.

¹⁸² MARGARIDO, Alfredo. Uma ilha africana na Duque d'Ávila. In: BORGES, P.; FREUDENTHAL, A.; MEDEIROS, Tomás; PEDRO, H. (coords.), *op. cit.*, p. 43.

funcionamento da CEI, a que se poderia chamar de “democrático”, obviamente entre 1944, ano da fusão de todas as Casas na CEI, e 1952, quando o governo nomeou uma comissão administrativa para dirigi-la, com o propósito de enquadrar e controlar as atividades dos estudantes.

Foi nesse período democrático, em 1945, que Amílcar Cabral, vindo de Cabo Verde, matriculou-se no Instituto Superior de Agronomia (ISA), em Lisboa, onde, desenvolveu atividades em torno de organizações antifascistas, como o Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUD)¹⁸³, o Movimento da Paz e o Partido Comunista Português (PCP), e manteve estreita ligação com os seus contemporâneos de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Com efeito, esses primeiros oito anos de existência da Casa foram marcados por uma certa liberdade de ação e um intenso processo de conscientização política e cultural, tendo como ponto de inflexão o ano de 1949, quando a Casa já era mais africana do que imperial. Sobre o processo de conscientização política dos estudantes, é oportuno lembrar que, em janeiro desse mesmo ano, Amílcar escreveu uma carta à amiga Maria Helena Rodrigues, que mais tarde se tornaria a sua primeira esposa, revelando a razão maior da sua vida: a dedicação à transformação da condição humana dos povos africanos, por meios não exclusivamente culturais.¹⁸⁴

Em 1947 a CEI inaugurou, com a publicação do boletim mimeografado *Meridiano*, as suas atividades editoriais. No ano seguinte, surgiu o boletim *Mensagem*: espaço onde começaram a aparecer ensaios, poesia e prosa de novos valores da nascente literatura africana de expressão portuguesa que se inscrevia no ideário da Negritude. Com essas publicações criou-se um espaço do coletivo, onde falaram, entre outras, as vozes da geração universitária de 1945-1950, os ideólogos dos movimentos emancipadores, quer no âmbito cultural, quer no aspecto político mais específico. Entre eles: Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Alda do Espírito Santo, Alda Lara.

Sobre as origens da *Negritude* em Portugal, podemos perceber, com base nos trabalhos de Pires Laranjeira e de Maria Rosa da Rocha Valente Monteiro, a emergência da Negritude de língua portuguesa, considerando a existência de expressões textuais da

¹⁸³ O MUD foi uma organização política contra a ditadura com características nacionais, que surgiu em fins de 1945 e agiu em nome dos milhares de democratas que, por todo Portugal, vão dando a sua adesão a este movimento. Com um forte componente estudantil e juvenil, o movimento foi drasticamente punido pela ditadura por meio de campanhas difamatórias, interrogatórios pela polícia política e pelos chefes de repartição da administração pública, comunicados do ministro da Guerra e notas oficiais do Ministério do Interior, com o propósito de justificar a devassa à organização e aos aderentes. Cf. FARIA, António. *Linha estreita da liberdade...*, op. cit., p. 28.

¹⁸⁴ ANDRADE, Mário de. *Amílcar Cabral: Essai de Biographie Politique*. Paris: Maspero, 1980, p. 31-32.

Negritude intuitiva, mesmo antes da entrada em Portugal, em 1949, da célebre *Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache*, organizada pelo poeta e líder senegalês Léopold Sédar Senghor. Amílcar Cabral, num pungente depoimento, recorda o impacto que lhe causou a leitura da obra: “poemas maravilhosos escritos por negros de todas as partes do mundo francês, poesias que falam de África, dos escravos, dos homens, da vida e das aspirações do homem”. E, em seguida, acrescentou:

[...] Muito me traz este livro e, entre muito, a certeza de que o negro, o tão explorado Negro está acordando em todo o mundo. E não um acordar egoísta, como tantos de que fala a História. Não. Um acordar universal, de braços abertos, para todos os Homens de boa vontade.¹⁸⁵

Sabe-se que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a CEI protagonizou importante participação política, marcada pelo fato de que a crítica ao fascismo foi o ponto da sua articulação com os meios oposicionistas de Lisboa e Coimbra, como o Movimento Nacional de Unidade Antifascista (MNUA), criado por iniciativa do Partido Comunista Português, e o Movimento de Unidade Democrática (MUD), criado com a autorização das autoridades de Lisboa, também em fins de 1945. A esse respeito vale salientar que boa parte dos estudantes africanos aderiram ao MUD Juvenil e que, a partir de 1947, uma de suas secções já funcionava dentro da Casa dos Estudantes.¹⁸⁶

Por sua vez, os ventos democráticos soprados pela vitória dos aliados na Europa, embora tivessem movimentado a oposição portuguesa, que esperava drásticas mudanças no interior do Estado Novo, não trouxeram nem as mudanças e muito menos a tão esperada participação de outros grupos políticos. O MUD, por exemplo, foi ilegalizado em março de 1948, após uma larga perseguição a todos aqueles que havia subscrito as listas de apoio ao movimento. Vale registrar que, em fevereiro de 1948, os militantes do MUD se posicionaram contra a formalização do acordo entre o governo português e o governo dos EUA que concedia às forças militares americanas a base de Lajes, nos Açores. O acordo foi o primeiro passo para a admissão de Portugal como membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN ou NATO) em 4 de abril de 1949.

¹⁸⁵ ANDRADE, Mário de; FRANÇA, Arnaldo. A Cultura na problemática da libertação nacional e do desenvolvimento, à luz do pensamento político de Amílcar Cabral. In: *Raízes*, Praia, Cabo Verde, n.1, abril 1947, p.3-4.

¹⁸⁶ HERNANDEZ, Leila Leite. *Os filhos da terra do Sol...*, op. cit., p. 145.

Dessa forma, houve uma intensa participação política dos jovens estudantes africanos e um grande aprendizado em decorrência do processo que definiu as eleições presidenciais de fevereiro 1949, tendo como candidato da oposição o General Norton de Matos e da situação o marechal Oscar Carmona. Vale a pena nos determos na análise feita por Oliveira Marques a respeito dessa acirrada campanha eleitoral, mostrando que, se por um lado Norton conduziu uma propaganda vigorosa, denunciando as contradições do Estado Novo, as mazelas da repressão e da censura, bem como os fracassos do salazarismo, por outro lado, prometia, caso fosse eleito presidente, restaurar o regime democrático, restituir aos cidadãos portugueses as liberdades fundamentais, abolir o regime de censura, garantir uma reforma eficiente no ensino público, entre outras. Não é difícil perceber que a apresentação dessa candidatura tinha objetivos bem claros, no entanto, não tendo garantias da liberdade de votar nem conseguido uma reforma dos cadernos eleitorais, Norton de Matos retirou-se do pleito poucos dias antes da votação. Aquele momento que tinha sido o ponto máximo de união da oposição contra o salazarismo acabou por ver o fortalecimento desse regime antidemocrático.¹⁸⁷

Após as eleições de fevereiro, ficou evidenciado que o salazarismo não tinha a menor intenção em promover uma liberalização do regime existente. Algum tempo depois, entre abril e maio, a PIDE agiu com brutalidade, prendendo dirigentes e funcionários do PCP, invadindo as universidades, espancando estudantes e levando presos alguns participantes do MUD Juvenil. Como já considerado, esses fatos contribuíram ainda mais para a politização dos estudantes da CEI.

Importa também destacar que a participação de alguns estudantes africanos no MUD Juvenil permitiu esclarecer aos jovens militantes portugueses a exploração colonial, o indigenato, a separação dos africanos entre “assimilados” e “indígenas” e a ausência de direitos humanos fundamentais nas colônias. Pode-se mesmo afirmar que foi, em particular, “essa conscientização dos camaradas portugueses levada a cabo, pelos estudantes africanos progressistas que permitiu uma mais rápida tomada de consciência sobre a questão colonial por parte da oposição antifascista portuguesa”¹⁸⁸.

Em resumo, a CEI viveu entre os anos de 1948 e 1949 uma intensa politização que pode ser sintetizada nos seguintes momentos decisivos: em março de 1948, Salazar declarou a ilegalidade do MUD; o lançamento, em julho de 1948, da candidatura de Norton de Matos às

¹⁸⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal desde os tempos mais antigos até a presidência do senhor General Eanes*. 3. ed. Lisboa: Palas, 1986, v. 3, p. 389-92.

¹⁸⁸ ROCHA, Edmundo. *O Clube Marítimo Africano: a sua contribuição para a luta pela independência nacional dos países sob domínio colonial português (1955-1961)*. Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência, 1997, p. 28

eleições presidenciais de fevereiro de 1949, com apoio inclusive do PCP; a retirada da candidatura de Norton de Matos, alegando não existirem as garantias políticas para que as eleições fossem isentas; a ofensiva policial que, em março de 1949, prendeu quadros e dirigentes do PCP, além de invadir as suas instalações e confiscar toda a documentação; a entrada de Portugal para a NATO, como membro fundador, em abril de 1949. Assim, a CEI, que desde 1946 se juntara ao MUD Juvenil, alinhou-se ao lado da oposição, a favor da candidatura de Norton de Matos e protestou contra a entrada de Portugal na NATO; vivenciou a viragem da situação política em favor do governo, a violência do governo contra os seus opositores e o esgotamento da iniciativa política da oposição ao regime de Salazar.

Pode-se afirmar que esse contexto fez desabrochar a politização dos estudantes da Casa. Para Amílcar Cabral, o ano de 1949 foi importante também por outros motivos. Em julho, depois dos exames no Instituto Superior de Agronomia (ISA), regressou a Cabo Verde. Eram as primeiras férias desde que partira para Lisboa para iniciar os estudos superiores. Voltava para a cidade da Praia com alguns projetos. Em primeiro lugar, realizar alguns trabalhos relacionados com os seus estudos de agronomia. Vale lembrar que as ilhas foram assoladas por uma grave crise alimentar de 1947 a 1948, em decorrência de forte estiagem, com conseqüências habituais, além de fatalidades: em fevereiro de 1949, “350 cabo-verdianos juntam-se sob um alpendre, mandado construir pelo governo, para receber a sopa (...). O muro desaba, o alpendre cai. Resultado: 234 mortos e cerca de 100 feridos”¹⁸⁹ Foi essa vaga de fome que Amílcar encontrou nas ilhas. Nesse contexto, foi convidado para escrever sobre os problemas agrários de Cabo Verde, colaborando com o *Boletim de Informação e Propaganda de Cabo Verde*, criado pelo novo governador do arquipélago, o médico-capitão Carlos Alberto Garcia Alves Roçadas.

O segundo projeto estava associado à substituição de um jornalista na Rádio de Cabo Verde. Oleg Ignátiev escreveu que, nos dias que antecederam à sua viagem, Cabral dedicou-se a “compor programas de rádio destinados aos habitantes das ilhas de Santiago”.¹⁹⁰ Mas, o que nos dizem sobre a África e os africanos os programas de Cabral intitulados *A nossa cultura*? Ouvidos pelos cabo-verdianos, significaram, certamente, uma inovação, uma vez que pregavam a revalorização da África em sintonia com os princípios da *negritude*. Por outro lado, o governador Roçadas deu-lhes um outro significado: subversão. Dessa forma, as

¹⁸⁹ ALMEIDA, Pedro Ramos de. História do colonialismo português em África. Lisboa: Estampa, 1979, v. III, p. 283.

¹⁹⁰ IGNÁTIEV, O. *Amílcar Cabral*. Moscou: Edições Progresso, 1984, p. 35.

emissões do programa foram suspensas e Amílcar, discretamente, passou o período de férias que lhe restava em companhia de seu pai.

De volta a Lisboa, para o novo ano letivo, Cabral foi morar com o estudante moçambicano Marcelino dos Santos. Encontrou o angolano Agostinho Neto, membro do PCP, que passou a frequentar a Faculdade de Medicina de Lisboa, transferido da Universidade de Coimbra. No ano seguinte, 1950, conheceu o moçambicano Eduardo Mondlane, que chegou a Lisboa para estudar na Faculdade de Letras depois de ser expulso, por motivos políticos, da Faculdade de Sociologia e Antropologia da Universidade Witwatersrand, em Jonesburgo. Em 1951, Mondlane, descontente com as perseguições que a grande maioria dos estudantes africanos sofriam em Lisboa, partiu para os Estados Unidos onde concluiu a licenciatura e o doutoramento em Sociologia e Antropologia, com os estudos custeados pelas missões presbiterianas.

De fato, a perseguição aos estudantes africanos só aumentava. A PIDE, desde 1946, estava atenta às suas atividades políticas e, em abril de 1951, informou ao Ministro das Colônias que a “CEI é há muito conhecida como alfofre de elementos que desenvolvem campanha antisituacionista”.¹⁹¹ Evidências disso não faltavam: desde 1946 os relatórios da polícia apontavam que os estudantes estavam envolvidos com os grupos oposicionistas de Lisboa e Coimbra; em 1949, os estudantes que dirigiam a CEI se alinharam à oposição, apoiando a candidatura de Norton de Matos; em meados de 1950, estudantes indianos da CEI recusaram-se a promover e a subscrever uma declaração de repúdio pelas afirmações do primeiro-ministro Nehru, hostis à presença portuguesa na Índia; ele tentava, em vão, uma retirada pacífica de Portugal dos territórios de Goa, Damão e Diu. Esse episódio originou o primeiro relatório sério da polícia para o Ministério das Colônias, iniciando-se uma política incisiva da PIDE no sentido de acabar com a Casa enquanto era tempo.¹⁹²

[Os sucessivos envolvimento políticos são reveladores da “subversão” em relação àquilo que o governo português esperava da CEI. Em consonância com as denúncias da PIDE, dando conta de que na Casa eram desenvolvidas atividades pró-comunistas, ela sofre uma intervenção do governo, ficando, de maio de 1952 a fevereiro de 1957, sob a administração de uma comissão nomeada pelo regime.

¹⁹¹ Resposta da PIDE, com data de 9 de abril de 1951, ao ofício confidencial do Gabinete do Ministro das Colônias, nº 597 de 31 de Março de 1951, in Pr. 329/49 SR, Arquivo PIDE/DGS.

¹⁹² ROSAS, Fernando. A CEI no contexto da política colonial portuguesa. In: BORGES, P.; FREUDENTHAL, A.; MEDEIROS, Tomás; PEDRO, H. (coords.). *Mensagem - cinquentenário da fundação da Casa dos Estudantes do Império (1944-1994)*. Lisboa: Associação da Casa dos Estudantes do Império, 1997, p. 18.

A partir de 1952, o regime tentou resgatar seus propósitos com relação à Casa, mesmo sendo pressionado pela PIDE para dissolver de uma vez por todas aquela associação. O fato é que, contrariando todas as expectativas oficiais, foram lançadas, nessa primeira fase do funcionamento da CEI, as sementes de um pensamento crítico com relação aos colonialismos e resgatada a história dos povos africanos sob dominação de Portugal. Isso equivale a dizer que foram criadas as bases para a construção de um novo futuro, ou seja, a luta anticolonial.

Ainda nesse ano de 1952, o que também se destaca é a apresentação do trabalho final de Amílcar Cabral e a obtenção do diploma de engenheiro agrônomo. Concluída essa etapa e imbuído de um novo projeto, o engenheiro partiu para a Guiné-Portuguesa, onde se envolveria definitivamente no nacionalismo. Vale frisar que, naquela altura, a situação constitucional e jurídica do povo guineense era fundamentalmente dominada pela Constituição política portuguesa, modificada para as colônias pela lei n.º 2048 de 11 de junho de 1951, que revogou o Ato Colonial de 1930, enquanto tal; incorporando-o em seguida como um capítulo da Constituição da República, introduziu algumas modificações de forma nesse texto e consagrou a designação de província ultramarina. Então, Cabral partiu para a África deixando para trás um Portugal que, pelo menos oficialmente, não mais possuía territórios sob administração colonial: as colônias passaram a ser províncias do ultramar, e o governo inaugurava uma nova fase da política colonial do Estado Novo (1952-1960), designada por Fernando Rosas da “fase ultramarina”.¹⁹³

Por outro lado, de acordo com a realidade da Guiné, não se sustentava a consagração constitucional segundo a qual esta era uma província de Portugal, muito menos a afirmação da inexistência de discriminação racial. Sobre esse ponto, é significativa a consideração de Amílcar Cabral: “sendo o território exclusivamente dirigido por instituições não indígenas, cerca de 99% da população total ou 99,7% da população africana, não participa, de acordo com a lei, no funcionamento dessas instituições”.¹⁹⁴

2.4.2. O processo de luta das elites políticas africanas em Portugal

Sob o ponto de vista dos relatórios da polícia, um significativo número de estudantes da CEI tinha grande proximidade com os meios oposicionistas de Lisboa e Coimbra. Diante disso, era necessário tomar os devidos cuidados com a PIDE e criar novos espaços para levar

¹⁹³ ROSAS, Fernando. A CEI no contexto da política colonial portuguesa..., *op. cit.*, p. 16.

¹⁹⁴ ANDRADE, Mário Pinto de (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral*..., *op. cit.*, v.1, p. 81.

adiante as discussões sobre a tomada de consciência por parte dos africanos das suas histórias e das suas culturas. Foi com essa preocupação que o Centro de Estudos Africanos (CEA), idealizado por intelectuais e estudantes africanos — Francisco Tenreiro, Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Noémia de Souza, Alda do Espírito Santo, Lúcio Lara e Humberto Machado —, teve seu início, em 1951, com reuniões informais, na CEI, no Café Lisboa, junto dos Correios nos Restauradores, até se fixar na Casa da Tia Andreza, da família Espírito Santo, à Rua Actor Vale, 37.¹⁹⁵

É importante esclarecer que o CEA foi registrado oficialmente com o nome de *Centro de Línguas Africanas*. A necessidade de uma cobertura legal para o seu funcionamento levou os estudantes à Casa da África, criada nos primeiros anos da República e mantida pelo Ministério das Colônias, local onde se reunia a comunidade africana em Portugal em sessões recreativas e bailes. No final da década de 1940, encontrava-se à frente da Casa Raul de Castro, identificado com a política oficial, garantindo, portanto, a lealdade da organização com o Estado Novo. Em decorrência, Castro recusou-se veementemente em negociar com o grupo de estudantes que pretendia dar uma vida nova à Casa da África.

Em Assembléia Geral, realizada em 20 de novembro de 1949, também tiveram a palavra Amílcar Cabral, Mário de Andrade e Marcelino dos Santos. Os estudantes planejavam apresentar a candidatura de Cabral para o cargo de novo presidente da Casa da África. Diante da truculência de Castro, que não poupou esforços para comprometê-los junto à PIDE, ao mesmo tempo em que demonstrava um grande desprezo pela cultura africana, Amílcar levantou-se e, num ato político, fez um apelo para que todos abandonassem o recinto da reunião. A proposta foi aceita pela maioria, no entanto, o grupo de Amílcar, ao romper com a velha geração que dirigia a Casa, não pôde contar com a sua proteção institucional.

Seja como for, os jovens intelectuais africanos não mediram esforços para conduzir estudos de investigação sobre as culturas e as literaturas africanas. O retorno às fontes e a redescoberta do “eu” africano eram as ideias que articulavam os estudos no Centro, pois alimentavam o sentimento dos participantes de serem portadores de valores próprios, conscientes que estavam da sua condição de assimilados e da total alienação cultural. Sentiram-se alienados ao constatar que o resgate da africanidade, a produção literária do

¹⁹⁵ ANDRADE, Mário Pinto; Tenreiro, Francisco. *Poesia Negra de expressão africana*. Lisboa: Santelmo, 1982, p. 18.

grupo, os processos mentais e a comunicação entre eles passavam pela utilização do português, a língua do colonizador.¹⁹⁶

Esses caminhos, mesmo contraditórios, tiveram uma grande importância no processo histórico dos nacionalismos das colônias portuguesas, como mostrou Amílcar Cabral:

Quando o “retorno às fontes” ultrapassa o caso individual para se exprimir através de “grupos” ou de “movimentos”, os fatores que condicionam, tanto interna como externamente, a evolução político-econômica da sociedade, atingiram já o nível em que esta contradição se transforma em conflito (velado ou aberto), prelúdio do movimento de pré-independência ou da luta pela libertação do jugo estrangeiro.¹⁹⁷

De fato, foi nesse processo de descoberta e de identificação cultural que esses estudantes e intelectuais perceberam que pertencia à sua geração a responsabilidade histórica de denunciar a situação colonial e de assumirem o compromisso e o engajamento na luta pela independência. Dito isso, pode-se considerar que o CEA foi um dos núcleos que levariam mais tarde à organização dos partidos de independência, como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP).

No curto tempo da sua existência, o Centro de Estudos Africanos promoveu encontros, discutiu ideias e organizou atividades literárias e culturais de grande importância. Destacou-se a publicação, em 1953, do *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, organizado por Mário de Andrade e Francisco José Tenreiro. A publicação, que faz parte de uma série de iniciativas realizadas em outros locais, como a que se processava em Luanda com o *Vamos descobrir Angola*, trouxe nove poemas, em que estavam representadas três das cinco províncias ultramarinas: Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Esses escritos revelaram a conscientização dos seus autores – Alda do Espírito Santo, Agostinho Neto, Antônio Jacinto, Francisco José Tenreiro, Noémia de Souza e Viriato da Cruz -, no resgate da identidade africana.¹⁹⁸

¹⁹⁶ ROCHA, Edmundo. *Angola: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano Período 1950-1964*. Lisboa: Kilombelombe, 2003, p. 89.

¹⁹⁷ CABRAL, Amílcar. *Nacionalismo e Cultura*. Santiago de Compostela: Laiovento, 1999, p. 131.

¹⁹⁸ ANDRADE, Mário Pinto; Tenreiro, Francisco. *Poesia Negra de expressão africana*. Lisboa: Santelmo, 1982, p. 13.

Em abril de 1954, quando “as autoridades portuguesas se aperceberam de que o Centro de Estudos Africanos, registrado e reconhecido oficialmente com o nome de Centro de Línguas Africanas, era, na realidade, um centro para a radicalização política”¹⁹⁹, ele foi dissolvido e seus dirigentes foram obrigados a deixar Portugal.

A interrupção das atividades do CEA mostrou a necessidade de uma práxis política concreta, em que se pudesse passar da reflexão para a ação. Esse salto foi parcialmente alcançado com a associação dos trabalhadores marítimos africanos e de alguns estudantes da CEI numa agremiação de caráter recreativo cultural: o Clube Marítimo Africano (CMA).

Em meados de 1954, o marinheiro Raúl Francisco Caterça e o estudante Humberto Machado foram os signatários de um pedido ao Sub-secretário da Educação Dr. Henrique Veiga Macedo, para fundarem uma associação recreativa, desportiva e cultural, voltada sobretudo para agregar trabalhadores. O pedido teve parecer favorável e, em 13 de outubro de 1954, foram aprovados os estatutos do Clube Marítimo Africano que, a partir daí, articulou atividades políticas clandestinas, em particular, os contatos entre Lisboa, Luanda, Bissau, Praia. Entre os intelectuais e os estudantes africanos que se destacaram pelo seu papel no Clube, encontravam-se: Agostinho Neto, Lúcio Lara, Amílcar Cabral, que em 1955 estava de volta a Lisboa, Antônio Espírito Santo, Luiz Barreto e outros.

Sobre a dinâmica dessa associação entre trabalhadores e estudantes, é oportuno recorrer aos estudos de Edmundo Rocha que sintetizou as contribuições do Clube nas seguintes atividades: alfabetização e realização de conferências que possibilitaram incluir, num processo de conscientização sobre a questão colonial, muitos africanos que viviam em Lisboa; abertura de canais de comunicação entre os grupos nacionalistas de Bissau, Praia, Lourenço Marques e de Luanda, para onde foi enviada uma policopiadora, em 1959, permitindo a impressão de panfletos que apelavam para a mobilização e para a luta contra o colonialismo; distribuição de livros e documentos que os marinheiros traziam do Brasil e faziam circular entre os portos de Luanda, Praia e Bissau; veiculação de ideias nacionalistas provenientes das diversas partes do ultramar e de outros países europeus.²⁰⁰

Esse conjunto de atividades leva a considerar que o CMA atuou como uma correia de transmissão, garantindo a comunicação entre os africanos que se encontravam em Portugal e os que, nas províncias do ultramar, preparavam as bases dos movimentos de libertação.

¹⁹⁹ FOBAJONG, John. Articulando as visões regionalistas e pan-africanistas de Cabral. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL AMÍLCAR CABRAL, 2005, Praia. *Cabral no cruzamento de épocas*. Praia: Alfa Comunicações, 2005, p. 615.

²⁰⁰ ROCHA, Edmundo. O Clube Marítimo Africano. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1998.

O Clube Marítimo era estreitamente vigiado pela PIDE e, em 1959, após a partida de Lúcio Lara para Paris e de Agostinho Neto para Luanda, o Clube praticamente cessou as suas atividades.²⁰¹

2.5. Os nacionalismos na Guiné: caminhos para a emancipação

Identificar a gênese e o desenvolvimento dos movimentos nacionalistas na Guiné que tomaram vulto na década de 1950, sugere duas conjunturas específicas com dinâmicas próprias.

A primeira, de 1954 a 1962, que se poderia chamar de mobilização, tinha dois grandes objetivos: aproximar e unificar os grupos nacionalistas da Guiné e de Cabo Verde. O ano de 1954 marcou a burocracia colonial que reprimiu a criação do Clube Desportivo e Cultural em Bissau. A segunda baliza, 1962, foi marcada pela reafirmação da linha de ação do PAIGC, fechando as portas para qualquer tipo de compromisso que não estivesse em sintonia com os seus princípios. Essa fase apresenta como marco fundamental o massacre do Pidjiguiti, em 1959.

Uma consideração impõe-se no estudo desse período. Refere-se ao fato de que a Guiné Portuguesa, encravada como estava entre os territórios de língua oficial francesa, sofreu a influência, desde outubro de 1946, dos movimentos políticos da Guiné Conacri, do Senegal e do Mali, país em que foi realizado um Congresso, em Bamako, que tinha como finalidade promover a união das forças políticas dos territórios sob dominação francesa. As resoluções adotadas definiram os princípios do *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA), uma federação que “englobava partidos territoriais (um só por território), que conservavam as suas especificidades, o seu modo de funcionamento e se tornavam ‘secções locais’ do *Rassemblement*”²⁰². Apenas a título de exemplo, o Partido Democrático da Guiné Francesa (PDG) era uma secção do RDA.

Importa destacar que as resoluções do Congresso de Bamako contemplavam pontos fundamentais que diziam respeito à África sob dominação colonial como um todo. Nele, a reivindicação principal era por direitos e liberdades sociais e políticas, o que dava corpo a uma luta anticolonial.

²⁰¹ *Ibidem*, p. 30.

²⁰² M'BOKOLO, Elíxia. *África Negra. História e Civilizações – Do século XIX aos nossos dias*. Tomo II. Lisboa: edições Colibri, 2007, p. 532.

Nesse sentido, a criação de associações de vários tipos, destacando-se os clubes culturais e desportivos, marcou as lutas anticoloniais não só nos territórios sob dominação francesa como nos territórios sob dominação inglesa. Sete meses após o Congresso de Bamako, em maio de 1947, as diversas organizações, lideradas por Sekou Touré, fundaram o PDG.²⁰³

Quanto à Guiné Portuguesa, a iniciativa de Amílcar Cabral de participar, em 1953, do Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING) e, em 1954, organizar um Clube Desportivo e Cultural para os africanos estava, no geral, em sintonia com a dinâmica política dos países vizinhos.

As *Lições de História da Guiné e Cabo Verde*, fiel a uma “historiografia oficial” do PAIGC, para o *IV Centro de Aperfeiçoamento de Professores* (1968), ensinavam que o MING, embora de curta duração, contribuiu para o aparecimento e desenvolvimento dos nacionalismos, bem como para a formação do Partido Africano para a Independência (PAI), em 19 de setembro de 1956.²⁰⁴

Dito isso, é importante registrar que os anos 1950 ficaram marcados por relações internacionais que impulsionaram uma certa radicalização política na Guiné. Vale frisar que na sessão de 14 de dezembro de 1955, Portugal foi admitido como membro da ONU e, em novembro do ano seguinte, apresentou um comunicado ao Secretário Geral, negando a falta de autonomia dos territórios ultramarinos. Portugal não tinha colônias a declarar. A resposta não tardou. Em janeiro de 1957, na IV Comissão da Assembleia Geral da ONU, o bloco afro-asiático, alinhado aos países liderados pela URSS questionou a posição portuguesa.

Entretanto, a contestação na Guiné avançava. Em uma reunião restrita em Bissau, em 19 de setembro de 1956 – contando com a participação de Amílcar Cabral, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Elysée Turpin, Aristides Pereira e Fernando Fortes -, foi fundado o Partido Africano de Independência (PAI).²⁰⁵

É necessário observar que a criação em Bissau, em 1958, do Movimento de Libertação da Guiné (MLG), sob a liderança de Rafael Barbosa, Fernando Fortes, Epifânio Souto Amado, César Mário Fernandes, Hipólito Mário Fernandes, Alfredo Meneses, José Francisco e Tomás Cabral de Almada, constituiu um obstáculo para os propósitos unitários que o PAI defendia como condição de sucesso na luta contra o colonialismo português na Guiné.

²⁰³ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO, Lisboa. *Arquivos da PIDE/DGS*, PAIGC, pasta 1, fl. 293, Processo 641/61.

²⁰⁴ FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, Lisboa. *Arquivo Amílcar Cabral*, PAIGC, *Lições de História da Guiné e Cabo Verde*, p.25, Pasta 04602.050.

²⁰⁵ Adota-se para os nomes do PAI e do PAIGC as formas tais como são apresentadas na obra *Unidade e Luta*.

Por sua vez, a expectativa de uma libertação pacífica da Guiné no modelo dos territórios africanos — do Gana (1957) e da Guiné Conacri (1958) — gerou um entusiasmo sem limites. Foi assim que Rafael Barbosa, originário da Guiné, e Epifânio Souto, de Cabo Verde, transformaram o MLG em Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGC), composto pela União Popular da Guiné (UPG) e a União Democrática Cabo-Verdeana (UDC).

Nesse ponto, faz-se necessário lembrar que o “não” histórico da Guiné dita francesa ao referendo de 28 de setembro de 1958, quando a maioria dos guineenses votou pela independência imediata em relação à França e, por isso, obtiveram a sua independência em 2 de outubro de 1958, teve um impacto significativo nos movimentos nacionalistas na Guiné dita portuguesa. Luís Cabral relatou que Amílcar Cabral, em Portugal, seguindo os resultados do referendo da Guiné, por meio da Rádio França e da BBC de Londres, “disse pausadamente: agora, já tenho terra. Posso arrumar as minhas coisas para regressar definitivamente à África”²⁰⁶.

Também nesse clima de grande expectativa, muitos jovens partiram para a Guiné Conacri ou para o Senegal e se juntaram aos muitos que lá já estavam. Os interesses eram diversos, mas, em particular, buscavam melhores condições de trabalho e, inevitavelmente, organizavam-se politicamente.

Essa nova conjuntura também motivou os marinheiros e os trabalhadores, ligados ao Sindicato Nacional da Indústria e do Comércio, a se organizarem e juntarem as suas forças para uma luta corajosa contra as empresas que atuavam na zona portuária. Assim, no dia 3 de agosto de 1959, em Bissau, os marinheiros do cais de Pidjiguiti entraram em greve reivindicando aumento salarial. Sobre as condições de trabalho no cais, é oportuno lembrar que

a situação das equipagens das lanchas e outras embarcações das empresas coloniais era bastante deplorável. Os salários variavam entre 150 e 300 escudos; o capitão da embarcação ganhava ainda menos do que o motorista, pois esse em geral sabia ler e gozava do estatuto de civilizado. Os restantes membros da tripulação, sendo considerados indígenas, tinham de contentar-se com um salário de miséria, sem quaisquer regalias.²⁰⁷

²⁰⁶ CABRAL, Luís. *Crônica da Libertação*. Lisboa: O Jornal, 1984, p. 59.

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 65.

Diante da greve, a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), que desde 1957 estava estabelecida na Guiné, com postos em Bissau e nas áreas fronteiriças, agiu de forma violenta e, no fim, havia um saldo de 50 marinheiros mortos.

Cabral que se encontrava em Angola quando o massacre aconteceu, só chegou à Guiné um mês após os acontecimentos no cais. Informado do avanço da luta pela independência em toda a África, em particular, a independência da Guiné Conacri, em 1958, avaliou a administração colonial portuguesa e a atuação da PIDE. Diante disso, percebeu as limitações e as fragilidades da ação política conduzida no meio urbano, bem representadas pelo massacre de Pidjiguiti, exigindo novo posicionamento do PAI e do MLG. Era necessário alargar a frente de luta com a incorporação do grupo liderado por Rafael Barbosa e buscar outras estratégias de luta contra o colonialismo.

Tais circunstâncias ajudam a entender o programa de ação do PAI, elaborado na reunião clandestina de 19 de setembro de 1959, conduzida por Amílcar Cabral, explicitado no relatório reproduzido a seguir:

Tendo passado em revista a experiência de três anos de luta política clandestina, e após análise da situação política do país, a reunião alargada de 19 de setembro de 1959 constatou, à luz da experiência de Pidjiguiti, que, considerando a natureza do colonialismo português, a luta por todos os meios, incluindo a luta armada, é a única via que pode conduzir a libertação do país. A fim de passar à nova fase, e seguindo o princípio “esperar o melhor, mas preparar-se para o pior”, a reunião alargada adotou o seguinte programa de ação:

1. Mobilizar e organizar sem demora as massas camponesas, que a experiência revelou serem a força principal da luta de libertação nacional;
2. Reforçar a organização nos meios urbanos e mantê-la na clandestinidade, evitando toda e qualquer manifestação pública;
3. Desenvolver e reforçar a unidade dos africanos de todas as etnias, de todas as origens e de todas as camadas sociais à volta do Partido;
4. Preparar o maior número de quadros, tanto no interior como no exterior, para a direção política da organização e para o desenvolvimento vitorioso da luta;
5. Mobilizar os emigrados residentes nos territórios vizinhos a fim de servirem a luta de libertação e o futuro do povo;
6. Lutar para obter os meios indispensáveis à continuação vitoriosa da luta.

A fim de garantir a segurança de uma parte dos dirigentes e de assegurar o desenvolvimento vitorioso da luta no exterior, o Partido decide transferir o seu secretariado-geral para o exterior.²⁰⁸

Em síntese, podem-se destacar três importantes decisões: a mobilização das “massas camponesas”, deslocando a ação para o meio rural, a preparação para a luta armada e a transferência de parte da direção do PAI para o exterior.

Dito isso, destaca-se como desdobramentos dessas medidas a criação de uma frente de luta, a Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde (FLGCV), que congregou o grupo do MLG, liderado por Rafael Barbosa, e os militantes do PAI. Por meio dessa Frente, Rafael Barbosa e o seu grupo passariam a agir seguindo as orientações da direção do PAI. A segunda refere-se à decisão de Cabral de voltar definitivamente à África que, no entanto, só seria concretizada em março de 1960 quando se estabeleceu em Conacri, capital da República da Guiné.

É importante frisar que entre 1958 e 1961, fase em que se acreditava que a independência da Guiné e de Cabo Verde seria alcançada num curto espaço de tempo, proliferavam nos países vizinhos, sobretudo no Senegal, as organizações nacionalistas formadas por emigrantes oriundos de Cabo Verde e da Guiné Portuguesa.

Em uma conjuntura caracterizada pela concentração de independências da África, entre 1959 e dezembro de 1960, foi realizada a Conferência de Quadros das Organizações Nacionalistas, em Dacar, em outubro de 1960. Nela o PAI passou a se chamar Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), tornando-se pública a transformação efetiva de movimento para um Partido de organização de massa e realçando: o objetivo político de ruptura com o colonialismo e possíveis brechas para o neocolonialismo; e as condições econômicas, sociais e de ausência de direitos políticos dos povos da Guiné e de Cabo Verde.²⁰⁹ Também nesta Conferência foi apresentado um conjunto de doze medidas concretas para a liquidação pacífica e legal do colonialismo português na Guiné e Cabo Verde. Como um dos desdobramentos da referida Conferência, foi aprovado o programa do PAIGC, contendo uma série de medidas voltadas para uma independência geral e irrestrita.

²⁰⁸ DAVIDSON, Basil. *Révolution en Afrique: la libération de la Guinée Portugaise*. Paris: Seuil, 1969, p. 36-37. *Apud* SILVA, António E. Duarte. *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1997, p. 397.

²⁰⁹ Entende-se partido político na sua acepção clássica, formulada por Max Weber: “uma associação ... que visa a um fim deliberado seja ele ‘objetivo’ como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja ‘pessoal’, isto é destinado a obter benefícios, poder e, consequentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente.” *Apud*, BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política...*, *op. cit.*, p.898.

Entre elas, reiterava-se uma proposta de abertura de negociações para a independência, o que deu ensejo, em dezembro de 1960, ao “*Memorandum do PAIGC ao governo português*”. Segundo este documento, o PAIGC propunha “a liquidação pacífica e legal do colonialismo português na Guiné e em Cabo Verde”, propondo, entre outras, a formação de Câmaras de Representantes dos Povos da Guiné e de Cabo Verde, a quem competiria decidir o seu próprio destino”.²¹⁰

Por sua vez, a forma como o PAIGC propunha a formação das Câmaras gerou protestos por parte do MLG, uma vez que para a Guiné foi proposto que houvesse um representante para cada trinta mil habitantes, enquanto para Cabo Verde era proposta a base de um representante para cada dez mil habitantes. Para o MLG, que se auto-atribuía o papel de legítimo representante da população da Guiné na defesa do direito de decidir o seu próprio destino, a proposta do PAIGC revelava “um desprezo” dos seus dirigentes em relação aos guineenses.

Nesse cenário, foram muitos os conflitos entre três grupos nacionalistas. Pressionados pelas autoridades do Senegal e de Conacri, foram feitos esforços para conciliar as diferentes posturas políticas. No Senegal, tentaram-se acordos entre as três principais organizações: Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), dirigido em Conakry por Amílcar Cabral e, em Dakar, por seu irmão Luis Cabral; Movimento de Libertação da Guiné Portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde (MLGC), cujo dirigente em Dakar era o senegalês Henry Labery; Movimento de Libertação da Guiné Dita Portuguesa (MLG) que era dirigido pelo estudante senegalês François Mankaila Mendy.²¹¹

No entanto, algumas divergências mostraram-se intransponíveis. No decorrer de uma reunião realizada em 23 de abril de 1961, em Ziguinchor, o PAIGC deparou-se com a posição intransigente e hostil de Mendy, líder do MLG. Segundo ele,

[...] antes de expulsar os colonialistas portugueses, começaremos por fazer sair da nossa terra os lacaios dos colonialistas, quer dizer, os caboverdianos, os mestiços, os sem raça. Para eles como para os portugueses seremos inflexíveis. Todos os traidores serão severamente castigados.²¹²

²¹⁰ O *Memorandum do PAIGC ao Governo Português* encontra-se transcrito, na íntegra, em ANDRADE, Mário (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria: unidade e luta*. v.1, p. 30.

²¹¹ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO, Lisboa. *Arquivos da PIDE/DGS*, PAIGC, pasta 1, fl. 531, Processo 641/61.

²¹² *Ibidem*, fl.569.

Esta rivalidade era antiga e remontava às diferentes formas de colonização da Guiné e de Cabo Verde, por três razões principais. A primeira diz respeito ao processo específico de declínio da sociedade escravista, que na altura da abolição do trabalho escravo já contava com meeiros, rendeiros e parceiros, razão pela qual desde o Código do Indigenato de 1899 se mostrou dispensável. A segunda razão refere-se ao fato de que a quase maioria da população de Cabo Verde era de mestiços, tornando desnecessária qualquer política de assimilação. Por fim, o número de escolas era superior ao de outros territórios sob o colonialismo português na África, o que possibilitava a absorção de caboverdianos pela burocracia colonial, não só em Cabo Verde como nas demais colônias. Por isso, eram vistos na Guiné como não “pretos” e como correias de transmissão da administração colonial.

Isto explica, em grande parte, os embates e os insultos que marcaram a reunião em Ziguinchor. Seja como for, o fato é que, diante dos constrangimentos, os representantes do PAIGC, liderados por Luis Cabral, impossibilitados de tomar a palavra, abandonaram a reunião.

Mesmo assim, impunha-se uma união de forças, o que levou a realização da Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné dita Portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde, em Dakar, de 12 a 14 de Julho de 1961. Com exceção de François Mankaila Mendy, líder do MLG, reuniram-se o Movimento de Libertação da Guiné e de Cabo Verde (MLGCV – República da Guiné), o PAIGC e o MLGC – Senegal (formado por duas seções distintas - a União Popular da Guiné (UPG) e a União Democrática Caboverdiana (UDC)) -, para lutarem pela “liquidação total” da dominação colonial, criando a Frente Unida para a Libertação da Guiné e Cabo Verde (FUL).

Na verdade, para consecução desse ideal, os líderes do PAIGC utilizaram a estratégia de reunir o maior número possível de organizações. O PAIGC, ao apoiar a formação dessa larga Frente, pretendeu unir os grupos nacionalistas da Guiné Portuguesa, do Senegal e da República da Guiné, contando com o apoio da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP). Sobre a realização da Conferência, segundo o depoimento de Cabral:

Tudo isso foi fundamentalmente uma concessão da nossa parte, uma tática, para vermos o que é que aquela gente queria de fato, qual era a sua intenção, até que ponto estavam engajados na luta a sério e se de facto queriam lutar ou se queria apenas arranjar lugares. Praticamente nós é que fizemos a Conferência toda. Levamos documentos bem preparados, e eles, encarregados de preparar a

conferência, nem sequer tinham ainda feito o programa. A conferência foi feita de fato, com a assistência das autoridades senegalesas, com a assistência do camarada Marcelino dos Santos, representando a CONCP e de outras entidades.²¹³

Cabe ressaltar que a Declaração Geral da Conferência considerou que a situação nas províncias era caracterizada por uma crescente violência, incluindo a atuação da PIDE:

- a) Opressão política, econômica, social e cultural das massas populares de todos os grupos sociais africanos.
- b) Uma repressão feroz (a tortura, o massacre e o genocídio), sistematicamente praticado pelas forças colonialistas contra os nacionalistas e o povo;
- c) A preparação febril traçada pelos colonialistas portugueses com o fim evidente de desencadear uma nova guerra colonial contra os povos da Guiné Portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde.
- d) a firme vontade destes povos em se libertarem do jugo colonial e sua ardente e tradicional aspiração à autodeterminação e à independência, factos concretos cuja expressão são as organizações patrióticas criadas, quer no exterior quer no interior, e a própria luta que elas conduzem há alguns anos contra a dominação estrangeira.
- e) O isolamento quase total dos colonialistas portugueses no plano internacional, não obstante o apoio e a ajuda que lhe é dado por certas potências.²¹⁴

Por essas razões, a Conferência convidava

todas as organizações políticas, sindicais e de grupos da Guiné Portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde a aceitarem os princípios enunciados na Carta da FUL e a aderirem imediatamente à FUL.

Recomenda aos povos da Guiné Portuguesa e das Ilhas de Cabo Verde a evitarem a profusão dos partidos políticos, fonte de divisão entre os africanos.²¹⁵

²¹³ ANDRADE, Mário (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, op.cit., v.1, p. 170.

²¹⁴ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO, Lisboa. *Arquivos da PIDE/DGS*, , PAIGC, pasta 6, fl. 533, Processo 641/61.

²¹⁵ *Ibidem*, fl. 534.

Assim, com o objetivo de impedir cisões e evitar a abertura de espaços para que a administração portuguesa atuasse de forma mais efetiva, o PAIGC conclamou todos os movimentos a trabalharem pela unidade da Guiné e Cabo Verde, condição indispensável para o sucesso da luta. No entanto, para Cabral, a real intenção dos movimentos de Dakar não era fazer a unidade, mas desacreditar o PAIGC. Não tendo conseguido tal intento antes e no decorrer da Conferência, esses movimentos acataram as suas resoluções para em seguida boicotá-las. Ao não aceitar qualquer compromisso com o PAIGC, o MLG, liderado por Mendy, em Dacar, continuou a agir por conta própria e promoveu, em julho de 1961, os primeiros ataques contra os portugueses em São Domingos, Susana e Varela, regiões a noroeste do território da Guiné junto à fronteira com o Senegal. Apesar dessas ações, o MLG não conseguiu ampliar a sua base de apoio na Guiné.

Em junho de 1962, Amílcar Cabral apresentou, à Comissão Especial da ONU para os Territórios Administrados por Portugal, um relatório com a análise do colonialismo português na Guiné e em Cabo Verde. Em dezembro do mesmo ano, ao discursar perante a IV Comissão da Assembléia Geral da ONU, reforçou a natureza do sistema colonial sustentada pelo medo.

Em agosto de 1962, em Dacar, foi criada a *Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné* (FLING), como resultado do encontro entre o Movimento de Libertação da Guiné (MLG) e as suas ramificações que não se alinharam ao PAIGC, em particular, o MLG (Bissau), o MLG (Conakry); Reunião Democrática Africana da Guiné (RDAG); União das Populações da Guiné (UPG – Bissau) e a União Popular de Libertação da Guiné (UPLG).²¹⁶

O objetivo principal dessa nova Frente era mobilizar a população, como primeira etapa para a ruptura imediata com o sistema colonial. Os pontos de desacordo entre o PAIGC e a FLING eram de caráter ideológico e estratégico. “Nós somos PAIGC, Guiné e Cabo Verde” (...) . Não há racismo, não há tribalismo, nós não lutamos para termos bandeira, hino e ministros (...). Nós lutamos para libertar o nosso povo, não só do colonialismo, mas de toda a espécie de exploração.²¹⁷

De fato, eram propostas do PAIGC a defesa da unidade e a luta pela libertação total da Guiné e Cabo Verde. Em defesa da unidade, o partido opunha-se ao “tribalismo” e ao racismo. A luta pela libertação conclamava as “massas” para lutarem contra o colonialismo, o imperialismo, o capitalismo e o neocolonialismo, ou seja, toda exploração do homem pelo

²¹⁶ ARQUIVO DIPLOMÁTICO. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa. *FLING*. Agitação nas Províncias Ultramarinas, Organizações Nacionalistas-, v. I, 1963, Processo 940,1 (5) D.

²¹⁷ ANDRADE, Mário (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria: unidade e luta*. v.1, p. 165.

homem. Tudo isso aliado ao propósito de conservar a independência do pensamento e de ação de qualquer força política externa, tão a gosto do não alinhamento.

No entanto, a animosidade entre as principais organizações que punha em causa o colonialismo tinha como foco permanente a questão da unidade entre Cabo Verde e a Guiné, a qual fazia parte de um complexo cultural que excedia as fronteiras territoriais. Segundo o PAIGC, alguns movimentos reforçavam as regras e tabus sociais próprios de uma mentalidade “tribal”, incompatíveis com a unidade pretendida pelo movimento de libertação. Entre eles o RDAG, constituído pela comunidade mandinga; a UPLG que agrupava a minoria da etnia fula do Senegal; e o MLG que era constituído por maioria manjaca.

A ideia de uma equivalência entre raça e etnia, presente no pensamento de Amílcar Cabral, era sobredeterminada sociologicamente, na medida em que os homens enfrentavam problemas comuns e lutavam pelas mesmas aspirações. Em seus próprios termos, a identidade de um indivíduo ou de um grupo humano era: “uma qualidade bio-sociológica, independente da vontade desse indivíduo ou desse grupo, mas que só tem significado ao ser expressa em relação a outros indivíduos ou a outros grupos humanos”²¹⁸.

A ênfase do PAIGC pela unidade da Guiné e de Cabo Verde também teve como objetivo obter apoio de países africanos e da opinião pública internacional, notadamente do bloco liderado pela URSS e de países ocidentais. Este objetivo diplomático era alvo de um ataque recorrente, desde o Congresso do MLG, em Dacar, de 16 de Abril de 1962, quando foi reforçada a posição do Movimento que considerava “a ação do povo da Guiné o elemento fundamental da sua libertação e não os corredores da ONU ou as escadas das chancelarias de outros países”²¹⁹.

Entretanto o MLG, sem apoios financeiros, sofrendo repressão da PIDE, rivalizando com os demais movimentos no Senegal, sobretudo com o PAIGC em franco crescimento, acabou por restringir cada vez mais a sua ação, acabando por ser dissolvido em outubro de 1964.

No que se refere a segunda conjuntura, ela teve início em 1963 e se estendeu a 1973. O primeiro marco da baliza cronológica se deveu à consolidação do PAIGC, sobretudo, no curso do desenvolvimento da guerra de guerrilhas. Por sua vez, 1973 foi o ano da declaração unilateral da independência da Guiné Bissau.

²¹⁸ CABRAL, Amílcar. *Nacionalismo e Cultura*. Galiza: Laiovento, 1999, p. 143-146.

²¹⁹ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO, Lisboa. *Arquivos da PIDE/DGS, PAIGC*, pasta 1, fl. 457. Processo 641/61.

Quanto à consolidação do PAIGC, houve dois marcos fundamentais: o reconhecimento, outubro de 1965, pela Organização da Unidade Africana (OUA, fundada em 1963), como o Partido mais bem estruturado para a organização e o desenvolvimento da luta da Guiné e de Cabo Verde²²⁰; e o reconhecimento, da ONU, em abril de 1972, considerando o Partido como único e autêntico representante da Guiné e Cabo Verde.

O reconhecimento da OUA ao PAIGC decorreu após tentativas fracassadas, entre 1963 e 1965, de unificação do PAIGC e da FLING, com o apoio do presidente da Guiné Conacri. A FLING, ao contrário do PAIGC, dividida e com uma ação muito restrita, foi perdendo espaços políticos. Ainda em 1963, liderada por Benjamim Pinto Bull e com incentivo de Leopold Senghor, presidente do Senegal, propôs às autoridades portuguesas iniciar conversações sobre o futuro da Guiné. O primeiro e único encontro teve lugar em Lisboa, em julho de 1963, e ficou marcado pela intransigência de Portugal em abrir mão da preservação da sua soberania na Guiné. O fracasso das negociações políticas encabeçadas pela FLING levou, em março de 1965, à decisão do Conselho de Ministros da OUA de reconhecer o PAIGC como o único movimento nacionalista da Guiné.

Por sua vez, em março de 1966 foi assinado, entre a República do Senegal e o PAIGC, um Protocolo de Acordo, fixando as modalidades de cooperação. Entre as facilidades concedidas aos militantes do Partido pelo governo senegalês, destacam-se: a fixação de locais para o estacionamento prolongado dos combatentes, as condições para o fornecimento de mercadorias e artigos diversos, bem como a entrada de armas ou de material destinado ao PAIGC.²²¹

Neste contexto, Cabral afirmou: “a coisa melhor que o grupo daqueles que criaram o PAIGC fez, foi estabelecer como base fundamental - Unidade e Luta: Unidade na Guiné, Unidade em Cabo Verde e Unidade da Guiné e Cabo Verde”²²².

²²⁰ A Organização da Unidade Africana (OUA) foi criada, em 1953, na Conferência de Adis Abeba (Etiópia), que reuniu trinta e um chefes de Estado africanos. Na Carta da OUA, os Estados assumiram os seguintes princípios: “igualdade soberana de todos os Estados membros; não ingerência nos assuntos internos dos Estados; respeito pela soberania e pela integridade territorial de cada Estado e pelo seu direito inalienável a uma existência independente; resolução pacífica dos diferendos, por vias de negociações, de mediação, de conciliação e de arbitragem; condenação sem reserva do assassinato político, bem como das actividades subversivas desenvolvidas por Estados vizinhos, ou quaisquer outros Estados; Devoção sem reservas à causa da emancipação total dos territórios africanos ainda não independentes; afirmação de uma política de não alinhamento relativamente a todos os blocos”. Dessa forma, a OUA abriu uma nova frente internacional de apoio aos movimentos de libertação. Cf. M'BOKOLO, Elíka. *África Negra. História e Civilizações – Do século XIX aos nossos dias*. Tomo II. Lisboa: Edições Colibri, 2007, p. 552.

²²¹ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO, Lisboa. *Arquivos da PIDE/DGS*, PAIGC, pasta 1, fl. 7, Processo 641/61.

²²² ANDRADE, Mário (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, op.cit., v.1, p. 129.

Pragmaticamente, porém, continuaram os descontentamentos entre caboverdianos e guineenses. Somem-se pequenas fricções dentro do próprio Partido. Segundo Cabral, a superação desses obstáculos só seria alcançada numa confrontação de ideias franca e livre que não colocasse em questão a adesão incondicional ao princípio da “Unidade e Luta”.²²³

Quanto à importância do apoio da ONU aos movimentos de libertação, consideram-se como marcos fundamentais as resoluções 2105 e 2701, da XX sessão da Assembleia Geral, em dezembro de 1965. Por meio delas a ONU reconheceu a legitimidade da luta de libertação nacional, além de convidar os Estados, em cooperação com a OUA, a concederem às populações em causa a ajuda necessária para o restabelecimento dos seus direitos inalienáveis. A partir daí, novas resoluções reafirmaram o direito das populações colonizadas à independência e reconheceram a legitimidade da luta que conduziam.

Em 1971, a Comissão Econômica para a África (CEA), do Conselho Econômico e Social da ONU, tomou uma decisão importante ao associar, pela primeira vez, os movimentos de libertação aos trabalhos da ONU. A decisão foi

quanto aos territórios portugueses, aprovada pela resolução 2795 (XXVI) da Assembleia Geral, de 10 de dezembro de 1971, relativa à representação de Angola, Moçambique e Guiné (Bissau) na CEA, na qualidade de membros associados assim como a lista dos dirigentes dos respectivos movimentos de libertação propostos, para o efeito, pela OUA.²²⁴

No que diz respeito ao apoio direto ao PAIGC, é preciso observar que foi na sequência da visita da Missão Especial da ONU, às áreas libertadas da Guiné, em abril de 1972, que o Partido foi reconhecido, por meio da resolução A/AC/109/400, de 13 de abril de 1972, como representante único e autêntico das populações da Guiné e Cabo Verde. Assim, o PAIGC obteve o estatuto de observador na Comissão de Descolonização, na IV Comissão e na Assembleia Geral.²²⁵

Foi na qualidade de representante legítimo do movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde que Cabral fez uma intervenção perante a IV Comissão da Assembleia Geral da

²²³ CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL, Lisboa. Relação massas populares – poder no processo de libertação da Guiné-Bissau por Lino Bicari, 1984, p. 6-7, Cota: GW-A.C. I-19 [14344].

²²⁴ SILVA, Antônio E. Duarte. *A Independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1997, p.357.

²²⁵ *Ibidem*, p. 356

ONU, em 16 de outubro de 1972. Nessa ocasião, submeteu à apreciação da ONU as seguintes propostas:

1. Diligências junto do Governo português a fim de que abram imediatamente negociações entre os representantes deste governo e o nosso Partido. Propomos que essas negociações tenham como base de trabalho a procura das vias e dos meios adequados e mais eficazes para o acesso urgente do nosso povo à independência. No caso de o Governo de Portugal responder favoravelmente a uma tal diligência, poderíamos estudar ao mesmo tempo a maneira de tomar em consideração os interesses de Portugal no nosso país.
2. Aceitação dos delegados do nosso Partido, com a capacidade de membros associados ou de observadores em todos os organismos especializados da ONU, como únicos e legítimos representantes do nosso povo, tal como acontece já em relação à Comissão Econômica para a África (CEA).
3. Desenvolvimento de uma ajuda concreta destes organismos especializados, sobretudo da UNESCO, da UNICEF, da OMS e da FAO, ao nosso povo, no quadro da reconstrução nacional do nosso país.
4. Apoio da ONU, moral e político a todas as iniciativas que o nosso Partido está decidido a tomar para acelerar o fim da guerra colonial portuguesa e o andamento da independência da nossa nação africana, e para que esta possa em breve ocupar o lugar que lhe compete, de direito, no seio da Comunidade Internacional.²²⁶

²²⁶ ANDRADE, Mário (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, op.cit., v.II, p. 200.

3. Amílcar Cabral e a Questão Colonial

O conceito de “situação colonial” refere-se a um complexo processo histórico que abrange a dinâmica das relações entre metrópole e colônia e salienta a predominância da “prática de atores” sobre as interferências externas.²²⁷ Aos atores cabe, ou não, ressaltar as epistemologias africanas, ressignificar as ideias próprias dos saberes coloniais, entrelaçando-as com um passado africano anterior, inclusive ao “antigo sistema colonial”, considerando as epistemologias africanas. Aponta como fundamental o tratamento de encontros da Europa com a África e a busca de especificidades.

Qualquer estudo concreto das sociedades afetadas pela colonização que procure uma apreensão completa só pode realizar-se (...) através da referência a este complexo qualificado de situação colonial. Ao aprofundar a análise desta última (...) se torna possível interpretar e classificar os fenômenos observados.²²⁸

Neste ponto, a abordagem de Balandier apresenta convergências com a proposta de Edward Said que tem, como ponto de partida, a ideia de “territórios sobrepostos e histórias entrelaçadas”, salientando as conexões entre cultura e imperialismo.

Temos de avaliar a nostalgia imperial, bem como o ódio e o ressentimento que o imperialismo desperta nos dominados, e devemos tentar examinar de forma abrangente e cuidadosa a cultura que alimentou o sentimento, a lógica e sobretudo a imaginação imperialista. E devemos também tentar entender a hegemonia da ideologia imperial, que no final do século XIX havia se entranhado totalmente nos assuntos de culturas cujos aspectos menos deploráveis ainda celebraremos.²²⁹

²²⁷ BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. In: *Cadernos de Campo: revista dos alunos da pós-graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo, n.3,1993.

²²⁸ BALANDIER, Georges, *op. cit.*, p. 107.

²²⁹ SAID, Edward, *op.cit.*, p. 43.

Adiante, completa: “longe de serem algo unitário, monolítico ou autônomo, as culturas, na verdade, mais adotam elementos ‘estrangeiros’, alteridades e diferenças do que os excluem conscientemente.”²³⁰

3.1. Os saberes coloniais e a vida cotidiana

Ao tomar como referência os pontos de encontro dessas abordagens, torna-se possível propor a combinação entre o coletivo e o individual no fazer histórico. Este é um argumento teórico para compreender o pensamento e as práticas social e política de Amílcar Cabral, em contextualizações históricas específicas: a escolaridade formal, no âmbito dos saberes coloniais portugueses; as suas vivências cotidianas na Guiné Portuguesa, em Cabo Verde, em Portugal e em Angola. Ganha destaque o período que viveu em Lisboa, onde completou sua escolaridade formal. Foi durante o período de faculdade que se defrontou com a complexidade de temas próprios do pós 1945 debatidos, em particular na CEI, como as identidades, os direitos e liberdades e os caminhos para a emancipação dos territórios coloniais em África. Esses temas acompanharam Cabral em seu trabalho de conclusão de curso, no Alentejo. Estão fortemente presentes nas suas vivências na Guiné e em Cabo Verde (veja anexo A).

No que se refere à formação escolar, mais do que ocidental, foi portuguesa. Cabral, nascido em Bafatá (Guiné Portuguesa), em 24 de setembro de 1924, transferiu-se, aos oito anos de idade com a família, para a ilha de Santiago (Cabo Verde), onde completou a escolaridade primária. No ano letivo de 1937/1938, foi matriculado no Liceu Gil Eanes, em São Vicente, onde esteve sempre entre os melhores alunos. Em 1944 concluiu o Liceu com média de 17 valores, o máximo era 18. Aos vinte anos de idade, era um jovem preparado para voos mais altos e marcado por experiências difíceis: os sacrifícios materiais na infância e adolescência e a imensa seca que ceifou a vida de 24 463 pessoas em Cabo Verde, entre 1941 e 1943.²³¹

Antônio Carreira, ao estudar as secas e fomes em Cabo Verde no século XX, observou que

²³⁰ *Ibidem*, p. 46.

²³¹ CARREIRA, Antônio. *Cabo Verde (aspectos sociais. Secas e fomes no século XX)*. Lisboa/Cabo Verde: Ulmeiro, 1984, p. 124.

a população de Cabo Verde foi martirizada por sucessivas calamidades que devem ter marcado profundamente, dos pontos de vista psicológico, social e econômico, as gerações que sobreviveram milagrosamente a cada hecatombe. Para além disso, as crises concorreram grandemente para certa desarticulação da vida moral e social das comunidades(...).

Apegados ao seu próprio mundo insular, muitos foram forçados a emigrar, nem sempre para destino de seu agrado (estamo-nos a recordar da *levas de emigrantes forçados* para S. Tomé e Príncipe e até mesmo Angola) para escapar à morte por inanição.²³²

De fato, fome e mortes causadas pelo episódio da seca e pela migração forçada de uma parte da população de Cabo Verde para as plantações de café e cana-de-açúcar em Angola e em São Tomé e Príncipe, marcaram Cabral, testemunha dessas tragédias. É provável que o seu interesse pelos estudos da Agronomia tenha surgido dessa experiência que o levou a um questionamento da eficiência das políticas coloniais, que sequer traçaram planos de fomento para a redução do impacto das secas no arquipélago. Em 1945, Cabral partiu para Lisboa, para cursar Engenharia Agrônoma. Isso só foi possível graças à aquisição de duas bolsas: uma do Liceu de Cabo Verde, obtida por mérito e outra, atribuída por meio de concurso, pela Missão dos Estudantes do Ultramar.²³³

Ele chegou a Lisboa no ano do término da Segunda Guerra Mundial e da assinatura da Carta das Nações Unidas em São Francisco, em que se consagrou o direito dos povos à independência. Mas não só. O ano de 1945 também ficou marcado, no que diz respeito à luta dos povos africanos contra o colonialismo, o imperialismo e o capitalismo pelo V Congresso Pan-africano, realizado em Manchester. Em sua Resolução Final, condenou o capitalismo europeu nos territórios africanos e afirmou que os africanos estavam resolvidos a serem livres.

Além da Carta de São Francisco e do V Congresso Pan-africano, Cabral também debateu a Negritude, expressão da ideia de unidade africana sob a forma cultural.

Foi nesse contexto, instigante para se pensar a dignidade do negro no mundo e resgatar a cultura africana anterior ao colonialismo, que Cabral, entre 1945 e 1950, foi aluno do Instituto Superior de Agronomia (ISA) e compartilhou experiências com outros africanos na Casa dos Estudantes do Império.

²³² *Ibidem*, p. 125.

²³³ NOBRE, João. *A imprensa Cabo-Verdiana*. Macau: Fundação Macau, 1998. *Apud* TOMÁS, António. *O fazedor de Utopias. Uma biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa: Tinta da China, 2007, p. 59.

Vale salientar que toda a escolaridade formal de Cabral seguiu os pressupostos de uma educação colonial, com uma plano curricular que reforçava os valores e costumes próprios do “modo de ser português”²³⁴. Cumpre esclarecer que a educação colonial visava não só à formação geral nos assuntos relativos às colônias e a preparação de quadros técnicos a elas destinados, mas, sobretudo, à socialização de ideologias legitimadoras do sistema colonial entre a população portuguesa. Com esse objetivo e,

em termos ideológicos, uma tese reunia (...) o consenso geral: a de que as colônias constituíam um problema nacional e um patrimônio histórico inalienável, para o qual urgia chamar a atenção de todos os cidadãos nacionais, exatamente através do combate à ideia de que elas eram apenas as “terras de degredados”.²³⁵

Devido a esse consenso, a formação colonialista proporcionada pelo sistema educativo português foi um tema recorrente dos congressos coloniais de 1901, 1924, e 1930, bem como no I Congresso Pedagógico (1908), no I Congresso de Educação Popular (1922) e no IV Congresso do Ensino Liceau (1930). A esse respeito, é esclarecedora a consideração feita por João Carlos Paulo, para quem se trata de saber o papel da escola como a principal integrante de um conjunto de instituições que tinha como missão a construção e a permanência de uma “memória histórica coletiva” do colonialismo português.²³⁶

Assim, no que diz respeito aos cursos universitários, vale destacar que

os casos dos estudos superiores de Direito e de Agronomia são aqueles em que se nota um maior empenho nas tentativas de introduzir e desenvolver os “estudos coloniais”, mas é também ao longo das três primeiras décadas de novecentos que se inicia a generalidade das restantes experiências neste domínio. Essas organizam-se em torno de três disciplinas: a antropologia, as ciências geográficas e naturais (no caso a geografia física, a geologia e a botânica) e a economia. Tendo em conta as características históricas, que definem tanto o objetivo destas ciências como a prática institucional do seu ensino, ensaiam-se várias experiências de “ensino e investigação coloniais”.²³⁷

²³⁴ CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo...*, *op.cit.*

²³⁵ PAULO, João Carlos. Cultura e ideologia colonial. In: MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.). *O império africano: (1890-1930)*. Lisboa: Estampa, 2001, p. 79. (Nova História da Expansão Portuguesa, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 11.)

²³⁶ Ibidem, p. 73.

²³⁷ Ibidem, p. 51

Quanto ao ensino agrícola, as Escolas Técnicas Superiores foram institucionalizadas em 1910. Mais tarde, em 1917, quando da sua reorganização, ficou definido o Instituto Superior de Agronomia (ISA), dependente do Ministério da Instrução, como estabelecimento de ensino superior e de investigação científica. Em 1918, o ISA passou para o Ministério da Agricultura e foram estabelecidos quatro cursos: o de engenheiro agrônomo, o de engenheiro silvicultor e os de engenheiro-agrônomo e engenheiro-silvicultor coloniais. Em 1930, o ISA foi integrado à Universidade Técnica de Lisboa (UTL).²³⁸

Vale frisar que o conjunto de disciplinas²³⁹ do Curso de Engenheiro Agrônomo, que estava em vigor em 1945, quando Cabral ingressou no ISA, estava compromissado com “a tese de que a educação colonial na Metrópole constituía a principal base de formação e consolidação da consciência imperial”²⁴⁰. Entre elas, a Estatística tinha um papel especial. Envolveria o conjunto de disciplinas específicas do curso e conferia os instrumentos de medida e objetividade para a aplicação do saber científico. Dessa forma, embasava as estratégias de controle e centralização administrativa, viabilizava a construção de categorias de ação e intervenção pelo governo colonial junto às populações. Em síntese, era o elo fundamental na construção de uma “tecnologia do poder”.

É oportuno lembrar que no último ano do curso, nas férias de 1949, Cabral retornou pela primeira vez a Cabo Verde. Encontrou o arquipélago assolado por mais uma crise agrícola, em decorrência da forte estiagem entre 1947 e 1948. Dessa vez, 20 813 pessoas foram vítimas da morte pela fome, outras encontraram na mendicância ou na migração forçada os meios para a sobrevivência.²⁴¹

Para esse período de férias na cidade da Praia, Cabral tinha alguns projetos. Em primeiro lugar, realizar alguns trabalhos relacionados com os seus estudos de agronomia. Nesse sentido, aceitou o convite para escrever sobre os problemas agrários de Cabo Verde, colaborando com o *Boletim de Informação e Propaganda de Cabo Verde*, criado pelo novo governador do arquipélago, o médico-capitão Carlos Alberto Garcia Alves Roçadas (1949 – 1953).

²³⁸ ALVES, Antônio M. (coord.). *O Instituto Superior de Agronomia na segunda metade do século XX*. Lisboa: ISApres, 2007, p.67-77 passim.

²³⁹ As disciplinas específicas do Curso de Agronomia eram: Botânica, Física Agrícola, Topografia e Elementos de Geodésia, Química Agrícola, Microbiologia Agrícola, Anatomia Exterior dos Animais Domésticos, Silvicultura e Tecnologia Florestal, Arboricultura e Horticultura, Zootecnia e Higiene Pecuária, Tecnologia Agrícola, Construções Rurais, Administração e Contabilidade Agrícolas, Agricultura Comparada, Economia Rural, Legislação e Estatística.

²⁴⁰ PAULO, João Carlos. Da “Educação Colonial Portuguesa” ao Ensino no Ultramar..., *op. cit.*, p.309.

²⁴¹ CARREIRA, Antônio. *Cabo Verde (aspectos sociais. Secas e fomes no século XX)*..., *op. cit.*, p.124.

Nos cinco artigos escritos para o *Boletim – Algumas considerações acerca das chuvas; Em defesa da terra. A erosão: suas causas e efeitos; Em defesa da terra II; Em defesa da terra III e Em defesa da terra IV*—, Cabral, além de mostrar o seu conhecimento de agronomia, fez críticas à ausência de vontade política para amenizar as tragédias provocadas pelas estiagens. No segundo artigo, escrito em 27 de setembro, quando ainda se encontrava em Cabo Verde, apresentou propostas que ele denominou “soluções para o mal”, entre elas: o aproveitamento e a utilização da água das chuvas; a construção de diques nos cursos de água; a construção de albufeiras, represas e cisternas; rearboreização das espécies que melhor se adaptem ao meio; e a racionalização da agricultura, com o planejamento de um sistema de cultura adaptada ao meio.²⁴² Assim, Cabral defendeu o emprego dos conhecimentos científicos ao serviço do bem estar geral.

O segundo projeto estava associado à substituição de um jornalista na Rádio de Cabo Verde, dedicando-se a compor programas de rádio destinados aos habitantes das ilhas de Santiago. Os programas de Cabral intitulados *A nossa cultura* foram inovadores. Defendiam a revalorização da África em sintonia com os princípios da *negritude*. Por outro lado, o governador Roçadas deu-lhes um outro significado: subversão. Os programas foram suspensos e Cabral passou o período de férias que lhe restava em companhia de seu pai.

Amílcar Cabral só retornou à África em setembro de 1952. Após concluir o Curso de Agronomia, foi contratado pelo Ministério do Ultramar e, durante três anos (1952-1955), desempenhou as funções de engenheiro agrônomo, na Repartição Provincial dos Serviços Agrícolas e Florestais da Guiné. Durante esse período, também foi membro da Comissão Executiva do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.

3.2. Cultura e culturas

Ao revisitar os estudos agrários de Amílcar Cabral, torna-se possível compreender o seu olhar sobre o mundo rural, como o conhecimento dos territórios que ele percorreu refletiu na sua trajetória política e, em que medida, a experiência vivida no exercício da agronomia permitiu-lhe relacionar o processo de construção social, incorporando a sua componente cultural.

²⁴² CABRAL, Amílcar. Em defesa da terra. A erosão: suas causas e efeitos. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT/Bissau: INEP, 1988, p. 66.

Cabral acentuou a ideia de que “o fenômeno agricultura transforma o homem, criando-lhe novas relações na sua vida social e individual”²⁴³. Para melhor compreender a importância desse componente cultural no pensamento de Cabral, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre os significados das palavras agricultura e cultura.

Alfredo Bosi esclarece que a palavra cultura, por ser um derivado do verbo latino *colo* (eu cultivo), significava “aquilo que deve ser cultivado”. Ensina que o primeiro sentido dado a *colo*, à época dos romanos, estava ligado ao mundo agrário. Assim, agricultura significa: “cultura do campo”. Ao esclarecer que “as palavras terminadas em — *uro* e — *ura* são formas verbais que indicam projeto, algo que está para acontecer, conclui: “a cultura seria, basicamente, o campo que ia ser arado, na perspectiva de quem vai trabalhar a terra”.²⁴⁴

Lembra Bosi que os romanos, após conquistarem militarmente a Grécia, ao longo do tempo foram helenizados, adotando um termo próprio para o desenvolvimento humano, *paidéia*, significando cultura. A partir daí a palavra cultura, além de guardar um vínculo com a vida agrária, remete a um conjunto de símbolos e valores, assim definido:

Cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social. (...) Supõe uma consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro.²⁴⁵

A abrangência e a força teórica dessa noção oferecem um argumento fundamental para esta dissertação de mestrado. Permite identificar a união de significados das palavras agricultura e cultura que permeia o pensamento e a prática de Cabral.

A cultura, em suas diversas acepções, acompanhou a palavra pensada e a palavra vivida do líder africano. Cabral, nos seus estudos agrícolas, descreveu várias facetas do mundo rural. Foram escritos na década de 1950, anos em que participou ativamente dos debates das elites políticas africanas em torno de questões que levavam à condenação do colonialismo como o grande entrave para o livre desenvolvimento do africano e para a (re)conquista da sua dignidade

A primeira acepção do termo (agri)cultura está presente no seu relatório de final do curso de agronomia *O problema da erosão do solo. Contribuição para o seu estudo na região*

²⁴³ CABRAL, Amílcar. Acerca da utilização da terra na África-Negra. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988, p. 244.

²⁴⁴ BOSI, Alfredo. Entrevista. *Revista de Cultura e Extensão*, São Paulo, jul-dez 2005, p.128-129. Entrevista concedida a Sandra Lencione.

²⁴⁵ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 16.

de Cuba (Alentejo), no Recenseamento Agrícola da Guiné (1953) – um trabalho específico em que Cabral atuou como funcionário na Repartição Provincial dos Serviços Agrícolas e Florestais -, bem como em cinco trabalhos publicados, entre os meses de janeiro e outubro de 1954, no Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. São eles: Para o conhecimento do problema da erosão do solo na Guiné; A propósito da mecanização da agricultura na Guiné Portuguesa; Acerca da utilização da terra na África Negra; Queimadas e pousios na Circunscrição de Fulacunda em 1953; Acerca da contribuição dos ‘povos’ guineenses para a produção agrícola da Guiné.

Para a elaboração desses trabalhos, Cabral utilizou as informações que foram colhidas, em 1953, pelo Serviço de Recenseamento Agrícola e que lhe permitiram um estudo detalhado das condições agrícolas da Guiné.

Vale esclarecer que, ao término do quinto ano do curso de Agronomia, havia a obrigatoriedade, para a conclusão do curso e a entrega do diploma, da elaboração e apresentação a um júri de professores de um relatório de final de curso. Cabral cumpriu essa etapa ao realizar o estudo da erosão da terra na região de Cuba (Alentejo).

Esse trabalho permitiu-lhe conhecer a situação do agricultor, nas suas próprias palavras: “eu trabalhei no Alentejo, (...), conheço a vida do camponês português. Sei as dificuldades que passa, a fome que passa, a falta de liberdade que tem e que é o pão nosso de cada dia em Portugal”²⁴⁶. Ali realizou o primeiro estudo sobre erosão do solo na região e destacou as questões relacionadas à defesa do solo,

condição indispensável a um *processus* racional de exploração da terra, não é um problema meramente técnico. Implica necessariamente a subordinação dos interesses individuais ao interesse geral, da conservação. O uso da terra na dependência absoluta de quem a possui, tem-se mostrado incompatível com a defesa do solo. Surgem as contradições. E o problema transcende os limites da técnica, revelando-se a sua faceta principal: tem as raízes mergulhadas na própria estrutura agrária do meio em que surge. No seu conjunto, comporta, portanto, dois aspectos distintos: um, econômico e social, pelas suas causas e conseqüências; outro, técnico, por a sua solução carecer, em parte, da aplicação

²⁴⁶ FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, Lisboa. Arquivo Amílcar Cabral, Movimentos Anti-colonialistas, *Alocução do Engenheiro Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, aos Microfones da Emissora a Voz da Liberdade*, 02.07.1966, p.2, Pasta 07062.034.096.

prática de conhecimentos científicos. Por isso que a sua solução não pode ser simplesmente técnica. Esquecer esse fato é esquecer a raiz do problema.²⁴⁷

Ao que tudo indica, foi por isso que Cabral escolheu a *erosão do solo* como tema do relatório de final do curso: a “preocupação dos técnicos em agronomia tem de ser dupla: a de simples elementos do conjunto social e a de responsáveis pela solução técnica do problema”²⁴⁸. Daí a sua indignação diante do mau uso dos recursos de que os homens dispunham para viver. Além disso, remete a uma explicação de como se constituiu o seu pensamento, fortemente ancorado na prática política.

Os trabalhos desenvolvidos por Cabral, em áreas rurais portuguesas, também permitiu-lhe a seguinte constatação: “Portugal é um país que, oficialmente, nas estatísticas portuguesas, tem 46% de analfabetos. Como agrônomo, trabalhei em Portugal em determinadas regiões onde existem 70% de analfabetos.”²⁴⁹ A partir dessas experiências, Cabral compreendeu que as privações e injustiças vividas pelo povo português poderiam ser vistas num contexto mais amplo, ou seja, no âmbito do próprio império.

Foi nesse quadro repleto de carências que ele destacou a questão da utilização do solo e a sua função social, levando em conta que

um conveniente uso da terra depende principalmente dos seguintes fatores: conhecimento da aptidão de cada solo, da ordenação cultural e das práticas de cultivo mais adequadas; regime de propriedade, educação, não só da população ativa agrícola como do povo em geral. O uso da terra será tanto mais conveniente quanto maior for o número de indivíduos por ele beneficiados, isto é, quanto maior for a sua utilidade social.²⁵⁰

As considerações de Cabral diziam respeito ao solo, ao regime de propriedade e às práticas de cultivo. Articulada a esses elementos, observa-se uma outra dimensão, que é a educação da população em geral. Cabral ressaltou o fato de que não basta realizar as

²⁴⁷ CABRAL, Amílcar. O problema da erosão do solo. Contribuição para o seu estudo na região de Cuba (Alentejo). In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT; Bissau: INEP, 1988, p. 86.

²⁴⁸ Ibidem, *loc. cit.*

²⁴⁹ ANDRADE, Mário de (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral: unidade e luta*. Lisboa: Seara Nova, 1976, v. 2, p. 205.

²⁵⁰ CABRAL, Amílcar. O problema da erosão do solo..., *op. cit.*, p. 152.

mudanças em relação ao cotidiano da população agrícola. É de igual importância “educar, de forma geral, para o respeito à terra.” ²⁵¹

Essa consideração também foi apresentada quando da realização do recenseamento agrícola na Guiné. É oportuno esclarecer que Portugal assumiu, na reunião de Londres, de 15 a 19 de dezembro de 1947, o compromisso de realizar o recenseamento agrícola nos seus territórios ultramarinos. No caso da Guiné, só em 1953, os Serviços Agrícolas e Florestais, cumprindo as determinações do Ministério do Ultramar, decidiram efetivar o recenseamento. Coubaram a Amílcar Cabral o estudo, o planejamento e a direção dos trabalhos. Sobre a importância do recenseamento, ele escreveu: “deve transcender a mera satisfação de um compromisso contraído no campo internacional. Representa a aquisição de uma série de conhecimentos que podem e devem servir de base à estruturação do fomento e do progresso agrícola da Guiné”²⁵².

A importância do recenseamento diz respeito ao conhecimento da “agricultura indígena” nos seus aspectos quantitativo e qualitativo. Foram recenseadas, por meio do método de sondagem dos elementos essenciais da “agricultura indígena”, 356 povoações em 41 postos administrativos e estudaram-se 2248 explorações agrícolas indígenas. ²⁵³ Os resultados foram sistematizados em 471 quadros, contendo os elementos indispensáveis para que os quadros do Ministério das Colônias estruturassem um Plano de Fomento. ²⁵⁴

Por meio do recenseamento, Cabral realizou uma análise qualitativa da agricultura na Guiné e fez as suas primeiras considerações sobre as especificidades do mundo rural e as relações existentes entre as diversas comunidades. Mais tarde, todo esse estudo lhe serviu de referência para a sua atuação política na Guiné.

É importante notar que o contato direto com a realidade das comunidades étnicas da Guiné reforçou o compromisso de Cabral para intervir na agricultura africana. Em decorrência, suas reflexões sobre a utilização da terra deram ensejo à escrita de diversos artigos em que tratou das características e dos problemas fundamentais da agricultura, bem

²⁵¹ CABRAL, Amílcar. Acerca da utilização da terra na África Negra. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988, p. 249.

²⁵² CABRAL, Amílcar. “Recenseamento Agrícola da Guiné – Estimativa em 1953”. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988, p. 294.

²⁵³ Existiam na Guiné, em 1953, 85478 explorações agrícolas indígenas, correspondendo ao número de famílias indígenas que tinham na atividade agrícola o seu meio de vida. O recenseamento foi realizado de acordo com as linhas gerais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). *Ibidem*, p. 306-309.

²⁵⁴ SILVA, José Avito. A actividade no domínio da agricultura II. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988, p. 24.

como da necessidade de aplicação dos conhecimentos de agronomia que possibilitasse o seu desenvolvimento.

Das análises acerca da utilização da terra, destacam-se cinco trabalhos. No primeiro, *Para o conhecimento do problema da erosão do solo na Guiné*, Cabral expôs os aspectos fundamentais do problema da erosão. Do ponto de vista agrícola, definiu a erosão como sendo a destruição do solo por agentes variados, tais como a ação dos homens, a água das chuvas e o vento. Lembrou que a relação homem-solo “naturalmente assimétrica (a terra conserva o homem – o homem destrói a terra) tem de transformar-se numa relação simétrica. O homem, para subsistir, tem de conservar o solo”²⁵⁵. Ora, para conservá-lo, tem de haver vontade política para implementar medidas a fim de transformar os sistemas de exploração da terra. Em outros termos, impõe-se remover as contradições motivadas, em particular, pelo desconhecimento e pela utilização “desordenada e gananciosa” da terra próprias da exploração colonial. Nesta perspectiva, destacou:

Para os países coloniais, o problema adquire características próprias, e crescem as dificuldades da sua solução face ao condicionalismo económico da agricultura colonial. As culturas, em regime itinerante, exploradas pelos indígenas para sustento imediato do grupo familiar, são, progressivamente, substituídas pelas culturas de carácter industrial, para exportação. A introdução, imponderada, de processos culturais criados em condições agroclimáticas bem diferentes das dos meios tropicais vem agravar a degradação dos solos. (...) a defesa da terra constitui um problema de primeiro plano.²⁵⁶

Vale ressaltar que Cabral estava atento às experiências contidas em estudos científicos para a defesa da terra. Ele lembrou o sucesso das intervenções para sustar a erosão e restituir a prosperidade do solo nos Estados Unidos, realizadas pela Tennessee Valley Authority; os trabalhos feitos no Vale do Jordão, na Palestina; na URSS, pelo Departamento dos Desertos e a valorização do solo no Punjab, Índia. Com esses exemplos, chamava a atenção para o fato de que os esforços para a conservação dos solos estavam dentro das possibilidades humanas.²⁵⁷

Assim, ao refletir sobre a assimetria da relação homem-terra, agravada pelas imposições coloniais, fez uma crítica ao modelo agrícola na Guiné e alertou para a

²⁵⁵ CABRAL, Amílcar. Para o conhecimento do problema da erosão do solo na Guiné. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988, p. 207.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 214.

²⁵⁷ *Ibidem*, loc. cit.

necessidade de se estabelecer uma estrutura agrária que não permitisse a exploração desordenada da terra. Ao defender que o objetivo mais geral da ciência era a integração do homem na natureza, apresentou como um dos aspectos da sua proposta política: a conscientização dos trabalhadores quanto aos mecanismos de opressão e exploração.²⁵⁸

No segundo trabalho sobre a utilização da terra, *A propósito da mecanização da agricultura na Guiné Portuguesa*, Cabral chamou a atenção para a especificidade do solo na Guiné, típico de região tropical que apresenta: pequena profundidade útil, reduzido poder de retenção para a água e grande tendência aos fenômenos erosivos. Diante disso, ponderou que a mecanização da agricultura, embora permitisse o cultivo de maiores áreas de terreno, criava problemas delicados no que dizia respeito à conservação dos solos.²⁵⁹

Por sua vez, a mecanização da agricultura, quando introduzida sem um planejamento econômico e social, acentuava o problema da mão-de-obra. Ao chamar a atenção para as questões relativas à mecanização e aos problemas no campo social, Amílcar fez duas críticas à administração colonial. A primeira delas era uma resposta àqueles que defendiam que uma legislação seria o suficiente para resolver o problema da mecanização da agricultura. Para Cabral, a introdução da cultura mecanizada não poderia ser o resultado da vontade ou dos caprichos dos administradores, lembrando que “legislar é ordenar e orientar a satisfação de uma necessidade (econômica, social ou política) e, não, criar essa necessidade”²⁶⁰.

A segunda crítica referia-se à mecanização da agricultura, justificada pela escassez de mão-de-obra. Amílcar observou:

Há escassez de braços capazes de trabalhar a terra? Não há. Acontece, porém, que o agricultor indígena tem tido, até o presente, uma certa relutância em trabalhar por conta alheia. Voluntariamente, trabalha por conta própria, integrado no complexo econômico, social e cultural da sua comunidade. Na base dessa atitude existirá, por certo, uma razão cuja natureza não parece difícil de discernir.²⁶¹

²⁵⁸ *Ibidem*, loc. cit.

²⁵⁹ CABRAL, Amílcar. A propósito da mecanização da agricultura na Guiné Portuguesa. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988, p. 239.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 234.

²⁶¹ *Ibidem*, p. 237

Essa relutância era expressão da “resistência passiva, quase silenciosa, mas muitas vezes esmaltadas de rebeliões, geralmente individuais, raramente colectivas, especialmente no âmbito do trabalho, do pagamento de impostos”.²⁶²

Tudo isso revela o compromisso profissional de Cabral. Como diretor do Posto Agrícola Experimental do Pessubé e durante certos períodos, por substituições, chefe da Repartição Provincial dos Serviços Agrícolas e Florestais, além de inspetor do Comércio Geral da Guiné e membro da Comissão Executiva do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, avaliou os problemas fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e chamou a atenção das entidades competentes para a gravidade e a necessidade de solucionar os problemas levantados. Para Cabral, num meio “onde a agricultura é a árvore principal do mecanismo económico, defender a terra é o processo mais eficiente de defender o homem”²⁶³.

No terceiro trabalho, apresentado no mês de junho de 1954, Amílcar reiterou as queimadas e pousios na Circunscrição de Fulacunda e, como nos outros estudos, apresentou a preocupação com o agravamento da situação económica do agricultor na Guiné. Com a queimada o agricultor destrói a vegetação natural para obter a terra indispensável à agricultura; por outro lado, por meio do pousio garante o seu revigoramento e futura utilização, ao submeter o solo empobrecido à vegetação espontânea.

A Circunscrição de Falacunda compreendia os Postos administrativos de Falacunda, Buba, Cubisseco, São João e Tite. Eram grandes produtores de arroz, em particular, para o consumo interno e do amendoim para a exportação. O estudo de Cabral, salientando que a nova geografia humana derivava dos desígnios da política colonial, também revelou os deslocamentos das diversas comunidades étnicas da região, desde o início das guerras de “pacificação”,

A zona ocidental (Cubisseco e parte de Fulacunda) é conhecida, pelo menos historicamente, pela ‘terra dos beafadas’. A zona oriental (Buba e parte de Fulacunda) foi povoada durante muito tempo quase exclusivamente por Fulas (futa-fulas, fulas-forro e fulas urgui). Actualmente, como resultado da migração proveniente de problemas intimamente ligados à economia e à política indígena,

²⁶² CABRAL, Amílcar. *Nacionalismo e Cultura*. Santiago de Compostela: Laiovento, 1999, p.138.

²⁶³ CABRAL, Amílcar. Em defesa da terra. A erosão – suas causas e efeitos. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988, p.63.

estão presentes na circunscrição os povos balanta, mancanha, (...), papel, mandinga, manjaco e bijagó, além de uma minoria de outros povos.²⁶⁴

Entre essas comunidades, os maiores índices (relação queimada-pousio) correspondiam aos povos de agricultura com característica colonial acentuada, como os mancanhas e os manjacos produtores do amendoim. Mais tarde, já na fase da luta armada, Cabral escreveu sobre a exploração colonial na Guiné que esteve centrada no comércio agrícola. A sua dinâmica não passou pelo confisco de terras pelos portugueses mas, sim, pela prática abusiva dos preços dos produtos e da cobrança de impostos. Os agricultores, uma vez que a terra foi mantida como propriedade coletiva da aldeia, realizavam o cultivo de acordo com as suas tradições. Entretanto, era obrigatório o plantio de produtos que interessavam aos portugueses. Assim, cerca de sessenta mil famílias tinham de cultivar o amendoim e recebiam por ele um valor sempre inferior ao real, uma vez que o preço era determinado pelos comerciantes que forneciam aos agricultores os produtos de que necessitavam.²⁶⁵

No quarto trabalho, *Acerca da contribuição dos 'povos' guineenses para a produção agrícola da Guiné*, Cabral apresentou um estudo sobre a área total cultivada, 12,21% da superfície da Guiné e sua distribuição pelas diversas comunidades étnicas conhecidas. Chamou a atenção para a necessidade de conhecer a atividade do agricultor, “quando se pretende ampará-la, melhorá-la, transformá-la, para que o conjunto humano que a realiza possa vir a situar-se, no campo social, ao nível da sua importância no campo econômico”²⁶⁶. Concluiu que o trabalho dos balanta, fula, mandinga e manjaco era responsável por cerca de nove décimos da área total cultivada e, por isso mesmo, eram os que mais contribuíam para a produção agrícola na Guiné.

Por fim, no último estudo considerado, *Acerca da utilização da terra na África Negra*, o agrônomo analisou o funcionamento do sistema itinerante e as alterações que sofreu com as contradições criadas pelos colonialismos em África.

O sistema itinerante, característico da agricultura nas regiões tropicais, pode resumir-se no seguinte: escolha de uma porção da floresta ou da savana para a agricultura; retirada da vegetação e, em seguida, o procedimento da queimada; exploração da terra por um determinado tempo; abandono da área para que a floresta ou a savana voltem a ocupá-la.

²⁶⁴ CABRAL, Amílcar. Queimadas e pousios na Circunscrição de Fulacunda em 1953. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988, p. 254.

²⁶⁵ CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL, Lisboa. *Antologia de textos de Amílcar Cabral. Meio rural e a mobilização das massas*, p.11. Cota: BAC-1242. [1322]

²⁶⁶ CABRAL, Amílcar. *Acerca da contribuição dos 'povos' guineenses para a produção agrícola da Guiné*. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988, p. 263.

Mesmo quando o campo era cultivado por vários anos, havia a prática de intercalar diversas culturas secundárias à cultura principal, reduzindo as possibilidades de erosão do terreno cultivado.

Na prática, o sistema itinerante adquiriu novas características: mudou a dinâmica da produção, implicou no aumento de áreas de florestas devastadas, diminuiu o período de pousios, acelerou o esgotamento da terra e aumentou a emigração. Com o colonialismo, o sistema itinerante ganhou novas características. Segundo Cabral,

o colonialismo introduz em África um novo sistema de produção (...). Mantém, contudo, o sistema itinerante de cultura da terra. Ao sistema itinerante aplica ou tenta aplicar, sem atender à diferença das condições mesológicas, as práticas agrícolas europeias, porque está convencido da 'superioridade' dessas práticas. Das contradições criadas resulta que, dia a dia, se acentua a devastação da terra africana. Começam a manifestar-se todos os inconvenientes prudentemente evitados pela agricultura afro-negra. (...) O homem negro, impotente, assiste ou participa na sua própria destruição. Com a vida desequilibrada, tendo de satisfazer não só as novas necessidades criadas mas também às exigências da sua nova condição social, vai-se desenraizando a pouco e pouco, emigra ou tem de emigrar, abandona ou nem tem tempo de assimilar a sabedoria que ele próprio, com base no conhecimento empírico do meio e na experiência de séculos, havia criado.²⁶⁷

Sobre a devastação da terra pelos mecanismos e instrumentos do sistema colonial e suas consequências sociais — o que já tinha sido observado também no Alentejo —, revelou-se a ausência de um plano efetivo de crescimento econômico pelo governo português, levando muitos agricultores da Guiné Portuguesa, com muita frequência, a procurar opções de cultivo e melhores preços para os seus produtos nas regiões vizinhas, nomeadamente o Senegal e a Guiné Conacri. Portanto, um dos aspectos mais importantes desse estudo de Amílcar Cabral é o de destacar uma característica comum aos territórios africanos sob os colonialismos: os deslocamentos.

Nesse mesmo estudo, merecem destaque as medidas para a evolução da agricultura na África Negra:

²⁶⁷ CABRAL, Amílcar. *Acerca da utilização da terra na África Negra...*, *op. cit.*, p. 248.

- a) A necessidade de aproveitar integralmente todos os recursos da África Negra, o que exigirá, em alguns aspectos, a transformação progressiva da natureza;
- b) A necessidade de aplicar a riqueza proveniente desses recursos à própria África Negra;
- c) A necessidade de estabelecer uma estrutura agrária que não permita a exploração desordenada e gananciosa da terra; que não permita a exploração, *tout court*, do homem pelo homem;
- d) A necessidade de facultar ao homem negro o acesso a todos os meios de defesa contra a adversidade do clima;
- e) A necessidade de fomentar o desenvolvimento do afro-negro, o que exige que se retire o máximo partido da sua própria cultura e das dos outros povos;
- f) A necessidade de selecionar e aproveitar tudo quanto há de útil nos sistemas afro-negros de cultivo da terra, bem como tudo quanto, das técnicas europeias, seja aplicável à África Negra.²⁶⁸

Também foi salientado por Cabral que “só se conhece verdadeiramente um fenómeno quando se determinam os fatores da sua produção, as relações entre estes e as condições em que se produzem. Quer dizer: é indispensável conhecer as suas causas e os seus encadeamentos, interpretar e prever”²⁶⁹.

Vale registrar que a busca pelas raízes dos problemas sociais da estrutura agrária também se fez presente nas análises de Cabral sobre a “realidade histórica e a cultura” das sociedades da Guiné e de Cabo Verde.

Essas reflexões trazem o traço da riqueza de sua experiência de vida, de uma trajetória marcada pelos diversos lugares em que viveu e pelos espaços que ocupou dentro da sociedade africana colonial. Essa caminhada permitiu-lhe estar sempre atento aos problemas dos colonialismos, às suas contradições e às possibilidades de transformações.

Por isso, não surpreende que, apesar do cuidado e a pertinência das observações nos diversos estudos de campo que conduziu, as proposições recomendadas para os problemas levantados nem sempre foram bem aceitas e compreendidas. As propostas de Cabral, pelas razões expostas, confluíam para mudanças que exigiam ações do governo português. Por outro lado, de acordo com a documentação disponível, uma das hipóteses para essa resistência encontra-se na opção de Cabral de seguir as orientações do Professor Botelho da Costa e não as sugeridas pelo seu orientador oficial, que pouco se destacava nos estudos daquele setor, ao

²⁶⁸ *Ibidem*, p. 249.

²⁶⁹ CABRAL, Amílcar. O problema da erosão do solo..., *op. cit.*, p. 89.

estudar a erosão dos solos no Alentejo.²⁷⁰ Seja como for, já existia, desde os tempos do Curso de Agronomia, uma resistência aos posicionamentos de Cabral. Nesse sentido, é esclarecedor o depoimento do Professor Ário Lobo de Azevedo do Instituto Superior de Agronomia e mais tarde reitor da Universidade de Évora. Diz ele: “a perseguição que se tinha iniciado quando da incompreensão acerca do trabalho por ele realizado no Alentejo continuava a agravar-se durante a sua estada na Guiné, tornando-se verdadeiramente acirrada quando do seu regresso a Lisboa”²⁷¹.

A esse respeito é também pertinente o depoimento do professor de Entomologia Agrícola do Instituto Superior de Agronomia, Carlos Manuel Leitão Baeta Neves:

o que eu conheço bem foi a sua chegada à metrópole em 1955 vindo da Guiné onde tinha sido Técnico dos Serviços de Agricultura, e o estado moral, e até físico, em que se encontrava, mercê da forma como tinha sido neles tratado, apesar do notável trabalho que entretanto ali realizou.

Quando me procurou para trabalhar no Laboratório dos Produtos Armazenados da Direção-Geral dos Serviços Agrícolas, abriram-se-lhe as portas de par em par; apenas... e aqui começa a parte mais ingrata desta narrativa, quando se pretendeu contratá-lo, a informação política anulou toda a justiça e boa-vontade com que a proposta tinha sido feita.

E o mais grave é que tal informação, segundo me foi dito, limitava-se a assinalar que o Engenheiro Amílcar Cabral tinha assinado um documento protestando contra a entrada de Portugal na NATO.²⁷²

Mas, quais as razões que levaram Amílcar Cabral a abandonar a Guiné, em março de 1955? Sabe-se que a participação em associações na Guiné Portuguesa era expressamente reservada aos civilizados. Ao propor, em 1954, a criação do Clube Desportivo e Cultural, incluindo os naturais da Província, Cabral tinha objetivos precisos: a sensibilização para a remoção das injustiças de ordem social impostas pela administração colonial.

Após a apreciação dos estatutos, a burocracia colonial opôs-se à criação do referido Clube sob o pretexto de que a participação dos “indígenas” em associações era ilegal. Seguiu-se uma forte repressão sobre os signatários do documento e Cabral foi intimado, pelo então

²⁷⁰ AZEVEDO, Ário Lobo. A propósito da dimensão humana de Amílcar Cabral. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988, p. 11.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 12.

²⁷² NEVES, Carlos Manuel Leitão Baeta. Homenagem à memória do Engenheiro Agrónomo Amílcar Lopes Cabral. In: *Gazeta das Aldeias*, Porto, n. 2762, jul. 1974, p. 483.

governador Diogo António José Leite Pereira de Mello e Alvim²⁷³, a abandonar a província, com a seguinte recomendação:

tenha cuidado, deixe-se de atividades subversivas, porque isso pode ocasionar-lhe muitos contratempos. Sei que vocês formaram um grupo com fachada cultural e você aí nas tabancas tem procurado meter um bocado de política... De maneira que tenha cuidado.²⁷⁴

Também é preciso levar em consideração que, após a realização do Recenseamento Agrícola na Guiné, Cabral e sua primeira esposa Maria Helena Vilhena, engenheira silvicultora que também participou dos trabalhos, estavam fisicamente debilitados e, seguindo as orientações da Junta de Saúde, em março de 1955, partiram para Portugal. A esse respeito, é esclarecedor o depoimento de Maria Helena:

Eu adoeci nessas deslocações. Andávamos muito pelo mato. Ele [Amílcar] também adoeceu, mas já o trabalho estava feito. Deve ter sido paludismo. Não havia maneira de melhorarmos, e decidimos regressar a Lisboa. Ao Amílcar aconselharam-no mesmo a não viver na Guiné, a mudar de clima.²⁷⁵

Assim, é possível considerar que os dois motivos, o envolvimento político e a questão da saúde, estiveram conjugados. Nesse ponto, é importante chamar a atenção para o fato de que a Folha de Informação Anual do Ministério do Ultramar, referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 1954, não registrou nenhuma atividade “subversiva” de Cabral. No juízo opinativo consta apenas que “trata-se de um elemento com boas qualidades de técnico. Há todavia a registrar que é portador de um feitio especial, não gostando de ser contrariado, o que por vezes prejudica o bom andamento do serviço. Classifico-o de bom”²⁷⁶ (veja anexo B).

²⁷³ Em 7 de janeiro de 1954, assumiu as funções de Governador da Guiné o Capitão de Fragata Mello e Alvim, cargo para que foi nomeado por Decreto de 31 de julho de 1953, publicado no Diário do Governo n.233 – II série, de 6 de outubro do mesmo ano. Cf. Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, vol. IX, Janeiro de 1954, n. 33, p.1-2.

²⁷⁴ DUARTE, Antônio. Amílcar Cabral visto pela viúva. In: *História*, Lisboa: Projornal, n. 61, nov. 1983, p. 19.

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 20.

²⁷⁶ FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, Lisboa. *Arquivo Amílcar Cabral*, Documentos Pessoais, Folha de Informação Anual do Ministério do Ultramar, Pasta 07057. 010. 003.

De toda forma, ao deixar Bissau, Amílcar percebeu as possibilidades que Lisboa ofereceria a fim de levar adiante a organização dos meios necessários para iniciar a luta pela conquista das independências da Guiné e de Cabo Verde.

Quanto às atividades de Amílcar Cabral, entre 1955 e 1958, vale destacar que trabalhou em Angola (Cassequel, Tentativa e São Francisco), quando desenvolveu trabalhos de cartografia de solos e recuperação de solos salgados. Mas não só. É preciso registrar que as missões profissionais de Cabral em Angola, trabalhando para a Sociedade Agrícola de Cassequel, possibilitaram-lhe acompanhar as movimentações políticas clandestinas que lá se processavam, tendo participado, em 1956, na fundação do Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA).²⁷⁷ Vale registrar que a PIDE desconhecia a atuação de Cabral em Angola. Nos seus registros sobre Amílcar Cabral, lê-se: “entre 18 de março de 1955 até 19 de setembro de 1957 não são conhecidas as atividades de Cabral”²⁷⁸.

Assim, foi entre 1953 e 1958 que Cabral desenvolveu os trabalhos agrícolas na Guiné e em Angola. Não há dúvida de que foi da proximidade com o mundo rural que ele buscou os elementos para definir as características fundamentais da cultura. Ela é “como a semente que espera durante muito tempo as condições propícias à germinação para preservar a continuidade da espécie e garantir a sua evolução”; “fruto da história, reflete, a cada momento, a realidade material e espiritual da sociedade, do homem-indivíduo e do homem ser-social, face aos conflitos que os opõem à natureza e aos imperativos da vida em comum”; “mergulha as suas raízes no húmus da realidade material do meio em que se desenvolve e reflete a natureza orgânica da sociedade”; “ela é talvez a resultante da história como a flor é resultante de uma planta”.²⁷⁹ Constata-se que as relações cultura e agricultura, crescimento e desenvolvimento estão presentes nos escritos de Cabral:

como sucede com a flor numa planta, é na cultura que reside a capacidade (ou a responsabilidade) da elaboração e da fecundação do germe que garante a continuidade da história, garantindo, simultaneamente, as perspectivas da evolução e do progresso da sociedade em questão.²⁸⁰

²⁷⁷ SOUZA, Julião Soares. Os movimentos unitários anti-colonialistas (1954-1960): o contributo de Amílcar Cabral. In: TORGAL, Luís Reis; ANDRADE, Luís Oliveira. *Colonialismo, anticolonialismo e identidades nacionais. Estudos do século XX*, 3 (2003). Coimbra: Quarteto, 2003, p. 338.

²⁷⁸ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO, Lisboa. *Arquivos da PIDE/DGS*, Amílcar Cabral, pasta 1, fl. 3, Processo 1915/50.

²⁷⁹ ANDRADE, Mário (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, op cit., v.1, p. 224-229.

²⁸⁰ *Ibidem*, p. 223-224

Encontra-se aqui a relevância do papel da cultura no pensamento de Cabral, presente em toda a sua militância política e, de forma mais destacada, na liderança do PAIGC.

Aqui não se pode deixar de observar que a *práxis* de Cabral, na área rural e na cidade, estava em sintonia com o papel do intelectual colonizado, preconizado por Franz Fanon, para quem “o intelectual colonizado que quer fazer uma obra autêntica deve saber que a verdade nacional é, primeiramente, a realidade nacional. Ele deve ir até o lugar em ebulição onde se prefigura o saber”²⁸¹.

Uma segunda acepção ampliada do termo cultura está presente em vários textos de Cabral, em que destacou o caráter evolutivo da cultura e a importância das forças produtivas no desenvolvimento dos processos históricos. Cabral diagnosticou o patamar do atraso em que se encontravam os africanos tendo como referência a visão totalizante da história. Destacou o fato de que os africanos, homens que são do ponto vista da história humana, tinham que entrar nessa história. Ele expressou isso da seguinte forma:

Nós somos homens como todos os outros. Os nossos países estão economicamente atrasados. Os nossos povos estão numa fase histórica específica caracterizada por esta condição da nossa economia. Devemos estar conscientes disso. Nós somos africanos, não inventamos muitas coisas, (...) não temos grandes fábricas, (...) mas temos os nossos próprios corações, as nossas próprias cabeças, a nossa própria história. É essa história que os colonialistas nos tiraram. Os colonialistas costumam dizer que foram eles que nos trouxeram para a história; hoje nós mostramos que não é assim. Fizeram-nos deixar a nossa história, para os seguir, precisamente atrás, seguir o progresso da história. Hoje ao pegar em armas para nos libertarmos, ao seguir o exemplo de outros povos que pegaram em armas para se libertarem, nós queremos regressar para a nossa história, com os nossos próprios pés, pelos nossos próprios meios e através dos nossos sacrifícios.²⁸²

Nesse denso parágrafo, Cabral reforçou o fato de o colonialismo ter negado o processo histórico dos povos africanos. Daí a libertação nacional ser um objetivo imediato da luta anti-

²⁸¹ FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005, p. 259.

²⁸² CABRAL, Amílcar. *Revolution in Guinea: an African peoples struggle*. London, Satage I, 1974, p. 63. *Apud* ISHEMO, Shubi Lugemalia. Cultura, conhecimento histórico e informação em África: uma abordagem segundo Cabral. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL AMÍLCAR CABRAL, 2005, Praia. *Cabral no cruzamento de épocas*. Praia: Alfa Comunicações, 2005, p. 179-181.

colonial. Para alcançar esse objetivo, Cabral atribuiu à cultura uma posição essencial para a organização, mobilização e emancipação dos povos colonizados.

O papel que ele reservou para a mobilização cultural era a criação de uma “cultura popular”, que contemplaria a soma das suas várias culturas. Essa estratégia deveria conduzir ao desenvolvimento de uma cultura tecnológica e científica, compatível com as exigências do progresso. Para tanto, Cabral valorizou a escolaridade formal, defendeu a preservação da língua portuguesa e as conquistas da humanidade no domínio das ciências, da arte, da literatura, etc, além de insistir na rejeição de valores “tradicionais” considerados incompatíveis com o desenvolvimento de uma cultura popular e destacar todos os valores culturais positivos “autóctones”.

Por outro lado, ao sustentar o caráter evolutivo e dinâmico da cultura, ele se opôs àqueles que defendiam a existência de uma cultura racial ou continental. Afastou-se, então, das concepções de Senghor (a negritude) e de Cheikh Anta-Diop (a unidade cultural da África Negra). Nas palavras de Cabral: “numa análise mais profunda da realidade cultural, não se pode pretender que existam culturas continentais ou raciais. E isso porque, como a história, a cultura se desenvolve num processo desigual, ao nível de um continente, de uma ‘raça’ ou mesmo de uma sociedade”²⁸³.

No contato com as diversas comunidades étnicas da Guiné, Cabral conheceu as suas culturas e destacou o que era comum, dados os seus objetivos. Essa análise, com raízes no mundo rural, revelou que homens e mulheres da Guiné e de Cabo Verde, por intermédio da sua história, tinham os meios necessários para resgatar a dignidade e os seus “traços culturais diferenciadores”, reconquistando as suas personalidades históricas. Some-se a isso o fato de a ideologia colonial não ter sido tão eficiente o quanto desejou. A população resistiu culturalmente e preservou a sua identidade, uma vez que:

as grandes massas rurais, assim como uma fração importante da população urbana, isto é, mais de 99% do total da população indígena, se mantém à margem, ou quase à margem, de qualquer influência cultural da potência colonizadora.

O que acabamos de dizer implica que nem nas massas populares do país dominado nem nas classes dominantes autóctones (chefes tradicionais, famílias nobres, autoridades religiosas) se produz, em geral uma destruição ou depreciação importante da cultura e das tradições. Reprimida, perseguida,

²⁸³ CABRAL, Amílcar. Nacionalismo e cultura..., *op.cit.*, p. 113.

humilhada, traída por certas categorias sociais comprometidas com o estrangeiro, refugiada nos povoados, nos bosques e no espírito das vítimas da dominação, a cultura sobrevive a todas as tempestades para depois, graças às lutas de libertação, recuperar todo o seu poder de florescimento.²⁸⁴

De fato, ao longo das diversas fases da dominação colonial a resistência das comunidades étnicas esteve presente. Sobre esse tema, Cabral realizou a seguinte síntese: na fase da conquista denominada “Pacificação”, as comunidades étnicas resistiram, com determinação, à ocupação portuguesa. Numa segunda fase, denominada por ele “idade de ouro do colonialismo triunfante”, opuseram-se ao domínio estrangeiro numa resistência passiva, em particular, no âmbito do trabalho e do pagamento de impostos. Por fim, na fase da luta de libertação, a mobilização da população foi a força principal para a resistência armada com o firme propósito de livrar-se da dominação colonial.²⁸⁵

Para apreender os significados da resistência cultural na fase da luta de libertação e como Cabral tratou a questão, é oportuno recorrer ao Plano Geral para os Seminários de Quadro do Partido.

Cabe esclarecer que, para transformar o potencial de revolta das comunidades étnicas da Guiné, em força organizada para levar adiante a luta de libertação, face aos desmandos coloniais, Cabral, em 1960, criou a escola de formação de quadros do Partido.

Segundo as perspectivas político-ideológicas do PAIGC, o seu objetivo era formar os responsáveis militares e administrativos para compor o aparelho político e militar do Partido. Esses militantes deveriam estar conscientes do seu papel histórico em todas as fases da luta, sabedores das realidades sociais e culturais das diversas comunidades étnicas e imbuídos de uma visão clara dos objetivos da luta de libertação, bem como capazes de assumir uma análise crítica no que dizia respeito às forças e fraquezas do movimento.

Para alcançar esses fins, o Plano Geral para os Seminários de Quadros do Partido explicitou os objetivos gerais da resistência política, da resistência econômica, da resistência armada e da resistência cultural. No âmbito da resistência política, os propósitos estavam voltados para a unidade de todas as forças, o isolamento do exército português, além da inserção da luta no contexto das relações internacionais para conquistar o apoio de todas as forças ditas progressistas.

²⁸⁴ CABRAL, Amílcar. O papel da cultura na luta pela independência. In: *Juventude e Cultura*. Coimbra: Casa da Cultura da Juventude, n. 8, 1976, p. 14-15. (Cadernos Amílcar Cabral).

²⁸⁵ CABRAL, Amílcar. Nacionalismo e cultura..., *op.cit.*, p. 138.

Por sua vez, na esfera de ação econômica, as metas a serem alcançadas estavam voltadas para a destruição da “economia do inimigo”, a melhoria das condições de vida do povo, a construção do país e o combate às “concepções erradas” (sobrecarga de impostos, corrupção e desvios, mania de planos grandiosos e outros). No que diz respeito à resistência armada, os objetivos visavam à mobilização do povo para a luta, à “destruição das forças inimigas”, à organização e preservação dos grupos armados e à defesa de todas as conquistas.²⁸⁶

No que se refere à cultura, o Plano apresentou as suas várias dimensões: como fator de resistência, como fator de desenvolvimento político e de libertação do homem e como fator de desenvolvimento econômico. No entanto, para que ela desempenhasse o papel primordial no movimento de libertação, foram traçados objetivos precisos: combater as tendências “erradas”; fazer avançar a resistência geral; acabar com o analfabetismo; melhorar as condições de vida; liquidar os vestígios do colonialismo e construir uma “cultura nova”.²⁸⁷

Uma vez atentos ao alcance do Plano Geral, pode-se destacar o significado e o que se pretendeu alcançar com a resistência cultural. Para Cabral:

resistência cultural consiste no seguinte: enquanto lutamos contra a cultura colonial e os aspectos negativos da nossa própria cultura, quer na nossa personalidade, quer no nosso meio, temos de criar uma nova cultura, também baseada nas nossas tradições, mas respeitando todas as conquistas do mundo actual para o bem da humanidade.²⁸⁸

Com a ideia de cultura como síntese dinâmica das relações existentes entre o homem e a natureza, Cabral pensou a criação de uma nova cultura que integraria os valores tradicionais às conquistas do mundo contemporâneo. Aqui está subentendida a criação de um homem novo “sem complexos e sem subestimar a importância dos contributos positivos da cultura do opressor e de outras culturas”.²⁸⁹

No que diz respeito aos aspectos da cultura tomados por “negativos”, Cabral considerou determinadas práticas da população, como a falta de responsabilidade, de pontualidade, de limpeza, de higiene e organização, ou ainda, o infanticídio, os roubos, o alcoolismo, o poder arbitrário e isolado, o medo da natureza e as superstições que afligiam a

²⁸⁶ FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, Lisboa. *Arquivo Amílcar Cabral*, Documentos Pessoais, Plano Geral para os Seminários de Quadro, Pasta 07070.112.005.

²⁸⁷ *Ibidem*, p.40.

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 20.

²⁸⁹ ANDRADE, Mário (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, *op cit.*, v.1 p. 225.

capacidade e a moral de combate das tropas. Para suprimir esses aspectos, o PAIGC orientava para que, no decorrer da luta de libertação, se efetivassem algumas mudanças que propiciassem um conhecimento melhor da realidade, livrando as populações dos “complexos” e “superstições”, além de alcançarem uma visão de mundo mais ampla, o rompimento de barreiras étnicas e o fortalecimento da consciência política.²⁹⁰ Tudo, disse Cabral, “tem que mudar aos poucos, quanto mais a nossa cabeça, o nosso sentido das relações com a natureza e até as nossas relações uns com os outros”²⁹¹.

Amílcar Cabral posicionou-se publicamente contrário aos aspectos culturais tidos como negativos e afirmou: “temos de tirar da nossa cultura tudo o que é anticientífico, mas não hoje, amanhã. Mas se trabalharmos bem hoje, temos a certeza de que amanhã isso será possível”²⁹². Ele sabia que era longo o processo de mudanças sociais, nem por isso deixou de referir as dificuldades de conduzir a luta num meio em que os fenômenos naturais eram identificados com a vontade dos espíritos. Nesse ponto, é oportuno lembrar a entrevista concedida à revista “Tricontinental” — órgão do Secretariado Executivo da Organização de Solidariedade com os Povos de África, da Ásia e da América Latina (OSPAAL) e publicada nos Cadernos Anticoloniais²⁹³. Ao abordar os desafios durante o desenvolvimento da luta na Guiné, ele observou que:

Há uma outra dificuldade, que é a seguinte: a nossa própria cultura africana, correspondente à estrutura econômica que é ainda a nossa, provocou dificuldades em certos aspectos da luta. Trata-se de aspectos que aqueles que julgam a luta do exterior ignoram, mas que nós tivemos que ter em consideração: uma coisa é lutar num meio onde todos os homens sabem claramente o que são a chuva, as enchentes, os clarões, a tempestade, um tifão, um ciclone, e outra coisa é lutar num meio onde os fenômenos naturais podem ser interpretados como sendo a expressão da vontade de espíritos. Esses aspectos revestem de uma grande importância numa luta como a nossa.²⁹⁴

²⁹⁰ CABRAL, Amílcar. *Análise de alguns tipos de Resistência*. Bolama: Imprensa Nacional, 1979, p. 71-107.

²⁹¹ *Idem*. Resistência Cultural. In: *Juventude e Cultura*. Coimbra: Casa da Cultura da Juventude, n. 8, 1976, p. 29. (Cadernos Amílcar Cabral).

²⁹² *Idem*. *Análise de alguns tipos de Resistência...*, *op. cit.*, p. 86.

²⁹³ Os Cadernos Anticoloniais eram publicações do Secretariado dos Encontros dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro (SEEPE), com sede em Bruxelas, e pretendiam desenvolver a denúncia do colonialismo e chamar a atenção para a guerra colonial.

²⁹⁴ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO, Lisboa. *Arquivos da PIDE/DGS*, Amílcar Cabral, pasta 5, fl. 1119, Processo SR 1915/50.

Segundo Cabral, a resistência cultural contemplava vários atos de cultura. Nesse sentido, defendia que “o primeiro ato de cultura que devemos fazer na nossa terra é o seguinte: unidade do nosso povo, necessidade de lutar e desenvolver em cada um de nós uma ideia nova que é o patriotismo”²⁹⁵. No Seminário de Quadros do Partido, em novembro de 1969, Cabral declarou que todo patriota é capaz de interpretar a situação concreta da sua terra, para transformá-la no sentido do progresso.²⁹⁶

Por sua vez, para liquidar os vestígios do colonialismo, era necessário expulsar o ocupante estrangeiro e destruir as formas de exploração do homem pelo homem. Isso indica que as bases do PAIGC se assentavam num duplo programa, cuja organização se espelhou no modelo marxista-leninista: a liberdade política e a construção de uma nova sociedade na Guiné e em Cabo Verde. Referência fundamental para essa abordagem é a intervenção de Amílcar Cabral na Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos da África, da Ásia e da América Latina (Havana, 3 a 14 de janeiro de 1966), quando abordou os Fundamentos e Objetivos da Libertação Nacional em Relação com a Estrutura Social e identificou pelo menos duas formas de dominação imperialista:

1º. Dominação direta – por meio de um poder político integrado por agentes estrangeiros ao povo dominado (forças armadas, polícia, agentes da administração e colonos) – a qual se convencionou chamar colonialismo clássico ou colonialismo.

2º. Dominação indireta – por meio dum poder político integrado na sua maioria ou na sua totalidade por agentes nativos – à qual se convencionou chamar neocolonialismo.²⁹⁷

Ao levar em consideração a dominação indireta, compreende-se por que o projeto para a emancipação política, liderado por Cabral, deu ênfase à causa da libertação mais do que à independência. Significa que uma vez identificado o neocolonialismo ou a dominação indireta como um obstáculo para transformar a realidade de subjugação colonial em “progresso e paz”, lutar pela liberdade nacional equivalia a lutar contra essa forma de dominação. A emancipação política só seria completa se fosse garantida a liberdade de pensamento e de

²⁹⁵ CABRAL, Amílcar. Resistência Cultural. In: *Juventude e Cultura...*, op.cit., p. 33.

²⁹⁶ CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL, Lisboa. *Amílcar Cabral. A Resistência Cultural*. Bissau: PAIGC (Serviço de Informação). Texto escrito, de forma condensada, a partir de uma intervenção em crioulo no Seminário de Quadros do Partido, realizado de 19 a 24 de novembro de 1969, p.3. Cota: BAC-1222. [1302]

²⁹⁷ CABRAL, Amílcar. *Nacionalismo e Cultura*. Galiza: Laiovento, 1999, p. 84-85.

ação, por meio da eliminação total da dominação imperialista, tanto na sua fase colonial como neocolonial.

3.3. Unidade

O lema do PAIGC “Unidade e Luta”, cunhado por sua elite dirigente, apontava para duas palavras de ordem fundamentais: *Unidade*, para obter força e enfrentar as contradições internas da Guiné Portuguesa e de Cabo Verde e *Luta* para vencer a dominação imperialista, tanto na sua forma colonial como neocolonial. Este lema foi desenvolvido por Cabral numa série de escritos e alocuções, em particular, dirigidos aos quadros do Partido.

Para Cabral o nome PAIGC, mais do que o “Movimento” e frente ampla, define uma entidade “com um sentido claro, para hoje e para amanhã”(...). “Partido é uma organização muito mais clara, é todo aquele que toma parte numa determinada ideia, numa dada coisa, num dado caminho”²⁹⁸, constituindo-se num instrumento chave para a luta. Esse caminho encerrava uma luta de libertação nacional que consistia em duas fases: a fase nacional e a fase social.

A primeira, a fase anticolonial da luta, visava à conquista da independência nacional. Suas características principais eram a mobilização e o fortalecimento da unidade para derrotar o colonialismo português. A segunda tinha o objetivo de consolidar o processo de independência política, dando lugar a uma luta revolucionária efetiva, impedindo uma passagem do colonialismo para o neocolonialismo.

A unidade, como princípio, formava um dos pilares do pensamento de Cabral. Por sua vez, os militantes do PAIGC ressaltavam que a pobreza, o atraso e a falta de liberdade eram passíveis de mudança apenas com a libertação nacional e, para alcançá-la, as condições primordiais eram unidade e luta.

Dessa forma, para se entender o alcance da unidade no pensamento de Cabral, é necessário considerá-la em três dimensões: unidade na Guiné; unidade da Guiné e Cabo Verde; unidade dos movimentos pela independência das possessões africanas contra o colonialismo português (MAC, FRAIN, CONCP) na conquista de apoios de movimentos, partidos e organizações de âmbito internacional.

²⁹⁸ *Ibidem*, p.164

3.3.1. As unidades entre Cabo Verde e Guiné e na Guiné

Para compreender o conjunto de condições que deu ensejo à questão da unidade Guiné-Cabo Verde, no pensamento de Amílcar Cabral, justificada como sendo de natureza histórica, é imperativo registrar que para Cabral essa unidade era inquestionável.

Apoiando-se em evidências históricas que mostravam a proximidade entre as duas colônias, Amílcar, no relatório apresentado na Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, realizada em Dacar, entre os dias 12 e 14 de julho de 1960, lembrou que “desde a nomeação do primeiro capitão geral de Cabo Verde e da Guiné ‘portuguesa’ (1550) até 1879, essas duas colônias foram submetidas à mesma organização e administração”²⁹⁹. Nesse período a capital ficou estabelecida na ilha de Santiago para a qual confluía uma significativa dinâmica comercial.

Quanto ao tráfico de africanos escravizados, Cabral retomou os estudos de Antônio Carreira sobre a unidade histórica da Guiné e as Ilhas de Cabo Verde. Nesse trabalho, ao analisar o papel das Companhias Pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos na costa africana na segunda metade do século XVIII, Carreira mostrou que: “o abastecimento de Cabo Verde em escravos fazia-se com navios pequenos, de cabotagem, alguns idos de Serra Leoa, mas na sua maioria de Cacheu e Bissau”³⁰⁰. Esse fato revelava a presença de africanos em Cabo Verde vindos, preferencialmente, dos portos da Guiné.

Por essas razões foi que, no memorando do PAIGC ao governo português, de 01 de dezembro de 1960, entre as medidas propostas pelo Partido para a liquidação pacífica do colonialismo, lê-se: “estudar e decidir das possibilidades, das bases e da forma de realizar, no quadro da unidade africana, a união orgânica dos povos da Guiné e Cabo Verde, com fundamentos nos laços de sangue e nos laços históricos que ligam esses povos”³⁰¹.

Além desses laços comuns e respeitadas as especificidades da colonização em Cabo Verde e na Guiné, Cabral chamou a atenção para o fato de que as diferenças no modo de vida nas duas províncias eram mínimas. Se por um lado um número reduzido de caboverdianos tinha maior escolaridade e trabalhava na administração colonial, por outro, assim como os guineenses, grande parte da população era explorada pela burocracia colonial.

²⁹⁹ ANDRADE, Mário (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, op. cit., v.I, p. 98.

³⁰⁰ CARREIRA, Antônio. A Guiné e as ilhas de Cabo Verde – a unidade histórica e populacional. In: *Ultramar*, nº. 32, 2º trimestre de 1968, p. 77-78.

³⁰¹ ANDRADE, Mário (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A arma da teoria: unidade e luta*. v.II, p. 30.

Por outro lado, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), criada em 1961, definiu, entre outras medidas, uma ação conjunta para o estudo do desenvolvimento da luta. O objetivo era reforçar a luta de forma coordenada para acelerar a derrota total do colonialismo português. Nessa perspectiva, a abertura de uma frente de luta também em Cabo Verde significava a dispersão ainda maior dos efetivos portugueses na guerra. Ciente de que a unidade entre a Guiné e Cabo Verde era essencial para vencer a dominação colonial, Cabral advertiu:

tanto do ponto de vista do conhecimento da história, da realidade da nossa vida do passado, como do conhecimento dos interesses do nosso povo e da África, e do ponto de vista de estratégia da luta (...) não há independência da Guiné sem a independência de Cabo Verde.³⁰²

Entretanto, não houve consenso sobre a unidade entre Cabo Verde e a Guiné. Ela foi também um fator de tensão, responsável pelas crises e as dificuldades que o PAIGC atravessou, gerando uma divisão no interior do movimento de independência. A especificidade dos sistemas coloniais em Cabo Verde e na Guiné pragmaticamente aumentou as disputas e as antipatias entre “cabo-verdianos” e “guineenses”.

Amílcar Cabral analisou os grupos sociais da Guiné e de Cabo Verde, diferenciando as sociedades da cidade e da área rural. Nas cidades da Guiné, encontravam-se os africanos e os portugueses. Entre os primeiros estavam os funcionários da burocracia colonial, os trabalhadores do cais, marinheiros, pedreiros, carpinteiros, mecânicos, motoristas. Havia também aqueles que viviam de biscates e os que não tinham nada a fazer. Entre os descendentes de “guineenses” e “cabo-verdianos”, destacavam-se três grupos: os favoráveis aos colonialistas, aqueles indecisos em relação às propostas do Partido e temerosos de perder os seus empregos e os que estavam dispostos a lutar contra a dominação portuguesa.

Em Cabo Verde, nas ilhas de Santiago e São Vicente, Cabral observou a mesma divisão. A diferença, em decorrência da forma como a administração colonial incidiu sobre o arquipélago, era que havia um número maior de afro-portugueses.

Sobre os trabalhadores agrícolas em Cabo Verde, Amílcar destacou a predominância de uma forma indireta de exploração da terra, caracterizado pelo arrendamento e pela parceria. Tanto os rendeiros quanto os parceiros ficavam sujeitos a uma série de deveres e restrições que dificultavam a garantia dos meios de subsistência para as suas famílias. Além

³⁰² ANDRADE, Mário (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, op. cit., v.I, p. 129.

disso, as secas que periodicamente afligiam o arquipélago agravavam ainda mais a situação miserável em que vivia grande parte da população.³⁰³

Entre os portugueses também havia divisões. As famílias dos altos dirigentes não se misturavam com as famílias dos portugueses operários. No que diz respeito ao potencial para a mobilização, Cabral destacou que “os brancos” que estavam nas cidades ou tinham os seus próprios interesses econômicos, ou faziam parte da administração colonial ou, ainda, não tinham formação política para posicionar-se contra qualquer forma de opressão.

Mas o seu foco principal foram os trabalhadores rurais da Guiné, pertencentes a diferentes sociedades. Cabral diferenciou as sociedades balantas, manjacos e fulas para mostrar as contradições internas dessas sociedades rurais. Frisou que os balantas, que não tinham chefes “grandes”, constituindo uma sociedade horizontal, ficaram submetidos aos chefes - fulas, manjacos ou antigos cipaiois —, impostos pelos portugueses. Não podendo resistir, permaneceram dispostos a lutar pela sua liberdade. Já na sociedade manjaca e na sociedade fula, havia uma verticalização, com chefes e religiosos no topo da pirâmide social, seguidos por uma série de profissionais hierarquizados e, na base, a grande massa de homens e mulheres que cultivavam a terra, trabalhando para todos os chefes, inclusive os chefes dos postos.

Com essas circunstâncias, Cabral percebeu as possibilidades de mobilização das populações. Para o caso particular da Guiné em que os trabalhadores agrícolas, na sua maior parte, estavam envolvidos na produção para a exportação, era necessário observar as dificuldades para a mobilização, em decorrência da especificidade da colonização portuguesa na Guiné. Diz ele:

Entre nós acontece isto: primeiramente, o colonialista português nem sequer se apropriou das terras; não criou empresas agrícolas como fez por exemplo em Angola; não criou concentrações de colonos, como em Angola (...). Nós mantivemos, sob o colonialismo, uma estrutura de base: a terra como propriedade colectiva da aldeia. É um dos traços importantes que caracterizam o nosso meio rural que, por outro lado, não era directamente explorado pelo colonizador, mas era explorado, através do comércio, pela diferença entre os preços e o valor dos produtos. Era aí que se encontrava a exploração — não no trabalho directo (...). Isso punha, para a nossa luta, um problema difícil de resolver: provar ao camponês que ele era explorado na sua própria terra.

³⁰³ ANDRADE, Mário (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, op cit., v.1 p. 117-129.

Não podíamos mobilizar as pessoas dizendo-lhes “A terra deve pertencer a quem trabalha”. Porque aqui a terra não falta.³⁰⁴

No que se refere à mobilização, era necessário encontrar formas apropriadas para alcançar as populações rurais da Guiné. Falar da luta contra o colonialismo ou contra o imperialismo não resultava em nada, uma vez que era inadequado utilizar termos que as pessoas ainda não podiam compreender. Em vez disso, Cabral destacava a necessidade de utilizar uma linguagem direta e acessível:

Porque lutamos nós? Quem és tu? Quem é teu pai? O que é que lhe aconteceu? ao teu pai, até agora? Qual é a sua situação? Já pagaste os teus impostos? Quanto ganhas com a tua mancarra? Já pensaste o que lucra com a sua mancarra? E o trabalho que ela custou à tua família?³⁰⁵

Assim, para o caso da Guiné, não foi possível contar com os elementos que, tradicionalmente, viabilizaram a mobilização política para as lutas populares – operários organizados ou trabalhadores agrícolas destituídos de suas terras. Diante disso, e sabendo que a ativação da população para uma atividade de incitamento ao poder estabelecido era algo difícil, Cabral cuidou de pensar se as estratégias de mobilização utilizadas foram adequadas às especificidades da Guiné.

O período que vai de 1956, ano da criação do PAI, até 1959, quando do massacre de Pidjiguiti, foi decisivo para reavaliar as estratégias de mobilização. A condução do Partido ficou a cargo de trabalhadores urbanos, em particular, portuários e aqueles ligados aos serviços de transportes urbanos. Entretanto, quando do massacre dos trabalhadores na greve de 03 agosto de 1959, essa estratégia revelou-se inadequada. Era necessário criar os instrumentos de organização e desenvolver os meios para mobilização dos trabalhadores rurais. Era necessário ir para o campo.

Ao pensar as estratégias para mobilizar a população rural, Cabral abordou teoricamente a questão da mobilização, estabelecendo a diferença entre o campesinato, enquanto força física, e os trabalhadores urbanos como força revolucionária.

³⁰⁴ CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL, Lisboa. *Antologia de textos de Amílcar Cabral. Meio rural e a mobilização das massas*, p.12. Cota: BAC-1242 [1322].

³⁰⁵ CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL, Lisboa. *Antologia de textos de Amílcar Cabral. Meio rural e a mobilização das massas*, p.12. Cota: BAC-1242. [1322]

A questão de saber se o campesinato apresenta ou não a principal força revolucionária é de importância capital. E, no que diz respeito à Guiné, devo responder negativamente. Pode assim parecer surpreendente que baseemos no campesinato a totalidade dos esforços da nossa luta armada. Representando todo o país, controlando e produzindo as suas riquezas, é fisicamente muito forte; no entanto sabemos por experiência o quanto nos custou incitá-lo à luta.³⁰⁶

Para levar a cabo a tarefa de reestruturar o partido e mobilizar a população rural para a luta, Cabral, junto com a liderança do PAIGC, que eram os seus fundadores, decidiu pela formação de quadros. Nesse sentido, foi importante a transferência da direção do PAIGC para Conacry, em 1960, quando teve início o recrutamento, especialmente de jovens da cidade e do campo, da Guiné Portuguesa, para serem treinados numa escola de formação de quadros do Partido, o *Lar do Combatente*. Os combatentes eram instruídos por Cabral e alguns dos seus ajudantes principais sobre as características sociais e culturais das comunidades étnicas, bem como o seu papel histórico no processo da independência que compreendia a fase do combate e a da construção de uma nova Nação.³⁰⁷

Dessa forma, as primeiras ações militares do PAIGC contra as instalações das Forças Armadas Portuguesas — o ataque ao quartel de Tite e as primeiras investidas na região de Bedanda — 23 de janeiro de 1963 — contaram com o apoio das populações locais que conheciam a proposta do PAIGC e estavam mobilizadas para a luta de independência.³⁰⁸

Entretanto, após um ano do início da luta armada, com vitórias importantes no enfrentamento com o exército português e com aproximadamente 40% do território da Guiné em poder dos nacionalistas, o PAIGC passava por contradições internas que ameaçavam a coesão e a unidade do movimento. Tornou-se necessário, portanto, rever o processo de mobilização e luta. Com esse objetivo, realizou-se de 13 a 17 de fevereiro de 1964, em Cassacá, o Primeiro Congresso do Partido, quando “numa importante assembléia de quadros (...) conseguimos não apenas dar aos nossos combatentes e ao nosso povo um impulso decisivo na luta, como também provar de forma evidente os sucessos irreversíveis do nosso combate”³⁰⁹ (veja anexo C).

³⁰⁶ ANDRADE, Mário (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, op cit., v.1 p. 103.

³⁰⁷ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO. *Arquivos da PIDE/DGS*, Amílcar Cabral, pasta 8, fl. 62, Processo SR 1915/50.

³⁰⁸ A vitória do PAIGC na batalha da ilha do Como (fevereiro de 1963), em que um importante contingente português e o PAIGC disputaram, durante setenta e cinco dias, a base estratégica ali instalada pelo Partido, foi um marco importante por demonstrar a capacidade de resistência e da estratégia da luta.

³⁰⁹ ANDRADE, Mário (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, op cit., v. 2, p. 42.

Além de julgar e condenar os erros do Partido, em particular, os de ordem disciplinar — tanto dos quadros dirigentes como dos militares de base —, as resoluções e decisões do Congresso marcaram uma nova etapa nas estratégias de mobilização. Mas não só. De fato, o Congresso lançou as bases para uma nova ordem social, elaborou o programa do Partido, criou condições para aproximar os quadros partidários da população e encontrou meios para evitar as tendências de militarização que foram responsáveis por crises internas e de crescimento do Partido.³¹⁰ Mas, sobretudo, em Cassacá foram definidos três planos de luta: o militar, o político-administrativo e o cultural.

No plano militar a reorganização das forças da guerrilha foi um dos aspectos importantes desse Congresso. As Forças Armadas Revolucionárias (FARP) passaram a ser constituídas por *guerrilhas* (formadas por militantes combatentes), *exército popular* (formado por combatentes experientes) e *milícias populares* (constituídas de grupo de rapazes e moças com a função de orientar as populações e cuidar de reabastecimentos).

Quanto ao plano político-administrativo, importa destacar que a Guiné foi dividida em três frentes (Sul, Norte, Leste). Amílcar Cabral e Oswaldo Vieira ficaram responsáveis pelo comando da Frente Leste, enquanto Luís Cabral e Francisco Mende, a Frente Norte; Aristides Pereira e João Bernardo Vieira, a Frente Sul. Essas Frentes foram divididas sucessivamente em Regiões, Zonas, e Seções.

Um pequeno conjunto de tabancas formava uma Seção e, anualmente, a população elegia um Comitê composto por cinco pessoas, sendo que pelo menos duas deveriam ser mulheres. Importante registrar que o comitê exercia o papel de autoridade máxima da tabanca e tratava dos interesses imediatos da população (organização da produção, defesa, escola, saúde, higiene da tabanca e outros). Além do Comitê, em cada Seção, era eleito, também anualmente, um Tribunal Popular.

Por sua vez, a Assembléia de Tabanca, em que participava toda a comunidade, reunia-se periodicamente sob a presidência do Comitê e era a autoridade legislativa na Seção. Os Comitês de Zonas e os Comitês de Região eram os intermediários entre a Estrutura Central do “Partido-Estado” e a Estrutura de Base dos Comitês, Tribunais Populares e Assembléias de Tabancas.³¹¹

³¹⁰ FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, Lisboa. *Arquivo Amílcar Cabral*, Amílcar Cabral enquanto líder revolucionário por Joel Frederico da Silveira. Pasta 07701.22.

³¹¹ CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL, Lisboa. *Relação Massas Populares – Poder no processo de Libertação da Guiné*. Tradução portuguesa do documento apresentado na Semana de Estudo “Os novos sujeitos das Lutas de Libertação no sul do mundo”, organizado pela *Fondazione Lelio Bosso*, em Roma, de 2 a 5 de dezembro de 1983. p.11. Cota: GW-A. C. I-19.

Cabral, no relatório sobre o desenvolvimento da luta de libertação nacional na Guiné e nas Ilhas de Cabo Verde em 1964, salientou os avanços do PAIGC após o Congresso de Cassacá. No plano político e administrativo, destacou a reorganização do PAIGC; o reforço do trabalho político junto da população e o avanço significativo na organização e mobilização em Cabo Verde. Já no plano militar, deu ênfase à reorganização da luta armada; a criação das FARP; a multiplicação das frentes de luta; a intensificação dos ataques aos quartéis portugueses; a preparação de quadros militares e a consolidação das áreas libertadas.³¹²

Diante da reorganização do PAIGC e o avanço da luta, o governo português, em maio de 1964, substituiu os comandos militares e civis e designou para Comandante-Chefe o brigadeiro Arnaldo Schultz que também passou a desempenhar as funções de governador. Isso significava que Portugal optou pela militarização do território da Guiné.

Em 1965, o Comando-Chefe determinou que fosse elaborado um conjunto de instruções de Ação Psicológica ajustado para a guerra “subversiva” na antiga província portuguesa.³¹³ No entanto, o máximo apelo às ações psicológicas foi alcançado quando o general António Sebastião Ribeiro de Spínola assumiu, em 20 de maio de 1968, as funções de comandante-chefe das forças armadas e governador geral da Guiné. Spínola, com o seu programa “Por uma Guiné Melhor”, desenvolveu, entre outras estratégias, programas de carácter cívico e operações de carácter psicológico³¹⁴ (veja anexo D).

No Relatório sobre a Situação Geral da Luta, de janeiro de 1971, Cabral caracterizou as ações do governo de Spínola como tentativa vasta e, ao mesmo tempo, vã de desmobilizar o povo e minar o movimento. Diz ele:

O que caracteriza essa tentativa são os atos de amabilidade e enganadora atenção em relação às populações dos centros urbanos ainda ocupados, as concessões nas esferas sociais e religiosas acompanhadas pela precipitada construção de escolas, centros médicos e mesquitas, a organização de viagem a Portugal, a concessão de bolsas de estudo. Propaganda escrita e radio-transmitida glorifica o “mundo português” e o paraíso que são as “províncias ultramarinas” onde não há racismo, onde “todos os homens, independentemente da sua cor, são iguais perante a lei e perante Deus” (...). Nós, os combatentes,

³¹² ANDRADE, Mário (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, op cit., v. 2, p. 43.

³¹³ Em 1963 foi criada, no Estado-Maior do Exército Português, uma sub-seção de Ação Psicológica com o objetivo de desmoralizar o adversário, dando-lhe uma sensação de insegurança, de impotência e de descrença no seu êxito. Dante disso, esperava-se que o adversário fosse levado à rendição e, se possível, colaboração ativa com as autoridades portuguesas.

³¹⁴ ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires (coords.). *A Transição Falhada: o Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 281-282.

somos acusados de ser instigadores da guerra, de não querermos a paz, de impedirmos a construção de uma vida melhor.³¹⁵

As estratégias dessa ação psicológica, reveladas por meio de uma intensa propaganda, eram a melhoria das condições de vida da população.

Por sua vez, sob forte influência de Cabral, o PAIGC também cuidava da sua propaganda por meio da emissora do Partido, a Rádio da Libertação, e outras emissoras como a Rádio Conacry, Rádio Pequim, Rádio Praga, Rádio Gana e Rádio Cairo. Espalhou também cartazes e panfletos e, ao dirigir-se aos soldados portugueses, enfatizava a violência da guerra contra a população e convidava à deserção. Neste plano de luta foi primordial a união entre cultura e as ações psicológicas. Nas escolas das regiões libertadas, os livros escolares continham ensinamentos sobre o partido, suas vitórias e a importância da independência. Cabral explicava que nas escolas era “igualmente dado um grande lugar à formação ideológica: aprende-se aí os princípios que estão na base da acção do partido. As leituras, as canções desacreditam o colonialismo português”³¹⁶ (veja anexo E).

Em síntese, a guerra de independência compreendeu duas frentes: a ação militar e a ação psicológica. Após onze anos de lutas (1963-1974), o PAIGC assegurou a mobilização da população e, em 1971, controlava mais de 80% do território da Guiné (veja mapa 3.1).

Nesse mesmo ano, no relatório sobre a situação geral da luta, Cabral, a propósito da campanha do governo português para desacreditar a unidade entre a Guiné e Cabo Verde, escreveu:

ainda na tentativa de dividir o nosso povo, os colonialistas portugueses desenvolvem desde há algum tempo uma grande campanha contra os cabo-verdianos na sua rádio, nomeadamente nas línguas vernáculas da Guiné. Nesta campanha, assim como um certo número de cartas que escrevem (...) afirmam que vão expulsar todos os cabo-verdianos que se encontram na Guiné a seu serviço, e oferecer os postos respectivos àqueles que eles chamam os verdadeiros filhos da Guiné. Os colonialistas sabem que a unidade política e moral, a unidade combativa do nosso povo na Guiné e em Cabo Verde é a força principal do nosso Partido e da nossa luta.³¹⁷

³¹⁵ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO, Lisboa. *Arquivos da PIDE/DGS*, Amílcar Cabral, pasta 9, “Jornal Anticolonialismo”, fls. 127-134, Processo SR 1915/50.

³¹⁶ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO, Lisboa. *Arquivos da PIDE/DGS*, Amílcar Cabral, pasta 4, “Jeune Afrique”, n.330, 7 maio 1967, fls. 1011, Processo SR 1915/50.

³¹⁷ ANDRADE, Mário (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, op cit., v. 2, p. 83.

Apesar dos desafios, a unidade, parte integrante do pensamento de Amílcar Cabral, foi o motor para a criação de organizações que englobaram os movimentos pela independência nas colônias portuguesas.

Mapa 3.1. Guiné: a “guerra colonial” (1963-1974)

Fonte: MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves. *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003, p. 581.

3.3.2. Outra acepção de unidade: a unidade dos movimentos pela independência

A liquidação total da dominação colonial portuguesa em África e na Ásia será muito mais rápida – e exigirá – menos sacrifícios dos nossos povos – se as organizações nacionalistas das colônias portuguesas formarem uma frente unida, para coordenarem a sua ação concreta e imediata contra o inimigo comum. Uma tal unidade estaria de acordo com a solidariedade afro-asiática e seria uma aplicação prática e viva, entre os países dominados por Portugal, dos princípios proclamados na Conferência de Bandung e das resoluções das Conferências de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos.³¹⁸

A sociabilidade política estreita entre alguns líderes da resistência anticolonial levou à criação de estratégias centradas no estabelecimento de organizações de cooperação e coordenação dos diversos movimentos pela independência dos territórios africanos, além da busca e conquista de apoios de Estados, organizações e partidos de âmbito internacional. Assim, uma das primeiras organizações unitárias de iniciativa dos nacionalistas africanos foi o Movimento Anti-Colonial (MAC), criado em 1957, em Paris, por Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Viriato da Cruz e Guilherme do Espírito Santo.

Em 1960, o MAC foi alargado na II Conferência dos Povos Africanos, realizada em Tunis, de 25 a 30 de janeiro de 1960, dando origem à Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colônias Portuguesas (FRAIN). Nessa Conferência, o MAC esteve representado por quatro delegados: Amílcar Cabral, Hugo Menezes, Lúcio Lara e Viriato da Cruz.

A Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), agrupando os movimentos de libertação da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Angola (MPLA), Moçambique (UDENAMO) e S. Tomé (CLSTP), deu continuidade aos propósitos que justificaram a formação do MAC e da FRAIN. Com a sua sede instalada em Rabat, (Marrocos), a CONCP realizou o seu primeiro congresso em 1961, passando a representar um centro de unidade entre os movimentos de libertação das províncias portuguesas.

Importante frisar que a iniciativa de unir os movimentos de libertação das províncias portuguesas na África contou com o apoio de espaços privilegiados de luta política no quadro internacional. A criação dessas organizações insere-se no contexto pós-Conferência de

³¹⁸ FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, Lisboa. *Arquivo Amílcar Cabral, Movimentos Anti-Colonialistas*, Comunicado FRAIN, 1960, Pasta 07059. 025.012.

Bandung, quando vários congressos de estudantes, escritores e artistas negros, partidos e movimentos políticos discutiram a emancipação política do continente africano.

Nesse sentido, vale registrar que Mário Pinto de Andrade, vivendo em Paris desde 1954, tornou-se membro da Sociedade Africana de Cultura, trabalhou como secretário particular de Alioune Diop (1910-1980) e foi chefe de redação da revista *Présence Africain*. Em 1956, participou do Primeiro Congresso dos Escritores e Artistas Negros, realizado naquela cidade. O congresso, diz ele,

proclamando a necessidade de reabilitar e desenvolver as diversas culturas negras a fim de favorecer a sua integração no conjunto da cultura humana, pôs a tônica sobretudo na crise que a atinge, tendo em conta o sistema colonial. Convidando os intelectuais a trabalharem para a criação das condições concretas do renascimento e da expansão das culturas negras, os congressistas queriam sublinhar a pré-eminência da luta pela independência nacional.³¹⁹

Diante disso, considerou que desde então “o compromisso do homem de cultura colonizado encontrava-se nitidamente politizado”³²⁰.

Vale frisar que Amílcar Cabral, entre 1955 e 1958, trabalhou em Angola, desenvolvendo atividades profissionais para a Sociedade Agrícola de Casseque. Em 1957, participou da reunião de Paris, conhecida por *Reunião de Consulta e de Estudo para o Desenvolvimento da Luta Contra o Colonialismo Português*, que deu origem ao MAC. Naquela ocasião, após um balanço detalhado da situação colonial e os estudos sobre as possibilidades de luta, ficou decidido que, ao regressar a Portugal, Cabral deveria propor aos núcleos de africanos em Lisboa, em particular, o Clube Marítimo Africano e a Casa dos Estudantes do Império, a criação de um movimento, sobretudo, para esclarecimentos sobre a situação nas colônias. Em Lisboa, contou com o apoio de Lúcio Lara, Agostinho Neto e Eduardo Santos e, reunindo estudantes e marinheiros mais politizados, discutiu-se o projeto de criação do MAC.

Amílcar Cabral desempenhou um papel relevante no MAC. Isso se deveu, em particular, aos contatos constantes com Angola e a Guiné, quer pessoalmente, quer por meio de uma rede de amigos ou do contato com Luanda e Bissau feito pelos marinheiros. Além disso, conforme relatório da PIDE, em 8 de novembro de 1957, foi concedido a Amílcar

³¹⁹ ANDRADE, Mário Pinto. Literatura e Nacionalismo em Angola. In: MATA, Inocência (coord.). Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política. Lisboa: Colibri, 2000, p. 22.

³²⁰ *Ibidem*, p. 22.

Cabral, pelo governo Civil de Lisboa, um passaporte para alguns países da Europa³²¹. As suas ligações profissionais em Angola, as frequentes viagens à França e algumas vezes para a Alemanha possibilitaram-lhe tecer uma rede de articulações políticas, além de garantir as ligações entre os movimentos clandestinos que operavam em Angola com os seus pares em Paris, Frankfurt e Berlim. Nesse sentido, foi essencial a participação de Cabral para a internacionalização da questão das colônias portuguesas, o que foi fundamental para a revitalização do MAC, expressa em suas propostas:

contribuir para uma orientação lúcida e mais completa da luta política nos países africanos sob domínio colonial português, tendo em conta a evolução de política internacional; resolver os problemas apresentados pelas organizações patrióticas destes países; estabelecer os contatos e cooperação necessárias com as organizações africanas interessadas na liquidação do colonialismo; informar a opinião pública mundial sobre a situação nos países sob domínio colonial português; desmascarar as intenções, os planos e as ações do colonialismo português e seus aliados; fazer participar os nossos povos (...) em todas as assembléias que tratem do destino dos povos africanos e do mundo.³²²

Além de Cabral, Marcelino dos Santos, um dos fundadores do MAC, desenvolveu intensa atividade, ao estabelecer importantes contatos e informando sobre a situação das colônias portuguesas. Assinala-se o papel de Marcelino dos Santos que, em agosto de 1957, encontrava-se em Moscou, onde participou do VII Festival Mundial da Juventude. Entre 26 de março e 01 de abril de 1959, tomou parte no Segundo Congresso de Escritores e Artistas Negros, em Roma, quando teve a oportunidade de reencontrar Mário de Andrade, Lúcio Lara e Viriato da Cruz. Em 1960, participou de uma jornada de solidariedade com os povos das colônias portuguesas em luta pela sua liberdade e independência, organizada pelo Comitê Soviético de Solidariedade Afro-Asiático e a Sociedade de Amizade com os Povos da África.³²³

Por ocasião do Segundo Congresso dos Escritores e Artistas Negros, em 1959, Franz Fanon sugeriu, no seu relatório *Fundamentos recíprocos da cultura nacional e da luta de*

³²¹ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO, Lisboa. *Arquivos da PIDE/DGS*, , Amílcar Cabral, pasta 1, fl. 3, Processo 1915/50 SR

³²² INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO, Lisboa. *Arquivos da PIDE/DGS*, , Marcelino dos Santos, fl. 56, Processo 1393 SR; e LARA, Lúcio. *Um amplo movimento*. Luanda: Ed. do autor, 1997, p.465-483.

³²³ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO, Lisboa. *Arquivos da PIDE/DGS*, Marcelino dos Santos, pasta 1, fl. 3, Processo 488/51 SR.

libertação, o compromisso do homem de cultura colonizado: “nós pensamos que a luta organizada e consciente apreendida por um povo colonizado para restabelecer a soberania da nação constitui a manifestação mais cultural que se pode imaginar”³²⁴. Para Mário de Andrade, essa é a ideia essencial que desvendou o sentido da mutação revolucionária das manifestações culturais ao longo da luta armada pela libertação nacional e iluminou todo o relatório de Fanon. Diante dessa constatação, afirmou: “faltava ao problema cultural levantado anteriormente pelos intelectuais africanos esta dimensão fornecida pela experiência de um povo colonizado em armas”³²⁵.

Mas o que sobressai desse encontro em Paris foi a proposta apresentada por Fanon, em nome do Governo Provisório Revolucionário da Argélia (GPRA), aos líderes do MAC presentes na Conferência, do envio de onze jovens angolanos para treinamento militar na Argélia. Coube a Amílcar Cabral comunicar às lideranças em Angola o conteúdo dessa proposta. De fato, em agosto de 1959, Cabral partiu para Luanda e a PIDE estava atenta às suas deslocações, o que pode ser constatado nas informações (veja anexo F).

Em 1/8/1959 é novamente assinalada a sua chegada em Luanda, via aérea, e sua partida para Bissau em 5/9/1959. Sabe-se também que no Outono de 1959 viajou pelas Repúblicas do Congo, Ghana, Senegal e República da Guiné, a caminho de Lisboa, tendo naqueles países estabelecido contatos para a “luta contra o colonialismo português”. Na República democrática do Congo, como na altura Patrice Lumumba estivesse ausente, contactou com Madiana e Mpolo, “presidente” e “secretário permanente” do Movimento Nacional Congolês, e no Ghana pediu apoio a Nkruma.³²⁶

Importa destacar a permanente rede de contatos que Cabral teceu em busca de apoios para a luta contra o colonialismo português, mas, em particular, a aproximação com Sekou Touré e com Nkrumah, no contexto da união Guiné- Ghana, entre novembro de 1958 e dezembro de 1960. Essa unidade entre uma ex-colônia francesa e uma ex-colônia inglesa foi uma aliança em torno de reivindicações e negociações comuns, não obstante as especificidades dos colonialismos, reforçando as efetividades das lutas anticoloniais.³²⁷

³²⁴ *Ibidem*, p. 22.

³²⁵ *Ibidem*, p.22.

³²⁶ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO, Lisboa. *Arquivos da PIDE/DGS*, , Amílcar Cabral, Pasta 1, fl.4, Processo 1915/50.

³²⁷ BENOT, Yves. *Ideologias das Independências Africanas*. Lisboa: Sá da Costa, 1981, v. I, p. 220.

Amílcar Cabral, um dos delegados do MAC na II Conferência dos Povos Africanos, que se realizou em Tunis, de 25 a 30 de janeiro de 1960, sob o pseudônimo de Abel Djassi, apresentou um relatório denunciando o colonialismo português.

Em Tunis o colonialismo português foi alvo de uma resolução específica. Podem-se sintetizar as resoluções desta II Conferência, no que diz respeito às províncias africanas sob dominação portuguesa, em cinco pontos principais: condenação da política colonial portuguesa e denúncia da repressão sistemática sofrida pelos movimentos nacionalistas; reafirmação do direito das populações das províncias portuguesas à independência, determinando o apoio incondicional dos Estados africanos independentes; exigência da libertação imediata de todos os prisioneiros políticos em Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe; convocação para que as organizações membros da Conferência promovessem, durante o ano de 1960, jornadas de solidariedade a favor dos territórios sob dominação portuguesa; solicitação ao Comitê Especial das Nações Unidas, encarregado de estudar a questão dos territórios não autônomos, para que levantasse o problema da descolonização e da independência dos territórios sob dominação de Portugal.³²⁸

A nova Frente Revolucionária adotou uma carta, reafirmando o objetivo de (re)conquistar imediatamente a independência dos territórios africanos sob dominação portuguesa. Fez ainda uma advertência ao governo colonialista português de que não vacilaria em fazer uso de medidas de represália, caso este recorresse à violência para reprimir as ações dos movimentos nas colônias, embora estivesse disposta a utilizar meios pacíficos de não violência e de desobediência civil.³²⁹

Vale destacar que a passagem do MAC para uma frente revolucionária revelou a decisão de sua liderança de fortalecer as lutas de libertação. Um dos quadros angolanos, Lúcio Lara, afirmou que em Tunis “foi onde se jogavam os destinos das nossas organizações quanto à possibilidade de se instalarem em países africanos independentes”³³⁰. Passo significativo no processo do desenvolvimento da luta de libertação, pois era inviável conduzi-la a partir da Europa, e tudo indicava que a situação política em Angola e na Guiné era propícia ao desenvolvimento de uma nova fase da luta.

³²⁸ FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, Lisboa. *Arquivo Amílcar Cabral*, Movimentos Anti-Colonialistas, Resolução da II Conferência dos Povos Africanos, 1960, Pasta 07058.17.005.

³²⁹ FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, Lisboa. *Arquivo Amílcar Cabral*, Movimentos Anti-Colonialistas., Carta da Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colônias portuguesas, Tunes, 28 de janeiro de 1960, Pasta 07058.17.004..

³³⁰ CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL, Lisboa. Discurso proferido por Lúcio Lara na Conferência Internacional sobre a personalidade de Amílcar Cabral, Bissau, 3 a 7 de dezembro de 1984, p. 55, Cota: GW-A. C. I-14 (mimeografado)

Após a Conferência em Tunis, Cabral abandonou definitivamente Portugal. Mas antes de se estabelecer em Conacry (março de 1960), esteve em Londres, onde imprimiu, escapando de uma forte repressão a ele por parte da PIDE, uma nova orientação à campanha internacional de denúncia sobre a natureza desse colonialismo, por meio de entrevistas, conferências à imprensa, palestras e da publicação *Factos sobre o Colonialismo Português*.

Nessa publicação, escrita em inglês com o pseudônimo de Abel Djassi, Cabral denunciou a precariedade da situação das colônias africanas de Portugal, dando destaque à miséria, à situação social do trabalho forçado, à questão da falta de cuidados médicos, à grande percentagem de analfabetos e à ausência de direitos políticos dos africanos. Para finalizar, destacou o que pretendiam os africanos, ou seja, que Portugal respeitasse as observações definidas na Carta das Nações Unidas e que seguisse o exemplo de Inglaterra, da França e da Bélgica, reconhecendo os direitos dos povos subjugados à autodeterminação e à independência.³³¹

Sua reivindicação, comum às lideranças africanas, estava apoiada nos direitos fundamentais do homem e dos direitos dos povos à autodeterminação, consagrados pela Carta das Nações Unidas. No entanto, como não havia uma clara condenação ao sistema colonial, as lutas de libertação eram consideradas ilegais. Essa lacuna seria preenchida com a resolução sobre a descolonização, adotada na XVª sessão da ONU, em dezembro de 1960, criando uma situação legal para pôr término ao sistema colonial de forma negociada e, se preciso com a utilização de violência física. Sobre essa resolução, Cabral avaliou que:

uma vez condenado, o sistema colonial, cuja liquidação imediata e total é exigida por esta resolução, tornou-se um crime internacional. Assim, obtivemos uma base legal para exigir a liquidação do jugo colonial nos países e, no caso de necessidade, para recorrer a todos os meios para destruir esse jugo. Mas não só nós, na base da dita resolução, os Estados e as organizações anticolonialistas – todas as forças de paz no mundo – podem e devem agir concretamente contra o estado português.³³²

Assim, a referida resolução permitiu que a luta se intensificasse. Dela fez parte a busca de alianças e apoios no âmbito internacional. Nesse contexto, em julho de 1960, o

³³¹ ANDRADE, Mário Pinto de (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral. A Prática Revolucionária. Unidade e Luta*. v. I. Lisboa: Seara Nova, 1977, p.57-66.

³³² INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO, Lisboa. *Arquivos da PIDE/DGS*, Amílcar Cabral, pasta 2, fl. 269, Processo 1915/50 SR.

Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), organizações que formavam estruturalmente a FRAIN, organizaram uma Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas que ocorreria no Cairo ou Casablanca, com data prevista para outubro de 1960. Amílcar Cabral junto com Hugo Menezes, João Cabral e Chicomuami Mahala, integraram a comissão preparatória e emitiram um comunicado com o objetivo do encontro: a união das forças nacionalistas das províncias portuguesas e o estudo dos meios e medidas para a realização prática dessa união.

No entanto, a programada conferência só ocorreu no ano seguinte, no contexto do desencadeamento da guerra de libertação em Angola, em fevereiro de 1961, e da violenta repressão do exército português, movimentando grande parte da comunidade internacional. Diante disso, os líderes do PAIGC, MPLA, FRELIMO e o MLSTP reforçaram a necessidade de uma maior articulação e coordenação de esforços.

Dessa forma, de 18 a 20 de abril de 1961, reuniram-se, na Conferência de Casablanca, quatorze delegados, representando os movimentos nacionalistas de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.³³³ Dela nasceu a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), sucessora da FRAIN, com um Bureau Permanente em Casablanca. Organizada pelo MPLA, PAIGC e pela Liga de Goa, foi presidido por Mário de Andrade, tendo como secretário geral Marcelino dos Santos e dois adjuntos, Amílcar Cabral e Alfredo Bengura. Entre os objetivos declarados da CONCP, destacava-se o de unidade de ação, central para uma luta mais eficaz. O arquivo Amílcar Cabral guarda o documento final com as cinco resoluções da CONCP:

- a) Lutar pela realização imediata do direito à autodeterminação e à independência dos povos das colônias portuguesas;

³³³ Os quatorze delegados presentes na Conferência de Casablanca, contando com o apoio do rei Hassan II, do Marrocos: Mário de Andrade, Angola, Presidente do MPLA; Viriato da Cruz, Angola, Secretário-Geral do MPLA, Pascal Luvualu, Angola, Secretário Nacional da União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA); Pundlik Gaitondé, Goa, Presidente do “National Congress”; Caetano Lobo, Goa, Membro do Secretariado do “Goan Liberation Council”; George Vaz, Goa, Membro do Secretariado do “Goan People’s Party”; Aquino de Bragança, Goa, Membro do “Goan People’s Party”; João Cabral, Goa Secretário-Geral do “Goa League”; Adelino Gwambe, Moçambique, Presidente da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO); Marcelino dos Santos, Membro da UDENAMO; Miguel Trovoada, São Tomé e Príncipe, Presidente do Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP); Alfred Bangoura, Guiné, Membro do Bureau Político do PAIGC; Malan N’Diaye, Guiné, Comitê Diretor do Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGC); Adriano Araújo, Cabo Verde, Membro do Bureau Político do MLGC. Cf. Arquivo Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Organizações Nacionalistas, Processo 940,1, Pasta 2, Primeira Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas, Casablanca, 18 a 20 de abril de 1961, fl. 2.; JESUS, José Eduardo. *Casablanca, o início do isolamento português. Memórias diplomáticas: Marrocos 1961-1963*. Lisboa: Gradiva, 2006, p. 69.

- b) Promover a unidade de ação dos movimentos de libertação nacional das colônias portuguesas, com o fim de dispersar as forças opressivas e agressivas do colonialismo português e de acelerar o processo de libertação das ditas colônias;
- c) Dar provas de vigilância perante todas as manobras tendentes a enfraquecer o movimento de libertação dos povos das colônias portuguesas ou impor a esses povos novas formas de opressão, e contribuir para a paralização dessas manobras;
- d) Contribuir para a compreensão e a solidariedade dos povos afro-asiáticos, de acordo com os princípios de Bandung, das Conferências de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e das Conferências dos povos africanos;
- e) Por meio da propaganda, conquistar o apoio ativo da opinião pública mundial à causa dos povos das colônias portuguesas.³³⁴

É importante ressaltar que a criação da CONCP, após as independências de dezessete Estados africanos e pelas resoluções sobre a descolonização aprovadas pela ONU em dezembro, aumentou consideravelmente as oportunidades de articulação para a luta, tanto no que diz respeito à possibilidade de apoio financeiro e à facilidade de acesso aos meios de comunicação, quanto às facilidades de treinamento militar, em particular, nos aquartelamentos no Marrocos e na Argélia.

Mas se a CONCP coroava os esforços de unificação de todo um processo que se havia iniciado na Casa dos Estudantes do Império e no Clube Marítimo Africano, na década de 1950, por outro lado, também enfrentava dificuldades.

Na primeira reunião do Comitê Preparatório da IIª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas, entre os dias 12 e 15 de fevereiro de 1965, em Rabat, contando com a participação de Mário Pinto de Andrade (Presidente do Conselho Consultivo); Maria Amália Fonseca (Membro do Secretariado Permanente); Amílcar Cabral e Abílio Duarte (PAIGC); Luiz d'Almeida (MPLA); Pascoal Mocumbi (FRELIMO), realizou-se um balanço das atividades da CONCP. Logo no início do encontro, Cabral enfatizou a importância da força da unidade entre as organizações membros e chamou a atenção para o fato de que:

nós começamos por ser gente das colônias portuguesas antes de sermos de Angola, Guiné ou Moçambique. Sempre estivemos abertos ao ideal de unidade

³³⁴ FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, *Arquivo Amílcar Cabral*, Movimentos Anti-Colonialistas, CONCP, Estatutos da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas, 1961. Pasta 04604.023.017

africana, ao pan-africanismo. Na análise das sociedades coloniais sob dominação portuguesa, devemos tentar encontrar o que há de comum e o que levou a situação atual da luta armada. Há uma unidade na diversidade.³³⁵

Ao destacar esse aspecto, Amílcar valorizou o papel da CONCP na busca do reforço da unidade entre os movimentos, fortalecendo a luta de forma coordenada.

Também nessa reunião foi discutida a necessidade do respeito aos princípios estabelecidos, para efetivar a solidariedade de suas organizações membros. Ganham destaque as questões sobre os recursos financeiros, observando-se que essas organizações, com exceção do Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), nunca tinham pago as cotizações fazendo com que, até junho de 1964, a CONCP vivesse das subvenções mensais do governo marroquino. Um outro ponto discutido foi a precariedade das informações por parte das organizações membros, no que se refere aos entraves da luta. A respeito dessa questão, Amílcar propôs que a CONCP tivesse agentes junto aos movimentos responsáveis para fazer circular as informações. Por fim, os participantes fizeram um balanço crítico sobre as estruturas da CONCP e refletiram sobre a necessidade de haver uma coordenação política e militar das organizações membros, com a presença de técnicos militares de vários partidos e de um Secretariado de Estudos responsável pelas informações sobre o desenvolvimento da luta e as atividades de repressão por parte “do inimigo”.³³⁶

Na reunião do Comitê, em Rabat, Cabral considerou os laços históricos da luta de libertação, lembrando que “os nacionalistas que em 1949 trabalharam conjuntamente em Portugal, na clandestinidade, eram os mesmos que se encontravam hoje à testa dos movimentos de libertação dos seus respectivos países”³³⁷.

Esses nacionalistas pertenciam à “Geração Cabral”, expressão criada por Mário de Andrade, em reconhecimento à liderança de Cabral, quer no plano da estratégia militar, quer no âmbito da diplomacia internacional.

Nesse sentido, vale destacar três intervenções em fóruns internacionais — Havana (1966), Syracuse (1970) e Paris (1972) —, quando discorreu sobre a Cultura e o seu papel na luta de libertação Nacional. No seu famoso discurso na I Conferência de Solidariedade dos Povos da África, da Ásia e da América Latina (Havana, 3 a 14 de janeiro de 1966), Cabral

³³⁵ FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, Lisboa. *Arquivo Amílcar Cabral*, Movimentos Anti-Colonialistas, CONCP, Estatutos da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas, 1965, fls. 5. Pasta 07059.022. 005.

³³⁶ *Ibidem*, fls.1 a 15.

³³⁷ *Ibidem*, fl. 5.

ampliou os fundamentos da libertação nacional para além das formulações jurídicas aprovadas internacionalmente. Salientou:

Para nós, o fundamento da libertação nacional, sejam quais forem as formulações adotadas no plano jurídico internacional, reside no direito inalienável de cada povo de ter a sua própria história; e o objetivo da libertação nacional é a reconquista desse direito usurpado pelo imperialismo (...).

Por isso, em nossa opinião, qualquer movimento de libertação nacional que não tem em consideração esse fundamento e esse objetivo, pode lutar contra o imperialismo, mas não está seguramente lutando pela libertação nacional.

Isso implica que, tendo em conta as características essenciais da economia mundial do nosso tempo, assim como as experiências já vividas no domínio da luta anti-imperialista, o aspecto principal da luta de libertação nacional é a luta contra o que se convencionou chamar neocolonialismo.³³⁸

O argumento de Cabral era que a luta de libertação nacional implicava em uma (re)construção do direito inalienável de “cada povo ter a sua própria história”. Também apontava para a distinção entre as lutas anticolonialista e a anti-imperialista, alertando para os riscos de sobrevivências colonialistas, no que se convenciou chamar de neocolonialismo e sublinhando a importância de uma luta de “nação-classe”. Em suas palavras:

Sabemos que a dominação colonial na nossa terra (...) cria uma situação idêntica para todos os nacionais e quando se processa a contestação da dominação colonial, não é uma classe que a faz. (...) mas sim toda uma sociedade, agindo como uma nação-classe que a leva a cabo. Essa nação-classe, que pode estar melhor ou pior definida, é dominada não pelo povo do país colonialista mas pela classe dirigente do país colonialista. (...) portanto, a nossa luta é fundamentalmente baseada não na luta de classes, mas na luta da nossa nação-classe contra a classe dirigente colonialista portuguesa.³³⁹

Outro ponto da maior relevância foi pôr em dúvida o pressuposto de que a história só seria movida pela ação de lutas de classe. Com base na análise das estruturas sociais da Guiné

³³⁸ CABRAL, Amílcar. *Nacionalismo e cultura...*, op.cit., p. 87-88.

³³⁹ INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO, Lisboa. *Arquivos da PIDE/DGS*, Amílcar Cabral, pasta 11, fl. 266, Processo 1915/50 SR.

e Cabo Verde, Cabral colocou em questão a ideia que admitia como motor da história: a luta de classes. A história, pergunta Cabral,

só começa a partir do momento em que se desencadeia o fenômeno de classe e, consequentemente, a luta de classes? Responder pela afirmativa seria situar fora da história todo o período da vida dos agrupamentos humanos, que vai da descoberta de caça e, posteriormente, da agricultura nômada e sedentária à criação do gado e à apropriação privada da terra. Mas seria também - o que nos recusamos a aceitar - considerar que vários agrupamentos humanos da África, Ásia e América Latina viviam sem história ou fora da história no momento em que foram submetidos ao jugo do imperialismo.³⁴⁰

Cabral argumentava que, em vez de colocar fora da história as populações que ainda não se tinham organizado em classes sociais, deveria ser considerado, como força motriz da história, o “modo de produção”. Afirmava assim que era possível reconhecer as capacidades de fazer história às comunidades humanas que não constituíram classes sociais e cujo nível de produção propiciou a luta de classe.

Na Universidade de Syracuse (EUA), em 20 de fevereiro de 1970, pronunciou uma conferência no primeiro memorial dedicado a Eduardo Mondlane, em que discorreu sobre *Libertação Nacional e Cultura*. Reiterou que

A cultura, tal como a história, é necessariamente um fenômeno em expansão, em desenvolvimento. Mais importante ainda é ter em consideração o facto de que a característica fundamental de uma cultura é a sua íntima ligação, de dependência e reciprocidade, com a realidade econômica e social do meio.³⁴¹

Dois anos depois, impossibilitado de participar da Reunião de Peritos sobre noções de raça, identidade e dignidade, organizada pela UNESCO, em Paris, entre 3 a 7 de julho de 1972, Cabral enviou um texto que foi lido na íntegra. Nele, tratava do papel da cultura na luta de libertação. Já na apresentação do texto, Cabral frisou que parte das suas considerações no que dizia respeito ao papel da cultura no movimento de libertação referia-se ao que foi discutido na Conferência de Syracuse, em 1970. No entanto, reforçou o papel que ele atribuiu

³⁴⁰ CABRAL, Amílcar. *Nacionalismo e cultura...*, op. cit., p. 79.

³⁴¹ *Ibidem*, p. 113.

ao movimento de libertação nacional e à cultura na missão de unir a diversidade social à totalidade de uma sociedade nova.

Ao conduzir a luta de libertação, Cabral priorizou a transformação social e o direito da população à liberdade dos povos de conduzir o seu próprio destino. Mas não só. Nesta Conferência reiterou que as populações da Guiné e de Cabo Verde eram portadoras de uma história e de uma cultura que lhes conferia um sentido, um projeto de futuro. Foi a partir dessa perspectiva que Cabral considerou a importância da legitimidade dos movimentos e dos partidos para construir a unidade na diversidade, uma referência explícita à Guiné e Cabo Verde. De fato, apesar das dificuldades, a unidade da Guiné e Cabo Verde foi fundamental para o desenvolvimento da luta. Em 1972, o PAIG controlava 80% do território e cerca de quatrocentas mil pessoas, ou seja, a metade da população da Guiné.

Amílcar Cabral, um dos dirigentes africanos mais respeitados em todo o mundo, foi assassinado, em 20 de janeiro de 1973, em circunstâncias até hoje não esclarecidas. A versão mais corrente é a de que o assassinato foi atribuído a um grupo liderado por Inocêncio Kani³⁴². O grupo teria atacado de surpresa no momento em que Cabral, junto com sua esposa, Ana Maria, regressava a casa, em Conacri, depois de uma recepção na Embaixada da Polônia.

Após a morte do líder, o mito se fez presente na luta do PAIGC que culminou com a proclamação unilateral da independência da Guiné Bissau, numa cerimônia realizada em Madina do Boé, no 24 de setembro de 1973.

³⁴² Inocêncio Kani nasceu em Bubaque, a 20 de fevereiro de 1938. Ingressou na guerrilha em 1964, como chefe da base de Mansodé. Era um dos quadros em que Cabral mais apostava. Recebeu formação militar na URSS entre 1967 e 1969. Nomeado comandante da Marinha em 1969, ingressou no Comitê Executivo da Luta. Em dezembro de 1971, um caso de corrupção, envolvendo a venda de um motor de barco do Partido no mercado negro, levou-o ao tribunal de guerra. Foi expulso do Comitê Executivo e afastado do comando da Marinha. Mais tarde foi anistiado e foi-lhe entregue o comando de uma das vedetas (pequeno barco de guerra). Cf. CASTANHEIRA, José Pedro. Quem mandou matar Amílcar Cabral? Lisboa: Relógio D'Água, 1999, p. 116-117.

Considerações Finais

Nesta pesquisa foi possível compreender que o pensamento de Amílcar Cabral se faz presente na sua ação política e que esta coloca questões àquele.

Para o despertar do nacionalismo anticolonialista, muito contribuiu o encontro de uma geração de jovens na Casa dos Estudantes do Império. Cabral chegou a Lisboa em 1945. A partir de 1947, registrou-se a chegada de novos estudantes, politicamente ativos, entre eles, Agostinho Neto e Mário de Andrade (Angola) e Marcelino dos Santos (Moçambique). Esse encontro viu nascer uma geração política e intelectual, os futuros líderes dos movimentos de libertação. Era a “Geração Cabral”, expressão criada por Mário Pinto de Andrade, em reconhecimento à liderança de Amílcar Cabral.

O anticolonialismo da “Geração Cabral” resultou de um processo gradual de elaboração marcado por ambivalências. Com uma formação escolar que reforçava os valores e costumes próprios do “modo de ser português”, os estudantes africanos em Portugal tiveram dificuldades para construir uma viragem gradual da luta antifascista para o anticolonialismo a partir de 1949. Fez-se necessária uma tomada de posição efetiva a favor da causa do homem africano, ou seja, “a causa da emancipação dos homens negros, servindo assim a humanidade”.³⁴³ A tomada dessa responsabilidade histórica propiciou a aproximação entre os estudantes, as elites culturais africanas e as lideranças de movimentos de emancipação na Ásia e na África.

Foi no âmbito desse processo que ocorreu o combate ao lusotropicalismo. Nele destacou-se a crítica de Cabral, tendo como eixos as noções de cultura e de unidade, nas suas várias acepções, revelando um olhar atento em relação a vários aspectos de Cabo Verde e da Guiné. Essa militância revelou que, no seu pensamento, a noção de história é fortemente marcada por uma visão totalizante, levando-o a uma crítica contundente sobre o sentido da colonização portuguesa que lhe permitiu afirmar que cabia aos africanos reconhecer o seu protagonismo na história, o que significava uma constante e crescente luta pela independência.

³⁴³ CABRAL, Amílcar. O papel do estudante africano. In: ANDRADE, Mário. *Obras escolhidas de Amílcar Cabral...*, op. cit., p. 32.

Convém acrescentar que uma das chaves para a compreensão do despertar do nacionalismo anticolonialista foi encontrada na própria intransigência do Estado Novo português que, apesar do novo contexto de afirmação da autodeterminação dos povos do pós Segunda Guerra Mundial, permaneceu determinado a combater todo tipo de ação que ameaçasse a integridade do “espaço” português. Vejamos: a revisão constitucional de 1951 abandonou a designação *Império colonial* e adotou, em seu lugar, a de *Províncias Ultramarinas*. Dessa forma, o Estado se apresentou como uma “nação pluricontinental” que não possuía colônias. Por sua vez, criou-se, em 1953, a *Lei Orgânica do Ultramar* e, um ano depois, o *Estatuto dos Indígenas para as Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, colocando em causa o princípio da igualdade e a proclamada multirraciedade.

Foi nesse contexto que a “Geração Cabral” desnudou os problemas das desigualdades, da fome e de todo tipo de violência simbólica praticada contra os africanos, como decorrentes do sistema colonial e, em particular, do regime de trabalho compulsório, dos impostos abusivos, do projeto assimilacionista e de seus desdobramentos.

À crítica discursiva Cabral articulou a sua experiência. Em 1953, trabalhando como agrônomo no posto agrícola experimental do Pessubé, em Bissau, como coordenador do primeiro recenseamento agrícola, Amílcar Cabral passou sete meses percorrendo toda a Guiné Portuguesa. Não só recolheu informações sobre o uso da terra, mas também teve a oportunidade de constatar a efetividade de leis coloniais portuguesas abusivas e o descontentamento das populações, em particular, devido à desmedida cobrança de impostos. Como agrônomo encontrou várias comunidades étnicas, o que lhe tornou possível organizar o seu pensamento e começar a delinear a sua estratégia de ação.

De um modo geral, os estudos agrários de Amílcar Cabral tornaram possível compreender o seu olhar sobre o mundo rural. O conhecimento dos territórios que ele percorreu e os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais das gentes do campo refletiram em uma das acepções de cultura, central no seu pensamento articulado à sua trajetória política. Cabral acentuou a ideia de que “o fenômeno agricultura transforma o homem, criando-lhe novas relações na sua vida social e individual”³⁴⁴. Essa perspectiva permitiu identificar a união de significados das palavras agricultura e cultura que permeia o pensamento e a prática de Cabral.

Assim, articulando passado e presente, o movimento de independência conduzido pelo PAIGC corporizou a busca e a reivindicação de uma identidade política e cultural própria.

³⁴⁴ CABRAL, Amílcar. Acerca da utilização da terra na África-Negra..., *op. cit.*, p. 244.

Não passaram despercebidas as dificuldades próprias da mobilização e da organização em territórios, notadamente a Guiné, marcadas pela diversidade econômica, social, cultural e de organizações políticas de suas várias comunidades étnicas. Acrescentem-se os percalços que tiveram de ser enfrentados para manter a unidade entre a Guiné e Cabo Verde, distintas nas suas formações social e cultural. Também diferentes pelas particularidades do colonialismo português em cada um dos territórios, o que, no correr do tempo, criou e agudizou tensões.

Cabral propunha realizar a libertação nacional, ancorada na *unidade* para obter força e enfrentar as contradições internas entre a Guiné e Cabo Verde e na *luta* para vencer a dominação imperialista, tanto na sua fase colonial como neocolonial. Mas não só. Estavam presentes na *práxis* de Cabral a questão da transformação social e a emergência de um homem novo. Ele atribuiu ao movimento de libertação o papel de juntar a diversidade social à totalidade de uma nova sociedade, uma sociedade que estivesse além da dicotomia colonizador/colonizado.

Apesar de não ter vivido o suficiente para testemunhar os resultados das suas ações na condução do movimento de libertação, a primeira fase da sua estratégia de libertação conquistou seus objetivos: a derrota do colonialismo português e as independências da Guiné (24 de setembro de 1973) e de Cabo Verde (5 de julho de 1975).

Para a África, o legado político de Amílcar Cabral continua vivo. As suas advertências de que a libertação não teria sentido, se o povo liberto não tivesse acesso às necessidades básicas, permanecem atuais. Por sua vez, as suas reflexões, explicitadas na segunda fase da sua estratégia de libertação, ou seja, de que era necessária uma luta revolucionária efetiva para impedir a passagem do colonialismo para o neocolonialismo, não vingaram.

Por fim, faz-se necessário salientar que essas considerações são preliminares e não encerram a necessária continuidade de estudos que revisitem o legado do pensamento de Amílcar Cabral. Registro também as lacunas deste trabalho de pesquisa presentes nos temas e questões abordadas. Serão o início de próximos estudos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES DOCUMENTAIS

FONTES IMPRESSAS

ARQUIVO DIPLOMÁTICO. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa. *FLING*. Agitação nas Províncias Ultramarinas, Organizações Nacionalistas-, v. I, 1963, Processo 940,1 (5) D.

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL, Lisboa. *Antologia de textos de Amílcar Cabral. Meio rural e a mobilização das massas*, BAC-1242. [1322]

_____. *Amílcar Cabral. A Resistência Cultural*. Bissau: PAIGC (Serviço de Informação). Texto escrito, de forma condensada, a partir de uma intervenção em crioulo no Seminário de Quadros do Partido, realizado de 19 a 24 de novembro de 1969, BAC-1222. [1302]

_____. *Relação Massas Populares – Poder no processo de Libertação da Guiné*. Tradução portuguesa do documento apresentado por Lino Bicari, na Semana de Estudo “Os novos sujeitos das Lutas de Libertação no sul do mundo”, organizado pela *Fondazione Lelio Bosso*, em Roma, de 2 a 5 de dezembro de 1983, GW-A. C. I-19.

_____. Discurso proferido por Lúcio Lara na Conferência Internacional sobre a personalidade de Amílcar Cabral, Bissau, 3 a 7 de dezembro de 1984, GW-A. C. I-14 (mimeografado)

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, Lisboa. *Arquivo Amílcar Cabral*, Movimentos Anti-Colonialistas, Resolução da II Conferência dos Povos Africanos, 1960, Pasta 07058.17.005.

_____. *Arquivo Amílcar Cabral*, Movimentos Anti-Colonialistas, Carta da Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colônias portuguesas, Tunes, 28 de janeiro de 1960, Pasta 07058.17.004.

_____. *Arquivo Amílcar Cabral*, Movimentos Anti-Colonialistas, Comunicado FRAIN, 1960, Pasta 07059. 025.012.

_____. *Arquivo Amílcar Cabral*, Movimentos Anti-Colonialistas, CONCP, Estatutos da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas, 1961. Pasta 07059. 025.012.

_____. *Arquivo Amílcar Cabral*, Movimentos Anti-Colonialistas, CONCP, Estatutos da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas, 1965, Pasta 07059.022.

_____. *Arquivo Amílcar Cabral, Movimentos Anti-colonialistas, Alocução do Engenheiro Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, aos Microfones da Emissora a Voz da Liberdade*, 02.07.1966, Pasta 07062.034.096.

_____. *Arquivo Amílcar Cabral, PAIGC, Lições de História da Guiné e Cabo Verde*, Pasta 04602.050.

_____. *Arquivo Amílcar Cabral, Documentos Pessoais, Folha de Informação Anual do Ministério do Ultramar*, Pasta 07057. 010. 003.

_____. *Arquivo Amílcar Cabral, Documentos Pessoais, Plano Geral para os Seminários de Quadro*, Pasta 07070.112.005.

_____. *Arquivo Amílcar Cabral, Amílcar Cabral enquanto líder revolucionário* por Joel Frederico da Silveira.

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO, Lisboa. *Arquivos da PIDE/DGS, Amílcar Cabral*, pasta 1, Processo SR1915/50.

_____. *Arquivos da PIDE/DGS, Amílcar Cabral*, pasta 2, Processo SR.1915/50

_____. *Arquivos da PIDE/DGS, Amílcar Cabral*, pasta 5, Processo SR 1915/50.

_____. *Arquivos da PIDE/DGS, Amílcar Cabral*, pasta 8, Processo SR 1915/50.

_____. *Arquivos da PIDE/DGS, Amílcar Cabral*, pasta 9, Processo SR 1915/50.

_____. *Arquivos da PIDE/DGS, Amílcar Cabral*, pasta 11, Processo SR 1915/50.

_____. *Arquivos da PIDE/DGS, PAIGC*, pasta 1, Processo 641/61.

_____. *Arquivos da PIDE/DGS, PAIGC*, pasta 2, Processo 641/61

_____. *Arquivos da PIDE/DGS, PAIGC*, pasta 3, Processo 641/61

_____. *Arquivos da PIDE/DGS, PAIGC*, pasta 4, Processo 641/61.

_____. *Arquivos da PIDE/DGS, PAIGC*, pasta 6, Processo 641/61

_____. *Arquivos da PIDE/DGS, Casa dos Estudantes do Império*, Processo 329/46.

_____. *Arquivos da PIDE/DGS, Marcelino dos Santos*, pasta 1, Processo 488/561 SR

BIBLIOGRAFIA

Obras gerais

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*. Lisboa: Edições 70, 2005.

AUGEL, Moema Parente. *O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BALANDIER, Georges. "A noção de situação colonial". *Cadernos de Campo: revista dos alunos da pós-graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo, n.3, 1993.

BENJAMIN, Walter. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1986.

BETTS, RAYMOND. *Descolonization*. Londres: Taylor and Francis, 1999.

BOSI, ALFREDO. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

_____. Entrevista. *Revista de Cultura e Extensão*, São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, jul./dez. 2005. (Entrevista concedida a Sandra Lencione).

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*. 5.ed. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença, 1972.

_____. O Mediterrâneo e o mundo Mediterrâneo à época de Felipe II. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

CHALIAND, Gérard. *Mitos revolucionários do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

FORTUNA, Vasco. *Estruturas Econômicas de Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1965.

GADAMER, H. G. *O problema da consciência histórica*. São Paulo: FGV Editora, 1998.

HEGEL, G. W Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: Editora da UnB, 1995.

HOBBSBAWM, Eric J. *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LEITE, Fábio R. da Rocha. *A questão ancestral: África Negra*. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2008.

LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MIRANDA, Jorge. *As constituições portuguesas de 1822 ao texto actual da constituição*. 5 ed. Lisboa: Livraria Petrony, 2004.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederick Barth*. São Paulo: UNESP, 1998.

RAMALHO, Maria Irene; RIBEIRO, António Souza (orgs.). *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Afrontamento, 2001.

REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1999.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Como elaborar citações e notas de rodapé*. 4.ed. São Paulo: Humanitas, 2005.

_____. *Como elaborar referência bibliográfica*. 7.ed. São Paulo: Humanitas, 2008.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTIAGO, Théó (org.). *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

História

ALBUQUERQUE, Luis de; SANTOS, Maria Emília M. (coords.). *História Geral da África*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia: Direção Geral do Patrimônio Cultural de Cabo Verde, 1991, v. 1.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. Portugal em África (1825-1974): uma visão geral. JORNADAS DE ESTUDIOS LUSO-ESPAÑOLAS, 4, 1992. *Actas ...* Mérida: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1992.

_____. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.

_____. *Velho Brasil/Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.

_____. (coord.). *O Império Africano (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

_____. ; DIAS, Jill (coords.). *O império africano: 1825-1890*. Lisboa: Estampa, 1998. (Nova História da Expansão Portuguesa, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, 10.)

ALMEIDA, Pedro Ramos de. *História do Colonialismo português em África: cronologia-século XX*. Lisboa: Estampa, 1979, v. 2 e 3.

ALVES, Antônio M.(coord.). *O Instituto Superior de Agronomia na segunda metade do século XX*. Lisboa: ISAPress, 2007.

ANDERSON, P. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1966.

ANDRADE, Mário Pinto de (coord.). *Obras escolhidas de Amílcar Cabral: unidade e luta*. Lisboa: Seara Nova, 1976, 2 v.

_____.; Tenreiro, Francisco. *Poesia Negra de expressão africana*. Lisboa: Santelmo, 1982

_____. *Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*. Lisboa: Dom Quixote, 1997. (Caminhos da Memória.)

_____. Literatura e Nacionalismo em Angola. In: MATA, Inocência (coord.). Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política. Lisboa: Colibri, 2000,

ARAÚJO, J. A. Leite. Panorama energético do Ultramar. In: *Boletim Geral do Ultramar*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, n.º 487-488, 1966.

AZEVEDO, Licínio de; RODRIGUES, Maria da Paz. *Diário da libertação: a Guiné-Bissau da nova África*. São Paulo: Versus, 1977.

AZEVEDO, Ário Lobo. A propósito da dimensão humana de Amílcar Cabral. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988

BARBOSA, Honório. Os indígenas da Guiné perante a lei portuguesa. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, v. 2, n. 6, abril de 1947.

BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: o desafio da história regional*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2000.

BELCHIOR, Manuel Dias. Sobre a Origem do Termo Guiné. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Bolama: Imprensa Nacional da Guiné, v. XVII, n.º 65, jan. 1962.

BENOT, Yves. *Ideologias das Independências Africanas*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirt (dir.). *História da Expansão Portuguesa. Último Império e Recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1999.

BOAHEN, Adu A. (coord.). *A África sob dominação Colonial: 1880 -1935*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1985. (História Geral da África, v. 7.)

BORGES, P.; FREUDENTHAL, A.; MEDEIROS, Tomás; PEDRO, H. (coords.). *Mensagem - cinquentenário da fundação da Casa dos Estudantes do Império (1944-1994)*. Lisboa: Associação da Casa dos Estudantes do Império, 1997.

BOXER, Charles R. *O império colonial português: 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1969.

BRITO-SEMEDO, Manuel. *A construção da identidade nacional: análise da imprensa entre 1877 e 1975*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006.

BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra: 1880-1914*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CABRAL, Amílcar. Acerca da contribuição dos “povos” guineenses para a produção agrícola da Guiné. In: *Boletim cultural da Guiné Portuguesa*. Bissau, v. 9, n. 36, 1954.

_____. Recenseamento Agrícola da Guiné – Estimativa em 1953. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988.

_____. Queimadas e pousios na Circunscrição de Fulacunda em 1953. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988.

_____. Resistência Cultural. In: *Juventude e Cultura*. Coimbra: Casa da Cultura da Juventude, n. 8, 1976. (Cadernos Amílcar Cabral).

_____. O papel da cultura na luta pela independência. In: *Juventude e Cultura*. Coimbra: Casa da Cultura da Juventude, n. 8, 1976. (Cadernos Amílcar Cabral).

_____. *Textos Políticos de Amílcar Cabral*. Coimbra: Casa da Cultura da Juventude, 1976.

_____. *Análise de alguns tipos de Resistência*. Bolama: Imprensa Nacional, 1979.

_____. *Análise de alguns tipos de Resistência*. Bolama: Edição do PAIGC, 1979.

_____. A Agricultura na Guiné. Algumas notas sobre as características e problemas fundamentais. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT:Bissau: INEP, 1988.

_____. Acerca da utilização da terra na África-Negra. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988.

_____. O problema da erosão do solo. Contribuição para o seu estudo na região de Cuba (Alentejo). In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988.

_____. Em defesa da terra. A erosão: suas causas e efeitos. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT:Bissau: INEP, 1988.

_____. Acerca da utilização da terra na África Negra. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988.

_____. Recenseamento Agrícola da Guiné – Estimativa em 1953. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988.

_____. A propósito da mecanização da agricultura na Guiné Portuguesa. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988.

_____. Para o conhecimento do problema da erosão do solo na Guiné. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988.

_____. Acerca da contribuição dos ‘povos’ guineenses para a produção agrícola da Guiné. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988.

_____. *Nacionalismo e Cultura*. Santiago de Compostela: Laiovento, 1999.

CABRAL,Iva et al. (orgs.). *Amílcar Cabral: sou um simples africano: catálogo do projeto dos documentos Amílcar Cabral*. 2. ed. Portugal: Grafispaço, 2001.

CABRAL, Luis. *Crônica da Libertação*. Lisboa: O Jornal, 1984.

CAPELA, José et al. *Colonialismo e lutas de libertação: 7 cadernos sobre a guerra colonial*. Porto: Afrontamento, 1978.

CARDOSO, Carlos. *Conflitos interétnicos: dissolução e reconstrução de unidades políticas nos rios da Guiné de Cabo Verde (1840-1899)*. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, n.7, Jan. 1989.

_____. A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social, 1926-1973. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, n.14, jul. 1992.

CARNEIRO, Roberto. *Memória de Portugal: o milênio português*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2001.

CARREIRA, Antônio. *Guiné Portuguesa – Censo da população não civilizada de 1950*. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, v. 7, n. 28, out. 1952.

_____. A educação dos indígenas africanos pela administração local. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Bolama: Imprensa Nacional da Guiné, v. VIII, n. 29, jan. 1953.

_____. População autóctone segundo os recenseamentos para fins fiscais. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, v. XV, n. 57, jan. 1960.

_____. Organização social e econômica dos povos da Guiné. In: *Boletim Cultural da Guiné*, Lisboa, v. XVI, n. 64, out. 1961.

_____. Manjacos-brames e balantas. In: *Boletim Cultural da Guiné*, Lisboa, v. XXII, n. 85-86, Jan./abr., 1967.

_____. A Guiné e as ilhas de Cabo Verde – a unidade histórica e populacional. In: *Ultramar*, n. 32, 2º trimestre de 1968.

_____. *Os portugueses nos rios da Guiné (1500-1900)*. Lisboa: Tejo, 1984.

_____. *Cabo Verde (aspectos sociais. Secas e fomes no século XX)*. Lisboa/Cabo Verde: Ulmeiro, 1984.

CARVALHO, Clara. O Saber e o Olhar Colonial: política e iconografia no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. In: *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, n. 8, jul. 2004.

CASTANHEIRA, José Pedro. *Quem mandou matar Amílcar Cabral?* Lisboa: Relógio D'Água, 1999.

CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998.

CASTRO, Armando. *O Sistema Colonial Português em África (meados do século XX)*. Lisboa: Editorial Caminho, 1978.

CLARENCE-SMITH, Gervese. *O terceiro império português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema, 1985.

CONTINUAR *Cabral – Simpósio Internacional Amílcar Cabral*. Cabo Verde, 17 a 20 de janeiro de 1983.

CORNEVIN, M. *História da África Contemporânea: da Segunda Guerra Mundial aos nossos dias*. Lisboa: Edições Sociais, 1979, v. 1.

CRUZ, Elizabeth Ceita Vera. *O Estatuto do Indigenato – Angola - A legalização da discriminação na colonização portuguesa*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2005.

DAVIDSON, Basil. *A libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana*. Lisboa: Sá da Costa, 1975.

DUARTE, Fausto. A libertação da Guiné Portuguesa pela Carta de Lei de 1879. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, n.28, v. VII, out. 1952.

DUARTE, Antônio. Amílcar Cabral visto pela viúva. In: *História*, Lisboa: Projornal, n. 61, nov. 1983.

ENES, Antônio. *Moçambique. Relatório apresentado ao Governo*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1946.

EVERDOSA, Carlos. *Era no tempo das Acácias Floridas. Linda-a-Velha*: Editora ALAC, 1990.

FAGE, J. D. A evolução da historiografia da África. In: Ki-Zerbo, J. (coord.), *História Geral da África (Metodologia e pré-história da África)*. São Paulo: Ática/Unesco, 1982.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FARIA, Antônio. *Linha estreita da liberdade: a Casa dos Estudantes do Império*. Lisboa: Edições Colibri, 1997.

FERREIRA, Eduardo de Souza. *O fim de uma era: o colonialismo português moderno*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.

FERRONHA, Antônio Luís. *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde: feito pelo capitão André Álvares d'Almada: ano de 1594*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

_____. Portugueses e brasileiros e luso-descendentes formamos um mundo só. In: *Diário Popular*, Lisboa, 26 abr. 1952, p. 1 e 12.

_____. *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças*. Conferência proferida no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1963.

GALLI, Rosemary. A ausência do capitalismo agrário na Guiné-Bissau durante o Regime do Estado Novo. In: *Soranda - Revista de Estudos Guineenses*. Bissau: INEP, n. 17, jan. 1994.

GASPAR, José Martinho. *Os discursos e o discurso de Salazar*. Lisboa: Prefácio, 2001.

HAVIK, Philip J. Mundasson i Kambansa: espaço social e movimentos políticos na Guiné Bissau (1910-1994). In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Lisboa: IICT, n.º 18-22, 1995-1999.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. Movimentos político-ideológicos. In: HERNANDEZ FILHO, Adão; GERVAISEAU, Maria Benigna Arraes de Alencar (orgs.). *Países africanos de língua oficial portuguesa: reflexões sobre a história, desenvolvimento e administração*. São Paulo: Fundap, 1992.

_____. Movimentos de resistência na África. *Revista de História*, São Paulo, n.141, 2º semestre de 1999.

_____. *Os filhos da terra do sol. A formação do Estado-nação em Cabo Verde*. São Paulo: Selo Negro, 2002.

_____. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HESPANHA, Antônio Manuel (org.). *As Fronteiras da África*. Comissário Geral da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa: Cordoaria Nacional, 1997.

IGNÁTIEV, O. *Amílcar Cabral*. Moscou: Edições Progresso, 1984.

ISHAMO, Shubi Lugemalia. Cultura, conhecimento histórico e informação em África: uma abordagem segundo Cabral. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL AMÍLCAR CABRAL, 2005, Praia. *Cabral no cruzamento de épocas*. Praia: Alfa Comunicações, 2005.

JACINTO, Antônio. *Linha Estreita da Liberdade: a Casa dos Estudantes do Império*. Lisboa: Edições colibri, 1997.

JESUS, José Manuel Duarte de. *Casablanca: o início do isolamento. Memórias Diplomáticas: Marrocos (1961-1963)*. Lisboa: Gradiva, 2006.

JONG, Joop T. V. M. de . O Irã, o fulano e a doença. In: *Soranda – Revista de Estudos Guineenses*, Bissau: INEP, n. 5, jan. 1988.

LARA, Lúcio. *Um amplo movimento*. Luanda: Ed. do autor, 1997.

LARANJEIRA, Pires. *A negritude africana de língua portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1995.

LAZITCH, Branko. *A África e as lições da experiência comunista*. Lisboa: Centro das Actividades Económicas de Angola, 1962.

LÉONARD, Yves. O Ultramar Português. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirt (dir.). *História da Expansão Portuguesa. Último Império e Recentrimento (1930-1998)*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1999.

LOPES, Carlos. *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Ed. 70, 1982.

_____. *A transição histórica na Guiné-Bissau: do movimento de libertação nacional ao Estado*. Bissau, INEP, 1987.

_____. *Para uma leitura sociológica da Guiné Bissau*. Lisboa/Bissau: Inep, 1988.

_____. Resistências africanas ao controle do território: alguns casos da Costa da Guiné no século XIX. In: *Actas da I Reunião Internacional de História de África: Relação Europa-África no 3º quartel do século XIX*. Lisboa: IICT-CEHCA, 1989.

LUCAS, Maria Manuela. A ideia colonial em Portugal (1875-1914). *Revista da História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. 14 (Descobrimento, expansão e identidade nacional), 1992.

_____. Relações contratuais entre africanos e portugueses na Senegâmbia, em meados do século XIX – o território como objeto de relação. In: *I Reunião Internacional de História da África. Relação Europa-África no 3º quartel do século XIX*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1989.

MARGARIDO, Alfredo. Algumas Formas da Hegemonia Africana nas Relações com os Europeus. In: *I Reunião Internacional de História da África. Relação Europa-África no 3º quartel do século XIX*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1989.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal desde os tempos mais antigos até a presidência do senhor General Eanes*. 3. ed. Lisboa: Palas, 1986. v. 3.

_____. (coord.). *O império africano: (1890-1930)*. Lisboa: Estampa, 2001. (Nova História da Expansão Portuguesa, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira marques, 11.)

MARTINS, Oliveira. *O Brasil e as Colônias Portuguesas*. Lisboa: Livraria Editora, 1920.

_____. *Portugal em África*. Lisboa: Guimarães & C.^a Editores, 1953.

_____. *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Guimarães Editores, 1996.

MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves. *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003.

MATEUS, Dalila Cabrita. *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1999.

M'BOKOLO, Elíkiá. *África Negra. História e Civilizações – Do século XIX aos nossos dias*. Tomo II. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

MEDEIROS, Tomás; PEDRO, H. (coords.). *Mensagem - cinquentenário da fundação da Casa dos Estudantes do Império (1944-1994)*. Lisboa: Associação da Casa dos Estudantes do Império, 1997.

MENDY, Peter Karibe. *Colonialismo Português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*. Lisboa: Imprensa Nacional — Casa da Moeda; Bissau: Inep, 1994.

MONTEIRO, Maria Rosa da Rocha Valente. *C.E.I. Celeiro do Sonho – Geração da “Mensagem”*. Braga: Universidade do Minho, 2001.

MOREIRA, Adriano. As elites das províncias portuguesas de indigenato (Guiné, Angola, Moçambique). In: *Garcia de Orta*, Lisboa, v. 4, n.2, 1956.

MOREIRA, Ruy. *Espaço, Corpo do Tempo*. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MOUTINHO, Mário. *O Indígena no Pensamento Colonial Português*. Lisboa: Edições Lusófonas, 2000.

NETO, Maria da Conceição. O luso, o trópico ... e os outros (Angola, c.1900-1975). In: *Estudos Afro-Asiáticos*, São Paulo, n. 132, mar. 1998.

NEVES, Carlos Manuel Leitão Baeta. Homenagem à memória do Engenheiro Agrônomo Amílcar Lopes Cabral. In: *Gazeta das Aldeias*, Porto, n. 2762, jul. 1974

NKRUMAH, Kwame. *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

NÓBREGA, Álvaro. *A luta pelo poder na Guiné Bissau*. Lisboa: ISCSP, 2003.

NOGUEIRA, Franco. *As Nações Unidas e Portugal*. Rio de Janeiro: Olímpica Editora, 1961.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1977-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1983.

PAULO, João Carlos. Da “Educação Colonial Portuguesa” ao Ensino no Ultramar. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirt (dir.). *História da Expansão Portuguesa. Último Império e Recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Circulo de Leitores, v. V, 1999.

PELLISSIER, René. *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia (1841-1936)*. Lisboa: Estampa, 1989, 2v.

_____. *História de Moçambique – formação e oposição (1854-1918)*. Lisboa: Estampa, 2000, 2v.

PEREIRA, João Dantas. *Pontas e Ponteiros na Guiné-Bissau*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PEREIRA, Aristides. *Uma luta, um partido, dois países*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

PINTO, José Felipe. *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidade e Descontinuidades*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005.

QUINTINO, Fernando Rogado. No segredo das crenças. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, v. IV, n. 15, jul. 1949.

RAMOS, Rui (coord.). *A segunda fundação*. Lisboa: Estampa, 1994. (História de Portugal, dir. de José Mattoso, 6.)

RANGER, Terence. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Adu A. (coord.). *A África sob dominação Colonial: 1880 -1935*. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1985. (História Geral da África, v. 7.)

RÉFEGA, António (coord.). *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988.

RIBAS, L. Patrício. Alguns aspectos da estrutura econômica da Guiné Portuguesa (2ª parte). In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, v. V, n.19, jul. 1950.

RIBEIRO, Carlos Rui. Os censos e as sociedades camponesas na Guiné Bissau. In: *Soronda*, Bissau, n.1, Jan. 1986.

ROCHA, Edmundo. *O Clube Marítimo Africano: a sua contribuição para a luta pela independência nacional dos países sob domínio colonial português (1955-1961)*. Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência, 1997.

ROCHA, Marcelino. Alguns aspectos da mão-de-obra indígena no ultramar. In: *Agros*. Lisboa: Edição da Associação dos Estudantes de Agronomia, n. 4-5, jul./out. 1952.

RODRIGUES, M. M. Sarmento. O Plano de Fomento do Ultramar – Aproveitamento de Recursos e Povoamento. In: *Boletim Geral do Ultramar*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, n. 336-337, jun./jul. 1953

_____. Posse do Governador da Província do Ultramar (discurso). In: *Boletim Geral do Ultramar*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, n. 341-342, nov./dez. 1953.

_____. *Unidade da Nação Portuguesa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1956, v. I.

ROSAS, Fernando. *Portugal e o Estado Novo*. Lisboa: Presença, 1992. (Nova História de Portugal, coord. de A. H. de Oliveiras Marques e Joel Serrão, 12).

_____. Estado Novo, império e ideologia imperial. *Revista da História das Ideias*. Coimbra Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. 17 (Do Estado Novo ao 25 de Abril), 1995.

_____ (coord.). *O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Estampa, 1998. (História de Portugal, dir. de José Mattoso, 7.)

_____; OLIVEIRA, Pedro Aires (coords.). *A Transição Falhada: o Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

SANTOS, Eduardo. *Ideologias Políticas Africanas*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos-Sociais, 1968.

SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Reino de Gaza: o desafio português de ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)*. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1978.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomada de consciência*. São Paulo: Alameda, 2004.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

SILVA, Antônio E. Duarte. *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa*. Porto: Afrontamento, 1997.

SILVA, Armando B. Malheiro da; GARCIA, José Luis Lima. Norton de Matos e a oposição à política colonial de Salazar. *Revista da História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. 17, 1995.

SILVA, Dilma de Melo. *Por entre as Dórcades Encantadas: Os Bijagós da Guiné-Bissau*. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

SILVA, José Avito. A actividade no domínio da agricultura II. In: *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*. Lisboa: IICT: Bissau: INEP, 1988.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL AMÍLCAR CABRAL, *Continuar Cabral*. Portugal: Gradefito/Prelo-Estampa. Cabo Verde, 17 a 20 de janeiro de 1983.

SPINOSA, Mário. Ponteiros na Guiné-Bissau: o processo de concessões de terras, 1879-1991. In: *Soronda, Revista de Estudos Guineenses*, Bissau: INEP, n.º 18, jul. 1994.

SOUZA, Julião Soares. Os movimentos unitários anti-colonialistas (1954-1960): o contributo de Amílcar Cabral. In: TORGAL, Luís Reis; ANDRADE, Luís Oliveira. *Colonialismo, anticolonialismo e identidades nacionais. Estudos do século XX*, 3 (2003). Coimbra: Quarteto, 2003.

TAVARES, Álvaro. Do Indigenato à Cidadania. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Lisboa, v. II, n. 8, out. 1947.

TELO, Antônio José. As Guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal. *Revista da História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. 16 (Do Estado Novo ao 25 de Abril), 1994.

TENGARRINHA, José (org.) *História de Portugal*. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

THOMAZ, Omar Ribeiro. “O bom povo português”: usos e costumes d’Aquém e d’Além-Mar. *Mana*, Rio de Janeiro, v.7, n. 1, 2001

_____. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

TOMÁS, Antônio. *O fazedor de utopias*. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2007.

TORRES, Adelino. *O império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.

_____. *A economia do Império (século XIX e XX)*. In: ALEXANDRE, Valentim. *O Império Africano (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

VENÂNCIO, José Carlos. *Literatura e Poder na África Lusófona*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

WISSENBAACH, Maria Cristina C. (org.). *Revista de História. Dossiê África & América*. São Paulo: Humanitas, 2007.

ANEXOS

ANEXO A – Cronologia breve de Amílcar Cabral e alguns manuscritos.

Cronologia breve

- 1924 Filho de Juvenal Cabral e Iva Pinhel Évora, nasce, em Bafatá (Guiné-Bissau), a 12 de Setembro, Amílcar Cabral.
- 1932 Muda-se, com a família, para a ilha de Santiago, Cabo Verde.
- 1937/38 Entra para o Liceu de São Vicente. Escreve os primeiros cadernos de poesia.
- 1941 Uma imensa seca ceifa a vida de 20 mil pessoas em Cabo Verde. Amílcar Cabral decide tornar-se Engenheiro Agrónomo. Fundador e Presidente da Associação Desportiva do Liceu de Cabo Verde (A.D.A.).
- 1944 Presidente da Associação dos estudantes do Liceu de Cabo Verde, termina o Liceu com média de 17 valores (máximo 18).
- 1945/46 Começa os estudos universitários em Lisboa, no Instituto Superior de Agronomia.
- 1950 Secretário-Geral da Casa dos Estudantes do Império, termina o curso de Agronomia.
- 1951 Vice Presidente da "Casa dos Estudantes do Império" (CEI).
- 1952 Amílcar Cabral inicia os trabalhos no Posto Agrícola Experimental de Pessubé (Bissau), que vem a dirigir.
- 1953 Dirige e efectua o "Recenseamento Agrícola da Guiné-Bissau".
- 1956 Criação, em Bissau, a 19 de Setembro, do PAI (Partido Africano da Independência).
- 1958 Criação do MAC, Movimento Anti-Colonialista.
- 1959 Massacre de Pidjiguiti a 3 de Agosto. Amílcar Cabral visita o Congo, Ghana, Senegal e República da Guiné. Criação do MLGCV, Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde.
- 1960 O PAI adopta a designação de PAIGC. Cabral desloca-se à China, em Agosto, para negociar o treino militar dos quadros do PAIGC. Cabral dirige ao governo português um Memorando em que propõe negociações, que fica sem resposta. Funda, com outros nacionalistas africanos, a FRAIN, Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas. Em Dezembro, é lançado o órgão de informação do PAIGC, "Libertação".
- 1961 Em Julho, Amílcar Cabral apresenta uma comunicação nas Nações Unidas sobre a situação da Guiné e de Cabo Verde. Criação, em Casablanca, da CONCP, Confederação das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas. Em Setembro, apresenta um Memorando à Assembleia Geral da ONU e, em Outubro, envia uma Carta Aberta ao Governo Português.
- 1962 Amílcar Cabral intervém na IV Comissão da Assembleia Geral da ONU.
- 1963 Início da luta armada na Guiné-Bissau (23 de Janeiro). Conferência de Quadros com o objectivo de desenvolver a luta nas ilhas de Cabo Verde.
- 1964 1º Congresso do PAIGC em Cassacá (13 a 17 de Fevereiro). Constituição, em Novembro, das primeiras unidades do Exército Popular. Edição do primeiro livro escolar.
- 1965 Inauguração, em Conakry, da Escola Piloto. Em Agosto, visita da primeira missão da ONU às regiões libertadas da Guiné-Bissau. Criação, em Dezembro, das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP).
- 1966 Amílcar Cabral visita Cuba. O PAIGC controla metade do território da Guiné-Bissau.
- 1967 Início, a 16 de Julho, das emissões da "Rádio Libertação", a partir de Conakry.
- 1968 Ataque ao aeroporto de Bissalança por um comando do Exército Popular. Intervém perante a Comissão de Direitos Humanos da ONU.
- 1969 Tomada da fortificação de Madina do Boé. O PAIGC controla dois terços do território da Guiné-Bissau.
- 1970 O Papa Paulo VI recebe em audiência (1 de Julho) Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos. A 22 de Novembro, as tropas coloniais lançam a "Operação Mar Verde" contra Conakry, que é rechaçada.
- 1971 Amílcar Cabral denuncia, em Estocolmo, a situação de fome existente em Cabo Verde. Em 6 de Dezembro, o Comité de Descolonização da ONU apoia a independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.
- 1972 Amílcar Cabral toma a palavra em nome dos movimentos de libertação na Reunião Cimeira da OUA, realizada em Junho (Rabat) e, em Outubro, na qualidade de observador nas Nações Unidas (Nova Iorque). O Conselho de Segurança reconhece o PAIGC como o legítimo representante do povo guineense. De Agosto a Outubro decorrem eleições nas regiões libertadas.
- 1973 A 20 de Janeiro, Amílcar Cabral é assassinado em Conakry.

Manuscrito de Amílcar Cabral intitulado "Guiné e Cabo Verde - O carácter nacional do nosso Movimento de Libertação e os seus organismos dirigentes. A razão do Partido".
s/d (07060.027.034)

"Conversa com o Senhor"
Notas manuscritas de Amílcar Cabral para um encontro com Léopold Sédar Senghor: as nossas relações; as dificuldades da nossa luta; a verdade sobre os oportunistas; a atitude do Senegal no Cairo (1964) e junto do Comité dos 9; a visita da comissão militar da OUA (pedir autorização para entrarem pelo Senegal), etc.
s/d (07056.005.015)

Fonte: ARQUIVO AMILCAR CABRAL, 2005, Lisboa. Lisboa: Fundação Mário Soares; Fundação Portugal África; Fundação Amílcar Cabral, 2005. Catálogo de Exposição.

ANEXO B - Folha de Informação Anual do Ministério do Ultramar, referente ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 1954. Juízo opinativo sobre o Engenheiro Agrônomo Amílcar Lopes Cabral.

Modelo n.º 1

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

PROVINCIA DA GUINÉ

Serviços Agrícolas e Florestais

FOLHA DE INFORMAÇÃO ANUAL

(a) **ARQUIVO MARIO SOARES**
07057.010.003

De Engenheiro Agrônomo, contratado em actividade de serviço, AMÍLCAR LOPES CABRAL (b)

natural de Bafatá (Guiné) (c), idade 29, estado casado

Período a que se refere a informação: desde 1 de Janeiro de 1954 a 31 de Dezembro de 1954

Local de serviço: Bissau

INFORMAÇÃO GERAL

3130 Tip. Mix. Bissau

Quesitos	Respostas	Juízo opinativo
1.º - É activo, zeloso e dedicado pelo serviço?	Sim	<i>Trata-se de um elemento com boas qualidades de técnico, mas todavia a registar que é portador de um furo especial, não gostando de se contrariar, o que por vezes prejudica o bom andamento do serviço.</i> <i>Planificação de bom.</i>
2.º - É assíduo e pontual no cumprimento do dever?	Sim	
3.º - É competente, metódico e confidente no desempenho do cargo?	Sim	
4.º - É diligente na fiscalização e cobrança dos rendimentos do Estado?	Sim	
5.º - É obediente e tem boa compreensão da disciplina?	Sim	
6.º - É firme na autoridade e no sentimento das responsabilidades?	Sim	
7.º - É atencioso para com o público e autoridades?	Sim	
8.º - É respeitado pelos indígenas?	Sim	
9.º - É brioso no porte individual, cumpridor dos deveres cívicos e da moral social?	Sim	
10.º - Faltas por licença	-	
11.º - Faltas justificadas	-	
12.º - Faltas não justificadas	-	

Bissau, 31 de Dezembro de 1954

O INFORMADOR:
Haroldo Vaz

Declaro que tomei conhecimento das respostas aos quesitos desta informação e do que consta no verso sobre dados biográficos.

de 1954

Fonte: FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, Lisboa. *Arquivo Amílcar Cabral*, Documentos Pessoais, Folha de Informação Anual do Ministério do Ultramar, Pasta 07057. 010. 003.

Anexo C – Registro de manuscritos de Amílcar Cabral para o I Congresso do PAIGC (1964).

"Da experiência dos outros e da nossa experiência e realidade Estudos relativos à luta armada e ao seu desenvolvimento". Manuscrito de Amílcar Cabral para o I Congresso do PAIGC, realizado em Cassacá, de 13 a 17.FEV.1964. JAN.1964 (07058.020.001)

Manuscrito de Amílcar Cabral intitulado "As Mulheres - Na frente da nossa vida e da nossa luta!". s/d (07060.027.027)

Fonte: ARQUIVO AMILCAR CABRAL, 2005, Lisboa. Lisboa: Fundação Mário Soares; Fundação Portugal África; Fundação Amílcar Cabral, 2005. Catálogo de Exposição

Anexo D – Registos da propaganda das Forças Armadas Portuguesas. A Ideologia da ‘Pátria Multirracial’

441-B

PARA QUE CONTÍNUAS A MARTIRIZAR
E ROUBAR O TEU POVO ÀS ORDENS DE
AMBICIOSOS ESTRANGEIROS?
APRESENTA-TE À TROPA!
NINGUÉM TE FAZ MAL!
NÓS SABEMOS QUE FOSTE ENGANADO!
É TEMPO DE EMENDARES O TEU ERRO!

**PANFLETO (FRENTE
E VERSO) — GUINÉ-BISSAU**

O panfleto apresentava possibilidades de fácil difusão por meios aéreos e alcançava assim elevado número de indivíduos, que, de outro modo, se tornava difícil contactar. Utilizando imagens e textos muito simples, em português, árabe, dialectos autóctones e crioulo, recorria a técnicas de acção psicológica diversificadas, visando atingir populações basicamente iletradas.

**A IDEOLOGIA DA PÁTRIA
MULTIRRACIAL**

Este cartaz veicula um princípio muito caro ao regime, distinguindo-se pelo carácter declarativo e universal da sua mensagem.

Fonte: MONTEIRO, Renato; FARINHA, Luis. *Guerra Colonial: Fotobiografia*. Lisboa: Círculo dos Leitores/Dom Quixote, 1990, p. 180.

BRANCOS E PRETOS VIVEM JUNTOS
DEBAIXO DA BANDEIRA PORTUGUESA
E SÃO AMIGOS

Tropa é amiga de povo fula
Fula é amigo de tropa
Fula junto com tropa ganha
guerra contra bandidos

شوتشوپ ۛ تيب تورو بيبنديتريشكيس
شبولدپ
طيلقاورعنا يصبولدي ۛ لوب
قلبك ۛ ثولدي ۛ طيلقاورعنا
طيلقاورعنا كتيب ۛ لوب
يواوئي ۛ مقبرهك ۛ قب
ۛ بيبنديت

PROPAGANDA EM TEXTO MULTILINGUE (FRENTE E VERSO) — PORTUGUÊS / CRIOLLO / ÁRABE

Fonte: MONTEIRO, Renato; FARINHA, Luis. *Guerra Colonial: Fotobiografia*. Lisboa: Círculo dos Leitores/Dom Quixote, 1990, p. 180.

**NO CAMINHO DE UMA
GUINÉ MELHOR
PORTUGUESES
BRANCOS E PRETOS
FAZEM**

NOVAS TABANCAS

Fonte: MOUTINHO, Mário. *O Indígena no Pensamento Colonial Português*. Lisboa: Edição Universitários Lusófonos, 2000.

ANEXO E – Registros da propaganda do PAIGC. Panfletos distribuídos em Cabo Verde no mês de junho de 1963 e os ensinamentos sobre o Partido no Caderno Escolar (1965).

Fonte: ARQUIVO DIPLOMÁTICO. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.
Agitação nas Províncias Ultramarinas, Organizações Nacionalistas-, v. I, 1963,
Processo 940,1 (5) D.

Fonte: PAIGC. Caderno Escolar. [S.I.] Departamento Social e Cultural do Comitê Central do PAIGC. [s.d.] INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. Lisboa. Arquivos da PIDE/DGJ, PAIGC, pasta 4, fls 1; 26-31, Processo SR 641/61

PROGRAMA MAIOR DO NOSSO PARTIDO

1. — INDEPENDENCIA IMEDIATA E TOTAL
2. — UNIDADE DA NACAO NA GUINE E EM CABO VERDE
3. — UNIDADE DOS POVOS DA GUINE E CABO VERDE
4. — UNIDADE AFRICANA
5. — REGIME DEMOCRATICO ANTICOLONIALISTA E ANTI-IMPERIALISTA
6. — INDEPENDENCIA ECONOMICA, ESTRUTURACAO DA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO DA PRODUCAO
7. — JUSTICA E PROGRESSO PARA TODOS
8. — DEFESA NACIONAL EFICAZ LIGADA AO POVO
9. — POLITICA INTERNACIONAL PROPRIA NO INTERESSE DA NACAO, DA AFRICA, DA PAZ E DO PROGRESSO DA HUMANIDADE

Fonte: PAIGC. Caderno Escolar. [S.I.] Departamento Social e Cultural do Comitê Central do PAIGC. [s.d.] INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. Lisboa. Arquivos da PIDE/DGJ, PAIGC, pasta 4, fls 1; 26-31, Processo SR 641/61

O NOSSO PARTIDO

O nosso Partido, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P. A. I. G. C.), dirige o nosso povo na sua luta de libertação nacional.

AMILCAR CABRAL
Secretário Geral do P.A.I.G.C
Partido do nosso povo

O nosso Partido quer fazer na nossa terra africana, tanto na Guiné como em Cabo Verde, uma vida feliz, de liberdade, de trabalho, de paz e de justiça, para todos os filhos do nosso povo.

O nosso Partido quer fazer o progresso da nossa pátria africana, para o bem de todos os homens do mundo.

Para realizar esse objectivo, o nosso grande Partido mobilizou, organizou e preparou o nosso

povo para a heroica luta contra o odiado jugo colonial português.

A luta armada desencadeada pelos valentes guerrilheiros do nosso Partido em princípios de 1963, contra as forças colonialistas, abriu ao nosso povo o caminho para a vitória total, a liberdade, **a paz e o progresso.**

Fonte: PAIGC. Caderno Escolar. [S.I.] Departamento Social e Cultural do Comité Central do PAIGC. [s.d.] INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. Lisboa. Arquivos da PIDE/DGJ, PAIGC, pasta 4, fls 1; 26-31, Processo SR 641/61

PARABENS, CAMARADA!

Caro aluno ou aluna,

Acabas de estudar o NOSSO PRIMEIRO LIVRO DE LEITURA.

Tens o direito de estar contente, porque isso abre um novo caminho na tua vida.

Se és ainda criança, o nosso Partido vai dar-te os meios para continuares na escola. Vais ter todas as possibilidades para seres um homem ou uma mulher consciente e útil ao progresso da nossa terra.

Se és grande, depois de teres estudado o NOSSO PRIMEIRO LIVRO DE LEITURA, podes contribuir melhor na defesa dos interesses do nosso povo e do nosso Partido. Depois deste livro, deves estudar outros livros para aumentares cada dia mais os teus conhecimentos.

Vais ter agora um novo livro. Deves dar o NOSSO PRIMEIRO LIVRO DE LEITURA ao teu irmão ou ao teu amigo que ainda não sabe ler. Deves ajudar esse irmão ou amigo, deves ajudar os teus companheiros, para podermos acabar depressa com o analfabetismo na nossa terra, como é o desejo do nosso grande Partido.

Parabens, camarada, e para a frente na luta pela alfabetização de nosso povo.

*Viva o povo da Guiné e Cabo Verde!
Viva o P.A.I.G.C., guia do nosso povo!*

Fonte: PAIGC. Caderno Escolar. [S.I.] Departamento Social e Cultural do Comitê Central do PAIGC. [s.d.] INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. Lisboa. Arquivos da PIDE/DGJ, PAIGC, pasta 4, fls 1; 26-31, Processo SR 641/61

AMILCAR LOPES CABRAL “ABEL DJASSI”

- Em 1950/51 e 52 foi vice-presidente da Direcção da Casa dos Estudantes do Império - Secção de Cabo Verde.
- Foi um dos signatários de uma exposição, de inspiração comunista, dirigida a Sua Excelência o Chefe do Estado, em que pedia a saída de Portugal do Pacto do Atlântico. O panfleto clandestino e orgão do “partido comunista português” “AVANTE”, no seu nº. 166, de Março de 1952, deu publicidade a essa exposição.
- Em 20/9/1952 chega a Bissau na companhia da mulher, MARIA HELENA ATAÍDE VILHENA RODRIGUES, depois de contratado pelo Ministério do Ultramar para prestar serviço naquela Província como Adjunto dos Serviços Agrícolas e Florestais. Durante a sua permanência na Província, o comportamento do casal foi de molde a levantar suspeitas de desenvolverem actividades contra a presença de Portugal em África.
- Em 18/3/1955 regressaram à Metrópole, por via aérea, com vista a tratamento por opinião da Junta Provincial de Saúde.
- Entre 18/3/1955 e 17/9/1957 não são conhecidas as suas actividades. Nesta última data, 17/9/1957, é assinalado o seu embarque em Luanda, a bordo do navio “Império”, com destino à Metrópole.
- Em 4/11/1957 residia na Avenida Infante Santo, Lote Particular, nº. 2-9º.-Esqº., em Lisboa, altura em que requereu ao Governo Civil de Lisboa passaporte para alguns países da Europa, passaporte que lhe foi concedido em 8 do mesmo mês.
- Em 15/8/1958 desembarcou em Luanda, por via aérea, donde partiu em 13/12/1958, via Léopoldville-Accra-Dakar, para a Província da Guiné, onde chegou a 16/12/1958, tendo daqui saído com destino a Lisboa em 22/12/1958.
Durante o espaço de tempo que permaneceu em Luanda soube-se que, na véspera de seguir para a Guiné, se reuniu com alguns elementos principais do movimento separatista daquela Província. Na Guiné, nos poucos dias que ali esteve, não

lhe foram assinaladas quaisquer actividades.

- Em 1/8/959 é novamente assinalada a sua chegada a Luanda, via aérea, e a sua partida para Bissau em 5/9/959.
- Sabe-se também que no Outono de 1959 viajou pelas Repúblicas do Congo, Gambia, Senegal e República da Guiné, a caminho de Lisboa, tendo naqueles países estabelecido contactos para a "luta contra o colonialismo português".
Na República Democrática do Congo, como na altura PATRICE LUMUMBA estivesse ausente, contactou com MADIANA e MPOLO, "presidente" e "secretário permanente" do "M.N.C." - "MOVIMENTO NACIONAL CONGOLESE", e no Ghana pediu apoio a NKRUMA.
- Em princípios de 1960 é assinalada a sua presença em Paris, na companhia de sua mulher, a qual, com a filha, passou a residir na Rua Flatters, 5, no domicílio do amigo de ambos MÁRIO CORREIA PINTO DE ANDRADE.
- Também em Janeiro de 1960 é assinalada a sua presença na "II Conferência dos Povos Africanos" que se realizou em Tunis de 25 a 30/1/960.
- Em Fevereiro de 1960 deslocou-se a Londres, tendo em 3/3/60 dado uma conferência de imprensa naquela cidade, na qualidade de membro do "comité director" da "FRAN", organização que trabalhava em ligação com o "Committee of African Organisation", com sede em Londres, na rua Cower, n.º. 200.
Naquela "conferência de imprensa" referiu-se particularmente aos processos instruídos pela Delegação desta Direcção-Geral em Luanda, por crimes contra a segurança do Estado e apelando para a opinião mundial contra Portugal "fascista e colonialista".
A referida conferência foi dada larga difusão por "rádio Moscovo" e pela imprensa estrangeira de feição esquerdista.
- Ainda em Fevereiro de 1960, apareceu em circulação clandestina, o panfleto intitulado "O Colonialismo Português de ABEL DJASSI", cujo papel e impressão, comparado com o usado pelo "partido comunista português", é idêntico, pelo que, embora não se tenham conseguido provas, conclui-se que haja sido impresso nas tipografias clandestinas do citado "partido comunista português".
As suas ligações com o "Partido Africano da Independência -

- PAI", do Senegal, apontado como de inspiração comunista, é mais um meio de confirmação da formação comunista de AMILCAR CABRAL.

- Em Julho de 1960 foi assinalada a sua presença na Suíça, tendo daqui seguido para Moscovo onde, na companhia de VIRIATO FRANCISCO CLEMENTE DA CRUZ e outros, assistiu, em 3/8/960 às "jornadas de solidariedade pela libertação das colónias portuguesas de África" que ali se realizaram, tendo discursado num comício comunista, atacando o Ocidente, que classificou, à moda comunista, como baluarte do imperialismo, discurso que foi radiodifundido por Rádio Moscovo. De Moscovo seguiu depois para a China Comunista, a convite do Governo comunista de Pequim.

- Ainda em Agosto de 1960, visitou Praga, havendo dado uma entrevista aos microfones de Rádio Praga, que foi radiodifundida por aquela emissora em 6 do referido mês.

Para reforçar ainda mais que AMILCAR CABRAL é elemento comunista, o que aliás ele não esconde, como se pode verificar por uma mensagem que enviou ao "partido comunista português" e que veio publicada no n.º. 302, referente à 1.ª quinzena de Julho de 1961, no jornal clandestino "AVANTE".

- Em Outubro de 1960 é referida a sua chegada a Dakar, na companhia da mulher, constando que o mesmo se tinha naturalizado guineense, pois era portador de um passaporte em nome de "Abel Djassi", pseudónimo que entretanto adoptara para subscrever panfletos contra Portugal.

- A partir de meados de 1960, são várias as notícias respeitantes às actividades de AMILCAR CABRAL contra Portugal e, pelos panfletos postos a circular na altura, assinados por "Abel Djassi", tudo levava a crer que se tivesse fixado em Conakry.

- Notícia posterior refere-o como responsável pela greve e violências que se verificaram em Bissau (Pijjiguitti) em Agosto de 1959.
- De 31 de Março a 5 de Abril de 1964, participou em Budapeste no VIII Congresso da Associação Internacional dos Juristas Democráticos (A.I.J.D.).

- Em 6/5/1964, o jornal "L'Humanité", órgão do Partido Comunista Francês, publicou uma entrevista com AMILCAR CABRAL.
- De 3 a 15/1/1966, participou em Havana na 1ª. Conferência de Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina, tendo na altura pronunciado um discurso.
- De 14 a 19/11/1966, tomou parte no 9º. Congresso do Partido Comunista Búlgaro, tendo-se apresentado como membro da CONCP ao referido congresso.
- Em 16/2/1967, através da Rádio Portugal Livre, dirige uma mensagem ao Povo Português.
- De 17 a 22/4/1967, ido de Belgrado, assiste ao "VII Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha (SPD)" que se realizou em Berlim-Leste, tendo feito um discurso no qual agradeceu o apoio prestado pela Alemanha ao "PAIGC".
- Em 23/7/1967, chefiou na Roménia uma delegação do "PAIGC", a convite do Comité Central do Partido Comunista Romeno.
- Em 14/9/1967, o jornal "Pyongyang Times", publica uma mensagem enviada por AMILCAR CABRAL à Coreia do Norte, pela passagem do 19º. Aniversário da Fundação da República Popular da Coreia do Norte.
- Em 6/11/1967, por ocasião das cerimónias comemorativas do 50º. Aniversário da Revolução Russa, pronunciou um discurso na sessão solene celebrada conjuntamente pelo Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, pelo Soviete Supremo da URSS e pelo Soviete Supremo da RSFSR, o qual foi publicado na revista "Boletín de Información" editada em Praga, em língua espanhola.
- Também a "Revista International", editada em Praga em língua espanhola, nº. 11 (III) de Novembro de 1967 dedicada ao 50º. Aniversário da Revolução Russa, publica um artigo de AMILCAR CABRAL.
- Em 22/11/1967, concede uma entrevista à Rádio Praga.
- Em 1/5/1968, Rádio Moscovo publica uma entrevista em AMILCAR CABRAL.
- Ainda em Maio de 1968, visita a Jugoslávia.
- Em Novembro de 1968, chefiou uma delegação do "PAIGC", à

Checoslováquia (Praga), Berlim-Leste e Estocolmo, tendo nesta última cidade realizado no dia 25/11/968, uma conferência de imprensa.

- De 18 a 20/1/968, participa em Kartum na Conferência Internacional de Auxílio aos Povos das Colónias Portuguesas e da África de Sul, tendo no dia 19 discursado durante uma das sessões.
 - Em 23/1/969, discursa na sessão dos resistentes das colónias portuguesas e da África de Sul, reunidos no "Centre Cultural Soviético" de Kartum.
 - Em 13/2/969, o jornal "L'Unità", órgão do Comité Central do Partido Comunista Italiano, publica uma mensagem enviada por AMILCAR CABRAL ao 12º. Congresso do Partido Comunista Italiano, reunido em Bolonha.
 - Em 16/2/969, a Rádio Voz da Liberdade, publica uma entrevista com AMILCAR CABRAL.
 - Em 24/3/969, por ocasião da Semana de Solidariedade com o Vietname, AMILCAR CABRAL enviou um telegrama de felicitações ao presidente HO CHI MIN.
 - Em 30/9/969, encontra-se em Estocolmo, onde foi a convite, para assistir ao Congresso do Partido Social-Democrata da Suécia.
 - Em 5/10/969, chegou à Rússia, fde da Suécia.
 - Em 5 e 6/10/969, esteve em Moscovo para conversações com peritos militares do Comité Central do Partido Comunista Soviético.
- Durante a estadia em Moscovo, participou num simpósio político sobre questões de imperialismo, realizado em ALMA ATA.
- Em 2 e 3/12/969, esteve em Berlim Oriental, a fim de pedir auxílio material para o "PAIGC", tendo-lhe sido dadas 281 espingardas que foram embarcadas para Dakar, obtendo ainda a promessa de lhe vir a ser fornecido mais material.
 - Em 3/12/969, esteve em Paris, onde deve ter entrado com identidade falsa, procurando contactos com comerciantes de armas para a compra de "bazookas".
 - Entre 3 a 20/12/969, aproximadamente, esteve em Moscovo, passando a maior parte deste tempo num hospital a receber tratamento a um padecimento que tem nas costas.